



Editora
UFPel

Como os Nomes Nomeiam

Um passeio filosófico sobre a referência

Sagid Salles

DISSERTATIO
FILOSOFIA

COMO OS NOMES NOMEIAM
UM PASSEIO FILOSÓFICO SOBRE A REFERÊNCIA

Série Dissertatio Filosofia

**COMO OS NOMES NOMEIAM
UM PASSEIO FILOSÓFICO SOBRE A REFERÊNCIA**

Sagid Salles

DISSERTATIO
FILOSOFIA
Pelotas, 2020

REITORIA

Reitor: Pedro Rodrigues Curi Hallal

Vice-Reitor: Luís Isaias Centeno do Amaral

Chefe de Gabinete: Taís Ullrich Fonseca

Pró-Reitor de Graduação: Maria de Fátima Cóssio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo: Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Infraestrutura: Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: Sérgio Batista Christino

CONSELHO EDITORIAL DA EDITORA DA UFPEL

Presidente do Conselho Editorial: João Luis Pereira Ourique

Representantes das Ciências Agrônômicas: Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Adelir José Strieder

Representantes da Área das Ciências Biológicas: Marla Piumbini Rocha

Representante da Área das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto

Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leoneti Lencina

Representante da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Célia Helena Castro Gonsales

Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte

Representantes da Área das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva

EDITORIA DA UFPEL

Chefia: João Luis Pereira Ourique (Editor-chefe)

Seção de Pré-produção: Isabel Cochrane (Administrativo)

Seção de Produção: Gustavo Andrade (Administrativo)

Anelise Heidrich (Revisão)

Ingrid Fabiola Gonçalves (Diagramação)

Seção de Pós-produção: Madelon Schimmelpfennig Lopes (Administrativo)

Morgana Riva (Assessoria)



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. João Hobuss (Editor-Chefe)
Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo (Editor-Chefe)
Prof. Dr. Alexandre Meyer Luz (UFSC)
Prof. Dr. Rogério Saucedo (UFSM)
Prof. Dr. Renato Duarte Fonseca (UFSM)
Prof. Dr. Arturo Fatturi (UFFS)
Prof. Dr. Jonadas Techio (UFRGS)
Profa. Dra. Sofia Alborno Stein (UNISINOS)
Prof. Dr. Alfredo Santiago Culleton (UNISINOS)
Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich (PUCRS)
Prof. Dr. Manoel Vasconcellos (UFPEL)
Prof. Dr. Marco Antônio Caron Ruffino (UNICAMP)
Prof. Dr. Evandro Barbosa (UFPEL)
Prof. Dr. Ramón del Castillo (UNED/Espanha)
Prof. Dr. Ricardo Navia (UDELAR/Uruguai)
Profa. Dra. Mónica Herrera Noguera (UDELAR/Uruguai)
Profa. Dra. Mirian Donat (UEL)
Prof. Dr. Giuseppe Lorini (UNICA/Itália)
Prof. Dr. Massimo Dell'Utri (UNISS/Itália)

COMISSÃO TÉCNICA (EDITORIAÇÃO)

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo (Diagramador)
Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo (Capista)
Profa. Luana Francine Nyland (Assessoria)

DIREÇÃO DO IFISP

Prof. Dr. João Hobuss

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

Prof. Dr. Juliano Santos do Carmo

Série Dissertatio Filosofia

A Série Dissertatio Filosofia, uma iniciativa do Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia (sob o selo editorial NEPFIL online) em parceria com a Editora da Universidade Federal de Pelotas, tem por objetivo precípuo a publicação de estudos filosóficos relevantes que possam contribuir para o desenvolvimento da Filosofia no Brasil nas mais diversas áreas de investigação. Todo o acervo é disponibilizado para download gratuitamente. Conheça alguns de nossos mais recentes lançamentos.

Estudos Sobre Tomás de Aquino

Luis Alberto De Boni

Do Romantismo a Nietzsche: Rupturas e Transformações na Filosofia do Século XIX

Clademir Luís Araldi

Didática e o Ensino de Filosofia

Tatielle Souza da Silva

Michel Foucault: As Palavras e as Coisas

Kelin Valeirão e Sônia Schio (Orgs.)

Sobre Normatividade e Racionalidade Prática

Juliano do Carmo e João Hobuss (Orgs.)

A Companion to Naturalism

Juliano do Carmo (Organizador)

Ciência Empírica e Justificação

Rejane Xavier

A Filosofia Política na Idade Média

Sérgio Ricardo Strefling

Pensamento e Objeto: A Conexão entre Linguagem e Realidade

Breno Hax

Agência, Deliberação e Motivação

Evandro Barbosa e João Hobuss (Organizadores)

Acesse o acervo completo em:

wp.ufpel.edu.br/nepfil

© **Série Dissertatio de Filosofia, 2020**

Universidade Federal de Pelotas
Departamento de Filosofia
Núcleo de Ensino e Pesquisa em Filosofia
Editora da Universidade Federal de Pelotas

NEPFil online

Rua Alberto Rosa, 154 – CEP 96010-770 – Pelotas/RS

Os direitos autorais estão de acordo com a Política Editorial do NEPFil online. As revisões ortográficas e gramaticais foram realizadas pelo autor.

Primeira publicação em 2020 por NEPFil online e Editora da UFPel.

Dados Internacionais de Catalogação

N123 Como os nomes nomeiam: um passeio filosófico sobre a referência.
[recurso eletrônico] Autor: Sagid Salles – Pelotas: NEPFIL Online, 2020.
215p. - (Série Dissertatio Filosofia).
Modo de acesso: Internet
<wp.ufpel.edu.br/nepfil>
ISBN: 978-65-86440-42-3

1. Filosofia da Linguagem. 2. Referência. 3. Nomes. I. Salles, Sagid.

COD 100



Para maiores informações, por favor visite nosso site wp.ufpel.edu.br/nepfil

Para minha noiva, Elizielly de Oliveira Martins

PREFÁCIO

Uma das características mais interessantes da filosofia é sua capacidade de revelar problemas difíceis em lugares inesperados. É precisamente isto que ocorre com o caso dos nomes próprios. Usamos nomes cotidianamente para selecionar ou fazer referência a objetos particulares, e depois podemos dizer algo sobre eles. Talvez o leitor diga a um colega que gostaria de estar tomando um café em Paris, ao invés de gastar tempo lendo mais um livro de filosofia. Neste caso, estará usando o nome “Paris” para se referir a um lugar específico do universo. O que você acaba de fazer não é meramente proferir um som, mas proferir um som que de alguma forma lhe permite selecionar uma localidade específica dentre todas as outras do universo. É desta localidade que você fala. Mas como isto é possível? Que tipo de mecanismo garante a alguém o poder de proferir um nome e, com isto, selecionar um particular específico dentre todos os outros do universo? Este é o problema da referência singular dos nomes próprios. O presente livro é sobre este problema.

As duas soluções tradicionais para o problema são o descritivismo e a teoria causal. Geralmente considera-se que Bertrand Russell e Gottlob Frege foram os pioneiros da primeira, enquanto Saul Kripke teria sido o da segunda. Uma alegação central do descritivismo é que um falante tem sucesso em usar um nome para se referir a algo apenas se possui alguma informação verdadeira do referente do nome. Para cumprir seu papel, esta informação tem de permitir ao falante diferenciar o objeto nomeado de todos os outros do universo; ela tem de fornecer ao falante a capacidade de identificar o referente do nome. De acordo com a teoria causal, por sua vez, para que um falante seja referencialmente bem-sucedido basta que exista um elo causal de certo tipo entre ele e outros usuários bem-sucedidos do nome, ou entre ele e o objeto nomeado. Se isto está correto, então o sucesso referencial por meio de um nome não depende de o falante possuir qualquer informação verdadeira que lhe permita identificar o referente.

A despeito de o descritivismo e a teoria causal terem muito a nos ensinar sobre a referência, o autor deste livro acredita que nenhuma das duas está totalmente correta. O objetivo central é defender uma terceira via, uma versão específica do que podemos chamar de “teoria da identificação”. Esta

teoria aceita o princípio de Russell aplicado à referência dos nomes: uma condição necessária para um falante ter sucesso em se referir através de um nome é que ele seja capaz de identificar o referente do mesmo. Nesta medida, ela está de acordo com o descritivismo (de fato, o descritivismo é ele próprio uma versão da teoria da identificação). Mas ela estende o conceito de *identificação* de forma a incluir modos de identificação que vão além daquele reconhecido pelos descritivistas. Mais especificamente, ela reconhece quatro modos de identificação relevantes para a referência. Um deles é especialmente importante porque nos permite explicar como a informação associada por um falante a um nome pode ser útil na identificação, mesmo quando é falsa. Isto, por sua vez, nos permite explicar a conexão estabelecida entre os usuários de um dado nome, e como esta conexão é relevante para a referência. Deste modo, a teoria reconhece duas teses avançadas pelos defensores da teoria causal. Primeiro, falantes de fato podem ser referencialmente bem-sucedidos mesmo quando todas as informações que associam ao nome são falsas. Segundo, tanto os causais como algum tipo de conexão entre os usuários de nomes são relevantes para a explicação da referência dos mesmos. Entretanto, será defendido que os elos causais não têm o papel que os teóricos causais desejam, e que o modo correto de entender a conexão entre os falantes é diferente daquele proposto por eles. Em resumo, a despeito de a teoria da identificação proposta aqui incorporar algumas lições das perspectivas tradicionais, ela também rejeita algumas de suas alegações centrais. O resultado esperado é uma teoria capaz de acomodar as qualidades do descritivismo e da teoria causal, enquanto evita seus problemas mais difíceis.

A versão da teoria da identificação defendida é claramente inspirada em Strawson e Evans. Por um lado, Strawson foi o primeiro a fornecer um tratamento detalhado dos diferentes modos de identificação que podem ser relevantes para a referência, e a teoria da identificação proposta neste livro aceita que todos os três modos ressaltados por ele são relevantes para o caso dos nomes. Por outro, foi Evans o primeiro a reconhecer o que é aqui considerado um quarto modo de identificação relevante para o caso dos nomes, e é a teoria inacabada proposta por ele, no capítulo 11 de *The Varieties of Reference*, que será desenvolvida no terceiro capítulo deste livro. Neste

contexto, parece adequado classificar a presente perspectiva como uma versão evansiana da teoria da identificação. Todavia, ela se difere da de Evans tanto quanto ao escopo de aplicação como quanto ao conteúdo. Estas diferenças por vezes levam a protestos de alguns colegas quanto à legitimidade de classificá-la como evansiana. O melhor é deixar que o leitor faça seu próprio julgamento quanto a isto. O mais importante é se a presente versão da teoria da identificação é ou não bem-sucedida em explicar a referência dos nomes. Como esperado, será argumentado que ela tem sucesso neste aspecto. Por fim, perspectivas similares à de Evans foram recentemente defendidas, em maior ou menor detalhe, por filósofos como Sainsbury, Jackson, Campbell, etc. Também aqui há algumas diferenças com relação à presente proposta, e elas serão indicadas ao longo da discussão.

O livro será dividido em três capítulos. O primeiro e o segundo discutem respectivamente o descritivismo e a teoria causal da referência dos nomes. A proposta positiva aparecerá apenas no terceiro capítulo. Aqueles que estiverem interessados em saltar a discussão histórica e ir diretamente à parte positiva do livro devem tomar alguns cuidados, pois a discussão do terceiro capítulo pressupõe alguns elementos das discussões anteriores. Na última seção da introdução apresenta-se um breve roteiro de leitura, indicando quais seções dos capítulos anteriores devem ser lidas antes de começar a parte positiva. Por fim, a estrutura e a linguagem do livro foram construídas de forma a tentar torná-lo acessível mesmo àqueles que não possuem conhecimento prévio do tema. De fato, o objetivo secundário é que este livro também possa ser usado como uma espécie de introdução. Somente o leitor poderá dar um veredito sobre se este objetivo foi alcançado.

Sagid Salles
Rodrigo Reis Lastra Cid
Setembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

A filosofia é uma atividade social. Um trabalho filosófico geralmente envolve as mãos de muitas pessoas além de seu autor. Isto se aplica ao presente livro e gostaria de agradecer a algumas delas aqui. Tive a sorte de ser orientado por Guido Imaguire tanto no mestrado como no doutorado, e devo a ele o incentivo para escrever este livro. Meu primeiro contato com o difícil livro de Evans, em 2011, foi guiado por uma disciplina de Marco Ruffino e Ludovic Soutif, que tive o prazer de frequentar. De fato, muitas das ideias defendidas aqui foram primeiro testadas em discussões com estes filósofos. Neste aspecto, também devo agradecimento especial ao amigo Iago Bozza, com quem tive inúmeras discussões sobre o problema da referência dos nomes, sem as quais dificilmente conseguiria desenvolver qualquer coisa próxima deste livro. Meu interesse por nomes próprios começou já na graduação, e foi florescido pelo incentivo de professores como Sérgio R. N. Miranda, Desidério Murcho e Mário Nogueira. Ao longo dos anos, tive a oportunidade de me beneficiar da troca de argumentos e ideias com muitas pessoas, incluindo Luiz Helvécio Marques Segundo, Pedro Merlussi, Rodrigo Reis Lastra Cid e Juliana Faccio Lima. Estou especialmente grato a André Pontes pela leitura do manuscrito final deste livro, e à Elizielly de Oliveira Martins por, além da leitura do manuscrito final, ser uma constante fonte de inspiração e motivação. Agradeço também ao Grupo de Pesquisa Investigação Filosófica, do qual sou parte e que balizou academicamente este livro, e à Editora da Universidade Federal de Pelotas, tal como também ao NEPFIL Online e ao seu editor Juliano do Carmo, que acreditaram neste projeto. Este livro foi construído com a ajuda de muitas outras pessoas, mas infelizmente não é possível mencionar todas aqui. Em todo caso, sou grato a cada uma delas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. DESCRITIVISMO	36
1.1 A teoria descritivista da referência	36
1.2 O argumento modal.....	45
1.3 O argumento epistêmico	51
1.4 O argumento semântico	54
1.5 O que temos a aprender com o descritivismo	56
1.6 Identificação: o princípio de Russell	58
1.7 O argumento semântico contra a identificação	60
1.8 Resumo.....	62
2. A TEORIA CAUSAL	65
2.1 Apresentação.....	65
2.2 A teoria causal da referência: Kripke e Devitt	66
2.3 Teoria causal e Pensamento	77
2.4 Teoria histórica: Donnellan	80
2.5 Referência como um fenômeno social.....	82

2.6 Nomes-tipo e nomes-estilo	87
2.7 O primeiro exemplo	90
2.8 Discussão do primeiro exemplo.....	92
2.9 O segundo exemplo	98
2.10 Discussão do segundo exemplo	100
2.11 O que temos a aprender com a teoria causal.....	103
2.12 Resumo	104
3. NOMES E IDENTIFICAÇÃO	107
3.1 Apresentação	107
3.2 Batismo	108
3.3 Produtores	111
3.4 Consumidores	116
3.5 Nomes e identificação: o caso dos hospitais	118
3.6 Consumidores e identificação	119
3.7 Marcadores.....	126
3.8 Dois modos de o material identificador falhar	130
3.9 Usuários competentes de nomes	131

3.11 João e Marcos	135
3.12 Resposta ao argumento semântico	137
3.13 A necessidade do elo causal.....	150
3.14 Referência e justificação (mais sobre a necessidade do elo causal) ...	156
3.15 A Terra Gêmea	169
3.16 Saber que e saber como.....	174
3.17 O argumento de Frank Jackson.....	176
3.18 Duas práticas, um referente: dois contraexemplos à teoria	180
3.19 Discussão dos exemplos	184
3.20 Uma pequena reformulação.....	192
3.21 Resumo	198
CONCLUSÃO	202
REFERÊNCIAS	206

INTRODUÇÃO

“Assim como outros mecanismos de uso da linguagem, a referência é fácil de fazer, mas extremamente difícil de explicar...”
(Amichai Kronfeld, 1990)

Um problema muito geral e conhecido da filosofia é o problema da relação entre a linguagem e o mundo. Parte deste problema envolve o que os filósofos chamam de o “problema da referência singular”. Cotidianamente, usamos um conjunto de ferramentas para fazer referência a indivíduos particulares do mundo. Dentre estas ferramentas estão nomes próprios (como “Maria” ou “João”), demonstrativos (como “isto” ou “este”), descrições definidas (como “O rei da França”, “O presidente do Brasil”), etc. Uma parte do projeto mais amplo de entender a relação entre a linguagem e o mundo consiste em compreender como, a partir do uso de tais expressões, conseguimos nos referir a itens do mundo. Um modo eficiente de começar a investigação é concentrar a atenção em um destes casos particulares, como o dos nomes próprios.

Usamos nomes frequentemente para captar, selecionar ou fazer referência a objetos particulares, e depois dizer coisas sobre eles. Com os nomes, falamos de pessoas, coisas, lugares, teorias, deuses, etc., e aparentemente somos muito competentes nisto. Podemos dizer que *Aristóteles* foi o grande filósofo de *Estagira* que fundou a lógica formal. O ato de emitirmos sons ou escrevermos sobre um pedaço de papel palavras como “Aristóteles” e “Estagira” nos permite fazer coisas impressionantes. Com isto, somos capazes de selecionar algo no mundo, e então transmitir, adquirir e acumular informações sobre o item selecionado. Podemos iniciar conversações sobre o item, discutir sobre suas propriedades, expressar emoções em relação a ele, e assim por diante. Sem dúvida alguma esta é uma habilidade maravilhosa dos seres humanos.

Todos podemos concordar que a referência não é feita por mágica. Se eu meramente proferir uma palavra que acabo de inventar sem qualquer propósito, digamos “Konoikave”, não estarei me referindo a qualquer objeto que seja. Não proferimos palavras aleatoriamente e, por mágica, elas passam a se

referir a algo. Tem de haver algum mecanismo permitindo a referência ser bem-sucedida, e cujo mau funcionamento faça com que seja malsucedida. Por outras palavras, o sucesso da referência por nomes depende do bom funcionamento de algum mecanismo específico para a referência. Neste contexto, podemos nos perguntar: que tipo de coisa faz com que um ato de referência por nomes seja bem-sucedido? Como é que conseguimos selecionar objetos do mundo através de nomes próprios? Esta é a formulação intuitiva do problema filosófico da referência dos nomes. Muita coisa foi dita sobre este problema nas últimas décadas, e meu objetivo principal neste livro é apresentar e defender uma solução para ele.

John Searle certa vez disse “o que não conseguimos expressar com clareza, não está claro para nós mesmos” (1983, p. xi), e eu acrescentaria que geralmente não vale a pena dizer aquilo que não está claro para nós mesmos. Adotarei esta máxima aqui, não apenas porque penso que seja uma boa máxima, mas também porque tenho um objetivo secundário neste livro. Minha intenção original ao escrevê-lo foi não apenas propor uma solução para o problema da referência dos nomes próprios, mas que sua estrutura e linguagem o permitissem servir como uma introdução ao tema. Na medida do possível, a discussão é apresentada em uma linguagem informal e acessível. Dediquei um capítulo inteiro para cada uma das duas teorias mais influentes da referência dos nomes: o descritivismo e a teoria causal. Minha teoria positiva aparece somente no terceiro capítulo. Além disto, é por ter este objetivo secundário que optei por incluir uma longa introdução. Nas páginas que seguem, apresento um conjunto de conceitos básicos que podem ser úteis àqueles que possuem pouca familiaridade com o tema.¹ Aqueles que já possuem familiaridade podem começar a leitura pelo capítulo 1. Talvez seja recomendável ler pelo menos as

¹ Uma apresentação mais completa de alguns destes conceitos fundamentais pode ser encontrada em meu “Filosofia da Linguagem”, a ser publicado na coletânea *Problemas Filosóficos: uma introdução à filosofia*, organizada por Rodrigo Reis Lastra Cid e Luiz Helvécio Marques Segundo. A presente seção é de fato uma versão ligeiramente modificada e menos completa daquele artigo, e não hesitei em reproduzir algumas passagens exatamente como estão lá.

três últimas seções desta introdução. Nelas apresento de forma mais precisa o problema com o qual me ocuparei, além de clarificar o que o leitor encontrará ao longo do livro e fornecer um roteiro para aqueles que desejam ir diretamente à teoria positiva defendida aqui.

Por fim, é importante lembrar que por vezes meu objetivo primário é quem dita as regras. Por exemplo, existe um conjunto contraexemplos tradicionais à teoria causal da referência, muitos deles apresentados no seminal artigo de Evans (1973) sobre o tema. No capítulo 2, onde discuto esta teoria, acabei optando por ignorar estes exemplos, restringindo a discussão a dois exemplos originais que servem melhor aos meus propósitos.

Em suma, me darei por satisfeito se este livro alcançar os seguintes objetivos: (a) tornar plausível uma versão da teoria da identificação, oriunda de Strawson e Evans, para a referência dos nomes, e (b) apresentar e motivar de modo relativamente informal o problema, as principais teorias propostas e alguns dos pontos positivos e negativos de cada uma delas.

O que é uma teoria da referência?

Alguns tipos de expressões de nossa linguagem parecem poder estar conectados com o mundo de uma forma especial. Estas expressões correspondem em algum sentido a itens do mundo. Ignoremos por ora o que exatamente “corresponder” significa e pensemos em alguns exemplos. Não seria nenhuma surpresa se eu lhe contasse que a palavra “cavalo” corresponde a cavalos e a palavra “filósofo” corresponde a filósofos. Do mesmo modo, o nome “Sócrates” corresponde a Sócrates, e o numeral “1” corresponde ao número 1. Algo análogo ocorre com expressões como “isto”, “aqui”, “eu”, etc. Embora estas expressões, tomadas fora de contextos particulares de uso, não correspondam a algo, elas são geralmente usadas em contextos de forma a corresponder a objetos. Em um contexto no qual João diz “eu estou com fome”, por exemplo, a palavra “eu” corresponde a João.

Repare na diferença entre as expressões acima e expressões como “porém”. A última nem mesmo é pretendida corresponder a qualquer objeto. O

mesmo ocorre com palavras como “não”, “e”, “portanto”, “aliás”, etc. Sejam lá quais forem as funções destas palavras, elas não são pretendidas corresponder a itens do mundo, não correspondem a objetos, conjuntos de objetos, ou qualquer coisa do tipo. O sucesso completo de um uso do nome “Sócrates” dependerá do bom funcionamento de algum mecanismo garantindo a correspondência deste nome com Sócrates. O sucesso completo do uso da palavra “aliás”, ao contrário, não depende do bom funcionamento de qualquer mecanismo relacionando esta palavra a um objeto ou conjunto de objetos.

Pode não ser tão fácil saber exatamente o que distingue cada grupo ou quais expressões de nossa linguagem comum estão em cada grupo. Para nossos propósitos, contudo, podemos ignorar este problema. Basta que estejamos cientes da distinção acima. O que realmente importa é que o primeiro grupo de expressões levanta problemas filosóficos específicos que não são levantados pelo segundo. Algumas vezes, filósofos usam a expressão “teoria da referência” para falar destes problemas. A fim de evitar ambiguidades, seria melhor falar em *teoria geral da referência* neste caso. Uma teoria geral da referência investiga a relação entre as expressões do primeiro grupo e os objetos aos quais elas correspondem. O que garante o sucesso da correspondência? Quais tipos de correspondência estão envolvidos? Etc. Pode-se dizer que uma teoria geral da referência é uma teoria que explica a relação entre a linguagem e o mundo (um interessante livro sobre o tema é Nelson (1992)).

O projeto de alcançar uma teoria geral da referência é bastante ambicioso. Quem se dedica a este projeto terá de explicar como expressões de diferentes categorias se relacionam com os itens com os quais se relacionam. Como veremos mais adiante, há razões para pensar que diferentes categorias de expressões se relacionam de forma diferente com os itens relevantes. Por outras palavras, o tipo de mecanismo garantindo o sucesso ou insucesso da correspondência em uma categoria pode envolver peculiaridades que não estão presentes em outras. Por vezes, as peculiaridades envolvidas em um caso são suficientemente grandes para justificar o uso de uma expressão diferente para falar da relação de correspondência em questão. Por exemplo, alguns filósofos sugerem que seria apropriado reservar a palavra “aplicação” para falar da relação entre termos gerais e objetos (DEVITT, 1981, p. 9). Neste caso, ao invés

de dizermos que o termo geral “cavalo” se refere aos cavalos, podemos preferir dizer que “cavalo” se *aplica* aos cavalos. Deixando de lado questões terminológicas, se for verdade que expressões de diferentes categorias envolvem diferentes formas de correspondência com o mundo, então teremos pouca esperança de alcançar uma teoria unificada da referência, uma teoria geral que dê conta de explicar uniformemente a correspondência entre cada expressão e os itens relevantes do mundo. Isto nos fornece motivação para tentar estudar cada caso isoladamente, e só então tentar unificá-los da melhor forma possível em uma teoria geral. Ao invés de perguntarmos como as expressões em geral correspondem aos itens relevantes, podemos fazer perguntas mais específicas, como as seguintes: Como nomes próprios se referem aos objetos? Como demonstrativos se referem aos objetos? Como termos gerais se referem (aplicam) aos objetos? E assim por diante. Em resumo, ao invés de uma teoria geral da referência, podemos começar a procurar por uma *teoria da referência dos nomes*, uma *teoria da referência dos demonstrativos*, uma *teoria da referência ou aplicação dos termos gerais*, etc.

Como já indicado, este livro aborda as teorias da referência dos nomes próprios, e meu objetivo central é apresentar e defender uma teoria positiva acerca dos nomes. Antes de entrarmos no problema relevante, contudo, algumas clarificações devem ser feitas, a começar pela distinção entre teorias da referência e teorias do significado.

Significado e referência

Considere as duas frases – ou sequências de símbolos, se preferir – abaixo.

- (1) João é solteiro.
- (2) Konoikave blu blu.

(1) é dotada de significado, (2) não. Esta trivialidade aponta para um conjunto de problemas interessantes. O que é o significado? O que é aquilo que

(1) tem, mas falta a (2)? Qual exatamente é o significado de (1)? Teorias que buscam responder a questões deste tipo são *teorias do significado*.

Agora compare (1) e (3)

(3) Marcos é solteiro.

Ambas são dotadas de significado, mas significados diferentes. O que explica esta diferença? A resposta imediata é que a diferença se deve ao fato de elas conterem expressões diferentes na posição de sujeito. O mesmo ocorre com (1) e (4), que contém expressões diferentes na posição de predicado.

(1) João é solteiro.

(2) João é filósofo.

Mas então considere (5) e (6) abaixo.

(5) A neve é branca.

(6) Snow is white.

Nenhuma expressão contida em (5) está presente em (6), e vice-versa. Ainda assim, (5) e (6) têm o mesmo significado. Isto mostra que do fato de duas frases conterem expressões diferentes não se segue que tenham significados diferentes. De forma similar, do fato de duas frases conterem exatamente as mesmas expressões não se segue que tenham o mesmo significado, como podemos facilmente notar através de (7) e (8).

(7) João chegou ao banco [instituição financeira]

(8) João chegou ao banco [assento]

Apesar de (7) e (8) conterem exatamente as mesmas expressões, elas não significam a mesma coisa. Isto porque a palavra “banco” é usada com um sentido diferente em cada caso. Em resumo, a identidade ou diferença entre os significados de duas (ou mais) frases não depende de se elas são compostas ou

não das mesmas expressões. A identidade ou diferença depende de se as expressões componentes têm ou não o mesmo significado. (5) e (6) têm o mesmo significado em parte porque suas expressões componentes significam a mesma coisa, e (7) e (8) têm significados diferentes porque pelo menos uma de suas expressões significam coisas diferentes. Mas isto ainda não é o bastante, como podemos notar através de (9) e (10).

(9) Maria ama João.

(10) João ama Maria.

(9) e (10) não apenas são compostas das mesmas expressões, estas expressões também significam a mesma coisa em cada caso. Ainda assim, elas possuem significados diferentes. O problema agora reside no modo como as expressões estão organizadas, na estrutura das frases. Embora as duas frases acima contenham as mesmas expressões com os mesmos significados, elas são estruturadas de modo diferente. Como sabemos, faz toda diferença naquele caso se “João” ocorre antes ou depois de “Maria”. Moral da história, o significado de uma frase parece depender pelo menos do significado de suas expressões componentes e de sua estrutura. Daí o *princípio de composicionalidade*, que afirma que o significado de uma frase é determinado pelo significado de suas partes e pelo modo como estas estão estruturadas. Filósofos frequentemente falam do significado de uma frase como a *proposição* ou o *Pensamento* expressado por ela. Neste contexto, podemos dizer que o princípio de composicionalidade afirma que a proposição ou Pensamento expressado por uma frase é determinado pelo significado de suas partes e por sua estrutura.

Em filosofia da linguagem, não estamos apenas preocupados com o significado das frases, com a proposição ou Pensamento que elas expressam. Também nos ocupamos do significado de suas partes componentes. Dado o que foi dito acima, talvez não seja muito surpreendente que muitos filósofos pensem que uma boa maneira – talvez a melhor, ou quem sabe a única – de explicar o significado das expressões subfrásicas é explicar o modo como elas contribuem para a proposição ou Pensamento expressado pelas frases completas que as contém. No capítulo 1, quando apresentar a teoria das descrições de Bertrand

Russell, veremos um exemplo deste tipo de explicação. Por ora, basta notar que uma teoria do significado tem como objeto perguntas como as seguintes: O que é o significado? Como o significado das frases é determinado? Qual o significado desta ou daquela frase (qual a proposição ou Pensamento expressado por ela)? Qual o significado desta ou daquela classe de expressões? Como esta ou aquela classe de expressões contribui para a proposição ou Pensamento expressado pelas frases completas que as contém? E assim por diante.

A razão das observações acima é apontar para uma distinção importante. Uma teoria do significado é algo distinto de uma teoria da referência. O tipo de problema com o qual a primeira lida é diferente do tipo de problema com o qual a segunda lida. Uma coisa é perguntar, por exemplo, qual o significado de uma classe de expressões, ou como as expressões desta classe contribuem para a proposição expressada pelas frases completas que as contém. Outra coisa é perguntar como estas expressões se referem ao mundo, quais condições precisam ser satisfeitas para que elas tenham sucesso em se referir ao que se referem. Uma coisa é perguntar como o nome “João” em (1) contribui para o significado de (1). Outra é perguntar o que precisa estar em jogo para que “João” se refira ao objeto ao qual pretensamente se refere em (1). Teorias do significado lidam com o primeiro tipo de problema, teorias da referência lidam com o segundo. Meu alvo neste livro são as teorias da referência, e não as teorias do significado. Enquanto muita coisa será dita sobre como nomes próprios se referem, pouco será dito sobre como contribuem para a proposição expressada pelas frases completas que os contém.

Referência direta e referência indireta

Não é incomum que as discussões sobre referência e significado apareçam misturadas. De fato, é possível que nossa resposta a uma classe de problemas dependa de nossa resposta à outra. Desde Frege (1892), há um conjunto de filósofos que pensam que o significado das expressões desempenha algum papel importante na determinação de seu referente. Mais especificamente, o referente de uma expressão seria pelo menos parcialmente

determinado pelo significado da mesma. Esta é a tese da *referência indireta*. Aqueles que recusam isto defendem a tese da *referência direta*. Neste sentido, a última afirma que seja qual for o meio pelo qual o referente de uma expressão é determinado, o significado não desempenha qualquer papel nesta determinação.

O próprio Frege pensou que a distinção entre o significado e a referência não se aplicava apenas a certas expressões de nossa linguagem, mas também a frases completas. Assim, uma frase pode ter tanto um significado quanto um referente. O significado de uma frase é, como dito, o Pensamento ou proposição expressada por ela. O seu referente seria seu valor de verdade: o Verdadeiro ou o Falso. Também neste caso, o referente seria pelo menos parcialmente determinado pelo significado. A tentativa de Frege de aplicar a distinção também às frases é controversa, e faremos melhor em deixá-la de lado aqui. Para uma breve porém clara apresentação da semântica fregeana veja Kemp (2013, cap. 2).

Dado que este é um livro sobre nomes próprios, o mais adequado seria clarificar a distinção por meio do exemplo dos nomes. Um nome próprio é indiretamente referencial se, e somente se, a relação entre ele e seu referente é mediada pelo seu significado (ou, como alguns preferem: *conteúdo*). Um nome é diretamente referencial se, e somente se, a relação entre ele e seu referente não é mediada pelo seu significado ou conteúdo (a definição é de Kaplan (1989, p. 568)). Sendo assim, a palavra “direta” deve ser interpretada como “não mediada pelo significado/conteúdo” enquanto “indireto” deve ser interpretada como “mediada pelo significado/conteúdo”.

No caso dos nomes, uma versão bastante conhecida da teoria da referência direta é aquela que afirma que eles não possuem qualquer significado que seja distinto de seu referente. Por vezes, isto é entendido como a tese de que eles simplesmente não possuem qualquer significado (HAACK, p. 1978, p. 94). Nomes próprios são meras etiquetas que servem unicamente para introduzir referentes no discurso. Por exemplo, se alguém diz “Aristóteles é sábio”, introduz a própria pessoa Aristóteles no discurso, e atribui-lhe a propriedade de ser sábio. Dado que nomes não possuem significado (seu significado é apenas seu referente), a relação de referência não pode ser mediada pelo significado do nome. Portanto, temos aí uma teoria da referência direta. Teorias deste tipo

deixam em aberto o problema de como o referente de um nome é determinado. Tudo que é afirmado sobre isto é que a relação de referência não é mediada pelo significado ou conteúdo da expressão relevante. Restaria saber como o mecanismo de referência funciona.

É bem mais difícil pensar em um exemplo de teoria da referência indireta. A afirmação de que a relação entre uma expressão e seu referente é mediada pelo significado não é totalmente clara. Como, afinal de contas, o significado dos nomes, por exemplo, pode cumprir o papel que os defensores da referência indireta lhe atribuem? Deixarei o leitor sem uma resposta até o primeiro capítulo, quando veremos a teoria descritivista dos nomes.

Termos singulares, termos gerais e quantificadores

Vimos anteriormente que existe um grupo de expressões que parece se conectar de forma especial com o mundo. Estas expressões pretensamente correspondem em algum sentido a itens do mundo. Existe o problema de determinar quais expressões pertencem a este grupo. Apesar de uma investigação detalhada deste problema estar muito além dos objetivos desta introdução, vale a pena dizer algo sobre ele aqui. Comece por considerar as seguintes frases.

(11) *Sócrates é sábio.*

(12) *Isto é uma cadeira.* [Apontando para uma cadeira específica].

(13) *Aqui é Ouro Preto.*

Em (11) “Sócrates” corresponde a Sócrates, e “sábio” corresponde a cada (humano) sábio, enquanto em (12) “isto” corresponde a uma cadeira contextualmente relevante e “cadeira” corresponde a cada cadeira, e em (13) “aqui” corresponde a um lugar contextualmente relevante e “Ouro Preto” a Ouro Preto.

Repare que algumas expressões nas frases acima estão em itálico enquanto outras não. Embora ambas pretensamente correspondam a objetos do

mundo, existe uma diferença entre aquelas que estão em itálico e aquelas que não estão. As primeiras satisfazem o que Sainsbury (2006) chama de “condição no máximo um”: se elas correspondem a algum objeto, então correspondem a no máximo um objeto. Por outras palavras, tais expressões são usadas de forma a pretensamente corresponder a um e no máximo um objeto. Este é claramente o caso do nome “Sócrates”, por exemplo. Para que uma frase como (11) seja verdadeira, tem de haver um e no máximo um indivíduo selecionado por “Sócrates”.

Compare a situação com a da palavra “sábio”. Poderia ser o caso que esta palavra correspondesse a apenas um indivíduo do mundo (o próprio Sócrates seria um forte candidato ao cargo). Mas não há qualquer exigência de que seja assim. Para que (11) seja verdadeira, não é necessário que haja apenas um indivíduo ao qual a palavra “sábio” corresponda. De fato, (11) é verdadeira se, e somente se, “Sócrates” seleciona *um e apenas um* objeto, e este objeto é *um dos* objetos selecionados por “sábio”. Ou seja, enquanto há a exigência de que o nome “Sócrates” selecione apenas um objeto, nenhuma exigência do tipo está presente para o adjetivo “sábio”.

A condição *no máximo um* se aplica apenas às expressões em itálico nas frases acima. Podemos usar isto para marcar a diferença entre dois grupos de expressões: *termos singulares* e *termos gerais*. Tanto termos singulares como termos gerais são expressões que pretensamente correspondem a objetos, mas apenas os primeiros devem satisfazer a condição no máximo um. Isto deve servir como uma caracterização inicial, embora de modo algum esgote o problema (para uma discussão interessante, veja Strawson (1959, seção 6.1)).

Isto pode ser tornado um pouco mais claro se pensarmos nas condições de verdade das frases acima. (11) é verdadeira se, e somente se, o objeto selecionado por “Sócrates” pertence ao conjunto de objetos aos quais “sábio” corresponde. (12) é verdadeira se, e somente se, o objeto selecionado por “isto” pertence ao conjunto de objetos aos quais “cadeira” corresponde. (13) é verdadeira se, e somente se, o objeto contextualmente selecionado por “aqui” é o mesmo objeto selecionado por “Ouro Preto”. Os nomes “Sócrates” e “Ouro Preto”, e os indexicais “isto” e “aqui”, são termos singulares, enquanto o adjetivo “sábio” e o substantivo “cadeira” são termos gerais.

Agora repare nas duas perguntas que seguem:

(i) O que faz com que um termo singular corresponda ao objeto que ele seleciona?

(ii) O que faz com que um termo geral corresponda aos objetos aos quais ele corresponde?

Certamente deve haver algum mecanismo garantindo o sucesso ou insucesso dos termos singulares em selecionar objetos particulares. Do mesmo modo, deve haver algum mecanismo garantindo o sucesso ou insucesso dos termos gerais em corresponder aos objetos aos quais correspondem. Mas é bem provável que haja diferenças significativas entre os dois casos. A explicação da referência dos termos singulares pode envolver aspectos que não estão presentes na explicação da referência dos termos gerais, e vice-versa. Uma teoria que responde a pergunta (i) é uma *teoria da referência dos termos singulares*, enquanto uma teoria que responde a pergunta (ii) é uma *teoria da referência dos termos gerais*. Como vimos, alguns reservam a palavra “aplicação” para o segundo caso. Neste contexto, podemos fazer a distinção entre uma *teoria da referência dos termos singulares* e uma *teoria da aplicação dos termos gerais*.

Termos singulares e gerais são provavelmente os principais (o únicos?) tipos de expressões envolvendo aquela conexão especial com o mundo. Há outro grupo de expressões, contudo, que parece se conectar com o mundo de forma especial. Considere os seguintes exemplos.

(14) *Alguém* foi reprovado.

(15) *Todos* foram reprovados.

À primeira vista, “alguém” e “todos” correspondem a itens do mundo. Afinal, “alguém” corresponde a alguém, e “todos” corresponde a todos. Mas nem sempre as coisas são o que parecem. Tais termos são o que chamamos de “quantificadores”. Na análise da lógica de predicados de primeira ordem,

quantificadores não selecionam objetos ou conjuntos de objetos. Ao invés disto, eles dizem respeito à frequência com que certos termos gerais se aplicam aos objetos de um domínio relevante. Suponha, por exemplo, que (14) e (15) sejam proferidas por um professor para falar dos alunos de uma disciplina específica. Neste caso, o domínio relevante é o domínio de alunos da disciplina em questão. Grosso modo, o que (14) diz é que o termo geral “reprovado” se aplica a pelo menos um objeto deste domínio, isto é, a pelo menos um aluno daquela disciplina. Por sua vez, (15) diz que o predicado “reprovado” se aplica a todos os objetos deste domínio, a todos os alunos da disciplina relevante. Enquanto termos singulares pretensamente selecionam um objeto particular, e termos gerais se aplicam a objetos sem a restrição da condição no máximo um, quantificadores nos contam com que frequência um termo geral se aplica aos objetos de um dado domínio. Se isto estiver correto, então quantificadores não selecionam objetos, ou pelo menos não no sentido em que termos singulares e gerais o fazem. Não é claro, portanto, que estas expressões devam ser incluídas no grupo especial mencionado acima.

Seja como for, para nossos propósitos é suficiente notar que pelo menos os termos singulares e gerais parecem poder corresponder com o mundo de forma especial, enquanto deixamos em aberto o problema de quais outras expressões deveriam ser incluídas.

Termos singulares e termos gerais

Vimos que há pelo menos dois grupos de expressões que pretensamente se conectam de forma especial com o mundo: termos singulares e termos gerais. Quais expressões de nossa linguagem se encaixam em cada grupo? Tudo que disse até agora é que os termos singulares devem satisfazer a condição no máximo um, enquanto os termos gerais não estão submetidos a esta restrição. Mas quais tipos de expressões satisfazem a condição no máximo um? Infelizmente, não é fácil responder a esta pergunta, e talvez nem haja uma resposta apropriada a ela.

Para ter uma ideia dos problemas, considere o caso dos substantivos.

(16) Sabedoria é uma virtude.

Há dois substantivos ocorrendo em (16): “sabedoria” e “virtude”. O primeiro satisfaz a condição no máximo um, mas o segundo não. Enquanto “sabedoria” pretensamente seleciona um único item do mundo, a propriedade de *ser sábio*, “virtude” é usada como um termo geral que se aplica a todas as virtudes. Neste sentido, (16) seria verdadeira se, e somente se, existe uma única propriedade selecionada por “sabedoria”, e esta propriedade pertence ao conjunto das coisas selecionadas por “virtude”. Se esta leitura intuitiva está correta, então não podemos incluir os substantivos na categoria dos termos singulares ou gerais. Além disto, há contraexemplos envolvendo até mesmo expressões de tipos que consideramos serem claramente termos singulares, como os nomes próprios.

(17) Há mais de uma Maria nesta sala.

O nome “Maria”, em (17), não é usado sob a restrição da condição no máximo um. Ao contrário, “Maria” é usado como um termo geral. Resultado: tanto quanto a condição no máximo um nos conta, não podemos incluir os nomes próprios na categoria dos termos singulares ou gerais. Com um pouco de criatividade, podemos pensar ainda em outros exemplos problemáticos, mas deixarei ao leitor esta tarefa.

Uma solução provisória para o problema acima seria falar de expressões de nossa linguagem comum como *sendo usadas como termos singulares* e como *sendo usadas como termos gerais*. Strawson corretamente sugere (1952, p. 145) que a distinção entre termos singulares e termos gerais pode ser colocada em termos de uma distinção entre usos de palavras, entre as diferentes funções para as quais palavras podem ser usadas. Tome apenas aquelas expressões que pretensamente envolvem uma conexão especial com o mundo, e assuma que somente os termos singulares e gerais fazem parte daquele grupo. Quando uma delas é usada para selecionar um e no máximo um objeto, então é usada como um termo singular; quando é usada sem esta

restrição, é usada como um termo geral. Esta solução provisória nos permite incluir as seguintes expressões na categoria dos termos singulares: nomes próprios, demonstrativos, pronomes pessoais, descrições definidas, etc. Mas com isto quero dizer apenas que cada uma delas é usada com frequência de modo a satisfazer a condição no máximo um.

Se esta solução provisória nos permite caminhar com alguma segurança, ela nem de longe é totalmente satisfatória. Na verdade, uma definição mais precisa pode nos levar a resultados diferentes. Talvez o principal problema aqui diga respeito ao caso das descrições definidas. Descrições definidas são expressões da forma “o/a tal e tal”, como “o presidente do Brasil”, “a rainha da Inglaterra”, etc. Tal como cotidianamente usadas, as descrições satisfazem a condição no máximo um. Mas muitos filósofos pensam que isto não basta para dizermos que elas são (ou estão sendo usadas como) termos singulares (nos contextos relevantes). Geralmente, estes filósofos estão munidos de definições mais precisas e rigorosas dos termos singulares. Tais definições podem envolver outros aspectos que não a condição no máximo um. Pode-se, por exemplo, delimitar a categoria dos termos singulares em termos do modo como contribuem para o significado ou as condições de verdade das frases completas que os contém, ou então em termos do papel inferencial que têm em certos contextos de uso. Tais estratégias envolvem discussões que vão além do debate sobre o fenômeno da referência, e por isto as deixarei de lado aqui, optando pela solução provisória e não totalmente satisfatória acima (sobre a primeira estratégia, veja Evans (1982, sec. 2.3) e Sainsbury (2006); sobre a segunda, veja Imaguire (2007)).

Nomes próprios

O foco deste livro é o fenômeno da referência dos nomes próprios, mais especificamente, os casos nos quais nomes são usados como termos singulares. Naturalmente, alguém pode perguntar por que isolar a discussão dos nomes. Por que não discutir a referência dos termos singulares como um todo? A pergunta é em parte legítima. Certamente este seria um livro mais completo se tratasse dos

termos singulares em geral, ao invés de concentrar-se no caso muito específico dos nomes próprios. Mas há razões metodológicas que justificam a estratégia escolhida por mim. Nomeadamente, existem razões para pensarmos que o mecanismo referencial envolvido nas diferentes categorias de termos singulares não é exatamente o mesmo, de modo que a explicação da referência de certa categoria envolverá peculiaridades que não estão presentes nas outras. Se assim for, então temos uma razão metodológica para investigar cada caso separadamente. No que segue, ilustro brevemente este ponto.

David Kaplan (1977, p. 491) argumentou plausivelmente a favor de que existe uma distinção entre *indexicais puros* e *verdadeiros demonstrativos*. Os primeiros são associados a um significado linguístico que determina um referente para cada contexto de uso, de modo que não são necessárias quaisquer intenções ulteriores por parte do falante. Um possível exemplo de indexical puro é o indexical “eu”. O significado linguístico de “eu” é uma regra que determina que o referente desta expressão será quem quer que tenha a proferido no contexto de uso. Por exemplo, se João diz “eu sou legal”, então João é o referente de “eu”, mas se Maria diz isto, então ela é o referente de “eu”. Tão logo alguém profira esta expressão em um contexto de uso, será o referente da mesma, independentemente de quaisquer intenções ulteriores. O significado linguístico de um verdadeiro demonstrativo, por outro lado, não determina um referente para cada contexto de uso. Para que um demonstrativo tenha um referente em um contexto, será ainda necessário um ato de demonstração ou uma intenção direcionadora (KAPLAN, 1989, p. 582). Um exemplo de verdadeiro demonstrativo é a expressão “este”. Suponha que João diga “este quadro é soberbo”. Para que ele tenha sucesso em se referir a um quadro particular através de seu proferimento, é necessário que ele realize um ato de demonstração (como apontar o dedo para o quadro relevante) ou pelo menos tenha a intenção de falar de um quadro específico. Se Kaplan estiver certo – e penso que ele de fato está – então a explicação da referência dos indexicais puros deve envolver o apelo aos significados linguísticos mencionados acima, enquanto a explicação da referência dos verdadeiros demonstrativos deve apelar a atos de demonstração ou intenções direcionadoras. Por outro lado, não é claro se qualquer destes elementos deve ser incluído em uma explicação da

referência dos nomes. Intuitivamente, o mecanismo referencial dos nomes próprios não envolve o tipo de significado linguístico relevante para os indexicais puros, nem atos de demonstração ou intenções direcionadoras. Se assim for, então o caso dos nomes exigirá uma explicação diferente daqueles dos indexicais puros e verdadeiros demonstrativos.

Dentre as expressões que são geralmente usadas como indexicais puros provavelmente estão “eu”, “hoje”, “amanhã”, “atual”, “presente”, etc. Dentre aquelas que são geralmente usadas como verdadeiros demonstrativos provavelmente estão “isto”, “este”, “aquele”, “ele”, “ela”, etc. Temos já motivação, portanto, para acreditar que uma teoria da referência dos nomes próprios será diferente de uma teoria para cada uma destas expressões.

Uma vez mais, o caso das descrições definidas é problemático. Eis uma história resumida da situação. Em 1905 Bertrand Russell publicou seu “On Denoting”, no qual apresentou um método de análise para as descrições definidas, atualmente conhecido como a *teoria das descrições definidas de Russell* (daqui por diante, apenas *teoria das descrições definidas*). O principal objetivo de Russell foi explicar o significado das descrições, no sentido de fornecer um método para determinar como as mesmas contribuem para o significado das frases completas que as contém. Mas a teoria carregava também uma explicação de como o referente de uma descrição definida é determinado. A teoria é tão elegante que muitos filósofos, incluindo o próprio Russell, acabaram por estendê-la para o caso dos nomes próprios. Grosso modo, a ideia é que os nomes próprios que usamos cotidianamente são apenas descrições definidas disfarçadas, de modo que seu significado e referência deve ser explicado em termos do significado e referência das descrições. Se isto estiver correto, então os problemas do significado e da referência dos nomes próprios são de algum modo reduzidos aos problemas do significado e da referência das descrições definidas. Neste caso, não seria claro em que medida uma teoria da referência dos nomes seria distinta de uma teoria da referência das descrições. Não precisamos ir muito além desta história resumida aqui, pois o capítulo 1 será dedicado precisamente a esta estratégia.

Em resumo, deixando o caso das descrições definidas momentaneamente de lado, há razões para investigarmos a referência dos

nomes próprios separadamente. Dito isto, podemos começar a tornar um pouco mais preciso qual é exatamente o problema investigado neste livro.

Os usos de nomes

Não é claro quais expressões exatamente devem ser incluídas na categoria dos termos singulares ou dos termos gerais. Para evitar este problema, adotei a estratégia de falar em termos dos *usos de uma expressão*. Algo similar ocorre com os nomes próprios. As expressões pertencentes à categoria dos nomes podem ser usadas de diferentes modos, e minha investigação aqui se restringirá a apenas um deles.

Para começar, nomes próprios são usados frequentemente como artifício de *referência singular*, isto é, referência a um objeto específico. Usamos os nomes assim quando dizemos “Maria é legal”, “Platão é sábio”, “Manaus é uma cidade”, etc. Nestes casos, usamo-los para fazer referência a um indivíduo particular, e em seguida dissermos algo sobre ele. Mas nomes também podem ser artifícios de *referência plural*, em que supostamente se referem a uma pluralidade de indivíduos. Usamos os sobrenomes frequentemente desta maneira, quando dizemos algo como “os Salles são poderosos” ou “A costa oeste é dominada pelos Ferreira”. Outros supostos candidatos seriam expressões complexas como “João e Maria”, tal como ocorrem em frases como “Gosto de sair com João e Maria”.

Além disto, algumas vezes os nomes sequer são usados para referência. Este é o caso dos sobrenomes ocorrendo nas frases “ele é um Salles” e “ele é um Ferreira”. Se levarmos a sério a estrutura gramatical destas frases, então entenderemos que os nomes funcionam, nelas, como termos gerais. E também não parece ser incorreto dizer “ela é uma Maria” (onde “Maria” é o primeiro nome da pessoa). Por fim, nomes próprios também podem ser ligados a quantificadores. Podemos dizer “existe um João nesta sala”, “eu dedico esta música a todas as Marias”, etc. Castañeda (1985, p. 101) sugere que da verdade da proposição *Maria é inteligente*, podemos concluir que *existe uma*

Maria que é inteligente. O que é a regra de *generalização existencial* aplicada aos nomes próprios.

Moral da história: existe uma variedade de usos dos nomes. Problemas filosóficos interessantes surgem disto. Estes diferentes usos de nomes representam diferentes categorias semânticas, ou são todos usos de expressões pertencentes à mesma categoria? Se a segunda opção for a correta, então seremos otimistas acerca da possibilidade de uma única teoria semântica dar conta de todos estes usos. Se for a primeira, então pensaremos que precisamos de teorias diferentes para usos diferentes. Neste livro, vou me concentrar especificamente nos usos de nomes para referência singular e, conseqüentemente, ignorar questões deste tipo. Daqui por diante, quando falar de alguém fazendo referência ou referindo-se a algo, entenda-se respectivamente *referência singular* e *referir-se singularmente* a algo. Sobre os diferentes usos de nomes, veja Campbell (1968, p. 335), Sainsbury (2006), Burge (1973, pp. 429, 430) e Lockwood (1975).

Isto deixa a possibilidade de certo tipo de objeção à teoria apresentada aqui. Por exemplo, pode-se sustentar que esta teoria deve ser rejeitada por concluir que ela não pode ser estendida para uma explicação dos outros usos de nomes; e que a possibilidade de tal extensão seria desejável. Ou mesmo que ela é inconsistente com o nosso melhor tratamento de algum outro uso. Apesar de certamente ter a esperança de que a teoria da referência singular dos nomes próprios defendida por mim possa ser acomodada sem maiores problemas aos tratamentos dos outros usos dos nomes próprios, nenhuma objeção do tipo acima será respondida aqui.

O problema da referência singular dos nomes próprios

Frequentemente usamos nomes próprios em atos de referência singular. Podemos perguntar se realmente é possível ter sucesso nestes atos. Neste caso, teremos que lidar com hipóteses céticas que colocam em dúvida a nossa capacidade de fazer isto. Podemos defender que não temos realmente sucesso em fazer referência singular a coisa alguma, ou que temos sucesso.

Mas a preocupação com os céticos não é obrigatória. Quando estamos preocupados com o ceticismo, queremos saber se a referência é ou não possível. Todavia, a referência por nomes próprios é aparentemente possível. Intuitivamente, temos sucesso em fazer referência a lugares, pessoas, objetos, etc. Uma estratégia é tomar isto como um dado, e pedir por uma explicação. Neste caso, o que queremos saber é como explicar nosso alegado sucesso em fazer referência por nomes; e não se a referência é ou não possível. Repare na diferença entre:

(i) É a referência por nomes possível?

(ii) Como explicar o nosso sucesso em fazer referência a itens do mundo por nomes?

Diferentemente de (i), (ii) pressupõe a possibilidade do sucesso da referência, isto é, pressupõe uma resposta positiva à primeira pergunta.

O foco deste livro é o problema da referência singular no segundo sentido. Meu objetivo é responder à pergunta (ii), e não (i). É a isto que chamo o “problema da referência singular dos nomes”. De um modo mais preciso, podemos expor este problema da seguinte maneira:

- Quais são as condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para que um indivíduo S, através do uso de um nome N, se refira a um objeto *x*?

Uma teoria que fornece uma resposta a esta pergunta é uma *teoria da referência singular dos nomes*. É com este tipo de teoria que lidaremos.

O que está por vir

As duas principais teorias acerca da referência dos nomes próprios são o *descriptivismo* e a *teoria causal*, que são tratadas respectivamente no primeiro e

segundo capítulos deste livro. Tanto o descritivismo quanto a teoria causal admitem diferentes versões, e muita coisa já foi dita sobre cada uma delas. Me limitarei a considerar algumas versões.

No capítulo 1, considerarei apenas duas versões de descritivismo: o descritivismo clássico e a teoria dos agregados, apenas mencionando outras versões. Existem pelo menos três argumentos clássicos contra o descritivismo: o *argumento modal*, o *argumento epistêmico* e o *argumento semântico*. Os dois primeiros são na verdade objeções à explicação descritivista do significado dos nomes, e não da referência dos mesmos. Por esta razão, é o terceiro argumento que receberá maior atenção ao longo deste livro. Acredito que o argumento semântico coloca um desafio difícil ao descritivismo. Apesar de considerar em detalhes apenas duas versões desta teoria, penso que o desafio colocado representa um problema para cada uma das versões existentes. Por outras palavras, o argumento semântico de fato nos fornece uma razão para a rejeição da explicação descritivista da referência dos nomes. Mas isto não significa que devemos rejeitá-la completamente. Ao contrário, o descritivismo nos ensina pelo menos duas importantes lições: (a) o sucesso em um ato de referência por nomes envolve a identificação, por parte do falante, do objeto referido; (b) o material descritivo que o falante associa ao nome é de algum modo importante para a referência. A cláusula (a) é especialmente importante, pois significa que o descritivismo satisfaz o *princípio de Russell*. Este princípio, aplicado à teoria da referência dos nomes, afirma que uma condição necessária para o sucesso de um ato de referência singular é que o usuário do nome seja capaz de identificar o referente do mesmo. A capacidade de identificar um objeto é a capacidade de diferenciar o mesmo de todos os outros objetos do mundo. Assim, o princípio afirma que um falante S só terá sucesso em se referir a um objeto x através de um nome N se for capaz de diferenciar x de todos os outros objetos do mundo. Às teorias da referência que aceitam o princípio de Russell, chamo “teorias da identificação”. O descritivismo é uma instância deste tipo de teoria, de modo que todas as suas versões são versões da teoria da identificação. Mas o inverso não se sustenta: nem toda versão da teoria da identificação é uma versão do descritivismo. A teoria defendida por mim no capítulo 3 é uma instância da teoria da identificação que, no entanto, não é descritivista. O capítulo 1 termina com

uma breve apresentação do princípio de Russell e de como o argumento semântico pode ser usado contra as teorias que aceitam este princípio. Aos leitores que quiseram saltar a discussão sobre o descritivismo, sugiro que leiam pelo menos as duas últimas seções daquele capítulo.

No capítulo 2, apresento e discuto a teoria causal da referência. Apesar de Kripke ter sido um dos primeiros filósofos a propor este tipo de explicação para a referência dos nomes, sua proposta é antes um esboço do que uma teoria propriamente dita. Após apresentar sua imagem acerca da referência dos nomes, discuto duas formas de transformá-la em uma teoria. A primeira é a teoria da cópia, desenvolvida por Bianchi. Apesar de interessante, acredito que esta teoria precisa de muitos reparos para ser considerada uma alternativa viável. A segunda proposta é a já clássica teoria de Devitt. Penso que esta proposta é inicialmente mais plausível do que a teoria da cópia. Por esta razão, ela será tomada como o modelo de teoria causal na discussão subsequente. É importante distinguir entre as teorias causais e as teorias históricas da referência. Apresento esta distinção na seção 2.4, em que considero a teoria histórica de Donnellan. Embora toda versão da teoria causal seja uma instância da teoria histórica, nem toda versão da última é uma instância da primeira. Aliás, a despeito de o próprio Donnellan rejeitar a explicação descritivista da referência, sua teoria positiva é de fato consistente com pelo menos uma versão do descritivismo: o *descritivismo causal*. Conforme veremos, perceber isto é importante para evitar o erro de pensar que as teorias descritivistas não são consistentes com a ideia de que o fenômeno da referência é um fenômeno social. (Um pouco mais sobre o descritivismo causal será dito no capítulo 3, seção 3.17). Antes de discutir os exemplos contra a teoria causal, apresentarei a distinção de Campbell (1968) entre *nomes-tipo* e *nomes-estilo*. Esta distinção será importante para toda a discussão que se seguirá. Por esta razão, o leitor que decidir saltar a discussão sobre a teoria causal deve pelo menos ler a seção 2.6 do capítulo 2. Feita esta distinção, apresento e discuto dois contraexemplos à teoria causal da referência. Com estes exemplos, pretendo mostrar que esta teoria nos fornece uma explicação incompleta da referência dos nomes próprios. Além disto, os exemplos colocam em causa a própria capacidade da teoria de explicar o que acontece nos casos mais comuns a favor da premissa central do

argumento semântico. Isto é importante porque o argumento semântico foi talvez a principal motivação para a proposta de uma alternativa causal ao descritivismo. No fim das contas, acredito que a teoria causal também deve ser rejeitada. Uma vez mais, isto não significa que devemos rejeitá-la completamente. Ao contrário, esta teoria tem pelo menos dois méritos importantes: (a) apesar de o descritivismo ser consistente com a ideia de que a referência é um fenômeno social, a teoria causal tem o mérito de tornar explícito o caráter social da referência; (b) a teoria também torna explícita uma distinção importante entre o fenômeno da fixação do referente e o fenômeno da referência por empréstimo.

Os dois primeiros capítulos preparam o terreno para a discussão do capítulo 3. Meu objetivo central ali será desenvolver uma teoria da referência dos nomes que seja capaz de reconhecer a lições ensinadas pelo descritivismo e a teoria causal, e que evite os problemas gerados pelas mesmas.² A teoria defendida por mim é oriunda de Strawson (1959) e Evans (1982), e segue a mesma linha de Sainsbury (2005), Campbell (2002) e outros. Nos momentos oportunos indicarei algumas similaridades e diferenças de meu tratamento em relação a estes e outros autores, mas não entrarei em detalhes interpretativos acerca de nenhum deles. O elemento central desta teoria é o princípio de Russell, de modo que se trata de uma versão da teoria da identificação. As primeiras seções serão dedicadas à construção desta teoria, com foco no fenômeno da referência por empréstimo; pois é precisamente este fenômeno que parece ser o mais problemático para as teorias deste tipo. Por um lado, defenderei que a teoria da identificação proposta é superior ao descritivismo, por ser capaz de lidar com as dificuldades colocadas pelo argumento semântico. Na seção 3.17, contudo, discuto um interessante argumento de Frank Jackson, que

² Em Salles (2020) faço uma apresentação e defesa resumida da tese positiva desenvolvida no último capítulo deste livro. Não seria incorreto dizer que o capítulo 3 é baseado neste artigo, e não hesitei em utilizar alguns trechos do segundo no primeiro. Entretanto, é importante notar que o capítulo 3 apresenta uma discussão muitíssimo mais detalhada e completa de minha tese positiva, e aborda vários pontos que foram anteriormente ignorados.

sustenta que o tipo de explicação aqui proposta acabaria acarretando em um descritivismo causal. Apesar de aceitar que o argumento tem certa plausibilidade, penso que ainda não é decisivo, e que o melhor seria não se comprometer com a versão em questão do descritivismo. Por outro lado, defenderei que minha proposta é superior à teoria causal, por ser capaz de lidar com os exemplos problemáticos discutidos no capítulo 2. A teoria da identificação defendida aqui é capaz de fornecer os elementos que parecem faltar à teoria causal. De fato, passarei mais tempo comparando minha teoria à teoria causal do que ao descritivismo, pois a primeira tem ocupado o cargo de nova ortodoxia no debate relevante. Francamente, não me é claro que os defensores da teoria causal tenham feito o bastante para que a teoria mereça este cargo. Seja como for, a teoria causal é atualmente a explicação a ser refutada. O capítulo termina com a discussão de um problema residual para a teoria da identificação defendida aqui.

Importante: ao fim de cada capítulo apresento um resumo das principais teses defendidas ao longo do mesmo, indicando em quais seções o leitor pode encontrar cada uma delas. Imagino que não será difícil encontrar uma utilidade para tais resumos.

Por fim, alguns leitores podem estar interessados em saltar a discussão sobre o descritivismo e a teoria causal, indo diretamente para o capítulo 3. Neste caso, é útil apresentar um pequeno roteiro de seções recomendadas dos capítulos anteriores. Uma leitura, mesmo que rápida, destas seções permitirá ao leitor uma melhor compreensão do debate proposto no último capítulo. São elas: seções 1.6 e 1.7, nas quais apresento o princípio de Russell e o argumento semântico contra a teoria da identificação; seção 2.6, na qual apresento a distinção entre nome-tipo e nome-estilo; seções 2.7-2.11, nas quais discuto os exemplos contra a teoria causal.

1. DESCRITIVISMO

“Palavras comuns, mesmo nomes próprios, usualmente são de fato descrições. Isto significa que geralmente o pensamento na mente de uma pessoa usando um nome próprio pode ser corretamente expressado de forma explícita somente se substituirmos o nome pela descrição. Além disto, a descrição necessária para expressar o pensamento irá variar para pessoas diferentes, ou para a mesma pessoa em diferentes momentos.”
(Russell, 1912)

1.1 A teoria descritivista da referência

As duas perspectivas mais populares acerca da referência dos nomes próprios são o descritivismo e a teoria causal. Neste capítulo, nos ocuparemos unicamente da primeira. O descritivismo é melhor entendido como uma família de teorias, e apareceu em diferentes versões ao longo dos últimos anos. Não é fácil, contudo, explicitar exatamente o que todas estas versões têm em comum. Uma sugestão plausível é que elas têm em comum pelo menos o fato de explicarem a referência e/ou significado dos nomes em termos da referência e/ou significado de descrições definidas.³

³ A estratégia mais comum, adotada pelas duas teorias apresentadas nesta seção, é explicar o significado e a referência dos nomes próprios em termos do significado das descrições. Neste caso, sustenta-se que o significado de um nome próprio é o significado de uma descrição simples ou complexa associada a ele, e o último determina o referente do nome. Quem adota esta estratégia aceita que o referente de um nome é determinado pelo significado do mesmo, e conseqüentemente está comprometido com uma versão de teoria da referência indireta. Conforme observarei ainda nesta seção, contudo, nem toda versão de descritivismo precisa aceitar isto. Alguém pode aceitar uma explicação descritivista da referência dos nomes sem com isto se comprometer com qualquer tese acerca do significado dos mesmos. Por exemplo, pode-se sustentar que o referente de um nome é determinado por alguma descrição associada, enquanto se mantém neutro sobre se a descrição determina ou não o significado do mesmo. De fato, isto é o que Frank Jackson (2010) fez (sobre a proposta de Jackson, veja seção 3.17). Em princípio,

Normalmente considera-se que Frege (1892) e Russell (1912, p. 29; 1905; 1972, p. 29) são os primeiros proponentes desta teoria. A eles é atribuída a versão atualmente conhecida como *descriptivismo clássico*, embora não seja claro que qualquer um deles tenha realmente defendido isto (COSTA, 2009). O descriptivismo clássico parte de uma explicação do significado dos nomes próprios para uma explicação da referência dos nomes. É o significado de um nome que determina seu referente. Sendo assim, temos de começar nos perguntando o que ele tem a nos dizer sobre o primeiro.

O significado de um nome próprio é fornecido por uma descrição definida que o falante associa ao nome. Mais especificamente, o significado do nome é o significado da descrição associada. Descrições definidas são expressões como “o autor da República”, “a primeira pessoa a nascer no ano de 2020”, etc. Por outras palavras, são expressões da forma “o F” ou “a F”, antecedidas pelos artigos definidos “o” ou “a”. Seja N um nome e “o F” a descrição definida que um falante S associa a N, e suponha que S diga:

(1) N é G

De acordo com os descriptivistas clássicos, a frase acima deve ser interpretada como:

(2) O F é G

Assim, quando S profere (1), o que ele realmente diz é (2). Suponha que a descrição que associa ao nome “Aristóteles” seja “o fundador da lógica formal”. Então, quando eu digo que *Aristóteles foi um filósofo*, o que estou dizendo é que *o fundador da lógica formal foi um filósofo*.

Uma vez que os descriptivistas clássicos pensam que o significado de um nome é dado pelo significado de uma descrição definida, o problema do

este último ponto de vista é consistente, por exemplo, com a tese de que o significado de um nome é seu referente, e portanto é consistente com a tese da referência direta.

significado dos nomes é reduzido ao problema do significado das descrições. Isto nos deixa com dois problemas restantes. O primeiro é explicar qual é o significado de uma descrição, e o segundo é explicar como ele determina o referente do nome. A resposta mais comum para ambos se baseia na *teoria das descrições definidas* de Russell (1905). Como vimos, explicar o significado de um termo é explicar a contribuição que este termo faz para as frases completas que os contém. De acordo com Russell, uma frase como (2) deve ser interpretada como:

(2') Existe um e somente um F e quem quer que seja F é G.

Tome a descrição “o fundador da lógica formal” como exemplo. Quando digo que o fundador da lógica formal foi um filósofo, estou dizendo: *existe um e apenas um fundador da lógica formal* e ele foi um filósofo. A parte em itálico representa a contribuição que a descrição faz para a frase completa. Grosso modo, descrições definidas são usadas para afirmar a existência de um e apenas um indivíduo que satisfaz certa propriedade ou conjunto de propriedades. Fazendo uso desta teoria, alcançamos uma interessante explicação da referência das descrições. O referente – ou *denotação*, como é mais comum no caso das descrições – de uma descrição definida “o F” será quem quer que seja o único objeto a possuir a propriedade F. A denotação de “o fundador da lógica formal”, por exemplo, é quem quer que seja o único indivíduo (se há algum) a ter fundado a lógica formal. (Uma breve introdução à teoria das descrições de Russell é meu Salles (2010). Para uma introdução muito mais completa veja Neale (1990)).

Com isto podemos finalmente explicar a referência dos nomes. O referente de um nome será justamente a denotação da descrição associada a ele. Se a descrição que associo ao nome “Aristóteles” é “o fundador da lógica formal”, então o referente deste nome, como usado por mim, será o único indivíduo a ter fundado a lógica formal. Se não existir alguém que fundou a lógica formal, ou existir mais de uma pessoa que o tenha feito, então falho em me referir a algo pelo nome. De um modo mais geral, o referente de um nome N

será sempre a denotação de uma descrição associada “o F”. E o referente de uma descrição “o F” é o único objeto (se existir algum) a possuir a propriedade F.

O descritivismo pode parecer bastante plausível, como nota Searle (1958), quando pensamos em situações nas quais estamos aprendendo ou ensinando nomes. No mínimo, uma boa forma de ensinar alguém a usar um nome é introduzir o nome juntamente com uma descrição definida. Do mesmo modo, no mínimo, uma boa forma de aprender a usar um nome é recebê-lo juntamente com uma descrição definida. Por exemplo, quando digo a você que Carmensiva é a minha mãe, lhe ensino a usar o nome “Carmensiva” para se referir a minha mãe, e você aprende a usá-lo para se referir a ela. De fato, mais a frente (seção 3.12) sustentarei que descrições têm um importante papel em nosso ensino e aprendizado de nomes, embora não exatamente este que Searle quer.

Mas o próprio Searle não pensava que o descritivismo clássico fosse totalmente plausível. O que lhe incomodava em relação a esta teoria é a ideia de que o significado de um nome é fornecido por uma *única descrição* dentre aquelas que são associadas pelo falante ao nome. Primeiro, é muito frequente que um falante associe diferentes descrições a um mesmo nome. Por exemplo, há muitas descrições que eu poderia dar em resposta à pergunta “Quem é Aristóteles?”. É inicialmente implausível sugerir que uma delas em específico faz o trabalho de fornecer o significado do nome e, conseqüentemente, determinar seu referente.

Em segundo lugar, a ideia de que o significado dos nomes é determinado por descrições que o falante associa tem a consequência esquisita de que, frequentemente, diferentes falantes estão dizendo coisas diferentes ao proferir uma mesma frase contendo um mesmo nome. Tome como exemplo o nome “Aristóteles”. Imagine que a descrição que Maria associa a este nome seja “o fundador da lógica formal”, enquanto a descrição que João associa é “o autor da Metafísica”. O resultado será que eles dizem coisas diferentes quando proferem a frase “Aristóteles foi um filósofo”. Neste caso, Maria estará dizendo que *existe um único fundador da lógica formal, e ele foi um filósofo*, enquanto João estará dizendo que *existe um único autor da metafísica, e ele foi um filósofo*. Ora, dado que muito frequentemente diferentes falantes associam

diferentes descrições a um mesmo nome, podemos esperar uma grande variação do significado do nome de falante para falante. Esta é uma consequência implausível do descritivismo clássico, pois o significado de “Aristóteles” não parece variar neste sentido. Além disto, a variação neste caso implica que teremos de tratar muitos casos de reais desacordos entre falantes como casos de pseudodesacordos. Suponha que João diga que Aristóteles foi um filósofo e Maria discorde, dizendo que Aristóteles não foi um filósofo. Ao que parece, Maria está recusando o que João diz e somente um dos dois pode estar com a razão. Entretanto, de acordo com o descritivismo em questão, João está dizendo que *existe um e somente um autor da Metafísica e ele foi um filósofo*. Mas Maria está dizendo que *existe um e apenas um fundador da lógica formal e ele não foi um filósofo*. Se este é o caso, então ambos poderiam estar com a razão. O que João diz é consistente com o que Maria diz. Poderia ser o caso que existe um e apenas um autor da Metafísica e ele foi um filósofo; ao mesmo tempo em que existe um e apenas um fundador da lógica formal e ele não foi um filósofo. Não haveria qualquer desacordo substancial entre João e Maria.

Na esperança de evitar problemas como estes, John Searle (1958) desenvolveu uma versão mais sofisticada do descritivismo: a *teoria descritivista dos agregados* ou, para simplificar, *teoria dos agregados*. Searle acredita que o suposto fato de usarmos descrições no aprendizado e ensino de nomes é um indício a favor de uma perspectiva descritivista da referência. Mas ele recusa que o significado ou o referente do nome seja fornecido por uma única descrição associada pelo falante.

Para entender a tese de Searle, comecemos por uma versão mais simples. Poderíamos supor que o significado de um nome é fornecido pela conjunção de todas as descrições que o falante associa a ele. De acordo com esta tese, o referente de um nome próprio é o indivíduo ou objeto que satisfaz *todas* as descrições que o falante associa ao nome. Se uma única descrição falhar em ser satisfeita ou for satisfeita por um indivíduo diferente daquele que satisfaz alguma das outras, então o nome pura e simplesmente não terá um referente. Isto é completamente irrealista. Uma consequência desta tese é que cada especialista do mundo em Aristóteles provavelmente falha em se referir a alguém por meio do nome “Aristóteles”. Para cada um deles, é improvável que

exista um e somente um indivíduo que satisfaça todas as descrições que ele associa ao nome. Na verdade, para cada um deles é bem provável que uma destas duas coisas ocorra: (a) alguma descrição associada não é satisfeita por qualquer indivíduo, (b) alguma descrição associada é satisfeita por um indivíduo diferente daquele que satisfaz alguma das outras. Não diríamos que qualquer especialista falha em se referir a algo apenas porque (a) ou (b) ocorrem. Na verdade, é um truismo que um usuário de “Aristóteles” pode se referir a Aristóteles a despeito de algumas de suas descrições associadas não serem satisfeitas por qualquer indivíduo, ou serem satisfeitas por um indivíduo diferente de Aristóteles. O mesmo vale para nomes próprios em geral. Sendo assim, a versão simples da teoria dos agregados deve ser rejeitada.

A moral da história é que uma teoria dos agregados deve permitir que nem todas as descrições que um falante associa a um nome sejam satisfeitas por um mesmo objeto. Tem de haver espaço para descrições que simplesmente não são satisfeitas, e para descrições que são satisfeitas por indivíduos diferentes. Isto nos leva a outro problema: quantas descrições de um agregado têm de ser satisfeitas por um objeto para que ele seja o referente do nome? Searle pensa que não há um número predeterminado. Sua resposta é que tem de haver um número suficiente, porém indeterminado ou vago, de descrições satisfeitas. O referente de “Aristóteles” será quem quer que satisfaça um número suficiente, porém indeterminado, das descrições que fazem parte do agregado que o falante associa a este nome.

Isto ainda deixa alguns problemas em aberto. Considere a seguinte situação: um indivíduo *a* satisfaz metade das descrições associadas ao nome “Aristóteles”, enquanto *b* satisfaz a outra metade. A quem “Aristóteles” se refere neste caso? As respostas mais plausíveis são as seguintes: (i) “Aristóteles” não se refere a algo, e (ii) o referente de “Aristóteles” é indeterminado. Devido a este problema, sustenta-se por vezes que Searle deveria aceitar que o referente de um nome tem de satisfazer *pele menos* mais da metade das descrições associadas ao mesmo (LYCAN, 2000, p. 38; DEVITT, 1999, p. 50; SOAMES, 2005, p. 13). Entretanto, Searle não está de fato obrigado a aceitar isto. Tudo que ele precisa aceitar é que se *N* (definitivamente) se refere a *x*, então não há um objeto *y* diferente de *x* que satisfaz um número maior ou igual de descrições

que x . Esta última restrição não implica que um indivíduo é o referente de um nome apenas quando satisfaz mais da metade das descrições associadas ao mesmo. Ao contrário, é possível que x seja o referente de N mesmo quando satisfaz menos da metade das descrições associadas a N , desde que não haja um objeto diferente, y , que satisfaça um número maior ou igual de descrições do agregado.

Seja D_1, D_2, \dots, D_n o agregado de descrições que um falante S associa ao nome “Aristóteles”. Na versão que alcançamos até agora da teoria dos agregados, ao proferir (3) que S estaria realmente dizendo é (3’):

(3) Aristóteles foi um filósofo.

(3’) A coisa acerca da qual um número suficiente, mas indeterminado, das afirmações: ele é D_1 , ele é D_2, \dots , ele é D_n , são verdadeiras foi também um filósofo.

Mas Searle ainda adiciona um último elemento. Dentre as descrições que são normalmente associadas ao nome “Aristóteles”, não há uma especificação prévia de quais são verdadeiras de Aristóteles e quais não são. Na verdade, parte da utilidade dos nomes é justamente possibilitar a referência descritiva sem ter de especificar quais descrições exatamente o referente do nome tem de satisfazer. Nomes são como cabides nos quais adicionamos cada vez mais descrições, sem saber quais exatamente, e em qual número, desempenham o papel de determinar o referente. Chegamos assim à ainda mais complexa teoria de Searle. Nesta versão, (3) é interpretada como (3’)

(3’’) A coisa acerca da qual um número suficiente, vago e não especificado das afirmações: ele é D_1 , ele é D_2, \dots , ele é D_n , são verdadeiras foi também um filósofo.

Suponha que as descrições que João associa ao nome “Aristóteles” sejam “o fundador da lógica formal”, “o autor da *Metafísica*” e “o discípulo mais importante de Platão”. Então, quando João diz que Aristóteles foi um filósofo, está dizendo o seguinte: *A coisa da qual um número suficiente, vago e não*

especificado das afirmações: ele é o fundador da lógica formal, ele é o autor da Metafísica, ele é o discípulo mais importante de Platão, são verdadeiras foi também um filósofo. Isto explica a contribuição que nomes fazem para as frases que os contêm. O referente do nome será quem quer que seja o único objeto de quem o número suficiente, vago e não especificado das afirmações relevantes são verdadeiras. No caso de João, por exemplo, o referente do nome “Aristóteles” será quem quer que satisfaça a descrição muitíssimo complicada em itálico na frase acima.

Com esta formulação mais sofisticada, Searle escapa do primeiro problema apontado acima para o descritivismo clássico. Uma vez que o significado e o referente do nome são dados pelo agregado de descrições associadas pelo falante, não é necessário afirmar que há sempre uma delas que faz o trabalho sozinha. Por outro lado, não é claro como a tese de Searle escaparia do segundo problema. É muito frequente que diferentes falantes associem diferentes agregados de descrições a um mesmo nome. O agregado de descrições que associa ao nome “Aristóteles”, por exemplo, dificilmente será exatamente o mesmo que você associa. Isto implicará, novamente, que o nome “Aristóteles” tem diferentes significados na boca de diferentes indivíduos. Neste caso, a teoria de Searle parece ter o mesmo problema do descritivismo clássico. Um modo de escapar desta objeção seria distinguir entre o agregado de descrições que é associado a um nome pela comunidade linguística e aquele que é associado por cada falante individual. Neste contexto, o significado público do nome seria determinado pelo conjunto de descrições que a comunidade associa ao mesmo. Isto nos permitiria dizer que o nome tem um único significado, determinado precisamente pelo agregado associado pela comunidade relevante. Ocorre, no entanto, que falantes individuais frequentemente não dominam este significado inteiramente, dado que o agregado associado por eles ao nome geralmente constitui apenas uma parcela do agregado associado pela comunidade. O fato de diferentes falantes associarem um mesmo nome a diferentes agregados apenas implicaria que eles dominam diferentes parcelas do significado público do mesmo. Esta tese é claramente consistente com a proposta de Searle em seu clássico artigo de 1958, e talvez seja mesmo a melhor forma de interpretá-la. Entretanto, ela requer

alguns aprimoramentos posteriores. Mais especificamente, teríamos de explicar como o significado público de um nome interage com a parcela compreendida por cada falante, e como a comunicação pode ocorrer através da compreensão parcial que cada um deles tem do significado do nome. Seja como for, podemos assumir que a estratégia de Searle no mínimo tem recursos para lidar com ambos os problemas levantados pelo descritivismo clássico.

Por fim, vale a pena mencionar que a teoria dos agregados foi recentemente sofisticada por Cláudio Costa (2011, 2013). De acordo com Costa, uma versão inteiramente satisfatória desta teoria deveria dizer algo sobre a estrutura interna do agregado de descrições que determina o significado e o referente do nome próprio relevante. Ela deveria fornecer um critério que nos permita dizer quais tipos de descrições são mais importantes para esta função, e como elas se relacionam com os outros tipos de descrições. De acordo com Costa, há duas classes de descrições fundamentais na constituição do significado e determinação do referente de um nome próprio: *descrições localizadoras* e *descrições caracterizadoras*. As primeiras nos informam sobre a carreira espaço-temporal do objeto, enquanto as segundas apontam para as características mais importantes do mesmo, aquelas que constituem a razão de usarmos um nome próprio para falar sobre ele. Tomando Aristóteles como exemplo, as descrições localizadoras nos contam onde e quando ele nasceu, onde viveu, por onde passou, etc. Já as descrições caracterizadoras nos informam de seus grandes feitos, como a produção de uma gigantesca e valiosa obra intelectual. Se procurarmos um verbete de enciclopédia sobre Aristóteles, notaremos que ele começa com descrições destes dois tipos, o que é um indício a favor de seu papel especial. A partir daí, Costa articula uma regra que governa o modo como estes dois tipos de descrições constituem o significado e determinam o referente de um nome. O resultado é, de acordo com ele, uma versão da teoria dos agregados capaz de escapar de todas as objeções apontadas nas três próximas seções deste livro. Como já dito, meu foco serão as versões tradicionais do descritivismo, de modo que não vou entrar em detalhes sobre versões mais recentes aqui.

Deve estar claro que tanto a teoria de Searle como o descritivismo clássico são versões de teoria da referência indireta. Ambos afirmam que o

referente dos nomes é determinado pelo significado dos mesmos. Mas é importante notar que é possível defender o descritivismo sem defender a referência indireta. O ponto aqui é simples. Podemos sustentar, por exemplo, que o referente de um nome é determinado descritivamente (seja por uma descrição isolada ou por um agregado) e, ao mesmo tempo, recusar que as descrições envolvidas forneçam o significado dos nomes. Nada na tese de que o referente de um nome N é o objeto que satisfaz uma ou um conjunto de descrições implica que o significado de N é fornecido pelas descrições em questão. Por outras palavras, podemos sustentar uma *teoria descritivista da referência* sem sustentar uma *teoria descritivista do significado*.

Conforme veremos a seguir, existe um conjunto de objeções poderosas às duas versões de descritivismo apresentadas acima. Nas próximas seções apresento estas objeções e noto que as duas primeiras dizem respeito apenas à tese descritivista sobre o significado dos nomes, deixando intacta a tentativa de usar descrições apenas para explicar a referência dos mesmos. Uma vez que apenas a última objeção (o argumento semântico) diz respeito à teoria da referência propriamente dita, somente ela será tratada em pormenor neste livro.

1.2 O argumento modal

Ambas as formas de descritivismo que vimos na seção anterior explicam o significado dos nomes próprios em termos do significado de descrições. De acordo com o descritivismo clássico, o significado de um nome é o significado de uma descrição associada a ele pelo falante. De acordo com a teoria dos agregados, o significado de um nome é o significado de uma descrição mais complexa da forma “a coisa da qual um número suficiente, vago e não especificado das afirmações: ele é D1, ele é D2..., ele é Dn, são verdadeiras”. Neste sentido, ambas afirmam que nomes são equivalentes a descrições. O argumento modal, primeiramente fornecido por Kripke (1972/80, p. 48-49), pretende mostrar que nomes não são equivalentes a descrições, porque nomes e descrições se comportam de modo diferente em contextos modais (ou seja, contextos envolvendo possibilidade e necessidade).

Comece pensando na seguinte frase:

(4) Se Aristóteles existe, então Aristóteles é Aristóteles.

(4) é necessariamente verdadeira. Não é possível que Aristóteles exista e Aristóteles não seja Aristóteles. Claro que Aristóteles poderia existir e ter outro nome, mas o que (4) afirma é que se ele existe, então ele é ele mesmo. Isto não poderia ser falso.

Agora retire a última ocorrência do nome “Aristóteles” de (4), de modo a obter o seguinte:

(X) Se Aristóteles existe, então Aristóteles é _____

O resultado é uma frase com uma parte em branco. Apenas coloque a descrição “o fundador da lógica formal” na parte em branco, de modo a obter o seguinte.

(5) Se Aristóteles existe, então Aristóteles é *o fundador da lógica formal*.

Repare que, diferentemente de (4), (5) não é necessariamente verdadeira. Aristóteles poderia ter existido e, ainda assim, não ter fundado a lógica formal. Ele poderia, por exemplo, ter morrido logo após nascer, ou ter se dedicado exclusivamente à carpintaria, sem gastar seu tempo com coisas tediosas como a lógica. Portanto, (4) é necessariamente verdadeira, mas (5) não. Se isto é assim, então (4) e (5) devem expressar proposições diferentes. Mas a única diferença entre ambas é que nós substituímos uma das ocorrências do nome “Aristóteles” (em (4)) pela descrição “o fundador da lógica formal” (em (5)). Deste modo, a única explicação para a diferença de significado entre ambas é que o nome e a descrição contribuem de um modo diferente para o significado das frases. Por outras palavras, o nome “Aristóteles” tem um significado diferente da descrição “o fundador da lógica formal”.

O problema é que o argumento pode ser generalizado. Tome as descrições normalmente associadas ao nome “Aristóteles”: “O fundador da lógica

formal”, “o autor da Metafísica”, “o discípulo mais importante de Platão”, etc. Se colocarmos qualquer uma delas no espaço em branco de (X), o resultado será uma proposição que, diferentemente de (4), não é necessariamente verdadeira. Assim, pelo mesmo argumento, nenhuma destas descrições é equivalente ao nome “Aristóteles”. Ao que parece, nossa única saída seria rejeitar o descritivismo clássico.

Para piorar, o mesmo argumento funciona contra a teoria dos agregados. Tome novamente (X).

(X) Se Aristóteles existe, Aristóteles é _____

Agora coloque no espaço em branco a descrição mais complicada “a coisa da qual um número suficiente, porém vago e não especificado, das afirmações: ele é o fundador da lógica formal, ele é o autor da Metafísica, etc., são verdadeiras”. O resultado é o seguinte:

(6) Se Aristóteles existe, Aristóteles é a coisa da qual um número suficiente, porém vago e não especificado, das afirmações: ele é o fundador da lógica formal, ele é o autor da Metafísica, etc. são verdadeiras.

(6) não é necessariamente verdadeira. Aristóteles poderia ter existido sem ter satisfeito um número suficiente daquelas descrições. Na verdade, ele poderia ter existido sem ter satisfeito qualquer das descrições que efetivamente mencionei. Novamente, ele poderia ter morrido logo após nascer ou ter tido uma vida completamente diferente, sem se dedicar minimamente à lógica, filosofia, etc. Mas vimos que (4) é necessariamente verdadeira. Logo, (4) e (6) expressam proposições diferentes. Logo, a descrição mais complicada acima não é equivalente ao nome “Aristóteles”. A teoria dos agregados é falsa.

Kripke vai além e fornece um argumento adicional contra as duas versões de descritivismo que vimos. Este segundo argumento apela ao fato de que nomes, mas não descrições, são designadores rígidos. O conceito de *designador rígido* é geralmente definido em termos do conceito de *mundos*

possíveis. O idioma dos mundos possíveis é usado para tornar mais claro a nossa conversa sobre necessidades e possibilidades.

Grosso modo, um mundo possível é um modo como as coisas podem ser. O modo como as coisas efetivamente são é também um modo como elas podem ser e, assim, é também um mundo possível; ao qual chamamos “mundo atual”. Repare que o mundo atual (o modo como as coisas efetivamente são) não inclui apenas o presente. De fato, por *mundo atual* entende-se todo o nosso universo, incluindo seu passado, presente e futuro com tudo que há nele. Agora, podemos traduzir a nossa conversa sobre possibilidades e necessidades para uma linguagem que use a noção de mundos possíveis. Dizer que algo é possível é dizer que algo é o caso em pelo menos um mundo possível. Dizer que algo é necessário é dizer que é o caso em todos os mundos possíveis.

Vimos que (5) não é necessariamente verdadeira. Isto significa que (5) não é verdadeira em todos os mundos possíveis ou, o que dá no mesmo, existem mundos possíveis nos quais (5) é falsa. Podemos imaginar um mundo no qual Aristóteles se dedicou à carpintaria, ao invés de à filosofia e lógica, deixando assim de fundar a lógica formal. Neste mundo, Aristóteles existe, mas não é o fundador da lógica formal. Mas é claro que neste mundo Aristóteles continua sendo Aristóteles, de modo que (4) continua sendo verdadeira neste mundo. Na verdade, nossa intuição é que não haverá mundos nos quais Aristóteles existe e Aristóteles não é Aristóteles. A proposição expressada por (4) é verdadeira em todos os mundos possíveis. Por outras palavras, (4) é necessariamente verdadeira.

Vimos, portanto, que enquanto o valor de verdade de (5) (e também (6)) varia de mundo para mundo, o valor de verdade de (4) não varia, sendo sempre verdadeiro. Kripke pensa que algo análogo acontece com descrições e nomes próprios. Enquanto o referente de nomes normalmente não varia de mundo para mundo, o de descrições normalmente varia (há devidas exceções que ignoraremos por aqui). Começemos pelo caso dos nomes.

Repare que para a frase “Maria é inteligente” ser verdadeira em um mundo possível *m*, basta que a pessoa de fato referida pelo nome “Maria” seja inteligente em *m*. Não há qualquer problema adiante sobre quem é o referente de “Maria” em *m*. Este nome se referirá em *m* à mesma pessoa a quem ele se

refere no mundo atual. Por outras palavras, o referente de “Maria” é constante de mundo para mundo. Por isto, para avaliarmos a verdade da proposição expressada por esta frase com respeito a uma situação possível, não é preciso procurar pelo referente do nome naquela situação.

Mas descrições usualmente funcionam de um modo diferente. A frase “O atual presidente do Brasil é um homem” é verdadeira. Mas consideremos um mundo possível onde Maria Bethânia é a presidenta do Brasil. Neste mundo, a frase acima é com certeza falsa. Assim, se quisermos avaliar a verdade desta proposição com respeito a uma dada situação possível, precisaremos descobrir quem é o referente da descrição naquela situação. De modo geral, quando avaliamos a verdade de uma frase da forma “O F é G” com respeito a uma situação possível, temos de procurar pelo referente de “O F” naquela situação. Isto ocorre porque o referente de uma descrição pode mudar de um mundo possível para outro. Portanto, não é constante.

Para expressar esta diferença, diz-se que nomes, mas não descrições, são *designadores rígidos*. A noção intuitiva de designador rígido é a seguinte: Um termo *t* é um designador rígido se, e somente se, designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis onde ele existe, e designa nada mais em qualquer outro mundo possível. No entanto, podemos distinguir entre muitos tipos de designadores rígidos. Se tratando de nomes próprios, o mais comum é defender que são designadores rígidos *persistentes* ou *obstinados*. Um designador rígido persistente é um que designa o mesmo objeto em todos e somente todos os mundos possíveis onde ele existe. Um designador rígido obstinado é um que designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis, se ele existe ou não. (Para uma distinção entre os vários tipos de designadores rígidos veja Brock (2004, p. 283)).

Agora, pode-se alegar que isto explica *parcialmente* por que (5) é falsa em alguns mundos possíveis. Enquanto o referente de “Aristóteles” é constante, o referente de “o fundador da lógica formal” não é. Assim, embora Aristóteles seja o referente desta descrição no mundo atual, existem mundos nos quais Aristóteles existe, mas a descrição “o fundador da lógica formal” não o denota (seja porque ela não denota alguém, seja porque denota um indivíduo diferente). Ora, quando usarmos o nome “Aristóteles” para falar de um destes mundos, nos

referiremos ao próprio Aristóteles, já que o referente deste nome não varia de mundo para mundo. Mas quando usarmos a descrição associada, não denotaremos Aristóteles. O resultado é que (5) será falsa neste mundo. Observações similares se aplicam a (6).

Em resumo, a versão mais sofisticada do argumento de Kripke pode ser exposta como segue: nenhum termo que seja um designador rígido pode ser equivalente a (ter o mesmo significado de) um termo que não seja um designador rígido. Assim, nenhum nome que seja um designador rígido pode ser equivalente a uma descrição não rígida. Dado que Kripke está confiante de que nomes geralmente são rígidos e as descrições mais comuns associadas a eles geralmente não são rígidas, fica difícil acreditar que alguma das versões anteriores do descritivismo está correta.

O argumento modal talvez seja o mais discutido nos últimos anos, e foram desenvolvidas pelo menos duas versões novas do descritivismo para lidar com este argumento: o *descritivismo de escopo amplo* e o *descritivismo rigidificado*. Ambas serão apenas mencionadas aqui. O primeiro apela a uma conhecida ambiguidade, prevista pela teoria das descrições, de frases contendo descrições definidas em contextos modais. Em tais contextos, as descrições podem tomar escopo amplo ou restrito em relação ao operador modal. A partir daí, a ideia central é que nomes próprios não apenas abreviam ou são equivalentes a descrições definidas, mas indicam que a descrição abreviada deve tomar escopo amplo sobre operadores modais. Por outras palavras, existe uma convenção – que, no entanto, pode ser cancelada em situações especiais – de que as descrições abreviadas pelos nomes devem tomar escopo amplo sobre os operadores modais. Com este movimento, os defensores desta perspectiva acreditam poder escapar do argumento modal, e explicar como e em que sentido nomes próprios são designadores rígidos. Uma defesa desta versão do descritivismo pode ser encontrada em Sosa (2001). O segundo, por sua vez, começa por notar que o argumento de Kripke tem uma limitação importante: ele só funciona se supusermos que as descrições definidas que são abreviadas pelos nomes não são rígidas. É fácil perceber que existem descrições rígidas. Um exemplo de descrição deste tipo é “o indivíduo que atualmente é o fundador da lógica formal”. Esta descrição, quando usada por um falante de nosso mundo,

denota Aristóteles em todos os mundos possíveis nos quais ele existe, mesmo aqueles nos quais ele não fundou a lógica formal. A partir daí, a tese central dos descritivistas rigidificados é que os nomes próprios não apenas abreviam descrições, eles abreviam descrições rigidificadas do tipo acima. Os descritivistas rigidificados acreditam que, com isto, podemos explicar perfeitamente o comportamento dos nomes em contextos modais, prevendo sua rigidez e escapando do argumento modal. Para uma defesa desta versão do descritivismo, veja Nelson (2002). Ainda é um problema em aberto se alguma destas versões consegue realmente escapar do argumento modal, ou fornecer uma explicação satisfatória da rigidez dos nomes próprios. Críticas podem ser encontradas em Soames (1998) e Branquinho (2001).

Seja como for, repare que o argumento modal tem força apenas contra teorias descritivistas que afirmam que o significado dos nomes é o significado de descrições. Como vimos, é a princípio possível defender que descrições desempenham um papel apenas na determinação do referente dos nomes, sem defender que os últimos são equivalentes a descrições. Por outras palavras, o argumento modal é antes um argumento sobre teorias do significado do que teorias da referência. Por este motivo, este argumento não será mais discutido daqui para frente.

1.3 O argumento epistêmico

Como o argumento modal, o argumento epistêmico de Kripke pretende mostrar que nomes próprios não são equivalentes a descrições definidas. Desta vez, contudo, sustenta-se que nomes e descrições se comportam de maneira diferente em contextos epistêmicos ou, mais especificamente, contextos de atribuição de crenças, conhecimento, etc.

Comece por reparar que proposições são objetos de crença, conhecimento, etc. Grosso modo, dizer isto é meramente dizer que proposições podem ocupar o lugar em branco em frases como “João sabe/acredita que _____”. Assim, por exemplo, podemos dizer que:

(7) João sabe que *Aristóteles é Aristóteles*.

A parte em itálico é a proposição conhecida por João. Agora, descritivistas clássicos sustentam que o nome “Aristóteles” é equivalente a alguma descrição associada pelo falante a ele. Assim, a substituição de uma das ocorrências do nome em (7) pela descrição equivalente não deve alterar o significado de (7). Como antes, começemos por tirar uma das ocorrências do nome, de modo a obter uma frase com um espaço em branco.

(Y) João sabe que *Aristóteles é* _____

Coloquemos então a descrição “o fundador da lógica formal” no espaço em branco.

(8) João sabe que *Aristóteles é o fundador da lógica formal*.

A única diferença entre (7) e (8) é que a descrição ocorre em (8) no lugar em que o nome ocorre pela segunda vez em (7). Se o nome “Aristóteles” tem o mesmo significado da descrição “o fundador da lógica formal”, então (7) e (8) devem ter o mesmo significado também. Por outras palavras, (7) e (8) devem expressar a mesma proposição. Isto implica que atribuir a João a crença de que *Aristóteles é Aristóteles* é exatamente o mesmo do que atribuir a ele a crença de que *Aristóteles é o fundador da lógica formal*. Mas isto é um completo absurdo.

Para ver que isto é um absurdo, repare que João não precisa de qualquer investigação empírica para saber que Aristóteles é Aristóteles. Ele sabe disto *a priori*. Por outro lado, é preciso investigação empírica para saber que Aristóteles é o fundador da lógica formal. Assim, atribuir a João conhecimento de que Aristóteles é Aristóteles (como fizemos em (7)) é uma coisa, e atribuir a ele o conhecimento de que Aristóteles é o fundador da lógica formal (como fizemos em (8)) é outra. Em suma, (7) e (8) expressam proposições diferentes. Mas a única diferença entre ambas é que substituímos o nome ocorrendo em (7) pela descrição ocorrendo em (8). A única explicação para esta diferença de significado das frases parece ser que o nome e a descrição têm significados

diferentes. Portanto, “Aristóteles” não é equivalente à descrição “o fundador da lógica formal”.

Como antes, o argumento pode ser generalizado para mostrar que pelo menos a grande maioria das descrições normalmente associadas ao nome “Aristóteles” não é equivalente a este nome. (Apenas repita o processo acima, colocando outras descrições – por exemplo: “o autor da Metafísica”, “o discípulo mais importante de Platão”, etc. – no espaço em branco de (Y)). Ao que parece, a saída seria rejeitar o descritivismo clássico.

O mesmo problema surge para a teoria dos agregados de Searle. Desta vez, preencha o espaço em branco de (Y) com a descrição mais complicada de Searle, de modo a obter algo como:

(9) João sabe que Aristóteles é a coisa da qual um número suficiente, porém vago e não especificado, das afirmações: ele é o fundador da lógica formal, ele é o autor da Metafísica, etc., são verdadeiras.

Sem dúvida alguma, (9) não significa o mesmo que (7). Atribuir a João a crença de que Aristóteles é Aristóteles é algo muito diferente de atribuir a ele a crença de que Aristóteles é o indivíduo de quem um número suficiente, vago e não especificado das afirmações acima são verdadeiras. Como a única diferença entre (7) e (9) é que a descrição complicada de (9) substitui uma das ocorrências do nome em (7), o nome não é equivalente à descrição.

Assim como o argumento modal, o argumento epistêmico tem como alvo teorias descritivistas do significado. Este argumento será um problema para qualquer versão do descritivismo que afirme que nomes são equivalentes a descrições. Na próxima seção, no entanto, veremos um importante argumento que têm como alvo teorias da referência, e que será amplamente discutido ao longo do livro.

1.4 O argumento semântico

Se os dois argumentos anteriores são sólidos, então nomes próprios comuns não são equivalentes a descrições. Por outras palavras, descrições definidas não dão o significado dos nomes. Porém, nem o argumento modal nem o argumento epistêmico são diretamente um problema para a tentativa de explicar apenas a referência dos nomes em termos de descrições. Talvez possamos dizer que o referente de um nome próprio comum é determinado pela descrição que o falante associa ao nome sem, com isto, alegar que a descrição forneça o significado do nome. Em princípio, nada nos impede de fazer isto.

Entretanto, a tentativa de explicar a referência em termos descritivistas enfrenta dois desafios principais: o argumento semântico e o exemplo da Terra Gêmea. O argumento semântico foi primeiro apresentado por Kripke e Donnellan, e o exemplo da Terra Gêmea é proveniente de Putnam. Nesta seção, exponho apenas o primeiro.

Suponha que a descrição relevante que um sujeito S associa ao nome “Aristóteles” é “o fundador da lógica formal”. Então, o referente do nome, tal como usado por ele, será o único indivíduo a ter fundado a lógica formal. Se não houver um fundador da lógica formal, ou houver mais de um, então S falha em se referir a algo por meio de seu uso do nome. Mas se realmente houver um e apenas um fundador da lógica formal, será a este indivíduo que S se referirá.

Repare que isto tem a seguinte consequência: se S realmente tem sucesso em se referir a algo pelo nome “Aristóteles”, então ele não pode estar errado sobre o fato de que o referente do nome é o fundador da lógica formal. Dado que o referente de “Aristóteles” (na boca de S) é quem quer que seja que tenha fundado a lógica formal, não pode ser o caso que o nome (usado por S) se refira a algo e o seu referente não seja o fundador da lógica formal. Por isto, podemos dizer que S *sabe* que o referente de “Aristóteles” é o fundador da lógica formal, ou, pelo menos, tem a *crença verdadeira* de que assim seja.

A crença verdadeira ou o conhecimento de que o referente de “Aristóteles” é o fundador da lógica formal é um exemplo do que chamamos de “crença ou conhecimento discriminatório”, que permite a alguém identificar um objeto. *Identificação* é entendida como a capacidade de diferenciar um objeto de

todos os outros do mundo. Quando S sabe ou acredita que o referente de “Aristóteles” é o fundador da lógica formal, ele sabe que ou acredita que ele é o único a possuir certa propriedade: a propriedade de ter fundado a lógica formal. Por isto, ele é capaz de identificar Aristóteles.

Esta é uma das razões pelas quais descrições definidas são tão interessantes para a explicação da referência: elas podem ser usadas para identificar objetos. Imagine, por exemplo, que a única descrição que associe ao nome “Aristóteles” seja “é um filósofo famoso”. Existem vários filósofos famosos no mundo, de modo que esta descrição não me permitiria selecionar algum deles em particular. Por outro lado, se Russell está certo, então descrições como “o fundador da lógica formal” ou “o autor da *Metafísica*” nos permitem fazer justamente isto. Tais descrições nos fornecem propriedades identificadoras dos objetos. A primeira nos apresenta um objeto como o *único a ter fundado a lógica formal*, e a segunda nos apresenta um objeto como o *único a ter escrito a Metafísica*. Assim, podemos usar descrições como estas para tentar selecionar um objeto específico do mundo, e é isto que queremos quando usamos nomes próprios para referência singular.

Em resumo: de acordo com o descritivismo, um falante S tem sucesso em se referir a um objeto x através de um nome N somente se sabe ou tem a crença verdadeira de que o referente de N é o único a possuir uma determinada propriedade. Agora, podemos expor o argumento semântico como segue.

- (i) Se o descritivismo está correto, então não existem casos nos quais um falante totalmente ignorante acerca do referente de um nome consegue se referir a algo através do nome.
- (ii) Todavia, existem casos nos quais falantes totalmente ignorantes têm sucesso em se referir a algo através de nomes.
- (iii) Logo, o descritivismo é falso.

A premissa controversa do argumento é (ii), dado que (i) é óbvia e (iii) segue de (i) e (ii). Primeiro, entende-se os *falantes ignorantes* como falantes que não possuem o tipo de crença ou conhecimento discriminatório exigido pelos

descritivistas. Agora, o que (ii) afirma é que há casos em que os falantes ignorantes, neste sentido, podem ter sucesso em se referir através de nomes.

Até onde sei, o primeiro filósofo a encontrar casos deste tipo foi Kripke (1972/80, p. 95). Ele pede que pensemos em um caso no qual um professor introduz o nome “Newton” a suas crianças com uma descrição falsa (digamos, “o mestre de Platão”). Neste caso, a única informação que as crianças têm sobre Newton é falsa. Não há algo que elas possam fazer para identificá-lo, elas não conhecem qualquer propriedade que seja unicamente possuída por ele. Mas é lícito supor que mesmo assim as crianças podem se referir a Newton através deste nome. Se uma delas disser “Newton foi o mestre de Platão”, estará dizendo uma falsidade sobre Newton.

Outro exemplo é dado por Donnellan (1972). Suponha que uma criança acaba de acordar em uma festa e é apresentada por seus pais a uma pessoa chamada “Tom”, que lhe profere algumas palavras. No outro dia, a criança diz aos seus pais “Tom é um bom homem”. A única coisa que a criança sabe é que havia um Tom na festa, e nada mais. Ela não é capaz de apontar qualquer propriedade identificadora de Tom. Isto significa que nenhuma pessoa foi referida? Donnellan acredita que há boas razões para dizer que a criança teve sucesso em seu ato de referência. Por exemplo, os pais da criança poderiam dizer que, embora a criança tenha encontrado com muitas pessoas chamadas “Tom”, só uma disse algo a ela.

Estes são apenas dois dentre os muitos exemplos existentes. Em ambos os casos a intuição é que os falantes tiveram sucesso em se referir a um indivíduo através de um nome, mesmo sem possuir qualquer crença ou conhecimento discriminatório do referente do mesmo. Se isto é assim, então os descritivistas estão errados em afirmar que o conhecimento de propriedades identificadoras é uma condição necessária para a referência.

1.5 O que temos a aprender com o descritivismo

Ao longo deste capítulo, apresentei duas versões de descritivismo e um conjunto de objeções a estas versões. As duas primeiras objeções, caso sejam

bem-sucedidas, refutam a tese de que os nomes são equivalentes a descrições. Como esta é uma tese sobre o significado dos nomes, não nos interessa aqui. Contudo, o argumento semântico é especialmente importante. Primeiro, ele é importante porque alegadamente refuta até mesmo a tentativa de usar o descritivismo para explicar exclusivamente a referência dos nomes. Segundo, é importante porque existe uma versão dele que pode ser usada para refutar o tipo de teoria da identificação defendida no capítulo 3. Chegaremos a este segundo ponto no devido momento.

Por ora, apenas faço uma breve observação sobre o primeiro. De fato, acredito que o argumento semântico tem sucesso em refutar a teoria descritivista da referência. Por outras palavras, concordo com Kripke e Donnellan que há casos nos quais um falante é capaz de se referir a algo por um nome a despeito de não ter o conhecimento ou crença verdadeira de que seu referente é o único a possuir certo conjunto de propriedades. Mas não penso que o descritivismo não tenha algo a nos ensinar sobre a referência. Na verdade, a teoria da identificação defendida por mim no capítulo 3 deste livro incorporará a explicação descritivista da referência como uma parte importante.

Em primeiro lugar, descritivistas acertaram em reconhecer que a referência por nomes sempre envolve a identificação do objeto referido, a capacidade de diferenciar este objeto de todos os outros do mundo. Conforme veremos, não existem casos de sucesso na referência que não envolvam a capacidade de identificar o objeto referido. O erro dos descritivistas foi apenas não perceber que há outros modos de identificação disponíveis aos falantes, que não a crença ou o conhecimento de que o referente do nome é o único a possuir certa propriedade. Repare que, ao dizer que há outros modos de identificação, não estou recusando que o modo descritivista seja legítimo. Na verdade, uma importante contribuição do descritivismo para a explicação do fenômeno da referência foi reconhecer que falantes frequentemente identificam objetos por meio do conhecimento de propriedades identificadoras dos mesmos. Como veremos, tal modo de identificação tem um papel importante na referência dos nomes.

Finalmente, descritivistas também estão corretos em reconhecer que o falante deve ter algum papel importante na referência por nomes. Mais adiante,

sustentarei que um dos problemas da teoria causal é tirar a responsabilidade do falante pelo que ele faz. A teoria causal consegue reconhecer o aspecto social da referência, mas sustentarei que o aspecto social não pode fazer todo o trabalho sozinho. É preciso também algo *interno ao falante*. No caso dos descritivistas, este algo interno é o conhecimento de propriedades identificadoras. Na teoria defendida no terceiro capítulo, será a capacidade de identificar objetos em um dos modos disponíveis de identificação.

Em resumo, embora não acredite que o descritivismo seja a teoria correta da referência, acredito que seja uma parte indispensável da explicação correta.

1.6 Identificação: o princípio de Russell

Meu objetivo principal neste livro é apresentar e defender uma teoria da referência dos nomes próprios, isto é, uma teoria que forneça as condições individualmente necessárias e conjuntamente suficientes para referência singular por nomes. Na base desta teoria está o conceito de *identificação*, entendido como a habilidade de diferenciar um objeto de todos os outros. Ao longo de deste livro, defenderei que a identificação é, pelo menos, uma condição necessária para a referência singular por nomes.

Como vimos, teorias descritivistas explicam a referência em termos de crenças identificadoras e, deste modo, em termos de identificação do objeto referido. Mas presumivelmente existem ainda outros modos de identificar objetos que são importantes para uma teoria da referência dos nomes. O mais comum é apelar a todas ou algumas das seguintes cláusulas.

(a) *Conhecimento de propriedades identificadoras ou modo descritivo de identificação*: o sujeito sabe (acredita) que o referente do nome é o único objeto a possuir certo conjunto de propriedades.

(b) *Reconhecimento ou capacidade de reconhecer pela aparência*: o sujeito é capaz de reconhecer o referente do nome com base na sua

aparência, isto é, se o objeto aparecesse em sua frente, poderia identificá-lo como aquele a quem se referia;

(c) *Conhecimento por contato ou identificação demonstrativa*: o sujeito pode singularizar um objeto através do contato perceptivo – visão, tato, audição, paladar, olfato – com o mesmo.

Nenhum destes modos de identificar objetos nos é estranho, todos estão presentes em nossa vida cotidiana. Pode ser que a única forma que alguém tenha de identificar Platão seja pelo conhecimento de que ele é *o autor da República*, e talvez a única forma que ela tenha de identificar *A República* seja pelo conhecimento de que é a primeira grande obra de filosofia política do ocidente. Em ambos os casos, a pessoa identifica o objeto relevante pelo conhecimento de uma propriedade que somente ela possui. Além disto, não parece muito controverso que somos capazes de diferenciar objetos pela nossa capacidade de reconhecê-los com base em sua aparência. Imagine que você encontre seu cônjuge aos beijos com uma pessoa cuja aparência lembra você. Suponho que não aceitaria uma desculpa como “Amor! Pensei que fosse você!”. A razão de não aceitar uma desculpa deste tipo é que supõe, corretamente, que seu cônjuge é capaz de reconhecê-lo; capaz de diferenciar você, com base em sua aparência, de todos os outros objetos do mundo. Por fim, frequentemente identificamos objetos via percepção. Eu aponto e digo “isto é uma cobra!”, você olha e, para sua sorte, identifica rapidamente o animal perto de você.

Ainda assim, a legitimidade de cada um destes três modos de identificação pode ser colocada em causa. Pode-se duvidar que conhecimento por contato, reconhecimento ou conhecimento de propriedades identificadoras sejam modos de literalmente diferenciar um objeto de *todos* os outros do mundo. O caso mais óbvio é o do reconhecimento. Somos mesmo capazes de diferenciar alguma pessoa de todos os sócias que a natureza pode fornecer, com base apenas em sua aparência? No final das contas, talvez o cônjuge realmente seja inocente.

Seja como for, repare que a cláusula (a) é claramente simpática ao descritivismo. Quem explica o fenômeno da referência exclusivamente em

termos desta forma de identificação está comprometido com o descritivismo. Ao reconhecer esta cláusula como representando um dos modos de identificação relevantes para a referência dos nomes estou reconhecendo que o descritivismo está parcialmente correto. A situação das cláusulas (b) e (c) é mais complicada. Conforme veremos, o descritivismo não é obrigado a ignorar o papel da percepção e de elos causais em geral. A importância destes aspectos pode ser reconhecida com a afirmação de que as crenças identificadoras dos falantes frequentemente remetem a elos deste tipo. Mas isto é diferente de afirmar que conhecimento por contato e reconhecimento são modos legítimos de identificar objetos. O único modo de identificação (relevante na determinação da referência) que o descritivista aceita é o modo descritivo. Seja qual for a importância atribuída aos outros aspectos, a referência é sempre explicada em termos de conhecimento de propriedades identificadoras.

Por fim, a habilidade de identificar um objeto é normalmente vista como uma espécie de conhecimento, ou conhecimento discriminatório, acerca do objeto. Evans (1982, p. 65), seguindo Strawson (1959, sec. 1.1.2; 1974, p. 40) pensa que as cláusulas acima representam as três formas de satisfazer o *princípio de Russell*. Aplicado à teoria da referência, este princípio afirma que: *para se referir a um objeto através de um nome é necessário que o sujeito conheça (conhecimento discriminatório) o objeto referido*. A teoria que apresentarei aceita este princípio, e por esta razão pode ser considerada uma versão da *teoria da identificação*.

1.7 O argumento semântico contra a identificação

Sem dúvida alguma, muitos usos de nomes não podem ser explicados pelo apelo às cláusulas (b) ou (c). É fácil achar exemplos. Posso usar o nome “Sócrates” para me referir a Sócrates (o filósofo), mas não posso reconhecê-lo com base em sua aparência ou mesmo ter encontros perceptivos com ele (ele já morreu!). Casos como este são muito frequentes, abrangendo possivelmente a maior parte dos nomes que possuímos. Alguns exemplos são os nomes de

pessoas que já morreram e os nomes de pessoas com as quais nunca tivemos contato.

Mas vimos que há problemas em assumir que a referência seja geralmente explicada pelo apelo à cláusula (a), que seria a estratégia descritivista. Aparentemente, dentre os muitos casos que não podem ser explicados pelo apelo às cláusulas (b) e (c), há muitos que não podem ser explicados pelo apelo à cláusula (a). No fim das contas, há muitos que não podem ser explicados por quaisquer das cláusulas do princípio de Russell. Assim, temos uma razão para recusar que a referência singular dos nomes possa ser totalmente explicada pelo apelo ao princípio de Russell. Sempre existirão casos de falantes que, embora sejam incapazes de identificar o objeto referido (pelo menos nos três modos acima), têm sucesso em se referir a algo através do nome.

Isto nos leva a uma nova versão do argumento semântico que pode ser formulada como segue:

- (i) Se conhecimento discriminatório é uma condição necessária para a referência dos nomes, então não existem casos em que um falante totalmente ignorante acerca do referente de um nome consegue se referir a algo através do nome.
- (ii) Todavia, existem casos em que falantes totalmente ignorantes têm sucesso em se referir a algo através de nomes.
- (iii) Logo, conhecimento discriminatório não é uma condição necessária para a referência dos nomes.

Esta versão do argumento semântico alegadamente refuta o princípio de Russell. Os falantes ignorantes mencionados nas premissas são falantes que não possuem a habilidade de identificar o objeto referido. Se realmente existem falantes ignorantes neste sentido, e que são capazes de fazer referência por nomes, então o princípio de Russell está em dificuldades. O problema é que aparentemente existem. Não precisamos de muito esforço para ver isto, basta pensarmos exatamente nos mesmos exemplos de Kripke e Donnellan apresentados na seção 1.4. Aqueles parecem ser casos nos quais os falantes

têm sucesso em se referir a algo, mas não possuem qualquer um dos três tipos de conhecimento discriminatório importantes para o princípio de Russell. Logo, este princípio é falso.

Não acredito que o argumento semântico tenha realmente sucesso em refutar o princípio de Russell. De fato, penso que ele pode nos ensinar algo importante: que existem casos de sucesso referencial por nomes por parte de falantes incapazes de identificar o referente *em qualquer uma das três formas mencionadas acima*. Em contrapartida, sustentarei que estas não são as únicas formas de identificação envolvidas na referência por nomes. Tão logo reconhecermos que existe ainda uma quarta forma importante de identificação, poderemos perceber que o princípio de Russell não é realmente violado pelos usos cotidianos de nomes próprios. Discutiremos isto em detalhes no capítulo 3.

Por ora, a situação é a seguinte. O argumento semântico parece refutar não apenas o descritivismo, mas também qualquer tentativa de explicar a referência em termos de identificação. Ao que parece, precisamos de uma teoria que nos permita explicar como os falantes ignorantes dos exemplos de Kripke e Donnellan se referem ao que se referem. A teoria causal é a principal candidata a cumprir este papel. É com ela que nos ocuparemos a partir de agora.

1.8 Resumo

- O Descritivismo explica a referência e/ou significado dos nomes em termos da referência e/ou significado das descrições definidas. De acordo com o descritivismo clássico, a referência de um nome próprio é explicada em termos do significado de uma descrição que o falante associa a ele. De acordo com a teoria dos agregados, a referência de um nome próprio é determinada pelo significado de uma descrição complexa (associada pelo falante ou pelo comunidade) da seguinte forma: a coisa da qual um número suficiente, vago e não especificado das afirmações: ele é D1, ele é D2..., ele é Dn, são verdadeiras. (Seção 1.1).

- Os três argumentos centrais contra o descritivismo são o argumento modal, o argumento epistêmico e o argumento semântico. Os dois primeiros dizem respeito a teorias do significado, e nenhum afeta a tentativa de explicar *apenas* a referência dos nomes em termos da referência ou denotação das descrições. Por esta razão, é o terceiro que nos interessa. (Seções 1.2 e 1.3).
- Uma das consequências do descritivismo é que um falante S se refere a um objeto *x* através de um nome N somente se S sabe ou tem a crença verdadeira de que *x* é o único a possuir certa propriedade F. Entretanto, se o argumento semântico é bem-sucedido, então há casos nos quais (i) um falante S se refere a algo através de um nome próprio, mas (ii) S não tem qualquer conhecimento ou crença verdadeira do tipo apontado acima. A existência destes casos é mostrada por exemplos como aqueles de Kripke e Donnellan. (Seção 1.4).
- Acredito que o argumento semântico tem sucesso contra o descritivismo. Apesar disso, o descritivismo está na direção correta ao reconhecer que o sucesso referencial através de nomes envolve a habilidade de identificar o objeto referido. (Seção 1.5).
- Teorias da identificação são aquelas que aceitam o princípio de Russell. Aplicado à referência dos nomes próprios, este princípio afirma que a identificação do objeto referido é uma condição necessária para o sucesso da referência. A habilidade de identificar um objeto é a habilidade de diferenciá-lo de todos os outros do universo. Podem haver diferentes modos de identificação. Três candidatos são o modo descritivo, o reconhecimento com base na aparência e o modo demonstrativo. Uma teoria da identificação pode apelar a todos ou a alguns destes modos na explicação da referência. Na medida em que o descritivismo explica a referência em termos do modo descritivo, esta teoria é uma versão da teoria da identificação. Mas nem todas as

versões de teoria da identificação são instâncias de descritivismo. (Seção 1.6).

- O argumento semântico também representa um desafio às teorias da identificação em geral, dado que podemos facilmente formular uma versão deste argumento contra elas. Se esta versão estiver correta, então existem casos nos quais (i) um falante S é bem-sucedido em fazer referência através de um nome, mas (ii) S é não é capaz de identificar o objeto referido em algum dos modos apontados acima. A existência destes casos também é mostrada pelo tipo de exemplos fornecidos por Kripke e Donnellan. (Seção 1.7).

2. A TEORIA CAUSAL

“Minha previsão é que a teoria causal da referência, embora atualmente seja, de longe, a teoria mais influente da referência, se revelará um fracasso” (John Searle, 1996).

2.1 Apresentação

Neste capítulo apresento a teoria causal da referência dos nomes e discuto dois casos problemáticos para ela. Minha reivindicação é que estes casos mostram que esta teoria, pelo menos tal como defendida por Kripke e Devitt, não nos fornece uma explicação completa do fenômeno da referência por nomes. O primeiro caso mostra uma falha na explicação de como os falantes podem manter a habilidade de usar um nome. Embora a teoria causal pareça ter uma explicação clara de como falantes geralmente adquirem a habilidade de usar um nome, ela não explica como esta habilidade pode ser mantida. O segundo exemplo é um caso em que a teoria causal tem dificuldade em prever o que acontece. Sustentarei que, com os elementos que temos, não conseguimos dizer se o falante se refere ou não a um indivíduo particular, de modo que alguma coisa está faltando na história que esta teoria nos conta.

Eu não tenho a intenção de que os exemplos representem casos frequentes de usos de nomes (embora isto possa ser verdade em relação ao segundo exemplo). Assim, meu ponto não é que a teoria causal falha em explicar muitos de nossos usos de nomes. Os exemplos são construídos de modo a ressaltar o que penso serem incompletudes desta teoria. Entretanto, dado certa semelhança entre eles e alguns dos exemplos a favor do argumento semântico, a própria capacidade de explicar o que acontece nos últimos pode ser posta em causa. Em ambos os casos, a dificuldade será explicar (a) se existe alguma diferença em relação aos exemplos a favor do argumento semântico, (b) caso exista, como ela seria relevante para a referência, (c) caso não exista, então por que nossa intuição com relação aos seus resultados não é a mesma. Estas questões serão respondidas apenas no próximo capítulo, mas sustentarei que a resposta deve apelar ao princípio de Russell, e não a algum tipo de refinamento do conceito de *elo causal apropriado*.

Antes de tudo, precisamos entender o que é a teoria causal da referência.

2.2 A teoria causal da referência: Kripke e Devitt

O primeiro defensor influente da teoria causal da referência foi Kripke (1972/80, p. 91).⁴ Ele fez questão de ressaltar que sua proposta era de fato apenas um esboço ou imagem, expressou ceticismo quanto à possibilidade de desenvolvê-la em uma teoria propriamente dita, e até mesmo disse que estava com preguiça de fazê-lo (1972/80, p. 93). A despeito disto, sua imagem se tornou muito popular e certamente pode ser considerada a atual ortodoxia sobre o assunto. Permita-me seguir a moda e citar o seu icônico trecho.

Um bebe nasce; os pais dão-lhe um nome. Falam dele aos amigos. Outras pessoas conhecem-no. Através de vários gêneros de conversa, o nome espalha-se de elo em elo, como numa cadeia. Um falante que está mesmo no fim desta cadeia e que, por exemplo, ouviu falar de Richard Feynman, no mercado ou noutro sitio qualquer, pode estar a referir-se a Richard Feynman mesmo que não consiga lembrar-se de quem foi a primeira pessoa que lhe falou de Feynman ou sequer de ninguém que lhe tenha falado de Feynman. Sabe que Feynman é um físico famoso. Há uma certa cadeia comunicativa que chega ao falante e em cuja outra extremidade está o próprio homem. O falante está então a referir-se a Feynman, ainda que não seja capaz de o identificar de modo único.⁵

⁴ Peter Geach (1969, p. 288-289) parece ter antecipado esta imagem em alguma medida.

⁵ Ao invés de traduzir eu mesmo o trecho, desta vez recorri à tradução certamente mais confiável de Ricardo Santos e Teresa Filipe, publicada em 2012 pela Gradiva com o título *O Nomear e a Necessidade*. O trecho se encontra na página 51 desta tradução. Repare, contudo, que adaptei a tradução para o português do Brasil.

Em primeiro lugar, a imagem acima propõe que um nome próprio é em algum momento introduzido e então difundido de falante para falante, formando uma rede de usuários interconectados. Mas você já sabe disto, e não precisou da filosofia para obter este conhecimento. Entretanto, Kripke também sugere que a conexão que une o referente e os usuários do nome é uma *conexão causal* (1972/80, nota 22 e p. 93). Como sabemos, nem toda conexão causal é relevante para a referência. Em certo sentido, todos os objetos do universo estão causalmente conectados a todos os outros, mas um usuário contemporâneo de “Aristóteles” se refere a Aristóteles, e não, digamos, a um dos satélites de Júpiter. A ideia, então, é que o referente e os usuários de um nome estão unidos por algum tipo *específico* de elo causal. Kripke também insistiu que o referente de um nome geralmente não é determinado por alguma descrição ou agregado de descrições que o falante associa ao mesmo. Ao contrário, o referente é geralmente determinado por este tipo específico de elo causal. Em resumo, a existência de um *elo causal apropriado* é uma condição suficiente para que um sujeito se refira a um objeto através de um nome (mais à frente veremos em que sentido este elo é também necessário). Isto explica perfeitamente o porquê de os falantes ignorantes mencionados nas últimas seções do capítulo anterior serem referencialmente bem-sucedidos. Longe de ser trivial, este é precisamente o tipo de imagem que queríamos.

A despeito de qualquer resistência do próprio Kripke, devemos procurar por um refinamento da imagem proposta por ele, por um modo de transformá-la em uma teoria propriamente dita. O primeiro passo é fazer uma distinção importante. Como Devitt (1981, p. 26-32. DEVITT; STERELNY, 1999, p. 66) corretamente nota, a imagem de Kripke envolve dois fenômenos distintos, que qualquer teoria da referência deveria explicar. Por um lado, ela fala de um nome sendo introduzido, de uma situação na qual um nome é dado a um objeto, que então passa a ser seu referente. Este é o *fenômeno da fixação do referente*. Nosso primeiro problema é explicar este fenômeno. Nos casos relevantes para a teoria causal, esta situação envolveria um elo causal apropriado entre o objeto nomeado e aqueles que primeiro introduzem o nome para ele. Chamemos a este elo de “C1”. Queremos saber em que C1 consiste. Por outro lado, a imagem de

Kripke fala de um nome sendo difundido, passando de falante para falante em uma cadeia de transmissão. Não apenas isto, ela sugere que os membros posteriores desta cadeia são capazes de usar o nome com sucesso precisamente em virtude de tudo correr bem com os usos dos membros anteriores da mesma. Por outras palavras, o sucesso referencial dos membros posteriores depende do sucesso referencial dos membros anteriores. De alguma forma a referência dos primeiros é parasitária ou tomada de empréstimo dos outros. Este é o fenômeno da *referência parasitária* ou *empréstimo da referência*. Nosso segundo problema é explicar este fenômeno. Se a teoria causal está correta, então os usuários posteriores de um nome conseguem tomar de empréstimo a referência feita pelos anteriores em virtude de uma conexão causal apropriada entre eles. Chamemos a esta conexão entre os usuários de um nome de “C2”. Queremos saber em que C2 consiste. A moral da história é que uma teoria causal que realmente mereça o título de *teoria* precisa ser acompanhada de uma descrição de C1 e C2. A partir de agora, buscaremos estas descrições.

Começemos por C1. Geralmente nomes próprios são introduzidos por meio de um batismo. Um tipo comum de batismo é o *batismo por ostensão*. Nestes casos, o falante está em contato perceptivo com o objeto, de modo que poderia introduzir o nome por meio de uma declaração como “este objeto se chamará N”. Este contato perceptivo, seja por meio da visão (como é mais comum) ou por qualquer outro sentido, pode ser interpretado como uma conexão causal entre o falante e o objeto nomeado. A partir daí, pode-se dizer que o elo causal estabelecido via percepção é condição suficiente para a atribuição do nome, o que por sua vez daria aos indivíduos presentes a habilidade de usar posteriormente o nome para o objeto relevante. Explica-se assim o fenômeno da fixação do referente em termos causais.

Esta estratégia levanta uma objeção imediata. Ao olharmos para um objeto podemos estar simultaneamente conectados com alguns outros objetos. Alguém olha para o gato, e simultaneamente percebe que ele está sobre a mesa, rolando sobre os cadernos e quase derrubando um belo vaso de cerâmica. O sujeito está olhando para o gato, mas percebe simultaneamente vários outros objetos. Isto não o impediria de batizar o bichinho. A lição é que podemos batizar (batismo por ostensão) um objeto específico a despeito de estarmos

causalmente conectados, via percepção, com vários outros objetos. Estas observações triviais colocam em dúvida a tese de que um elo causal é suficiente para o sucesso do batismo. É argumentável que, em adição ao elo estabelecido pela percepção, também é necessário que o falante singularize o objeto que ele pretende nomear. Por outras palavras, para que um batismo por ostensão seja bem-sucedido em introduzir um nome para um objeto, é ainda necessário que o falante seja capaz de identificar demonstrativamente o objeto relevante. Se este raciocínio intuitivo estiver correto, então a explicação causal acima cai por terra. Daqui por diante vou ignorar este problema, e conceder ao teórico causal que o elo causal via percepção é uma condição suficiente para a atribuição de um nome a um objeto.

Mas será C1 uma condição necessária para a atribuição de um nome ou para o sucesso referencial dos usuários posteriores do mesmo? A possibilidade de *batismos por descrição* sugere que a resposta seja “não”. Em um batismo por descrição introduzimos um nome próprio pela estipulação de que seu referente será quem quer que seja o único indivíduo a possuir certa propriedade ou conjunto de propriedades. Tomando um exemplo clássico de Evans, podemos introduzir o nome “Julios” pela estipulação de que seu referente será quem quer que tenha inventado o zíper. Neste caso, se de fato existir um e apenas um inventor do zíper, teremos sido bem-sucedidos em introduzir um nome para ele. Além disto, podemos bem imaginar que o nome fosse em seguida difundido de falante para falante, formando uma cadeia de usos referencialmente bem-sucedidos do mesmo. Todavia, não há aí qualquer elo causal C1 que possa ser responsabilizado pelo sucesso da introdução ou dos usos posteriores do nome. Talvez “Jack” (o estripador) seja um caso deste tipo em nossa linguagem comum. Se tudo isto estiver correto, então C1 não é uma condição necessária para introdução ou para o sucesso dos usos posteriores de um nome. (Na próxima seção, contudo, veremos que há um modo de defender a necessidade de C1).

Consideremos agora C2. Vimos que C2 é o tipo de elo causal que, de acordo com a teoria causal, deve ser pelo menos suficiente para a referência por empréstimo. O tratamento clássico deste tipo de conexão foi proposto por Devitt, e já o veremos em detalhes. Antes, vale a pena considerar brevemente um

tratamento alternativo recentemente proposto por Andrea Bianchi (2015). Apesar de ser inicialmente interessante, a proposta de Bianchi precisa de muitos reparos para poder ser considerada uma alternativa viável. Por esta razão, ao longo deste livro será a proposta de Devitt que tomarei como modelo.

Por razões que se tornarão óbvias, a teoria do empréstimo defendida por Bianchi pode ser chamada de “teoria da cópia” ou “teoria da repetição”. Antes de mais nada, Bianchi enxerga a referência dos nomes próprios como uma relação entre ocorrências de nomes e objetos. Uma ocorrência de um nome, chamada por ele de um “particular linguístico”, é uma inscrição do mesmo em uma plataforma qualquer, o som do nome tal como proferido por um falante, etc. Assim, em um livro ou palestra sobre Aristóteles haverá várias ocorrências do nome “Aristóteles”, e para cada uma delas a questão relevante é como ela se refere a Aristóteles. De modo direto, sua resposta é a seguinte: uma ocorrência de “Aristóteles” se refere a Aristóteles em virtude de (i) ter sido introduzida para Aristóteles ou (ii) ser uma repetição/cópia de uma ocorrência que foi introduzida para Aristóteles (BIANCHI, 2014, p. 104). A cláusula (i) diz respeito ao fenômeno da fixação do referente e deve ser explicada em termos de C1. É a cláusula (ii) que nos interessa aqui. De acordo com Bianchi, as ocorrências de “Aristóteles” produzidas pelos membros posteriores da cadeia de uso deste nome tomam de empréstimo sua referência em virtude de serem cópias ou repetições de ocorrências anteriores do nome, e em última instância da ocorrência produzida pelos introdutores do mesmo. Um primeiro grupo produziu uma ocorrência de “Aristóteles” para fazer referência a Aristóteles. A partir daí, alguns falantes repetiram ou copiaram esta ocorrência, outros repetiram ou copiaram as ocorrências deste segundo grupo, outros deste terceiro, e assim por diante formando uma longa cadeia de repetição. Quando você profere “Aristóteles” hoje, está produzindo uma ocorrência de um nome que se refere a Aristóteles em virtude de ser a repetição de alguma ocorrência anterior nesta cadeia, e em última instância uma repetição daquela primeira ocorrência. Podemos contar a ocorrência produzida por você como uma repetição da original porque *repetição* aqui é uma relação transitiva: se *a* é uma repetição de *b* e *b* uma repetição de *c*, então *a* é uma repetição de *c*.

É evidente que o conceito mais importante nesta explicação é o de *repetição*. Temos uma ideia pré-teórica do que contaria como uma repetição, e isto nos ajuda a ver a relevância do conceito para a referência parasitária. Suponha que você faça uma fotocópia de um livro sobre Aristóteles. Neste caso, cada ocorrência do nome “Aristóteles” em sua cópia é uma repetição de uma ocorrência no livro original. Algo análogo ocorreria se você gravasse ou filmasse uma palestra sobre Aristóteles. Pergunte-se: Por que as ocorrências de “Aristóteles” em sua cópia se referem a Aristóteles? A resposta mais imediata é que elas se referem a Aristóteles precisamente porque são repetições de outras ocorrências, e as últimas se referem a Aristóteles. A ideia de explicar o empréstimo da referência em termos do conceito de *repetição* é inicialmente atraente.

É importante manter em mente que Bianchi toma *repetição* muito seriamente. Repetição é um processo mecânico, que pode ser realizado por máquinas e papagaios (BIANCHI, 2015, p. 102). Assim como a fotocopadora do exemplo acima, um papagaio poderia produzir ocorrências de “Aristóteles” que se referem a Aristóteles (2015, nota 7). Mas ele é cuidadoso em notar que daí não se segue que fotocopadoras ou papagaios possam fazer referência por meio de nomes próprios. Sua perspectiva recomenda uma distinção entre (*a ação de*) *fazer referência* e *meramente produzir uma ocorrência referencialmente bem-sucedida*. O que o caso das copiadoras e papagaios mostra é que seres que são eles próprios incapazes de realizar a ação de fazer referência podem, ainda assim, produzir ocorrências referencialmente bem-sucedidas de nomes. Quando um papagaio diz “Aristóteles”, pode estar produzindo uma ocorrência referencialmente bem-sucedida deste nome, mas ele próprio não está se referindo a algo.

Jessica Pepp (2018, sec. 2) apresenta algumas objeções convincentes à teoria da cópia. Adaptando seu exemplo, suponha que um historiador da filosofia comece a escrever um livro sobre o filósofo Sócrates. Com preguiça de digitar “Sócrates” novamente a cada vez, ele usa Ctrl + C para copiar uma ocorrência deste nome em outro arquivo, uma coluna que estava escrevendo para um jornal. A partir daí ele começa a escrever seu livro sobre Sócrates, usando Ctrl + V para colar o nome copiado sempre que necessário. No dia

seguinte, ao começar a escrever o livro novamente, ele copia uma das ocorrências de “Sócrates” no livro e repete o procedimento. E assim por diante até terminar o livro. Ao final, todas as ocorrências do nome “Sócrates” no livro serão em última instância cópias daquela ocorrência original na coluna. Agora, considere as duas seguintes situações: (a) a coluna do historiador era sobre o indivíduo a quem o historiador se refere no livro (o filósofo grego); (b) a coluna original era, na verdade, sobre outro indivíduo com o mesmo nome (o Sócrates que jogou e fez história no Corinthians). Bianchi diria que, na situação (a), cada ocorrência de “Sócrates” no livro se refere ao filósofo precisamente porque é uma repetição de uma ocorrência que se refere ao filósofo. Por paridade explicativa, ele deveria dizer que, na situação (b), cada ocorrência se refere ao jogador de futebol porque cada uma delas é uma cópia de uma ocorrência que se refere ao jogador.

Agora, a primeira objeção de Pepp é que o diagnóstico quanto a (b) está equivocado. Naquela situação, as ocorrências de “Sócrates” não são sobre um jogador de futebol, mas sobre um filósofo. A ideia de que o livro em questão contenha centenas de referências a um jogador brasileiro de futebol é absurda. Em nenhum sentido aquele é um livro sobre um jogador. Ao contrário, é um livro sobre um filósofo. Em conclusão, a referência das ocorrências de “Sócrates” na situação (b) não pode ser explicada em termos do conceito de *cópia* ou *repetição*. Isto nos leva diretamente para sua segunda objeção: por paridade explicativa, as ocorrências de “Sócrates” na situação (a) também não podem ser explicadas em termos destes conceitos. Seja lá o que explica o fato de cada ocorrência de “Sócrates” em (b) se referir ao filósofo, isto também deve explicar o fato de cada ocorrência do nome em (a) se referir ao filósofo. Podemos não conhecer esta explicação, mas sabemos que não pode ser dada em termos de cópia ou repetição. A conclusão é que a teoria de Bianchi sequer explica o caso que parecia ser mais favorável à mesma.

A única saída de Bianchi seria apelar à distinção feita três parágrafos acima. Por um lado, ele poderia concordar que o historiador não está se referindo ao jogador em seu livro. Por outro, poderia alegar que, a despeito disto, cada ocorrência do nome na situação (b) de fato se refere ao jogador. Em suma, existe uma diferença entre os atos referenciais realizados pelo historiador – que

nos levam a um filósofo – e as ocorrências de “Sócrates” produzidas por ele ao longo do livro – que nos levam ao jogador. Mas esta resposta não evita o absurdo. Se ela estiver correta, então há um sentido no qual o livro é sobre um jogador de futebol. Imagine, por exemplo, que o livro contenha dezenas de proferimentos como “Sócrates tinha nariz arrebicado”, “Sócrates foi o mestre de Platão”, “Sócrates foi injustamente condenado à morte”, etc. De acordo com Bianchi, seria correto dizer que cada um destes proferimentos, tomado em si mesmo, expressa uma proposição falsa sobre o jogador do Corinthians. De fato, seria correto dizer que o livro contém uma coleção de afirmações falsas sobre este jogador. Esta consequência é absurda. Uma vez mais, não existe qualquer sentido em que o livro do historiador é sobre um jogador brasileiro de futebol.

Outro problema da teoria de Bianchi é que sua imagem simplesmente não corresponde ao modo como usamos nomes cotidianamente. Isto porque nossos proferimentos cotidianos de nomes não são meras repetições, não são o mesmo tipo de coisa que uma copiadora ou papagaio faria. O ponto não é que estes usos são repetições realizadas por mecanismos muito mais complexos do que aqueles presentes na copiadora ou papagaio (BIANCHI, 2015, p. 102). Ao contrário, o ponto é que nossos usos de nomes geralmente não são meras produções de ocorrências copiadas de outras ocorrências. É claro que podemos pensar em casos de pessoas meramente repetindo nomes. Pepp considera um exemplo em que crianças brincam de telefone sem fio, transmitindo um nome estranho de falante para falante. Neste caso, podemos imaginar que o nome proferido por cada indivíduo é uma mera repetição do nome proferido pelo indivíduo anterior (supondo que o nome seja corretamente transmitido); e que a ocorrência produzida pelo último indivíduo da cadeia se refira a quem quer que seja em virtude de ser uma cópia daquela produzida pelo primeiro indivíduo. Mas estes casos não são representativos do que normalmente ocorre. Para continuar com um exemplo de Pepp, não descreveríamos crianças que estão a fofocar sobre um dos coleguinhas como fazendo o mesmo tipo de coisa feita na brincadeira do telefone sem fio, ainda menos o mesmo tipo de coisa que um papagaio faria. Nossos proferimentos cotidianos são mais adequadamente descritos como um tipo de ação referencial, ao invés de mera produção de ocorrências copiadas. Sendo assim, mesmo que a teoria de Bianchi possa ser

corretamente aplicada a um ou outro caso específico, ela dificilmente pode ser encarada como uma explicação do modo como nomes próprios são geralmente usados.

Bianchi reconhece que sua teoria não é mais que “uma alusão a como eu [Bianchi] penso que a imagem de Kripke deveria ser desenvolvida” (2015, p. 96, tradução minha), e ele espera que a discussão futura possa dar conta de completar e sofisticar a teoria. Até que isto ocorra, no entanto, não há razão para considerá-la uma explicação viável do fenômeno da referência por empréstimo, pelo menos não tal qual este fenômeno geralmente ocorre em nossa linguagem comum.

Passemos então à proposta de Devitt, apresentada tanto em sua já clássica discussão do tema em 1981, como no livro publicado juntamente com Kim Sterelny em 1999 (cap. 3 e 4). Uma vez que esta será a explicação que tomarei como modelo nas discussões posteriores sobre a teoria causal, vale a pena apresentar conjuntamente o tratamento de Devitt para C1 e C2. De modo direto, sua teoria pode ser colocada como segue.

- **Em uma situação de batismo (C1)** Um sujeito S percebe um objeto x e, devido a uma relação causal que lhe permite perceber x , ele pode atribuir um nome N a x . Ao fazer isto, S ganha a habilidade de usar N para se referir a x .
- **Em uma situação de empréstimo (C2)** Ao ouvir (ler, etc.) S proferir N para se referir a x , um sujeito S' pode, devido a uma relação causal com S (ele ouviu, leu, etc. o proferimento de S), adquirir a habilidade de usar N para se referir a x .

A ideia é que a habilidade que um sujeito tem de usar um nome está sempre causalmente conectada ou com um objeto ou com a habilidade de outro sujeito. No primeiro caso, que segue basicamente o modelo apresentado anteriormente, temos o fenômeno da fixação do referente. No segundo, que é o que nos interessa agora, temos o fenômeno do empréstimo da referência. Intuitivamente, uma habilidade pode ser causalmente derivada de outra no

sentido de que é fruto do exercício da outra. A habilidade de S' de usar N é fruto do exercício que S fez de sua própria habilidade. Segundo Devitt, se a habilidade de S é causalmente relacionada com x, então podemos dizer que a habilidade de S' também é fundada em x.

Encaixemos isto na imagem de Kripke. Em algum momento alguém estava em contato perceptivo com Aristóteles, e o elo causal estabelecido pela percepção foi suficiente para lhe permitir atribuir um nome, "Aristóteles", a Aristóteles. Com isto, o sujeito ganha a habilidade de usar o nome para se referir a Aristóteles. Posteriormente, ele exercita esta habilidade dizendo coisas como "O batismo de Aristóteles foi tedioso". Quando outros falantes ouvem este proferimento, podem então desenvolver a habilidade de usar o nome. Posteriormente, eles exercitam esta habilidade dizendo coisas como "Fulano não gostou do batismo de Aristóteles". Ao ouvir este proferimento, ainda outros falantes podem desenvolver a habilidade de usar o nome... E assim é formada a cadeia de usos do nome. Para que um falante contemporâneo seja referencialmente bem-sucedido ao usar "Aristóteles", basta que esteja exercitando, ao proferir o nome, uma habilidade que é causalmente fundada na habilidade de outro membro desta cadeia, e que a cadeia remeta àquela situação original de batismo.

Repare que a explicação de Devitt evita os problemas levantados pela teoria da cópia. A previsão da perspectiva de Devitt é que, em cada uma das situações descritas acima, as ocorrências de "Sócrates" no livro do historiador se referem ao filósofo. O que determina se uma ocorrência de "Sócrates" se refere ao filósofo ou ao jogador é se ela é fruto do exercício da habilidade de se referir ao filósofo ou ao jogador. Uma vez que em ambos os casos o historiador estava, ao copiar o nome no livro, exercitando a sua habilidade de se referir ao filósofo, é ao filósofo que ele ou as ocorrências produzidas por ele se referem. O fato de as ocorrências do nome no livro terem sido copiadas de ocorrências em outro arquivo é completamente irrelevante para a história. O conceito de *cópia* ou *repetição* não desempenha qualquer papel central nesta teoria. Precisamente por isto, em princípio a teoria não está comprometida com a alegação de que usos comuns de nomes são meras repetições, nem tem sua aplicação restrita aos casos que podem ser corretamente descritos como meras repetições. Em

conclusão, a teoria de Devitt é inicialmente mais plausível do que a teoria da cópia ou repetição.

Consideremos agora se um elo causal do tipo C2 é necessário para a referência ou pelo menos para a referência por empréstimo. Evidentemente, C2 não é necessário para a referência *simpliciter*. Afinal, os introdutores de um nome podem ser referencialmente bem-sucedidos mesmo antes de estarem causalmente conectados com outros usuários do nome. Entretanto, é inicialmente plausível que C2 seja uma condição necessária para o empréstimo da referência. Afinal, para que um falante possa tomar de empréstimo a referência de outro é necessário que tenha entrado em contato (ouvido, lido, etc.) com algum uso que o outro fez do nome. Intuitivamente, não há outro modo de a referência passar de falante para falante que não este. (Mas há, como veremos na seção 3.14).

Como já dito, daqui por diante minha discussão será centrada nas versões de Kripke e Devitt da teoria causal, com destaque para a segunda, que está mais próxima de uma teoria propriamente dita. Deve-se notar, contudo, que existem versões desta teoria que foram ignoradas aqui. Uma versão especialmente interessante é a de John Perry (1980). Um diferencial da teoria de Perry é que o elo causal relevante para a referência não é aquele estabelecido pelas sucessivas difusões do nome entre falantes ao longo do tempo. Na perspectiva de Devitt o que importa é que a habilidade de um indivíduo de usar um nome esteja causalmente fundada no referente do nome ou na habilidade de outro usuário do mesmo. Em Kripke, Devitt e Bianchi a história do elo causal envolvendo o nome é a história dos diferentes proferimentos do nome, de como ele foi passado de falante para falante. Apesar de aceitar que um elo causal apropriado seja uma condição suficiente para o sucesso referencial por meio de um nome, Perry rejeita a imagem acima. De acordo com ele, o que realmente importa é a história das informações que o sujeito associa ao nome. Perry pensa que “não é o nome em si mesmo (...) que é de interesse, mas o agrupamento de predicados. São os predicados agrupados que repousam no fim de uma cadeia causal originando na pessoa sobre quem estou pensando” (1980, p. 85, tradução minha). Na base de sua teoria está o conceito de *arquivos mentais*, e sua principal motivação para desenvolvê-la foi lidar com problemas envolvendo o

fenômeno da retenção de crenças. O resultado é uma teoria relativamente próxima da teoria defendida no terceiro capítulo deste livro, com diferença para o papel dado aos elos causais. Em Salles (2016) analiso a teoria de Perry, sustento que ela não lida de modo adequado com o problema da retenção de crenças e que a teoria da identificação apresentada no último capítulo deste livro é superior neste aspecto. Na base de meu argumento está a alegação de que Perry também não consegue lidar com o segundo exemplo apresentado por mim (seção 2.9) contra a teoria causal.

2.3 Teoria causal e Pensamento

Vimos que um elo do tipo C1 não é uma condição necessária para a referência, e que C2 é no máximo necessário para a referência por empréstimo. Neste contexto, seria mais plausível interpretar a teoria causal como uma afirmação exclusivamente sobre condições suficientes para o sucesso da referência. Nesta seção apresento um modo de interpretá-la como uma teoria mais completa, sobre condições necessárias e suficientes. Este modo consiste em relacionar nossa teoria da referência com uma teoria do significado. Como vimos, quando falamos do significado dos nomes, falamos do modo como eles contribuem para o Pensamento ou proposição expressada pelas frases completas que os contém. Agora, podemos interpretar a teoria causal como afirmando que um elo causal é necessário e suficiente para a referência *envolvida em Pensamentos de certo tipo*. A ideia é que nossos usos de nomes podem servir para expressar Pensamentos de diferentes tipos; e existe um tipo de Pensamento que pode ser expressado se, e somente se, nosso uso do nome é respaldado pelo elo causal relevante. O tipo em questão é o que chamamos de “Pensamento singular”.

Grosso modo, Pensamentos singulares são aqueles que envolvem, de algum modo especial, objetos particulares. Como exatamente estes Pensamentos envolvem os objetos em questão é um problema em aberto. Uma perspectiva comum é a de que Pensamentos singulares envolvem objetos no sentido de que estes são constituintes dele (FITCH; NELSON, 2013). Assim, se

o Pensamento de que *Sócrates é mortal* é singular, então Sócrates é um constituinte do próprio Pensamento. Pode-se interpretar esta última alegação como a afirmação menos misteriosa de que a única contribuição de “Sócrates” para o Pensamento expressado pelas frases que o contém é a introdução do seu referente (KAPLAN, 1989, p. 598-599).

Seja como for que entendemos, o caso é que Pensamentos singulares se contrapõem a Pensamentos gerais. Pensamentos gerais não envolvem objetos particulares, mas apenas conceitos ou propriedades. O Pensamento de que *aves voam* ou de que *animais não são comida* são gerais neste sentido. Ademais, Pensamentos gerais podem *ser sobre* objetos particulares. O Pensamento expressado pela frase “o inventor do zíper é calvo” é sobre um objeto particular (o inventor do zíper). Mas se Russell estiver certo, então esta frase expressa um Pensamento geral. Nomeadamente, ela diz que *existe um e somente um indivíduo que inventou o zíper e seja quem for que inventou o zíper, é calvo*. Embora este Pensamento seja sobre um objeto particular, ele não envolve este objeto (repare que não há qualquer termo na paráfrase russelliana que se põe para um objeto particular).

Com isto em mente, podemos alcançar o seguinte tratamento misto. Nos casos onde o nome é introduzido por descrição (“Julios”, “Jack”, etc.), não temos o elo causal apropriado para expressão de Pensamentos singulares sobre o referente. Portanto, quando proferimos frases da forma “N* é G”, onde N* é um nome introduzido por descrição, expressamos Pensamentos gerais da forma “o F é G”. Por outro lado, em casos normais, nos quais o nome é introduzido por ostensão – casos em que apontamos para um objeto que percebemos e atribuímos um nome a ele – estabelece-se o elo apropriado para a expressão de Pensamentos singulares. Nesta perspectiva, a parte C1 do elo causal seria uma condição necessária para a referência envolvida em Pensamentos singulares.

Esta estratégia mista tem um aparente defeito. Pode-se objetar que ela postula uma distinção equivocada. Não parece que o fato de um nome ter sido introduzido por descrição ou por ostensão interfere na natureza dos Pensamentos que os usuários futuros do nome expressarão por ele. Imagine que alguém diga (10).

(10) João é legal.

Primeiro, suponha que o nome “João” tenha sido introduzido, há vinte anos, por ostensão. Depois imagine que ele tenha sido introduzido por descrição. Em ambos os casos imagine que o proferidor da frase não saiba disto. O que muda de caso para caso? Aparentemente, o Pensamento expressado seria o mesmo. A estratégia mista parece falhar.

Há um meio de minimizar o efeito desta objeção. Podemos começar por distinguir entre dois tipos de descrições (MCCULLOCH, 1989, seção 71). Existe um tipo de descrições que não nos coloca na relação causal apropriada com o objeto. Descrições como estas são “o homem mais alto do mundo”, “o peixe mais pesado do oceano”, etc. Nomes que são introduzidos por descrições deste tipo não servem para expressão de Pensamentos singulares. Contudo, existem descrições que são capazes de nos colocar na relação causal apropriada com o referente do nome. Um exemplo de descrição deste tipo é “a pessoa que assassinou cruelmente esta vítima [apontando para a vítima]”. Descrições como esta última fazem apelo a uma *marca* ou *rastro* deixado por alguém (o assassino deixou cicatrizes na vítima, provas no local, etc.). Os nomes introduzidos com o uso de descrições deste tipo são ferramentas para expressão de Pensamentos singulares. Este seria o caso de “Jack, o estripador”. Embora ele tenha sido introduzido por descrição, as descrições utilizadas continham marcas suficientes do autor dos crimes para colocar os batizadores em contato causal (C1) com ele. Consequentemente, a cadeia formada a partir daí permitirá a seus participantes expressarem Pensamentos singulares através do nome. Se esta estratégia for possível, então o número de casos nos quais os nomes não serão realmente ferramentas para Pensamentos singulares é reduzido. Mas é importante notar que isto precisaria de muitos retoques. Precisaríamos dizer algo sobre que tipo de marca é suficiente para nos colocar na relação causal apropriada relevante, como estas marcas cumprem seu papel, e como o resultado disto poderia ser encaixado na imagem de Kripke precisada por Devitt.

Por fim, existe um atrativo em admitir que elos causais de certo tipo são necessários e suficientes para a referência envolvida em Pensamentos singulares. Aparentemente, este tipo de Pensamento requer uma conexão

especial entre o falante e o mundo. Afinal, Pensamentos singulares não podem ocorrer por mágica. Um elo causal é um bom candidato a ocupar o cargo de conexão especial.

Seja como for, não irei além do que já fui nestas discussões. Manter-me-ei na discussão sobre a referência por nomes próprios, sem esboçar conclusões sobre a natureza dos Pensamentos envolvidos em nossos usos dos mesmos.

2.4 Teoria histórica: Donnellan

Se a teoria causal está correta, então o sucesso de um usuário contemporâneo em se referir ao filósofo grego através do nome “Aristóteles” usualmente depende da história de usos deste nome. É necessário que tudo tenha corrido bem com o batismo e com os usos posteriores do nome, de modo que os elos causais que ligam a cadeia tenham sido preservados. Uma falha em algum elo desta longa cadeia que remete ao batismo de Aristóteles pode acarretar em falha na referência dos usuários atuais do nome. Neste sentido, a teoria causal é uma perspectiva histórica. Mas nem toda perspectiva histórica da referência é uma perspectiva causal. Pelo menos é o que parecem pensar Donnellan (1974, nota 3) e Kaplan (1989, p. 604-607), que defendem perspectivas históricas sem se comprometerem com a ideia de um elo causal. Kaplan está mais preocupado com teorias do significado, de modo que me concentro em Donnellan.

A tese de Donnellan é simples. O objeto referido por um uso de um nome próprio para referência singular é aquele que entra na explicação historicamente correta do uso. Suponha que alguém diga “Aristóteles descobriu a lógica”. A quem nosso falante se refere? Donnellan usa a ideia de um *observador universal* para responder a esta pergunta (1974, p. 16). Este observador é um ser imaginário que pode observar todos os usos de nomes pela história. Imagine que, ao observar a história a partir do uso de nosso falante, ele descubra que o último aprendeu o nome em um livro de história da filosofia, que o próprio autor do livro aprendeu-o com seu professor, e seu professor com..., e

que isto continue até alcançar, num passado remoto, uma situação na qual um indivíduo é batizado em uma cerimônia qualquer. Será a este indivíduo que nosso falante se refere. De modo mais preciso, *um falante S tem sucesso em se referir a um objeto x através de um nome N se, e somente se, x aparece na origem da explicação histórica correta daquele uso do nome.* (Aparentemente, Donnellan (1974, p. 18) viu sua teoria como fornecendo as condições necessárias e suficientes para o sucesso da referência por um nome, embora eu pense que seria mais plausível restringi-la às condições suficientes).

A perspectiva de Donnellan é, como ele próprio reconhece, incompleta (1974, p. 13). A não ser que assumamos uma explicação causal desta história, ficaremos sem saber em virtude de quê diferentes usos de um nome estão conectados uns aos outros (o uso do falante está conectado com o do autor do livro, que está conectado com o do seu professor, etc). Por outras palavras, ficaremos sem saber o que torna uma determinada explicação histórica a explicação histórica correta dos usos daquele nome. A ideia do observador universal só nos ajuda a entender que tipo de explicação é presumivelmente correto, mas nada diz sobre como um nome pode ser difundido de falante para falante ao longo da história. De fato, a única coisa observada por Donnellan a este respeito é que este processo não precisa envolver conhecimento de propriedades identificadoras por parte dos falantes.

Esta última tese – a de que o descritivismo é falso – é a parte negativa da teoria de Donnellan. Entretanto, se momentaneamente deixarmos de lado as razões que pensamos ter contra o descritivismo, podemos perceber que a tese positiva dele – a de que o sucesso da referência é explicado em termos históricos – não é logicamente inconsistente com o descritivismo. O descritivista pode colocar sua perspectiva justamente onde a de Donnellan deixa brechas. A coisa poderia funcionar da seguinte maneira. É verdade que o referente do nome é aquele que está na origem da história causal do nome. Mas a conexão entre os usuários do nome não é explicada totalmente em termos de elos causais do tipo de Devitt. Esta conexão é explicada parcialmente em termos de conhecimento de propriedades identificadoras do objeto. Pode-se fazer isto alegando que as crenças discriminatórias dos usuários dos nomes (a crença de que o referente do nome é o único a possuir uma ou um conjunto de propriedades) frequentemente

incluem dados biográficos, relações causais entre os falantes ou mesmo a história de usos deste nome. O modo mais simples de fazer isto seria alegar que falantes identificam o referente do nome através de crenças como: *o referente de N é quem quer que seja a origem causal do meu proferimento do nome N*.

Defensores do *descriptivismo causal* apelam a estratégias deste tipo (LEWIS, 1984; KROON, 1987; JACKSON 2010). De acordo com eles, os defensores da teoria causal estão corretos ao afirmar que a difusão de um nome envolve um elo causal entre falantes; e Donnellan está correto em alegar que o sucesso da referência depende de haver um indivíduo na origem da história de usos do nome. Mas isto não basta. Para que um falante possa participar desta história, ele precisa ter crenças discriminatórias que o permitam se situar nela. De modo intuitivo, imagine que o elo causal apropriado seja uma espécie de corda que liga você ao objeto referido. Os descriptivistas causais afirmam que não basta haver esta corda, é preciso também que você seja capaz de puxá-la a fim de encontrar quem está do outro lado. Como bem nota Kroon (1987, p. 1), o descriptivismo causal é a teoria causal tornada autoconsciente. Conforme veremos no que segue, existe uma importante lição a aprender disto tudo.

2.5 Referência como um fenômeno social

Por trás das imagens de Kripke e Donnellan está a ideia que a referência dos nomes é um fenômeno social. Isto quer dizer que os usuários competentes de nomes frequentemente têm de ser capazes de se conformar ao uso que outros membros de sua comunidade fazem do mesmo, e também ao seu meio. Se isto está correto, então para explicar o sucesso de um ato de referência, não devemos ter em mente apenas o uso particular de um falante ou seus estados mentais no momento do uso. Ao contrário, muitas vezes a explicação deste sucesso envolverá olhar para a comunidade do falante e para o meio que o cerca.

Na teoria causal isto está bastante claro. Esta teoria é o modo mais direto de dar coró à ideia de que referência é um fenômeno social. Primeiro, o sucesso da referência por empréstimo depende de um elo causal bem-sucedido

entre os falantes. Isto é um modo simples de entender que o sucesso da referência não depende apenas do falante, mas também de sua comunidade linguística. Segundo, as cadeias causais de usos de nomes normalmente começam com um batismo por ostensão, que envolve a atribuição de um nome a um objeto que é percebido. Pelo menos nestes casos, o sucesso da referência dependerá de relações causais apropriadas entre os falantes e o objeto referido; de modo que a referência também depende do meio que nos cerca, do mundo ao redor.

Mas a lição que temos a aprender com a seção anterior é que o descritivismo não é inconsistente com uma perspectiva social da referência. Ao contrário, o descritivismo causal acomoda perfeitamente o caráter social da referência. Aliás, esta versão do descritivismo *requer* uma perspectiva social. Se o descritivismo causal está correto, então nossas crenças ou conhecimento discriminatório frequentemente remetem à história causal do nome. O sucesso da referência por empréstimo dependerá de tudo correr bem com esta história. Temos as mesmas razões para pensar que a teoria causal favorece uma perspectiva social do que para pensar que o descritivismo causal o faz. Encarar a referência como um fenômeno social não é um privilégio da teoria causal nem algo vetado aos descritivistas.

A despeito disso, o descritivismo é por vezes descrito como inconsistente com uma perspectiva social. Em um momento, Kripke afirma que o descritivista é aquele que acredita que “um homem realmente nomeia por entrar na privacidade de seu quarto e dizer que o referente é a única coisa com certas propriedades identificadoras” (1972/80, p. 94. Tradução minha). Se isto estivesse correto, então o descritivismo flirtaria com o absurdo. A teoria afirmaria que mesmo em casos normais a atribuição de nomes não envolveria contato perceptivo com objetos, ou que este contato seria irrelevante para a atribuição. Além disto, ou elos causais e históricos seriam irrelevantes para o empréstimo da referência ou sequer haveria algo como *referência por empréstimo*. Aliás, esta última afirmação pode parecer correta para alguns. Em um artigo recente, no qual defendem que a teoria de Donnellan não deixa espaço para o empréstimo da referência, Bianchi e Alessandro Bonanini (2014, nota 36) definem a referência por empréstimo como um processo pelo qual uma ocorrência de um

nome herda seu referente de uma ocorrência anterior com a qual está historicamente conectada; e observam que *herdar* deve ser entendido de forma que nenhuma fixação ulterior do referente é necessária. A tese de que nenhuma fixação ulterior é necessária parece querer dizer que o empréstimo da referência não pode depender das intenções, crenças ou conhecimento do falante. Ao apresentarem o que acreditam ser a lição de Kripke sobre o empréstimo – que é precisamente aquela que assumem – eles afirmam que “os falantes são semanticamente inertes quando proferem um nome próprio” e que “a quem ou o que a ocorrência produzida por eles se refere depende não do que eles sabem ou acreditam”, mas “de sua conexão com outras ocorrências do mesmo nome” (BIANCHI; BONANINI, 2014, p. 179). Uma consequência desta definição de empréstimo é que as teorias da identificação, incluindo o descritivismo, não reconhecem a existência da referência parasitária. Se tudo isto estiver correto, então Célia Teixeira (2003) tem razão em se surpreender com o fato de a existência do mundo ser irrelevante para a explicação descritivista da referência.

Ao comentar o trecho de Kripke, Searle afirma que tal “concepção, porém, jamais foi abraçada por descritivista algum de meu conhecimento e não é de surpreender que Kripke não forneça fonte alguma para esta estranha concepção” (1983, p. 324). Talvez Searle esteja errado. Pode ser que haja margem para interpretar uma ou outra versão do descritivismo deste jeito. Kaplan (1989, p. 599-601) sugere algo deste tipo em relação ao descritivismo clássico, inspirado em Frege e Russell. Em todo caso, se esta concepção foi ou não foi defendida não é o mais importante. O que realmente importa é que o descritivismo é perfeitamente conciliável com uma interpretação social da referência. Como vimos, o descritivismo causal requer tal interpretação.

Alguém pode estar tentado a assumir a definição de Bianchi e Bonanini do empréstimo da referência, e com base nisto argumentar que o descritivismo não deixa espaço para a referência parasitária. Por sua vez, isto implicaria que esta teoria não acomoda o aspecto social da referência. Mas este argumento vai mal em muitos aspectos diferentes.

O primeiro problema é de natureza metodológica. Se o empréstimo da referência deve ser visto como um fenômeno cotidiano de nossa linguagem que requer explicação, então devemos adotar uma concepção inicial que seja

teoricamente neutra, e só então investigar quais teorias conseguem explicá-lo de forma adequada. A referência parasitária é o fenômeno pelo qual um nome é difundido de falante para falante, de modo que o sucesso referencial dos últimos depende do sucesso dos primeiros. É um problema em aberto se isto deve ser explicado recorrendo a intenções dos falantes, identificação ou elos causais. Ao fim do dia, adotaremos aquela explicação que melhor acomodar os usos cotidianos. Somente neste estágio poderemos adotar uma definição teoricamente comprometida do fenômeno, que será então adotada precisamente porque ela melhor acomoda os fatos. Estou aqui a ressaltar um velho princípio: são as teorias que devem se adaptar aos fatos, e não o contrário. O argumento acima viola este procedimento. Ele parte de uma definição teoricamente enviesada do empréstimo para a conclusão de que o descritivismo não acomoda este fenômeno. Em verdade, se assumirmos a definição de Bianchi e Bonanini desde o princípio, então somente algumas teorias muito específicas – como a já mencionada teoria da cópia, de Bianchi – deixariam espaço para a referência parasitária. Se descobirmos ao fim do dia que estas teorias específicas não dão conta de explicar nossos usos cotidianos de nomes próprios, incluindo muitos daqueles que caracterizaríamos como casos de empréstimo – e vimos que é precisamente isto que ocorre com a teoria da cópia – então só poderemos concluir que tais usos não são realmente casos de empréstimo da referência. Neste caso estamos agindo como alguém que definiu o empréstimo da referência através de análise conceitual realizada na privacidade de seu quarto, e então usa esta definição para saber se o mundo se conforma ou não a ela. Caso não se conforme, pior para o mundo. Em suma: é o mundo que tem de se adaptar às nossas teorias, e não o contrário.

Segundo, se alguém desejar, pode usar “empréstimo da referência” como se aplicando exclusivamente a uma parte da teoria causal, ou de certas versões específicas dela, de forma a excluir de princípio a relevância de intenções, crenças ou conhecimento por parte dos falantes. Mas isto seria uma mera escolha terminológica, que não representaria qualquer tipo de descoberta relevante sobre os usos cotidianos de nomes próprios. Ao dizer que uma dada teoria rejeita a existência da referência por empréstimo, tudo que alguém estaria dizendo é que a teoria não adota certa parte da explicação causal da referência.

Nada de muito substancial se segue daí. Ainda pode ser o caso de a teoria em questão ser a que melhor explica nossos usos cotidianos dos nomes. Inclusive, ainda pode ser o caso de a teoria ser a que melhor explica como nomes próprios são difundidos de falante para falante, de forma que a referência de uns depende da referência feita por outros. A única diferença é que não poderemos chamar este último fenômeno da linguagem comum de “referência por empréstimo”. Precisaríamos de algum outro nome para ele, talvez “dependência referencial”. Diríamos então que qualquer teoria dos nomes tem de explicar o fenômeno da dependência referencial, e deveríamos estar abertos à possibilidade de que tal explicação recorra a intenções, crenças ou conhecimento dos falantes. Em suma, não poderíamos assumir de princípio que tal fenômeno corresponda àquilo que é chamado de “referência por empréstimo”. Talvez ele corresponda, talvez não. A moral da história é que adotar a definição inicial de Bianchi e Bonanini da referência por empréstimo não terá qualquer consequência substancial para a discussão relevante, que é a discussão sobre como nomes próprios ordinários se referem ao que se referem. Certamente, a adoção desta definição não poderá ser usada ou para refutar o descritivismo ou para defender a teoria causal. Em todo caso, este movimento geraria uma confusão conceitual desnecessária na discussão. Por esta razão, permanecerei usando “referência por empréstimo” de forma teoricamente neutra, como se aplicando a um fenômeno da linguagem comum que pode ou não requerer uma explicação causal.

Por fim, e de forma relacionada com o que foi dito acima, a adoção da definição inicial de Bianchi e Bonanini de modo algum implicaria que outras teorias da referência não acomodam seu aspecto social. Dizer que a referência é um fenômeno social é apenas dizer que o sucesso de falantes cotidianos em usar um nome próprio frequentemente depende do sucesso de outros falantes e do meio que os cerca. Na medida em que o descritivismo causal é capaz de acomodar isto, é também capaz de acomodar o aspecto social da referência. Isto é assim independentemente de se a teoria satisfaz ou não alguma definição particular e teoricamente carregada de empréstimo da referência. A não ser, é claro, que alguém defina “aspecto social” de forma a já excluir de princípio as teorias descritivistas. Mas neste caso estaremos frente a alguém que tem pleno

domínio sobre o que suas palavras significam, uma espécie de Humpty Dumpty na obra de Lewis Carroll. Uma atitude curiosa para alguém que está a defender o caráter social da linguagem.

A teoria descritivista da referência pode acomodar tanto o caráter social da referência como o fenômeno da referência por empréstimo. Existe o problema de se esta é de fato a melhor explicação disponível, e eu concordo que não seja. Mas este é um problema diferente. Devemos tomar o cuidado de não confundir *social* com *causal*. Aparentemente, toda teoria causal da referência é uma teoria social, mas o inverso não se sustenta. Nem toda teoria social é uma teoria causal.

2.6 Nomes-tipo e nomes-estilo

Nesta seção, apresento a distinção entre nomes-tipo e nomes-estilo. Esta distinção, retirada de Campbell (1968, p. 342), será importante para as discussões futuras, tanto sobre a teoria causal como sobre a teoria da identificação. É possível encontrar terminologias alternativas para dizer a mesma coisa (um exemplo é Devitt & Sterelny (1999, p. 71)). Entretanto, nenhuma me pareceu tão eficiente como a de Campbell para desambiguar nossas conversas sobre nomes. Por fim, é importante manter em mente que meu objetivo aqui é apenas introduzir e clarificar a distinção acima, e não definir as categorias de *nome-tipo* e *nome-estilo*. Apesar de esta distinção de fato corresponder a algo na realidade, e de facilitar muito a discussão sobre nomes próprios, definir estas categorias é mais difícil do que possa parecer à primeira vista (veja seção 3.19).

Começo com uma distinção já bem conhecida entre *tipo* e *ocorrência*. Pense nas palavras abaixo.

Gato
Gato
Cachorro

Em certo sentido, há três palavras acima, mas em outro há apenas duas. O sentido no qual há três palavras é aquele em que dizemos que há tantas palavras em um telegrama ou que o número limite de palavras aceitas em um texto é x . O sentido no qual há apenas duas é aquele em que dizemos que uma *mesma* palavra *ocorre* duas vezes, de modo que há apenas duas palavras *diferentes* ali. Podemos expressar isto dizendo que embora haja três palavras acima, as duas primeiras são ocorrências diferentes do mesmo tipo. Portanto, há dois tipos e três ocorrências acima.

Mas a distinção entre tipo e ocorrência não nos ajuda a evitar tantas ambiguidades quanto desejaríamos. Considere as três seguintes frases em que o nome “Sócrates” ocorre:

- (11) Há muitas pessoas chamadas “Sócrates”
- (12) Somente Sócrates se iguala a Sócrates.
- (13) O Sócrates da filosofia foi maior que o Sócrates do Corinthians.

Pense em quantos tipos e ocorrências de nomes próprios há em cada uma delas. Em (11) há apenas um tipo e uma ocorrência de “Sócrates”. Em (12) há um tipo e duas ocorrências; e em (13) também há um tipo e duas ocorrências. Porém, existe uma diferença importante entre (12) e (13) que a distinção entre tipo e ocorrência não captou. Enquanto em (12) as duas ocorrências de “Sócrates” se referem a um mesmo indivíduo, em (13) cada ocorrência se refere a um indivíduo diferente. Existe um sentido em que seria correto dizer que em (12) há apenas um nome, enquanto em (13) há dois. A distinção entre tipo e ocorrência, como exposta acima, não nos permite acomodar este sentido.

Repare que o mesmo problema surge com nomes vazios.

- (14) Somente Vulcano, o deus romano do fogo, é tão feio quanto Vulcano.
- (15) Vulcano, o deus do fogo, não mora em Vulcano, o planeta de Star Trek.

Em cada frase acima, há um tipo e duas ocorrências de “Vulcano”. Uma vez mais, no entanto, há uma importante diferença que a distinção entre tipo e ocorrência não capta. Em (14) o nome é usado duas vezes como nome do deus romano do fogo, enquanto em (15) ele é usado uma vez como nome do deus e uma vez como nome de um planeta do universo ficcional de Star Trek. Nem o deus nem o planeta existem, mas isto não altera o fato de que há um sentido em que seria correto dizer que (14) envolve apenas um nome, enquanto (15) envolve dois. Queremos uma terminologia que nos permita fazer isto, a fim de evitar ambiguidades quando falamos de nomes.

Podemos usar o mesmo tipo de nome para falar de diferentes objetos, existentes ou não. Algumas vezes usamos “Sócrates” para falar do filósofo grego e outras usamo-lo para falar do grande jogador do Corinthians. Algumas vezes usamos “Vulcano” para falar do deus romano do fogo, e outras usamo-lo para falar de um planeta em Star Trek. Podemos expressar isto dizendo que os nomes “Sócrates” e “Vulcano” podem ser usados de diferentes modos, para falar de diferentes objetos, incluindo objetos inexistentes ou ficcionais. Quando quiser falar de um *nome em uso*, usarei a expressão “nome-tipo”. Assim, (13) contém dois nomes-tipo diferentes, um se referindo ao filósofo e outro ao jogador. A frase (12), em contrapartida, contém apenas um nome-tipo, que ocorre duas vezes. De forma similar, (15) contém dois nomes-tipo, enquanto (14) contém apenas um.

Mas nem sempre queremos falar de um nome em uso. Quando quiser falar de um nome independentemente deste ou daquele uso particular, ou de qualquer prática específica de usá-lo para falar de um particular existente ou não, usarei a expressão “nome-estilo”. Note, por exemplo, que em (11) não ocorre qualquer nome-tipo. A ocorrência de “Sócrates” ali não pertence a qualquer prática de usar este nome para falar de um ou outro objeto. Em (11), “Sócrates” é um nome-estilo. Neste sentido, podemos dizer que Sócrates (o jogador) e Sócrates (o filósofo) possuem o mesmo nome-estilo.

A distinção entre nome-tipo e nome-estilo não altera a distinção entre tipo e ocorrência. Continua sendo verdade que nas frases (11), (12) e (13) apenas um tipo de nome ocorre, e que em (11) há apenas uma ocorrência, enquanto em (12) e (13) há duas ocorrências. Apenas em (11), no entanto,

ocorre um nome-estilo, sendo que em (12) ocorre o mesmo nome-tipo duas vezes e em (13) dois nomes-tipo diferentes.

Para evitar confusões, pensemos em mais alguns exemplos.

(16) Os meus nomes preferidos são “Sócrates”, “Platão” e “José”.

(17) Sócrates foi o mestre de Platão, mas Platão foi mais sábio.

(18) Maria pensa que Carlos se chama “João”.

Se a distinção está clara, você notou o seguinte. Em (16), nenhum nome-tipo ocorre, mas três nomes-estilo diferentes. Em (17) há dois nomes-tipo, embora um ocorra duas vezes. Em (18) há dois nomes-tipo e um nome-estilo. Campbell ainda faz outras distinções (nomes-ocorrência e nomes-instância) que não nos interessam aqui. Enquanto ele pretende usar estas distinções como um modo mais rigoroso de falar da distinção mais geral entre tipo e ocorrência, eu pretendo apenas que elas me permitam indicar quando estou falando de um nome em uso e quando não. Isto facilitará a discussão que está por vir.

2.7 O primeiro exemplo

Imagine que João está em seu quarto quando diz o seguinte.

(19) Maria é uma bela garota.

Acontece que João não faz a menor ideia de quem seja Maria, apenas usa este nome com a intenção de se referir a um indivíduo particular e dizer algo sobre ele. João não se lembra de qualquer ocasião particular em que ouviu este nome, ou mesmo conhece qualquer pessoa que sabe possuir este nome. Se você perguntasse a ele “qual Maria?” ele diria simplesmente “não sei”. E se você insistisse pedindo qualquer informação que seja, ele diria “já disse que não faço ideia”. Será que João teve sucesso em se referir a alguém? A resposta intuitiva é “não”. Até aí, penso que os defensores da teoria causal concordariam.

Mas agora imagine que, embora João não lembre, ele foi apresentado a uma garota chamada “Maria” há dez anos e, é claro, introduzido ao seu nome. O resto da situação é a mesma. Pergunte-se novamente: terá João se referido a uma pessoa particular? A resposta intuitiva, penso, será novamente “não”. Isto mesmo que o uso que João faz do nome esteja causalmente conectado a Maria.

Podemos tornar o exemplo um pouco melhor para o defensor da teoria causal. A situação é a mesma, com a diferença que (embora João não saiba) alguma área do seu cérebro ativada no momento em que ele foi apresentado a Maria, também foi ativada quando ele proferiu (19). Isto talvez torne a ideia de um elo causal entre seu uso do nome e Maria mais inteligível. Terá João se referido a um indivíduo particular e dito algo verdadeiro ou falso sobre ele? Continuo pensando que a resposta intuitiva seja “não”. Seria absurdo, por exemplo, dizer que João poderia acreditar em (19).⁶

Se a intuição de que João não se refere a qualquer pessoa está correta, então pode haver algo errado com a teoria causal, pois ela implica que João teve sucesso em se referir a algo. O exemplo é um caso em que todos os requisitos exigidos por Devitt para um elo causal apropriado estão presentes. João ouviu alguém proferindo o nome “Maria” para fazer referência a um objeto particular, e João é um falante competente da linguagem; mas ele não é capaz de se referir a alguém através deste nome.

⁶ Neste ponto, estou passando injustificadamente da capacidade de fazer referência a um objeto particular através de um nome para a capacidade de ter crenças sobre ele. Evans acha que isto é um erro. Ele pensa que há casos em que um sujeito é capaz de se referir a um objeto mas não de ter pensamentos (crenças, etc.) sobre o mesmo. Penso que essa distinção não funciona para nomes próprios. No capítulo 3, tratarei de alguns dos supostos casos nos quais isto ocorre, e defenderei que são casos nos quais os sujeitos não têm realmente sucesso referencial.

2.8 Discussão do primeiro exemplo

Consideremos algumas possíveis respostas que o defensor da teoria causal poderia fornecer. Uma possível objeção ao exemplo acima é que ele é absurdo, porque ninguém, na situação de João, tentaria proferir (19) para fazer referência a um objeto e dizer algo sobre ele. O exemplo já começa de forma equivocada, na medida em que supõe que João faz algo que ninguém faria.

Em primeiro lugar, repare que o exemplo não descreve uma situação impossível. Mesmo que muito improvável, é possível que o nosso João seja louco o bastante para tentar realizar o feito do exemplo. Em segundo, concordo parcialmente com a objeção a acima. Pois penso que muito dificilmente alguém tentaria proferir (19) em um contexto como o do exemplo. É estranho pensar em um contexto no qual João profere (19), mas é totalmente incapaz de indicar de quem fala. Mas pense na razão pela qual as pessoas não proferem frases como (19) em contextos como aquele. O defensor do princípio de Russell teria uma explicação simples. Bons usuários da linguagem não tentam fazer referência a objetos que tão obviamente não são capazes de identificar. É justamente porque este princípio é correto que as pessoas não proferem (19) naquela situação. Mas como a teoria causal pode explicar isto?

Talvez o teórico causal pudesse apelar a algo semelhante. Ele poderia aceitar que falantes geralmente não tentam fazer referência a objetos que não acreditam serem capazes de identificar. Mas isto não significa que o princípio de Russell é correto. Por outras palavras, embora seja verdade que falantes normalmente não tentam fazer referência a objetos que não acreditam serem capazes de identificar, também é verdade – como os exemplos a favor do argumento semântico mostram – que identificação não é uma condição necessária para referência. Só o que determina o referente do nome é um elo causal apropriado.

Todavia, seja qual for a explicação do porquê do exemplo ser incomum, isto não toca o verdadeiro problema. Que o exemplo representa uma situação incomum nós já sabemos. O que é realmente importante é explicar por que, na situação incomum relevante, João falha em se referir a algo. O teórico causal pode tentar responder a isto na mesma direção apontada acima. Desta vez, ele

alegrará não apenas que falantes *geralmente* não usam nomes para fazer referência a objetos que não pensam serem capazes de identificar; mas que uma condição necessária para o sucesso da referência por nomes é que eles acreditem que são capazes de identificar o referente. Mais uma vez, isto não implica que identificação é uma condição necessária para o sucesso da referência. Pois não é necessário que o falante *realmente* seja capaz de identificar o referente. Basta que ele *acredite* que é. João não satisfaz esta condição, já que não há qualquer elemento que possa lhe fornecer a crença de que é capaz de identificar o referente de “Maria”. Ele assumidamente nada sabe acerca do referente deste nome.

Esta solução é *ad hoc*. Se aceitarmos a teoria causal, então não parece haver qualquer motivação para aceitarmos a resposta acima. Em primeiro lugar, se esta resposta está correta, então um elo causal apropriado com o referente não é uma condição suficiente para a referência por nomes. Afinal, não bastaria um sujeito S manter a relação causal apropriada com um objeto x, seria ainda necessário sustentar a crença (mesmo que falsa) de que é capaz de identificar este objeto. Em segundo, que tipo de papel ou função seria atribuído às crenças dos falantes? A crença falsa de que somos capazes de identificar um objeto não parece ter qualquer papel na determinação do referente de um nome. Além de sua utilidade em responder ao meu exemplo, ela está completamente ociosa na história.⁷

⁷ Seria plausível sustentar que este tipo de crença é não meramente uma condição necessária para o sucesso da referência, mas para a realização do próprio ato de referir (seja ele bem-sucedido ou não em selecionar um objeto). Neste contexto, meu exemplo não é um caso em que temos de decidir se ele se referiu ou não a alguém. Só teríamos este problema se João tivesse realizado algum ato referencial, mas ele não o fez. É verdade que João não se referiu a qualquer objeto. Mas existe um sentido em que ele também não falhou em se referir a qualquer objeto: o sentido em que ele sequer tentou fazê-lo. Do mesmo modo, é verdade que eu não marquei um gol hoje, mas existe um sentido em que também não falhei em marcar um gol. Afinal, sequer tentei marcar, não joguei futebol hoje. Em suma, não posso falhar em fazer um gol que nunca tentei fazer. Seja como for, dado que o sucesso da referência por nomes implica o ato de se referir a algo e que o ato de referir implica as suas condições necessárias, qualquer condição

Outra saída seria recusar que João realmente falhou em se referir a algo. Na verdade, ele teve sucesso. O que nos gera a intuição de que ele não teve é o fato de sabermos que este é um contexto, no mínimo, incomum. É justamente porque pensamos (corretamente) que dificilmente alguém diria (19) naquele contexto, que pensamos (erradamente) que João não se referiu a Maria.

Esta resposta é implausível por pelo menos duas razões. A primeira é que ela vai contra a intuição de que *se alguém proferisse (19) naquela situação, não teria sucesso referencial*. Na verdade esta resposta se compromete com a afirmação contraintuitiva de que se alguém proferisse (19) naquela situação, teria sucesso referencial. A segunda é que não está claro como o fato de uma situação ser incomum gera um erro em nossas intuições. Ora, dificilmente alguém diria “o Sagid é um gênio” com a intenção de se referir a mim. Mas ainda assim, não intuimos que se alguém dissesse, falharia em se referir.

Uma resposta mais plausível consiste em apelar ao conceito de *elo causal apropriado*. A teoria causal não afirma que qualquer elo causal é suficiente para um sujeito se referir a um objeto através de um nome. Ela afirma que deve haver um elo de certo *tipo apropriado* para que isto seja possível. O que ocorre com meu exemplo é que ele não é um caso em que há um elo causal deste tipo. Os exemplos de Kripke e Donnellan a favor do argumento semântico são casos nos quais há este elo e, por isso, naqueles casos os falantes têm sucesso em fazer referência a um objeto. Em contrapartida, no meu exemplo João não está apropriadamente conectado à Maria, e assim ele falha em se referir a ela. Portanto, não existe realmente um problema para a teoria causal. Para refutar esta teoria, temos de mostrar casos nos quais há um elo causal do tipo apropriado e, mesmo assim, o falante falha em se referir a algo através do nome.

Mas isto também não funcionará. A teoria causal não é a teoria que afirma que *em todos os casos nos quais nossa intuição diz que temos sucesso em fazer referência a um objeto particular através de um nome, há um elo causal*

necessária para a realização do ato de se referir será uma condição necessária para o sucesso da referência. Para simplificar a discussão, falo sempre em termos de condições necessárias para o sucesso da referência.

*apropriado entre nosso uso do nome e o objeto. E em todos os casos nos quais nossa intuição diz que não temos sucesso, não há um elo apropriado. Se queremos refutar meu exemplo através do apelo ao conceito de *elo apropriado*, então temos de ser capazes de pelo menos indicar o que contaria como tal. Caso contrário, esta teoria será circular. Começamos por explicar a referência em termos de um elo causal apropriado, mas em seguida definimos “apropriado” como aquilo que acontece quando há sucesso na referência. O resultado é que nenhum contraexemplo imaginável refutará a teoria. Ora, todos os exemplos em que aparentemente temos sucesso referencial confirmarão a teoria, na medida em que são casos nos quais (por definição) há um elo apropriado. E todos os exemplos em que há falha na referência também a confirmarão, na medida em que são casos nos quais (por definição) não há um elo apropriado. Ao usar a noção de *elo apropriado* deste modo, passa a ser impossível encontrar um caso problemático para a teoria causal. Mas isto não será mais fruto da plausibilidade desta teoria, e sim de sua circularidade. Se não tivermos uma indicação do que conta como apropriado, então o apelo a este conceito não será de muita ajuda.*

Talvez Devitt possa dar uma indicação do que acontece com João. Para que isto fique claro, pense novamente no exemplo de Kripke. Naquele caso, a intuição foi que bastou os alunos ouvirem o proferimento do professor (“Newton é o mestre de Platão”) para serem capazes de fazer referência a um objeto particular através de “Newton”. Qual a diferença entre este exemplo e o meu? Uma possível resposta é que a diferença é o espaço de tempo entre a aquisição do nome por parte do falante e o uso que ele faz do mesmo. No exemplo de Kripke imaginamos as crianças usando o nome logo após o terem adquirido do professor. No meu exemplo, por suposição, o nome é usado pela primeira vez dez anos após a aquisição. Talvez Devitt possa sustentar que no exemplo de João há algo mais envolvido. Tanto as crianças do exemplo de Kripke, quanto João, ao ouvirem o proferimento da pessoa de quem sua referência seria parasitária, adquiriram a habilidade de fazer referência através daqueles nomes. Mas adquirir uma habilidade e manter a habilidade por dez anos são duas coisas bem diferentes. Se João não é mais capaz de se referir a qualquer pessoa através do nome “Maria”, é porque ele não foi capaz de manter a habilidade que uma vez adquiriu. As condições exigidas para manter a habilidade por tanto

tempo podem ser diferentes (mais rigorosas) daquelas exigidas para adquirir a habilidade.

Este diagnóstico soa correto, mas nos remete a outro problema: quais são as condições para um falante manter sua habilidade de usar o nome? Não basta afirmarmos que João não manteve a habilidade em questão, precisamos explicar a razão disto.

Kripke (1972/80, p. 96) afirma que, ao *receber* um nome, um falante tem de ter a intenção de usá-lo para se referir à mesma pessoa a quem aquele que lhe introduziu o nome se refere. Penso que isto vai na direção correta, mas dificilmente ajuda a teoria causal. Primeiro, veremos no capítulo 3 que este é apenas mais um modo legítimo de identificar o referente do nome. Segundo, a condição acima não explica o que poderia haver de errado com João, pois nada diz sobre como manter a habilidade de usar o nome. Kaplan (1977, p. 559) afirma que, de acordo com a teoria causal, uma intenção crucial dos falantes é a intenção de usar o nome com o mesmo significado dado pela pessoa de quem aprendeu o nome. É improvável que ele queira dizer que temos sempre que lembrar quem nos introduziu o nome, pois isto, além de favorável às versões mais simples do descritivismo, é algo que defensores da teoria causal negam (KRIPKE, 1972/80, p. 92. DEVITT; STERELNY, 1999, sec. 3.4). Talvez a ideia seja que um usuário do nome deva ter a intenção de usá-lo com o mesmo referente de *quem quer que seja que tenha lhe introduzido o nome*, sem que seja preciso especificar quem o fez. Isto nos fornece uma solução simples para o problema: para que um falante mantenha a sua habilidade de usar um nome, é preciso que ele mantenha a sua intenção de usá-lo com o mesmo referente de quem lhe introduziu o nome. Se João tinha esta intenção, então teve sucesso em se referir a Maria. Caso contrário, ele falhou. Como bem nota Searle (1983, p. 340), o problema desta solução é que ela nos leva de volta a alguma versão do descritivismo. O que está sendo afirmado é que o referente do nome “Maria”, tal como usado por João, é *o indivíduo a quem a pessoa que me (João) introduziu o nome se referiu*, e que João deve ter a intenção de usar o nome para se referir ao indivíduo que satisfaz a descrição em itálico. De modo mais geral, a ideia é que um falante S só mantém a capacidade de se referir por empréstimo através de um nome N se tiver a intenção de usar o nome para se referir ao indivíduo

que satisfaz uma descrição do tipo “o indivíduo a quem a pessoa que me introduziu N se referiu”. O que temos aí é uma perspectiva descritivista da referência por empréstimo. Se preferir, pode chamar de “descritivismo causal” ou quem sabe “descritivismo histórico”, mas ainda será descritivismo.

Por fim, repare que o exemplo de João poderia ter sido construído sem envolver empréstimo da referência. Basta imaginar o mesmo exemplo, mas agora supondo que João não meramente foi apresentado à Maria, mas que foi ele quem a batizou e apresentou-a a outras pessoas. Neste caso, de nada adiantará apelar às intenções acima, e o mistério permanecerá: por que ele perde a habilidade de usar o nome?

Em suma, o defensor da teoria causal precisa especificar quais condições um falante tem de satisfazer para manter a sua habilidade de usar um nome, e garantir que as condições impostas sejam consistentes com a teoria causal da referência, que afirma que um elo causal é condição suficiente para o sucesso referencial. Ainda não conheço alguém que tenha feito isto.

Note que explicar qual a diferença (se há alguma) entre os casos de Kripke e Donnellan – nos quais pensamos que há sucesso referencial – e o de João – em que pensamos que não há sucesso – não é uma tarefa de pormenor. Se os exemplos a favor do argumento semântico são casos nos quais os falantes estão exatamente na mesma situação de João, então podemos questionar se eles realmente tiveram sucesso em fazer referência a qualquer coisa. Pode ser que a suposição de que certos falantes ignorantes se refiram a algo não passe de aparência. Consequentemente, podemos colocar em dúvida o próprio argumento semântico. Além disto, se sustentarmos que não há qualquer diferença relevante entre os exemplos, então teremos que explicar por que nossas intuições são discrepantes. Se os exemplos são do mesmo tipo, então por que temos intuições diferentes em relação a eles?

Retornarei a estas questões no terceiro capítulo, fornecendo uma explicação que apela à capacidade de identificação dos falantes. Por agora, apenas termino com um resumo dos pontos principais: se queremos salvar a teoria causal de exemplos como o de João apelando ao conceito de *elo causal apropriado*, é necessário que tenhamos alguma indicação do que queremos dizer com isto. Caso contrário, a habilidade desta teoria de lidar com os

exemplos problemáticos será mera aparência, gerada por seu aspecto circular. A teoria causal, sem maiores qualificações, é insuficiente como uma explicação da referência dos nomes próprios. O que lhe falta é uma explicação de como falantes mantêm a habilidade de usar um nome, e mais especificamente uma que não nos leve novamente ao descritivismo.

2.9 O segundo exemplo

Imagine que Marcos esteja em meio a uma conversa com um amigo. Seu amigo tem a chata mania de ser demasiado prolixo em tudo que diz. Em meio a um de seus longos discursos, ele profere a seguinte frase.

(20) Eliz é legal.

Embora Marcos já esteja entediado com o discurso de seu amigo, e esteja prestando atenção em quase nada, ele acabou ouvindo (por um acaso) o proferimento de (20). Ele sabe que (20) foi proferida com intenção referencial e não conhece qualquer pessoa chamada “Eliz”. Esta é a primeira vez que ele é introduzido a este nome.

Pause o exemplo neste momento e pergunte-se o seguinte: Será Marcos capaz de se referir a Eliz? A resposta é “sim”. Ora, Marcos poderia perguntar “quem é Eliz?” e, neste caso, ele teria sucesso em se referir a ela. Defensores da teoria causal aceitarão isto de bom grado. Afinal, exemplos como este são problemáticos não para eles, mas para descritivistas e defensores do princípio de Russell. Afinal, neste caso não parece que Marcos conheça qualquer propriedade identificadora de Eliz, ou mesmo que seja capaz de identificá-la em qualquer outro sentido. Ainda assim, contudo, ele é capaz de se referir a Eliz. Dito isto, retornemos ao exemplo.

Marcos poderia perguntar quem é Eliz, mas é claro que não perguntaria, pois sabe da longa resposta que teria de suportar se o fizesse. Embora não tivesse prestado atenção, muita coisa havia sido dita antes deste proferimento, e muita coisa seria dita depois. Mas Marcos não dava ouvidos ao seu amigo.

Enquanto o amigo continuava a falar, ele pensava distraído em qualquer outra coisa que lhe viesse à mente. Algum tempo depois, novamente ao acaso, ele ouve um novo proferimento, seu amigo disse novamente:

(21) Eliz é legal.

Uma vez mais, Marcos sabe que seu amigo profere (21) com intenção de se referir a um indivíduo particular. Mas não apenas isto, por se lembrar muito vagamente de alguma coisa dita antes, ele acredita que o amigo está, agora, a falar de um indivíduo diferente. Por outras palavras, seu amigo usa (21) para se referir a outra pessoa, também chamada “Eliz” e que ele também acredita ser legal.

Pausemos novamente o exemplo e comecemos a refletir sobre a nova situação em que nos encontramos. O amigo proferiu as frases (20) e (21) com a intenção (bem-sucedida, suponha) de fazer referência a duas pessoas diferentes. Isto significa que Marcos foi introduzido a dois nomes-tipo “Eliz” diferentes. Agora, pergunte-se: Será Marcos capaz de se referir a cada indivíduo particular através do nome “Eliz”? A resposta é “sim”. Ele é capaz de usar cada um dos dois nomes-tipo com sucesso referencial. Repare que a teoria causal também parece lidar bem com isto. Marcos adquiriu dois nomes-tipo distintos por participar de duas cadeias causais diferentes, cada uma envolvendo o mesmo nome-estilo “Eliz”. Em cada caso, ele se tornou participante da cadeia por ouvir um proferimento, e colocar-se apropriadamente na posição de uma pessoa a quem um nome com um novo referente é introduzido. Por outro lado, se a primeira parte do exemplo já parecia um problema para descritivistas e defensores do princípio de Russell, agora a situação parece ter melhorado em nada.

Mas então continuemos com o exemplo. Imagine que Marcos finalmente consegue se livrar de seu amigo. Ele vai para casa e dorme por um longo tempo, com a intenção de esquecer os momentos de tédio vividos há pouco. Ao acordar, ele se lembra de que foi introduzido a dois nomes-tipo “Eliz”, e que lhe foi dito

que ambas eram legais.⁸ Mas ele não lembra nem quem lhe introduziu os nomes, nem quando e como isto foi feito; talvez porque seu mecanismo de censura tenha retido estas informações em seu inconsciente, a fim de lhe poupar do sofrimento de relembrar a situação de tédio vivida.

Agora, imagine que Marcos diga o seguinte.

(22) Eliz é legal.

Aqui interrompo o exemplo para a discussão.

2.10 Discussão do segundo exemplo

Antes de começarmos a discutir o segundo exemplo, seria interessante fazer algumas estipulações. Sabemos que a pessoa referida pelo proferimento de (20) é diferente da pessoa referida pelo proferimento de (21). Usarei “*” para indicar quando estou falando da segunda. Assim, quando disser que Eliz* é tal e tal, estarei falando da pessoa referida por (21). Quando quiser falar do nome-tipo usado em (21), apenas acrescento aspas. Dito isto, podemos começar a discussão.

Qual o diagnóstico da teoria causal sobre (22)? A quem Marcos se refere? Marcos adquiriu a capacidade de usar o mesmo nome-estilo como dois nomes-tipo. Se em (22) ele estiver usando o nome-tipo “Eliz”, então ele se refere a Eliz (a pessoa referida em (20)). Neste caso, é com ela que ele estará causalmente conectado, e será em virtude disto que ele terá sucesso referencial. Mas se ele estiver usando o nome-tipo “Eliz*”, então ele se refere à Eliz* (a pessoa referida em (21)). Neste caso, sua conexão causal será com Eliz*. Em resumo, a quem Marcos se refere depende de com quem ele está causalmente conectado; sendo também possível que ele falhe em fazer referência por não

⁸ Obviamente, ele não possui esta terminologia. Mas este é um modo de descrever a situação evitando ambiguidades.

estar causalmente conectado a qualquer uma ou, quem sabe, se refira a ambas, por estar conectado com as duas. Podemos reduzir isto a duas opções, ou Marcos se refere a uma delas em particular, ou ele falha em se referir a uma delas em particular. O problema é que a teoria causal não nos fornece elementos para decidir por qualquer uma delas. Consideremos uma a uma.

Opção 1: Marcos se refere a um indivíduo particular Que tipo de coisa faria com que ele se referisse a uma das mulheres em particular? Marcos está causalmente conectado tanto com Eliz como com Eliz*. Se ele se refere a alguma das duas, então deve haver algo que o permita participar de uma cadeia causal ao invés da outra (no momento do proferimento). Seria implausível dizer que Marcos simplesmente profere (22) e a sorte determina de qual cadeia causal ele participa. Referência não é um jogo de azar. Os apelos de Kripke (1972/80, p. 96) e Kaplan (1977, p. 559) à intenção de usar o nome com o mesmo referente ou significado da pessoa que o introduziu não resolvem o problema. Marcos pode ter esta intenção, mas ela ajudará em nada. Imagine que esta intenção seja explícita: ele deseja usar o nome “Eliz”, em (22), para se referir à mesma pessoa a quem aquele que lhe introduziu o nome se referiu. A quem ele se referirá neste caso? Ele se referirá a Eliz ou a Eliz*? Nenhuma resposta é indicada pela teoria causal. O apelo às crenças identificadoras poderia nos permitir decidir, mas ele está vetado ao teórico causal. Por exemplo, Marcos poderia se referir a uma pessoa em particular se estipulasse que deseja falar daquela pessoa, entre as duas que lhe foram introduzidas, que nasceu primeiro. Contudo, artifícios deste tipo constituem a essência do descritivismo e os exemplos a favor do argumento semântico tentam mostrar justamente que eles não são necessários.

Opção 2: Marcos falha em se referir a um indivíduo particular Existem duas hipóteses a serem consideradas aqui: (2a) Marcos se referiu a ambas as mulheres, e (2b) Marcos se refere a ninguém.

(2a) Suponha que ele tenha se referido a ambas. Como a teoria causal explicaria isto? Para que isto acontecesse, o proferimento de Marcos deveria estar simultaneamente conectado com as duas mulheres. Mas não é claro o porquê de isto ocorrer. Por um lado, tudo correu bem com a aquisição do nome. Por outro, nenhum elemento especial parece ter surgido posteriormente. Sou

capaz de usar o nome-estilo “Sócrates” para me referir ao filósofo grego e para me referir ao jogador do Corinthians. Ou seja, posso usar este nome-estilo como dois nomes-tipo diferentes, sem problemas com referência ambígua. Segundo a teoria causal, faço isto por participar de duas cadeias causais diferentes envolvendo este nome-estilo. Por que seria diferente com Marcos? Tem de existir algum elemento diferente entre os dois casos, mas nada na descrição de Devitt ou Kripke nos ajuda a entender o que seria. Além disto, há uma razão mais geral contra esta alternativa. Como vimos na introdução, nomes próprios satisfazem o que Sainsbury (2006) chamou de “condição no máximo um”: *se o uso de um nome se refere a um objeto, então ele se refere a no máximo um*. Se isto estiver correto, então não existe a possibilidade de Marcos se referir a ambas as mulheres. Ou ele se refere a uma pessoa particular ou se refere a ninguém.

(2b) Marcos se refere a ninguém. Neste caso, precisamos de uma explicação do porquê da falha. Como vimos, tudo correu bem com a aquisição do nome. Marcos era capaz de usar ambos os nomes antes de dormir. Se algo o fez perder esta capacidade, então temos de indicar o que foi. Uma possibilidade é que ele não tenha perdido, apenas acontece de não ter conseguido exercer a capacidade de usar qualquer nome-tipo em (22). Neste caso, teremos de explicar o que faz com que ele falhe em exercê-la.

De todo modo há algo a ser explicado. Com as informações que a teoria causal nos fornece, não conseguimos determinar qualquer resultado para Marcos. Precisamos de mais informação sobre o que ocorre para determinar se ele se refere a alguém em particular, quem seria, ou se ele falha. Isto não é decisivo contra a teoria causal. Pode ser que a informação que nos falta seja, no fim das contas, de natureza causal. Minha sugestão é que isto mostra, pelo menos, que as versões que trabalhamos são incompletas. Elas não nos contam tudo sobre a referência por nomes. No próximo capítulo, sustento que o resto da história de Marcos deve ser contado em termos de identificação.

Assim como ocorreu com o primeiro exemplo, encontrar uma explicação deste caso não é uma questão de pormenor. Este é um caso muito parecido com aqueles a favor do argumento semântico. Mas os artifícios empregados pelos defensores da teoria causal não são suficientes para explicar o que acontece

aqui. Se o exemplo representa um caso do mesmo tipo daqueles a favor do argumento semântico, então podemos colocar em dúvida o sucesso da teoria causal em explicar os últimos. Talvez este sucesso seja apenas ilusório. Por outro lado, se o exemplo representa um caso de um tipo diferente, então temos de (a) apontar a diferença, (b) explicar como ela é relevante para a referência, e (c) explicar, finalmente, o que Marcos faz (ele se refere ou não?).

2.11 O que temos a aprender com a teoria causal

No próximo capítulo apresento uma teoria alternativa à teoria causal. Entretanto, assim como no caso do descritivismo, não penso que a teoria causal esteja totalmente errada. Conforme veremos, a teoria defendida neste livro vai incorporar algum papel aos elos causais na explicação da referência. Defenderei que há dois sentidos em que elos causais podem ser vistos como necessários para o sucesso da referência, e que pelo menos um deles está correto. Nomeadamente, a existência de um elo causal entre falantes é uma condição necessária para a existência de uma prática de usar nomes; e a noção de *prática de usar nomes* estará no centro da explicação defendida para a referência dos nomes.

Além disto, embora seja verdade que a ideia da referência como um fenômeno social não seja um privilégio da teoria causal, parece claro que a teoria causal é o modo mais direto de torná-lo explícito. Esta teoria tem a vantagem de carregar a concepção de uma rede de falantes transmitindo um nome de uns para outros como algo essencial para a referência. Qualquer teoria plausível da referência, penso, tem de reter a imagem da rede de falantes interconectados. A teoria causal também tem o mérito de deixar clara a distinção entre o fenômeno da fixação do referente e o fenômeno da referência por empréstimo. (Basta nos lembrarmos da distinção entre os dois tipos de elos causais mencionados na seção 2.2). A teoria da identificação que defenderei incorpora esta distinção.

Penso que uma das vantagens da teoria apresentada a seguir é que ela pode reter os elementos mais plausíveis tanto do descritivismo quanto da teoria causal, enquanto evita os seus aspectos problemáticos.

2.12 Resumo

- De acordo com a teoria causal, esboçada por Kripke e posteriormente desenvolvida por Devitt e Bianchi, a existência de um elo causal apropriado é pelo menos uma condição suficiente para o sucesso da referência por nomes. Mais especificamente, algum elo causal C1 é pelo menos suficiente para a *fixação de um referente*, e algum elo causal C2 é suficiente para o sucesso do *empréstimo da referência*. Nem C1 nem C2 são necessários para o sucesso da referência *simpliciter* por nomes, e C1 sequer parece ser necessário para o sucesso da fixação de um referente. Mas há razões iniciais para pensarmos que C2 é de fato necessário para a referência por empréstimo.
- Bianchi não nos fornece uma explicação de C1, e sua explicação de C2 é inicialmente insatisfatória. Por esta razão, é a proposta de Devitt que tomo como modelo. Devitt explica o *fenômeno da fixação do referente* do seguinte modo: Um sujeito S percebe um objeto x e, devido a uma relação causal que lhe permite perceber x , ele pode atribuir um nome N a x . Ao fazer isto, S ganha a habilidade de usar N para se referir a x . Por sua vez, o *fenômeno da referência por empréstimo* é explicado como segue: Ao ouvir (ler, etc.) S proferir N para se referir a x , um sujeito S' pode, devido a uma relação causal com S (ele ouviu, leu, etc. o proferimento de S), adquirir a habilidade de usar N para se referir a x . O que garante que S' , ao usar N , seja bem-sucedido em tomar a sua referência de empréstimo de S, é que a habilidade referencial que S' está exercendo ao proferir N é causalmente fundada no exercício que S fez de sua própria habilidade. (Seção 2.2).

- A despeito do que foi dito acima, é possível entender a teoria causal como uma teoria das condições necessárias e suficientes – ao invés de apenas suficientes – para o sucesso da referência por nomes. Mas isto requer o estabelecimento de uma conexão entre a teoria da referência e a teoria do Pensamento. (Seção 2.3).
- Apesar de toda versão da teoria causal da referência contar como uma versão da teoria histórica, o inverso não se sustenta. A teoria histórica de Donnellan, por exemplo, não nos compromete com a teoria causal. De fato, e a despeito de o próprio Donnellan ter rejeitado o descritivismo, sua teoria positiva é consistente com pelo menos uma versão do descritivismo: o descritivismo causal. Uma lição importante disto é que o descritivismo não é por si só inconsistente com uma perspectiva social da referência. (Seções 2.4 e 2.5).
- A distinção entre nomes-tipo e nomes-estilo será importante para toda a discussão subsequente. A expressão “nome-tipo” diz respeito a um nome em uso, um nome tal como usado para falar de um objeto particular existente ou não. “Nome-estilo” diz respeito a um nome independentemente deste ou daquele uso particular. É importante ressaltar que estas são apenas caracterizações, e não definições propriamente ditas. (Seção 2.6).
- A teoria causal enfrenta dificuldades com dois contraexemplos, que podemos chamar de “exemplo de João” e “exemplo de Marcos”. O primeiro mostra que a teoria tem problemas em explicar como um falante mantém a habilidade de usar um nome. O segundo apresenta um caso acerca do qual a teoria causal não consegue fornecer um diagnóstico. A dificuldade da teoria causal com estes exemplos também coloca em xeque sua capacidade de explicar os casos a favor do argumento semântico. (Seções 2.7-2.10).

- A despeito de rejeitar a teoria causal, acredito que seus defensores acertaram em reconhecer a importância de elos causais para a referência, e em chamar a atenção para o aspecto social da referência. (Seção 2.11)

3. NOMES E IDENTIFICAÇÃO

“É verdade que a concepção que o falante tem do referente de um nome – a informação que ele associa com o nome – será relevante na determinação do que ele se refere ao usar o nome. Mas isto não ocorrerá pela indicação direta de qual objeto ele tem em mente (...), mas por tornar claro de qual prática de usar um nome ele tem a intenção de estar (...) participando.” (Gareth Evans, 1982)

3.1 Apresentação

Neste capítulo, apresento uma teoria alternativa que penso ser mais plausível que a teoria causal. Conforme já dito, aceito que tanto a teoria causal como o descritivismo nos ensinam muito sobre a referência dos nomes. Mas nenhuma delas está totalmente correta. Meu foco será na explicação da referência parasitária, tendo pouco a dizer sobre outros aspectos da referência por nomes. Começo por defender que o princípio de Russell está correto, que conhecimento discriminatório é uma condição necessária para a referência. As condições completas (individualmente necessárias e conjuntamente suficientes) só aparecerão na seção 3.13 (ver também 3.20). Em seguida, discuto dois exemplos, o exemplo dos sonhos e o da Terra Gêmea. Com o primeiro, pretendo defender que existe um sentido em que é mais plausível aceitar que um elo causal, além de não ser suficiente, sequer é necessário para referência por nomes. Já o exemplo da Terra Gêmea é frequentemente considerado um problema para o descritivismo e um ponto a favor da teoria causal. Eu defendo que, seja ele ou não realmente um problema para o descritivismo, não é um problema para mim. Nas seções 3.16 e 3.17 discuto uma possível forma de argumentar que o tipo de perspectiva que defendo nos leva novamente ao descritivismo, concentrando-me no argumento de Frank Jackson (2010). Por fim, discuto um problema residual da perspectiva que defendo e apresento uma possível reformulação que o resolveria.

3.2 Batismo

Devitt está correto em afirmar que há pelo menos dois fenômenos que uma teoria da referência deve explicar: o fenômeno da fixação do referente e o do empréstimo da referência (ou referência parasitária). Mas seria mais adequado falar em *introdução de um nome-tipo* ao invés de *fixação do referente*. Isto porque existem nomes vazios, para os quais nenhum referente foi de fato fixado. Para que uma prática de usar um nome tenha início não é necessário que um referente seja fixado, mas apenas que um nome-tipo seja introduzido. Toda prática remete a um evento no qual um nome-tipo é gerado, e quase sempre nomes-tipo são gerados a partir de um nome-estilo.⁹

O mais comum é que nomes-tipo sejam gerados por batismos. Talvez o estereótipo de batismo sejam casos envolvendo um falante capaz de discriminar perceptivamente um indivíduo e realizando um ato de fala declarativo do tipo “Este indivíduo se chamará N”. Mas esta imagem pode ser modificada de vários modos. Primeiro, um batismo não requer alguma declaração explícita do tipo acima. Apelidos, por exemplo, são frequentemente introduzidos de forma mais direta. Certa vez alguém, ao me observar jogando futebol, disse que eu corria como o Papa Léguas. Isto foi o bastante para que surgisse uma prática de usar este incômodo apelido para fazer referência a mim. Segundo, já vimos que nomes também podem ser introduzidos por descrição, caso em que estipulamos que o referente do nome será quem quer que seja o único a possuir certa propriedade. Neste caso, não é necessário que o objeto nomeado esteja perceptivamente presente ao sujeito que realiza o batismo. Terceiro, é argumentável que nomes podem até mesmo ser introduzidos *sem querer*, isto é, sem que qualquer falante tenha tido a intenção de introduzi-los. Apesar de meu primeiro nome, “Sagid”, ser bastante simples, as pessoas aqui no Brasil têm alguma dificuldade de entendê-lo ou proferi-lo. Já ocorreu mais de uma vez de, ao ouvir meu nome pela primeira vez, alguém me perguntar espantado “Sagui?”.

⁹ A possível exceção à regra é o caso em que uma pessoa dá a alguém um nome nunca usado antes. Digo “possível” porque não me é claro o que exatamente ocorre neste caso. Seja como for, isto envolve problemas metafísicos que faremos melhor em ignorar.

Imagine que um amigo ouça uma pessoa fazendo esta pergunta, e acredite se tratar de alguém me apelidando. O amigo então começa a usar “Sagui” para se referir a mim, e isto dá início a toda uma prática de uso. Nesta situação, um novo nome-tipo “Sagui” foi criado, e uma prática de uso se desenvolveu em torno dele. Mas ninguém em qualquer momento teve a intenção de introduzir o nome.

Algo especialmente curioso é que muitos nomes-tipo podem ser introduzidos por meio de um único ato de batismo.

BBC News (12.06.02) relata um batismo em massa de 3000 pessoas na Índia. Podemos levar a ideia ainda mais longe. Suponha que haja três mil pessoas, cada uma das quais adorando um deus diferente. Todos os deuses são sem nome. Assim, um batismo em massa é organizado, no qual todos os deuses recebem o nome 'Pedro'.¹⁰

Em cada um dos casos acima houve apenas um ato declarativo de batismo, mas em cada um deles três mil novos nomes-tipo foram introduzidos. Isto também é interessante porque parece colocar um problema para a teoria da identificação. Nenhum dos casos anteriormente considerados era problemático para o princípio de Russell. Cada um envolvia identificação via contato perceptivo, reconhecimento ou propriedades identificadoras. Mas os casos de batismo múltiplo são diferentes, porque é muito plausível que os sujeitos que realizaram o batismo não eram capazes de identificar cada um dos três mil indivíduos relevantes. Como consequência, alguém pode introduzir um nome-tipo para um indivíduo que não é capaz de identificar. Não será isto um contraexemplo ao princípio de Russell?

Repare que o princípio de Russell não diz que identificação é uma condição necessária para a introdução de um nome, ele diz que ela é uma condição necessária para a referência bem-sucedida por meio de um nome. Em princípio, portanto, está aberta a possibilidade de que uma pessoa seja capaz de batizar um indivíduo que não é capaz de identificar, embora isto geralmente não

¹⁰ Textor (2010, p. 112)

ocorra. Neste caso, é claro, a pessoa também não será capaz de se referir ao indivíduo que ela própria batizou. Para que os casos de batismos múltiplos acima constituam um contraexemplo ao princípio de Russell, tem de ser verdade que algum dos sujeitos que introduziram os nomes-tipo seja capaz de se referir, através dos nomes-tipo relevantes, mesmo àqueles indivíduos que ele é incapaz de identificar. Mas está longe de ser claro que este seja o caso. Se uma autoridade competente declara que todas as três mil pessoas em um estádio se chamarão “João”, ela é bem-sucedida em criar três mil novos nomes-tipo porque recorre a uma regra que determina a criação de um novo nome-tipo para cada pessoa que satisfaça a condição de estar naquele estádio. Mas daí não se segue que ela será bem-sucedida em usar cada um dos três mil nomes criados. Se a autoridade disser em seguida “João é legal”, seu proferimento do nome não selecionará automaticamente algum dos três mil indivíduos nomeados por ela. Algo mais é necessário para que ela seja capaz de usar o nome-estilo “João” como um nome-tipo para um dos indivíduos em particular. De acordo com a teoria da identificação, este *algo mais* é precisamente a capacidade de identificar o referente do nome que utiliza. Por exemplo, se a autoridade singularizar um dos indivíduos através da visão, percebendo como ele é prestativo em ajudar uma criança perdida, então será capaz de usar o nome-tipo deste indivíduo em seu proferimento acima. Em conclusão, casos de batismo múltiplo não são um problema para a teoria da identificação. Por outro lado, eles parecem ser um problema para a teoria causal da referência. Podemos perfeitamente imaginar que a autoridade estivesse em contato causal, via percepção, com todos os sujeitos relevantes no momento do batismo (ele olhava para a multidão). Mas isto não lhe garantirá a capacidade de usar cada um dos três mil nomes-tipo que ele criou. Não é claro como uma perspectiva causal lidaria com este problema.

Por fim, Textor (2010, p. 113) também fornece um exemplo que pode ser usado para mostrar que a introdução de nomes-tipo nem mesmo requer um ato de batismo. Eu e você nos comprometemos a usar N para fazer referência a x. Apesar de termos fixado este comprometimento, nunca ocorreu de usarmos N, talvez porque nunca tenha ocorrido de falarmos sobre x. Intuitivamente, N é nosso nome-tipo para x, de modo que de fato tivemos sucesso em introduzir um novo nome-tipo. Entretanto, nenhum batismo foi

realizado. Se este exemplo está correto, então batismos nem mesmo são necessários para a geração de nomes-tipo. Para outras críticas à importância do batismo, veja Paul Ziff (1977, p. 319-321).

Se preferirmos, podemos estipular que “batismo” é um termo técnico que não precisa corresponder exatamente ao nosso entendimento ordinário desta palavra. Isto nos permitiria manter a tese de que nomes-tipo são sempre introduzidos por batismos. Por outro lado, isto criaria uma inevitável confusão entre o sentido técnico e o sentido ordinário de “batismo”. Por esta razão, talvez seja melhor falar em *introdução* ou *geração de um novo nome-tipo*. Geralmente, mas nem sempre, nomes-tipo são gerados por meio de batismos.

3.3 Produtores

Evans (1982, p. 376) e McCulloch (1989, p. 281-282) corretamente observam que nem tudo o que ocorre depois do batismo é referência por empréstimo ou referência parasitária. Eles acreditam que geralmente existe um conjunto de usuários de um nome que ocupa uma posição especial, e que sua capacidade de fazer referência através do nome não é explicada em termos da capacidade de outros usuários. Tais usuários seriam os *produtores do nome*.

Os produtores de uma prática de usar um nome possuem algum acesso privilegiado ao referente do nome. O exemplo mais claro são aquelas pessoas que podem se encontrar frequentemente com o referente, adquirir novas informações, *somar* às antigas e difundi-las. Considere o caso de seu próprio nome. Há um conjunto de pessoas (espero) que usam o seu nome para fazer referência a você. Dentre estas, algumas possuem acesso privilegiado, no sentido de poderem se encontrar repetidas vezes com você, adquirir novas informações e somá-las às antigas. Quando uma delas te encontra, pode adquirir novas informações a seu respeito. Pode descobrir que você está magro, barbudo, rico ou qualquer coisa do tipo. Estas novas informações podem ser somadas às informações anteriores, afetando de variados modos o estoque de informações da pessoa sobre você. Por exemplo, se você está magro agora e era gordo antes, então você emagreceu. Se está rico e era pobre, então

enriqueceu. Ora, para que as novas informações possam ser justificadamente combinadas com aquelas anteriormente adquiridas, é necessário que a pessoa te reconheça como o mesmo indivíduo com quem se encontrou anteriormente. Suponha que a pessoa que te encontra agora não lhe reconheça como a mesma com quem teve vários encontros anteriores. Esta pessoa pode bem perceber que você é magro e rico, mas não poderá a partir disto concluir que você emagreceu ou enriqueceu. De tudo que ela sabe, a pessoa que ela encontra agora poderia ter nascido rica, ou ter sido sempre magra. Em suma, a classe dos produtores de um nome N inclui pessoas com a capacidade de reconhecer o referente de N com base em sua aparência. Um defensor do princípio de Russell pode explicar a capacidade referencial destas pessoas a partir da cláusula (b) (seção 1.16). O mais comum é que uma prática de uso de um nome envolva um conjunto de usuários nesta posição, e exemplos mais prováveis são parentes próximos, amigos íntimos, cônjuges, etc.

Discussões interessantes sobre a capacidade de reconhecer objetos com base em sua aparência podem ser encontradas em Strawson (1959: 31-38) e Evans (1982: cap. 8). Uma descrição detalhada desta capacidade provavelmente está na fronteira entre psicologia e filosofia (incluindo a epistemologia e a filosofia da mente), e não estou em condições de fornecê-la aqui. Limite-me a ressaltar dois pontos importantes. Primeiro, a despeito da possibilidade de hipóteses céticas, é intuitivo que muitas pessoas possuem a capacidade de reconhecer o referente de alguns nomes com base em sua aparência. Provavelmente, você está nesta posição em relação ao referente de boa parte dos nomes que possui (se não estiver, provavelmente é uma pessoa muito antissocial). Segundo, é intuitivo que esta capacidade deve desempenhar algum papel em uma teoria da referência. Ora, pelo menos parte da função dos nomes próprios reside no fato de serem meios de adquirir, acumular e transmitir informação sobre objetos particulares, e a capacidade de reconhecer objetos desempenha um papel importante nesta aquisição, acúmulo e transmissão de informações. Nosso sistema de obtenção, acúmulo e transmissão de informação seria imensamente mais pobre se não fôssemos capazes de identificar alguns objetos deste modo.

Até agora, o elemento central na caracterização dos produtores é a ideia de um acesso privilegiado ao referente do nome. Meu primeiro exemplo de acesso privilegiado apelou a falantes que são capazes de reconhecer o referente do nome com base em sua aparência. Mas há pelo menos mais um possível exemplo. Considere a situação dos detetives responsáveis por investigar o caso de Jack (o estripador). Em comparação à gigantesca maioria dos (ou talvez a todos os) usuários deste nome-tipo, estes investigadores claramente tinham um acesso privilegiado ao seu referente. Eles se encontravam com as vítimas de Jack, obtinham em primeira mão detalhes sobre os seus métodos cruéis, observavam as pistas deixadas, talvez estivessem em posição privilegiada para fazer inferências acerca de nuances de sua personalidade, etc. A cada novo encontro com as circunstâncias de um novo assassinato, os detetives podiam adquirir novas informações sobre Jack, e adaptá-las ao seu estoque de crenças. Podiam então difundir estas informações, enriquecendo a prática de uso e mantendo vivo o interesse no objeto que estava em sua origem. Parece-me que estamos justificados em classificar estes detetives como produtores do nome “Jack”. Se assim for, então a classe dos produtores de um nome não inclui apenas usuários do nome que são capazes de reconhecer o referente do mesmo com base em sua aparência. Afinal, presumivelmente nenhum dos detetives tinha esta capacidade com relação ao referente de “Jack”. Ao contrário, eles identificavam Jack descritivamente. Por outras palavras, a capacidade deles de fazer referência a Jack é explicada em termos de conhecimento de propriedades identificadoras (a cláusula (a) do princípio de Russell).

Nem todo falante que identifica o referente do nome descritivamente pode justificadamente ser classificado como um produtor, pois muitos não possuem qualquer acesso privilegiado ao objeto nomeado. Suponha que Chico introduza o nome “Jujuba” para se referir à baleia mais pesada dos oceanos. Se existir uma baleia tal que seu peso é maior do que o de qualquer outra, então Chico se refere a ela por “Jujuba”. Todavia, a despeito de ele ter batizado Jujuba, ele não é um produtor deste nome, pois não tem qualquer acesso privilegiado ao objeto nomeado.

Isto levanta um problema interessante: o que conta como *acesso privilegiado* ao referente de um nome? Um esboço de resposta poderia apelar a

algum tipo de contato ou elo causal com o referente do nome. A razão de Chico não ter acesso privilegiado a Jujuba é que ele não tem qualquer contato com ela, não está causalmente conectado com ela em qualquer sentido relevante para a aquisição, acúmulo e difusão de informação. A situação é bem diferente nos outros casos descritos acima. A capacidade de reconhecer um objeto com base em sua aparência é pelo menos parcialmente fundada em encontros perceptivos com o mesmo, de modo que envolve algum tipo de contato ou elo causal com o objeto. Além disto, este contato ou elo é pelo menos parte da explicação do porquê destes falantes terem um papel de destaque na cadeia de informação gerada ao redor do nome. Em resumo, existe uma relação direta entre o contado ou elo destes falantes com o objeto nomeado e a posição especial que eles ocupam na prática de uso do nome. O mesmo ocorre com os detetives mencionados acima. Certamente eles não são capazes de reconhecer Jack com base em sua aparência. Todavia, muitas das descrições que usam para identificá-lo são especiais no sentido explicado na seção 2.3: elas fazem apelo a uma *marca* ou *rastro* deixado pelo objeto nomeado (o assassino deixou cicatrizes na vítima, provas no local, etc.). Ora, apesar do fato de que os detetives não tiveram a oportunidade de se encontrar pessoalmente com Jack, eles estavam em contato com vários dos rastros deixados pelo estripador, e conseqüentemente puderam recorrer a descrições que relatavam tais rastros. Ademais, este contato com os rastros de Jack é pelo menos parte da razão pela qual eles ocupavam a posição especial que ocupavam. Existe uma relação direta entre a conexão dos detetives com Jack e a posição especial que ocupavam na cadeia de informações ao redor deste nome. Se este tipo de resposta estiver correto, então a posição privilegiada dos produtores de um nome deve envolver algum tipo de contado ou elo causal com o referente do mesmo. Por outras palavras, a capacidade dos produtores de identificar o referente do nome deve estar fundada em algum tipo de contato ou elo causal com o objeto nomeado. Aqui teríamos mais um ponto de aproximação entre a teoria da identificação e a teoria causal, mais uma lição que a segunda ensina à primeira.

Dado o que foi dito até agora, os produtores de um nome têm pelo menos duas características. Primeiro, a sua capacidade de identificar o objeto nomeado não é explicada em termos da capacidade de outros falantes. Minha

capacidade de identificar Carmensiva (minha mãe) com base em sua aparência não é explicada com base na capacidade que outros falantes têm de identificá-la, assim como a capacidade dos detetives de identificar Jack como o autor deste e daquele assassinato não é explicada em termos da capacidade de qualquer outro falante. (Conforme veremos mais adiante, isto nem sempre é assim, de modo que a capacidade que alguns falantes têm de identificar o referente do nome é explicada em termos da capacidade de outros falantes). Na medida em que a capacidade dos falantes de se referirem ao referente de um nome é explicada em termos de sua capacidade de identificar o referente do mesmo, a capacidade referencial dos produtores não é explicada em termos da capacidade referencial de outros falantes. Produtores se referem por direito próprio. Mas isto não basta, os produtores também precisam ter um acesso privilegiado ao referente do nome, e isto é pelo menos parte do porquê de eles serem tão importantes para a aquisição, acúmulo e difusão de informação acerca do objeto nomeado. Em resumo, um produtor de N é um usuário de N que (i) se refere por direito próprio e (ii) tem acesso privilegiado ao referente de N.

Sem os produtores, nossas práticas de usar nomes dificilmente seriam o que são. Seria certamente muito mais difícil obter, acumular e transmitir conhecimento acerca de objetos particulares, e seríamos muito mais ignorantes acerca do mundo. Um livro inteiro poderia e deveria ser escrito acerca dos produtores de nomes, e há muito mais a ser dito sobre eles do que foi dito aqui. Mas meu alvo principal neste livro é outra classe de usuários de nomes: os *consumidores*. Os consumidores de um nome N são aqueles usuários de N que se referem parasitariamente a N. A habilidade referencial deles é explicada em termos da habilidade referencial de outros usuários do nome. Disto segue-se que a distinção entre produtores e consumidores não é exaustiva. Nem todo falante que falha em ser um produtor é um consumidor. Um exemplo disto é o caso do falante que introduz “Jujuba” para se referir à baleia mais pesada dos oceanos. Este falante não é um produtor do nome, mas também não é um consumidor (pois ele se refere por direito próprio à Jujuba). Ainda assim, a distinção entre produtores e consumidores é importante. Esta distinção é fundamental para explicar a diferença entre práticas de usar um nome que vingam e práticas que não vingam. Nosso interesse em manter uma prática viva está relacionada à

riqueza de informações que ela envolve. Como vimos, o acesso privilegiado dos produtores ao referente de um nome lhes permite tornar a cadeia informacional ao redor do nome muito mais rica, e isto alarga nosso conhecimento do mundo. Sem os produtores, este alargamento seria muito improvável, e a tendência é que perdêssemos o interesse em manter a prática viva. Isto explica porque geralmente há muito mais interesse na permanência de práticas de uso de nomes-tipo como “Jack” do que de nomes-tipo como “Jujuba”.

Seja como for, é com os consumidores que os casos *prima facie* problemáticos para a teoria da identificação – aqueles que confirmam o argumento semântico (seções 1.4 e 1.7) – surgem. Se quisermos ter qualquer esperança de escapar do desafio proposto por este argumento, teremos de voltar nossa atenção aos consumidores. É o que faço a partir da próxima seção.

3.4 Consumidores

Boa parte dos usuários de nomes próprios da linguagem natural não são produtores e, em muitos casos, nenhum usuário atual de um nome-tipo é um produtor. Em alguns casos, todos os usuários existentes de um nome são *consumidores*, pessoas cuja habilidade de fazer referência através do nome deve ser explicada em termos da habilidade de outros usuários do mesmo. Provavelmente, todos os usuários vivos do nome “Aristóteles” são consumidores, dado que Aristóteles já não existe e ninguém mais possui acesso privilegiado a ele.

McCulloch (1989, p. 282-283) distingue corretamente, penso, entre o que ele chama de “consumidores ativos” e “consumidores passivos” de um nome. Para começar a entender a ideia, note que os consumidores podem variar quanto ao que sabem sobre o referente do nome. Enquanto alguns sabem somente que Aristóteles é um filósofo famoso, outros escrevem artigos e livros sobre ele. Consumidores podem começar com pouco, e buscar cada vez mais informação sobre o referente de um nome, tornando-se peritos. Este grupo de peritos ou especialistas desempenha um papel especial na prática. Eles são os que mais contribuem para manter uma prática viva. Pense em como todos os

livros e estudos publicados atualmente sobre Aristóteles contribuem para que a prática de uso do nome permaneça viva. Estes são os consumidores ativos, os principais responsáveis pela manutenção e sobrevivência de uma prática após a morte dos produtores. No outro lado, estão os consumidores passivos, aqueles que pouco ou nada contribuem para a manutenção da prática. Um exemplo é nosso falante que sabe apenas que Aristóteles foi um filósofo famoso. Com o que tem, ele pode fazer pouca coisa para manter a prática de uso deste nome viva.

A coisa toda não é estática. Um consumidor ativo pode se tornar passivo (uma brutal perda de memória) e um consumidor passivo pode se tornar ativo (para a decepção de muitos, isto geralmente requer muito estudo). Além disto, não é fácil achar a fronteira entre eles, aquilo que um consumidor precisa saber para tornar-se um perito. Mas é plausível supor que consumidores podem se tornar cada vez mais importantes para a manutenção de uma prática, na medida em que acumulam mais e mais conhecimento acerca do referente do nome.

Seja como for, é com os consumidores que a referência de empréstimo ganha importância. De algum modo a capacidade dos consumidores de fazer referência a algo através de um nome é parasitária da capacidade de outros usuários. Ainda, é com respeito aos consumidores que surge o maior ponto de divergência com a teoria causal. Os exemplos a favor do argumento semântico são, em sua maior parte, casos nos quais consumidores (passivos) aparentemente ignorantes (sem conhecimento discriminatório) conseguem se referir a algo através do nome. Assim, o melhor modo de explicar a referência dos consumidores parece ser apelando a um elo causal apropriado; seja um elo entre os falantes (no caso de batismo por estipulação) ou entre falantes e o referente (no caso de batismo por ostensão). Neste capítulo, pretendo rejeitar esta conclusão. Mas antes é necessário apresentar a perspectiva que defendo sobre a referência dos consumidores.

3.5 Nomes e identificação: o caso dos hospitais

Começemos com a hipótese de que nomes funcionam como mecanismos de identificação, assim como números de quartos, placas de automóveis, CPF, etc. Não seria muito difícil mostrar que esta hipótese é falsa. Basta repararmos no fato de que vários indivíduos podem possuir um mesmo nome-estilo, sendo isto um fato conhecido de nossa linguagem. O nome-estilo “Sócrates”, por exemplo, é usado tanto para fazer referência ao filósofo como ao jogador do Corinthians. Ora, se há vários indivíduos chamados “Sócrates”, este nome, por si só, não me permitirá identificar algum deles.

Tomando de empréstimo um exemplo de Jackson (2010, p. 9-10), este fato tem alguma importância em hospitais. Se hospitais usassem apenas nomes como números de identificação dos pacientes, o resultado seria um desastre. Um enfermeiro precisa aplicar uma injeção de anticoncepcional em uma paciente. Mas só o que recebe para identificar a paciente é que se chama “Maria”. Ele encontra a paciente com este nome e aplica-lhe a injeção. A paciente, uma freira que esperava por outra injeção, aceita sem o saber. Enquanto outra mulher, também chamada “Maria”, que esperava pelo anticoncepcional, acaba recebendo uma injeção diferente. A última pode ter uma fofa surpresa dentro de nove meses. Mães e pais teriam de prestar muita atenção no rosto dos seus filhos recém-nascidos, para o caso de a pulseirinha de identificação (que conteria apenas o nome do filho) não ser suficiente para identificá-lo no berçário. Enfim, seria uma bagunça.

Em hospitais, é muito importante evitar confusões deste tipo. Alguns deles adotam a estratégia de acoplar o que Jackson (2010, p. 8) chama de “marcadores” aos nomes. Pode-se, por exemplo, identificar o paciente pelo seu nome + número do quarto onde se encontra. Em casos de quartos que admitem mais de um paciente, podemos acoplar ainda mais marcadores. No caso dos bebês, e supondo que ainda não se recorra às pulseirinhas eletrônicas, pode-se usar o seu nome + o nome da mãe + o quarto da mãe, etc. A moral da história é que se os nomes não são suficientes para identificar, pode-se somar a eles mais material (os marcadores) para tornar precisa a nossa identificação. Em hospitais, a precisão tem de ser total.

Conforme veremos, existem pontos importantes de desanalogia entre o caso dos hospitais e o dos nomes naturais. Mas aqui quero chamar a atenção para dois pontos de analogia. O primeiro é que nomes comuns também funcionam como mecanismos de identificação. Mas como eles não podem fazer este trabalho sozinho, precisamos somar a eles marcadores que tornem a nossa identificação mais precisa. O segundo é que, assim como no caso dos hospitais, nossos usos de nomes estão relacionados a certos comportamentos e propósitos. Chamemos o nome + os marcadores que um falante possui de seu “material identificador”. No caso dos hospitais, este material identificador torna mais eficiente o modo como médicas e enfermeiros podem lidar com seus pacientes e com o ambiente hospitalar. Os nomes da linguagem natural também são ferramentas que nos auxiliam a lidar com o mundo de forma mais eficiente. Nos casos mais comuns, usamos nomes próprios para adquirir, acumular e transmitir informações sobre objetos particulares do mundo. Nossa teoria dos nomes tem de, pelo menos, indicar como nomes próprios podem servir para estes propósitos. Isto pode ser feito olhando com cuidado para o papel desempenhado pelo material identificador possuído pelos consumidores de nomes. Conforme veremos, a posse deste material está intimamente ligada com a habilidade de um consumidor de adquirir, acumular e transmitir informações sobre o referente do nome relevante.

3.6 Consumidores e identificação

Nesta seção apresento um esboço geral sobre a referência dos consumidores, isto é, sobre a referência por empréstimo. A descrição precisa será dada apenas na próxima seção, e alguns detalhes importantes são desenvolvidos nas seções seguintes. Aqui me limito a fornecer um esboço geral e impreciso de como os consumidores se referem a algo por meio de nomes, e explicar como este esboço pode conectar a habilidade referencial dos consumidores à utilidade dos nomes na aquisição, acúmulo e transmissão de informações sobre objetos particulares. O leitor já deve ter percebido a minha pressuposição de que uma das funções centrais dos nomes próprios é permitir o

desenvolvimento de cadeias informacionais ricas sobre objetos particulares. Obviamente, nomes não são os únicos itens linguísticos com esta função, mas a rejeição de que esta seja uma de suas funções centrais me parece inaceitável.

A teoria da referência dos consumidores que apresentarei aceita que o conhecimento discriminatório é uma condição necessária para a referência (através de nomes) por parte dos consumidores. Por outras palavras, ela aceita o princípio de Russell. Entretanto, ela implica que este princípio deve ser estendido para incluir um quarto modo de identificação aos três modos mencionados na seção 1.6. Assim, penso que a explicação da referência dos consumidores envolve um modo distinto de satisfazer este princípio. Neste ponto, discordo de Evans (1982, p. 403) e concordo com Sainsbury (2005, p. 97).¹¹ Em todo caso, é somente na próxima seção que isto ficará totalmente claro.

Evans e Kaplan (respectivamente no primeiro e no segundo trecho citado abaixo) foram os primeiros a esboçar o ponto de partida do tipo de tratamento que tenho em mente.

Nestes termos, o requerimento sobre o falante usando um nome próprio não é que ele indique a qual objeto tem a intenção de estar (...) se referindo, mas que indique qual nome tem a intenção de estar (...) usando.¹²

¹¹ Infelizmente, Sainsbury fornece poucos detalhes de como é que um usuário de um nome satisfaria o princípio de Russell. Como Evans, ele pensa que as informações que associamos aos nomes têm um papel determinante. Mas não nos diz qual é. Este é um ponto importante, pois se não for necessário que um consumidor satisfaça o princípio de Russell, então este princípio está em apuros. Na seção 5 do capítulo 2 de J. Campbell (2002) há uma pequena discussão sobre nomes que se aproxima imensamente do que é defendido aqui. A discussão não vai muito longe, dado que o principal objetivo dele é discutir demonstrativos, mas pode ser muito instrutiva.

¹² Evans (1982, p. 384, tradução minha).

A característica contextual que consiste na história causal de uma expressão particular de um nome próprio no idioleto do agente parece ser mais naturalmente considerada como determinando qual palavra foi usada do que como fixando o conteúdo de uma única palavra sensível ao contexto. (...) A teoria causal da referência nos conta, em termos de características contextuais (incluindo as intenções dos falantes) qual palavra está sendo usada em um dado proferimento.¹³

A despeito das diferenças entre eles, ambos estão falando de usuários tendo a intenção de usar um nome específico. Mas não apenas isto, afinal, a intenção de usar o nome-estilo “Sócrates” não pode garantir que alguém se refira ao filósofo e não ao jogador do Corinthians (na seção 2.10, vimos que este tipo de problema colocou Marcos em dificuldades). Eles têm uma noção de nome-tipo em mente, de falantes tendo a intenção de usar um nome-tipo específico. Kaplan parece pensar que o nome-tipo usado por um falante é determinado pela cadeia causal da qual ele faz parte, enquanto Evans desenvolve uma proposta que aceita o princípio de Russell.¹⁴ Por esta razão, é com a proposta do último que me ocupo a seguir.

Grosso modo, a ideia de Evans é que um consumidor competente de um nome tem de ser capaz de indicar qual nome-tipo usa. Um sujeito é capaz de indicar qual nome-tipo usa quando é capaz de indicar a qual prática de uso de nomes pertence.¹⁵ Entendo esta última capacidade como a capacidade de

¹³ Kaplan (1977, p. 562, tradução minha).

¹⁴ Posteriormente, ele recuou em seu comprometimento com a perspectiva causal. Ver seção 2.4.

¹⁵ Importante: do fato de que consumidores individualizam nomes-tipo por meio de práticas não se segue que nomes-tipo sejam metafisicamente individualizados por práticas. De forma similar, do fato de policiais individualizam seres humanos por suas digitais não se segue que seres humanos sejam metafisicamente individualizados deste modo. Obviamente, consumidores não estão preocupados com o problema metafísico de como nomes-tipo são individualizados, assim como policiais não estão preocupados com o problema

indicar de quem a referência é parasitária, ou de quem o sujeito toma a referência de empréstimo. Obviamente, um consumidor pode não ser capaz de apontar um conjunto de pessoas e dizer “Foi deles que tomei de empréstimo a referência!”. Precisamos de uma explicação do fenômeno que não exija que consumidores sejam capazes de fazer isto. Minha sugestão é que os consumidores competentes de nomes possuem a *habilidade prática* de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem. Isto significa que eles *sabem como* usar o nome possuído por eles para *rastrear* o seu referente. Já vimos que nomes próprios, tomados isoladamente, são maus mecanismos de identificação. Por isto é mais promissor explicar a capacidade referencial dos consumidores em termos de um material identificador que inclua também marcadores. Um consumidor competente de um nome sabe como usar seu material identificador para rastrear o referente do mesmo; algo similar (porém não idêntico) ao que ocorreu no exemplo dos hospitais.

Eis um esboço da ideia. Imagine que Chico possua o nome-estilo “Sócrates”, e que ele decida procurar pelo referente deste nome no Google. Dado que existem vários indivíduos chamados “Sócrates” no mundo, ele encontrará vários indivíduos, de modo que a mera posse deste nome-estilo não é suficiente para que ele rastreie algum deles em particular. Mas se Chico possuir marcadores como “é filósofo” e “é da Grécia antiga”, poderá tornar sua busca mais precisa. Na posse de um material identificador mais rico formado pelo nome mais os marcadores em questão, ele pode então encontrar um indivíduo particular dentre todos aqueles chamados “Sócrates”. É tentador concluir que o indivíduo que Chico procura é aquele chamado “Sócrates” de quem seus marcadores são verdadeiros: o indivíduo chamado “Sócrates” que de

metafísico de como seres humanos são individuados. O recurso às práticas é apenas um modo útil de diferenciar um nome-tipo do outro, assim como o recurso às digitais pode ser um modo útil de diferenciar um ser humano do outro, mas nem um nem outro precisa ser visto como fornecendo critérios metafísicos para individuação de práticas ou seres humanos. Na seção 3.19 discuto brevemente o problema da individuação de nomes-tipo e sua relação com práticas de uso de nomes.

fato é um filósofo da Grécia antiga. Por mais tentadora que esta conclusão seja, contudo, devemos resistir a ela. A informação que o sujeito possui não precisa ser verdadeira para cumprir seu papel (EVANS, 1982, p. 384. CAMPBELL 2002, p. 38). Conforme veremos na próxima seção, o que realmente importa para o sucesso da identificação é que os marcadores sejam informações difundidas em uma prática específica de usar o nome para fazer referência singular a um objeto. O indivíduo que Chico procura não é aquele chamado “Sócrates” de quem suas informações são verdadeiras, mas aquele chamado “Sócrates” de quem suas informações são difundidas (mas ver seção 3.10). Chico tem a habilidade prática de usar seu material identificador para rastrear a pessoa acerca de quem seus marcadores são informações difundidas.

A posse desta habilidade requer a preexistência de um conjunto de usuários do nome que tenham difundido aquelas informações sobre o seu referente. Se não houvesse uma prática de usar o nome “Sócrates” na qual os marcadores de Chico são informações difundidas, a sua busca no Google seria inútil. Neste caso, ele jamais conseguiria identificar um indivíduo particular dentre todos aqueles que possuem o nome-estilo “Sócrates”. Quando Chico rastreia o referente de “Sócrates”, está rastreando aquele indivíduo acerca de quem os membros de uma prática específica de uso deste nome difundiram certas informações. De forma resumida, está rastreando aquele indivíduo a quem os membros de uma prática específica de uso se referem. Podemos dizer que Chico tem a habilidade prática de usar seu material identificador para identificar Sócrates como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem.

Conforme disse antes, este é um modo distinto de satisfazer o princípio de Russell. A capacidade de identificar Sócrates neste caso não é a capacidade de reconhecê-lo com base em sua aparência. Também não é conhecimento de propriedades identificadoras de Sócrates. O sujeito não precisa ter qualquer descrição definida unicamente satisfeita por Sócrates. Eu sequer sugiro que ele precise ter conhecimento proposicional de alguma descrição definida metalinguística do tipo “a pessoa chamada ‘Sócrates’ de quem tal e tal informação é difundida”. Ele apenas tem a habilidade prática de usar seu material para identificar Sócrates como aquele a quem os membros de uma

prática específica de usar este nome se referem. Por outras palavras, ele *sabe como* usar seu material identificador para distinguir o referente de “Sócrates” dos outros objetos do mundo (mas ver seções 3.16 e 3.17).

O esboço acima se acomoda perfeitamente à ideia de que uma das funções cruciais dos nomes próprios é facilitar a aquisição, acúmulo e transmissão de informação sobre objetos particulares. Para perceber isto, basta imaginar o que aconteceria se o material de Chico não fosse rico o bastante para lhe permitir identificar alguém em particular. Neste caso, a utilidade do nome na aquisição, acúmulo e troca de informações seria, na melhor das hipóteses, severamente limitada. Importante: isto deve ser aceito mesmo por aqueles que rejeitam o princípio de Russell. O ponto pode ser ilustrado por uma série de consequências pontuais que decorreriam da pobreza de seu material identificador. Suponha, por exemplo, que o único marcador de Chico seja “é um homem” e tome seriamente a ideia de que ele não possui qualquer modo ulterior de identificar o suposto referente do nome que usa. Se desejar, assumo que, a despeito de sua situação cognitiva, Chico é capaz de se referir a alguém por meio do nome “Sócrates”. Para facilitar o exemplo, imagine que ele decida criar um arquivo em seu computador com o nome “Sócrates”, e que inclua neste arquivo a única informação que possui: é um homem. Daí decorre o seguinte.

(a) *Chico é incapaz de adicionar qualquer informação nova ao seu arquivo.* Imagine que Chico tente encontrar mais informações sobre o indivíduo a quem ele supostamente se refere por “Sócrates”. Cada nova informação encontrada será adicionada àquela que ele já possui em seu arquivo. Chico pode buscar por informações no Google, com um amigo, etc. Mas ele jamais será capaz de determinar se a pessoa referida pelas fontes pesquisadas é a mesma de seu arquivo. Existem várias pessoas chamadas “Sócrates” de quem “é um homem” é uma informação difundida, e uma vez que Chico não é capaz de determinar a qual delas se refere, não é capaz de determinar se o indivíduo de seu arquivo é aquele de quem o artigo ou o amigo falam. Nesta situação, Chico jamais estará justificado em adicionar qualquer informação nova sobre algum particular, obtida de qualquer fonte que seja, à informação que já possui. Neste sentido, ele é incapaz de adquirir informações sobre o suposto referente de seu arquivo.

(b) *Chico é incapaz de acumular novas informações sobre o referente de seu arquivo.* Uma vez que ele é incapaz de adquirir informações novas sobre o suposto referente, também é incapaz de acumular informações novas sobre ele. Não importa o quanto o universo envelheça, ou o quanto Chico estude, ele jamais será capaz de acumular qualquer coisa nova em seu arquivo.

(c) Em certo sentido, Chico é incapaz de ensinar a alguém sobre o referente de seu arquivo. Se assumirmos que Chico é capaz de se referir a alguém, então talvez ele possa nos ensinar que este alguém é um homem. Mas dado que ele é incapaz de adquirir e acumular novas informações em seu arquivo, isto será o máximo que poderá ensinar. Mas as coisas ainda pioram. Mesmo a habilidade de Chico de ensinar que Sócrates é um homem é limitada em um sentido especial. Chico não é capaz de indicar sobre quem é o seu arquivo, ela não consegue indicar se é sobre o filósofo grego, o jogador do Corinthians, seu vizinho ou qualquer outra pessoa chamada “Sócrates” de quem o marcador “é um homem” seja difundido. Por esta razão, nenhum ouvinte estará justificado em somar a informação (supostamente) ensinada por Chico às informações que já possui sobre qualquer outro indivíduo. Chico é incapaz de fazer com que qualquer pessoa aumente seu conhecimento sobre qualquer indivíduo a quem já é capaz de se referir. Importante: este não é um estado momentâneo, mas o estado no qual ele permaneceria mesmo que tivesse vida eterna e passasse ela inteira estudando.

Espero que (a)-(c) forneçam ao leitor uma imagem do quão dramática seria a situação de Chico caso o material identificador possuído por ele fosse demasiado pobre. Isto aponta para o seguinte: existe uma conexão íntima entre a riqueza do material identificador de um consumidor de um nome e a capacidade do mesmo de adquirir, acumular e transmitir informações sobre o objeto nomeado. O esboço de explicação apresentado acima reconhece isto na medida em que aceita que é precisamente a posse de um material identificador suficientemente rico que fornece ao consumidor a habilidade de se referir, e consequentemente de transmitir, adquirir e acumular informações sobre o referente do nome. Basta comparar o que Chico podia fazer em nosso primeiro exemplo, quando seu material era suficientemente rico, com o que ele podia fazer no segundo.

3.7 Marcadores

Não espero que tenha ficado totalmente claro nem o que são marcadores nem como exatamente eles funcionam. Tudo que disse foi que marcadores são informações que os falantes associam ao nome, e que esta informação não precisa ser verdadeira para cumprir seu papel. Nesta e nas duas próximas seções, falo um pouco mais sobre o assunto.

A primeira coisa importante a notarmos sobre os marcadores é que não precisam ser descrições definidas. Descrições indefinidas como “um filósofo”, “um homem grego”, etc. servem muito bem ao propósito. É claro que um material identificador formado pelo nome “Sócrates” + uma descrição como “um homem grego” não nos permitirá, por si só, identificar alguém. Para que um material identificador contendo somente o nome mais descrições indefinidas cumpra seu papel, é frequentemente necessário que ele contenha várias descrições. Assim, embora “Sócrates” + “um homem grego” não seja suficiente, pode ser que “Sócrates” + “um filósofo da Grécia antiga...” seja.

Em segundo lugar, marcadores não precisam ser verdadeiros para cumprir seu papel. Isto significa que a analogia com os hospitais não é completa, pois aparentemente no caso dos hospitais os marcadores têm de ser verdadeiros. Voltemos ao exemplo de Sócrates. Imagine que um estudioso tenha descoberto recentemente que Sócrates não foi realmente filósofo ou grego. Tudo não passou de uma invenção de Platão, que desejava homenagear um amigo egípcio e totalmente ignorante em filosofia. Após recolher suas evidências, ele decide publicar um artigo comprovando esta tese. Como esperado, o artigo se torna extremamente popular no meio acadêmico, sendo frequentemente citado em enciclopédias contemporâneas, etc. Agora imagine que o único material identificador que um falante ignorante qualquer possua seja o nome “Sócrates” + “foi um filósofo grego”. Embora ele não saiba, os dois marcadores que possui (“foi grego” e “foi filósofo”) são falsos de Sócrates. Mas repare que isto não lhe impede de identificá-lo. Suponha, por exemplo, que ele tente fazer uma busca no Google, a fim de aumentar seus conhecimentos sobre Sócrates.

Coincidentemente, o primeiro artigo que ele clica é o de nosso estudioso. Este artigo está repleto de frases como “ao contrário do que todos pensam, *Sócrates* não foi realmente um *filósofo*, sequer era *grego*”. Nosso falante estará em perfeita condição de perceber que o artigo trata da mesma pessoa que ele procurava. Ele é capaz de buscar Sócrates no mundo. Não porque seu material é verdadeiro, mas porque ele é difundido. O indivíduo que ele encontrará será aquele acerca de quem certas informações (verdadeiras ou não) são difundidas.

Neste caso, quando o falante usa o material identificador para identificar o referente do nome, não busca um indivíduo acerca de quem aquele material é verdadeiro, mas um acerca de quem aquele material foi difundido. Obviamente, ele pode acreditar que este material é verdadeiro do referente, mas não é a verdade do material que determina o referente. O que é importante sobre o falante ignorante acima é que ele encara os marcadores do nome “Sócrates” como informações difundidas acerca de um indivíduo específico, e não o fato de acreditar ou não que estas informações são verdadeiras. Mesmo que o material identificador acima seja falso, permitirá indicar que participa de uma prática de usar o nome-estilo “Sócrates” para um suposto filósofo e não, por exemplo, para o jogador do Corinthians. Em suma, ele será capaz de indicar qual dentre os muitos nomes-tipo “Sócrates” ele usa. Seus usos do nome se referirão a quem quer que seja o objeto que esteja na origem desta prática, aquele acerca de quem certas informações são difundidas. É por isto que sua capacidade de se referir a uma pessoa particular depende da preexistência de uma prática envolvendo outros falantes que usaram aquele nome para fazer referência a um objeto específico. Em suma, o falante usa seu material identificador para identificar um objeto como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem.

De uma forma mais precisa, o processo acima de como um consumidor S pode identificar o referente de um nome N é o seguinte.

- S deve dispor de um material identificador, formado pelo nome N + um marcador – ou um conjunto de marcadores – \mathcal{E} . S pode usar N para procurar alguém chamado N. Mas dado que (provavelmente) há vários indivíduos chamados N, isto não será suficiente. Assim, S pode usar

seu marcador λ para distinguir um indivíduo específico dentre aqueles chamados N: aquele acerca de quem λ é uma informação difundida. Para que a identificação de S tenha sucesso, é necessário que exista uma prática de usar o nome N para fazer referência a um objeto x , na qual λ seja uma informação difundida acerca de x . Resumo esse processo dizendo que S tem a habilidade prática de identificar x como aquele a quem os membros *desta prática* se referem.

Antes de prosseguirmos, quatro pontos precisam ser ressaltados.

(a) Minha sugestão é que a descrição acima descreva uma *habilidade prática* de S. A ideia é que S sabe como usar o seu material identificador para rastrear o objeto nomeado. A tese de que a capacidade de identificar um objeto pode ser entendida como uma habilidade prática não é algo novo. Provavelmente a capacidade de reconhecer objetos com base em sua aparência, que é um dos três modos de identificação anteriormente incluídos no princípio de Russell, é uma habilidade prática. Além disto, não devemos interpretar um falante que tenha a habilidade descrita acima como um falante ignorante. Aceitar que o conhecimento discriminatório dos falantes seja entendido em termos de uma habilidade prática é diferente de aceitar que falantes ignorantes (sem conhecimento discriminatório) acerca de um objeto podem se referir a ele por meio de seu nome próprio.

(b) O modo de identificação de S é diferente de qualquer um dos três anteriormente incluídos no princípio de Russell. Imagino que seja um tanto óbvio que a habilidade prática de S não precisa envolver contato perceptivo com o referente de N, ou a capacidade de reconhecê-lo com base em sua aparência. Ao falar em termos de uma habilidade prática também estou evitando me comprometer com a ideia de que S precisa ter qualquer conhecimento proposicional de que o referente de N é o único a possuir certo conjunto de propriedades. O tipo de conhecimento discriminatório envolvido ali não é conhecimento por descrição. Sequer estou sugerindo que S precisa ter conhecimento proposicional da descrição metalinguística complicada da forma “o referente de N é indivíduo chamado N de quem os marcadores em λ são informações difundidas”. Certamente, o referente de N, tal como usado por S,

será quem quer que seja o indivíduo chamado N acerca de quem os marcadores em £ são informações difundidas, mas S não precisa ter conhecimento proposicional disto. Apenas assumo que S tem a habilidade prática de usar N + £ para rastrear o referente de N, isto é, ele tem a habilidade prática de usar seu material identificador para identificar o referente de N. Portanto, o que temos aqui é um novo modo de identificação. Em conclusão, estou defendendo que o princípio de Russell deve ser alargado de modo a incluir um quarto modo de identificação.

(c) Evans, no capítulo 11 de seu *Varieties of Reference*, foi o primeiro a defender a imagem acima. Sainsbury (2005), Jackson (2010), Campbell (2002) e outros desenvolveram perspectivas similares. Embora não esteja seguro sobre se eles tinham *exatamente* a mesma imagem em mente, a proximidade é evidente. Entretanto, há uma diferença importante entre a minha perspectiva e a de Evans. Eu entendo o princípio de Russell como um princípio sobre a referência dos nomes próprios. Isto significa que acredito que uma condição necessária para um falante S ter sucesso em se referir a um objeto particular por meio de um nome N é que ele seja capaz de identificar o objeto em questão. Evans certamente teria pensado que esta condição é demasiado radical. Ele acreditava que havia uma distinção importante entre, por um lado, se *referir* a algum objeto e *dizer* coisas sobre ele, e por outro, *pesar* sobre aquele objeto. Com esta distinção em mente, sustentou que o princípio de Russell se aplicava aos pensamentos, mas não à referência propriamente dita. De fato, ele concedeu a Kripke e Donnellan que falantes ignorantes poderiam alcançar sucesso referencial por meio de nomes próprios, mas rejeitou que falantes nesta posição fossem capazes de ter pensamentos sobre os objetos relevantes. No devido momento (seção 3.12), argumentarei que, independentemente de qualquer razão ulterior que alguém pense ter a favor da distinção entre *dizer* e *pensar*, Evans não precisava fazer esta concessão a Kripke e Donnellan. Falantes ignorantes não se referem ao que quer que seja. Por fim, Jackson pensa que a posse do tipo de habilidade descrita acima acarreta na posse de crenças identificadoras acerca do objeto nomeado. Com isto em mente, ele sustenta que o tipo de identificação envolvido naquele processo é, no fim das contas, identificação por descrição. Discutirei o argumento dele na seção 3.17, e

sustentarei que, apesar de inicialmente plausível, o melhor ainda seria não nos comprometer com isto.

(d) Como deve estar claro, não estou sugerindo que o modo de identificação de S, acima, seja o único modo de identificação relevante para a referência dos nomes. Ao contrário, continuo aceitando que os três modos anteriormente incluídos no princípio de Russell sejam relevantes. Por outras palavras, este princípio deve incluir quatro modos de identificação, e não três. Neste contexto, uma condição necessária para um falante se referir a um objeto *x* por meio de um nome *N* é que ele seja capaz de identificar *x* em algum dos quatro modos disponíveis.

Nas próximas três seções, desenvolvo alguns detalhes da teoria aqui apresentada, abordando respectivamente os casos de falha na referência, o conceito de *usuário competente de um nome* e o que chamo de “marcadores especiais”.

3.8 Dois modos de o material identificador falhar

De acordo com a perspectiva apresentada nas seções anteriores, os consumidores de um nome usam seu material identificador para identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem. O referente de seu uso será quem quer que seja o objeto na origem desta prática. Isto indica dois modos nos quais o material identificador pode falhar. (a) Ele pode falhar por não ser suficientemente rico para situar o consumidor em qualquer prática específica de uso do nome, e (b) pode falhar porque, apesar de permitir ao consumidor situar o seu uso em uma prática específica, não há qualquer objeto particular na origem da mesma.

(a) Imagine que todo o material identificador que possuo seja o nome “João” + “é um marceneiro”. Existem muitos indivíduos chamados “João” e, correspondentemente, muitas práticas de uso envolvendo este nome-estilo (existem muitos nomes-tipo “João”). Por outro lado, o marcador “é um marceneiro” é uma informação difundida em muitas práticas diferentes de uso deste nome. Assim, o meu material identificador não é suficiente para indicar a

qual, dentre elas, eu pertenço. Não sou capaz de indicar qual nome-tipo uso e, conseqüentemente, não sou capaz de identificar qualquer indivíduo como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem.

(b) Mesmo que o meu material identificador seja suficientemente rico para situar meu uso do nome em uma prática específica, pode acontecer de esta prática não levar a lugar algum. Imagine que eu tenha sucesso em usar o nome-estilo “Sócrates” como o nome-tipo para o filósofo grego. Mas imagine novamente que Sócrates seja apenas uma invenção de Platão. Desta vez, suponha que nunca existiu um Sócrates qualquer de quem Platão falava. Embora meu material identificador seja suficiente para indicar de qual prática de uso participo, eu falho em identificar qualquer indivíduo particular. Conseqüentemente, falho em me referir a qualquer indivíduo.

Repare que o que acontece neste caso é diferente do que aconteceu no anterior. Neste segundo caso, tenho a habilidade de tornar minha referência parasitária de outros usuários. Sou capaz de indicar, por exemplo, que participo da prática de uso do nome “Sócrates” que leva ao filósofo e não daquela que leva ao jogador. Mas acontece que não existe realmente qualquer indivíduo na origem desta prática. A razão pela qual não tenho realmente sucesso em identificar qualquer indivíduo é que não existe qualquer indivíduo para ser identificado. Eu *identifico* um indivíduo como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem. Mas os membros daquela prática não se referem a qualquer pessoa. Por isto, minha identificação, e conseqüentemente minha referência, falham.

3.9 Usuários competentes de nomes

Até aqui, venho afirmando que a identificação é necessária para o sucesso da referência de um consumidor. Mas seria implausível caracterizar um *usuário competente* de um nome como aquele que tem sucesso em se referir a algo por meio do nome. Precisamos de uma noção de usuário competente que não exija sucesso referencial. A discussão da seção anterior pode nos ajudar nisto.

Comece por notar que existem práticas envolvendo nomes vazios. Nomes vazios são nomes sem referente. O caso mais óbvio são nomes ficcionais como “Sherlock Holmes” e “Peter Parker”. Mas nomes como estes alegadamente envolvem características próprias da ficção, que merecem um tratamento especial. Por exemplo, alguns filósofos, geralmente inspirados pela impressionante teoria do *faz de conta* desenvolvida por Kendall L. Walton (1990), acreditam que nossos usos de nomes ficcionais não envolvem tentativas sérias de fazer referência a objetos. Ao contrário, estes seriam casos nos quais estamos simulando ou fazendo de conta que usamos os nomes referencialmente. Para evitar complicações desnecessárias, o melhor seria deixar os nomes ficcionais de lado.

Nem todo nome vazio é ficcional. No século XIX a física newtoniana já disfrutava o *status* de melhor explicação do movimento dos corpos. Newton havia fornecido um conjunto de leis que, corretamente empregadas, pareciam explicar o movimento dos corpos por todo universo. Havia, no entanto, um problema. Nomeadamente, a órbita de Mercúrio não obedecia às previsões dos astrônomos. Se todas as variáveis relevantes estivessem sendo levadas em conta, a correção da física newtoniana estaria ameaçada. Mas parecia fazer pouco sentido rejeitar a teoria por causa de, digamos, um detalhe. Talvez o mais plausível fosse assumir que algum elemento importante estivesse passando despercebido aos astrônomos. Urbain-Jean-Joseph Le Verrier acreditava que este elemento era Vulcano. Le Verrier já havia tido sucesso em explicar as anomalias na órbita de Urano postulando a existência de um planeta, Netuno, e a postulação de Vulcano para resolver o problema posto por Mercúrio fazia todo sentido. Por algumas décadas astrônomos ao redor do mundo discutiram sobre Vulcano, alguns declararam conseguir observá-lo, e o planeta foi até mesmo assunto de matérias de jornais. Mais tarde descobriu-se que não havia qualquer planeta onde se pensava. Vulcano não existia! (A história de Vulcano é muito bem narrada em Thomas Levenson (2015)).

A despeito da inexistência de Vulcano, é óbvio que existia uma prática de uso deste nome. Os consumidores de “Vulcano” eram, por exemplo, capazes de indicar qual nome-tipo usavam. Um consumidor poderia indicar que pertence à prática de uso do nome “Vulcano” para o planeta e não para o deus romano do

fogo. Por outras palavras, eles podiam tornar sua referência parasitária de outros membros da prática de uso do nome relevante. Se realmente existisse um objeto na origem desta prática, eles teriam tido sucesso em identificá-lo como aquele a quem outros membros da prática se referem. Uma vez que não existia tal objeto, contudo, houve falha tanto na identificação quanto na referência.

Este é o segundo sentido mencionado em 3.8 no qual um consumidor pode falhar em se referir a algo. Minha sugestão é que um consumidor que falha neste sentido ainda é um usuário competente do nome. *Um consumidor é um usuário competente de um nome se, e somente se, seu material identificador é suficiente para indicar a qual prática de uso ele pertence.* Deste modo, um falante que falha em se referir a algo no primeiro sentido – não é capaz de indicar a qual prática de uso pertence – não é um usuário competente do nome.

Conclusão, embora o sucesso da identificação seja uma condição necessária para o sucesso da referência, não é para a competência em usar um nome.¹⁶

3.10 Marcadores especiais

É importante notar que nem todo marcador se enquadra na descrição acima. Acredito que existe uma classe de marcadores especiais, no sentido de fornecerem aos consumidores modos mais diretos de indicar de qual prática de uso de nomes participam. Nesta seção, faço uma breve apresentação destes marcadores.

Vimos acima que falantes normalmente não podem apontar uma ou mais pessoas e dizer que é deles que sua referência é parasitária. Mas algumas vezes eles podem. Há casos em que o único marcador de um falante é algo como “a pessoa a quem Fulano se referiu”. Vou dizer algo sobre estes casos mais tarde (seções 3.10 e 3.12). Por agora, ressalto que eles envolvem uma peculiaridade. Na verdade, este é um caso em que o falante identifica o referente

¹⁶ Para uma discussão que vai ainda um pouco além ver Sainsbury (2006, seção 3; 2005, cap.3).

do nome por conhecer uma propriedade identificadora dele. Ele conhece e é capaz de especificar uma propriedade que somente aquele objeto satisfaz: a propriedade de ser o único objeto referido por Fulano (naquela situação, etc.). A intenção do falante não é se referir a quem quer que seja o objeto de quem a informação “a pessoa a quem Fulano se referiu” é difundida. Ao contrário, sua intenção é se referir a quem quer que Fulano tenha se referido, e ponto. O sucesso da referência dependerá, neste caso, de ser verdade que Fulano se referiu a um e somente um indivíduo.

Marcadores como “é famoso” também estão relacionados com algum modo mais direto de os falantes indicarem a qual prática seu uso do nome pertence. Geralmente falantes não usam este marcador como uma mera informação difundida em uma prática. Imagine que todo o material identificador que associa a “Aristóteles” seja “é um filósofo famoso”. Suponha que exista um jovem estudante de filosofia, chamado “Aristóteles”, que embora seja desconhecido, é egocêntrico e difunde acerca de si mesmo a falsa informação de que é famoso. Isto não me impede de identificar o verdadeiro Aristóteles (aquele realmente famoso) através de meu material identificador. Nós geralmente usamos marcadores como “é famoso” para indicar que nosso uso de um nome pertence a uma prática específica.

Isto pode ocorrer do seguinte modo. Existem diferentes práticas de usar o nome “Aristóteles”. Presumivelmente, em mais de uma a informação “é um filósofo” é difundida. Todavia, existe uma que se destaca das outras, no sentido de ter uma história mais longa ou envolver mais pessoas, mais difusão de informações, etc. Podemos usar o marcador “é famoso” para indicar nossa intenção de participar especificamente desta prática. Se alguém me pergunta de quem falo quando falo de Aristóteles, e respondo que falo daquele famoso, indico que estou usando um nome-tipo muito conhecido, pertencente a uma prática importante, que envolve estudiosos, etc. Neste caso, o marcador foi usado como uma forma de indicar características da prática de uso à qual pertence. Não importa o que o nosso desconhecido estudante de filosofia difunda acerca de si mesmo, meu uso de “Aristóteles” não pertence à prática de uso – que é pequena, envolve poucas pessoas, etc. – que leva a ele. É possível que nem todo uso do marcador “é famoso” tenha este fim, mas me parece que

isto é assim pelo menos para a maior parte dos casos. Além disto, é possível que este não seja o único marcador que receba um papel peculiar em nossos usos de nomes. Mas não sou capaz de indicar outros agora.

3.11 João e Marcos

Com o que foi dito nas últimas seções, podemos entender o que vai mal com João e Marcos dos exemplos apresentados no segundo capítulo.

Começemos pelo exemplo de João. Naquele caso, a intuição foi que ele não tem realmente sucesso em se referir a qualquer pessoa. Agora temos uma explicação para isto. A razão pela qual João falha em se referir a algo é que não dispõe de qualquer material identificador (nome + marcador) que o permita identificar um indivíduo particular. Ele não pode indicar de quem fala (qual nome-tipo ele usa), nem encontrar no Google, nem adquirir novas informações sobre um indivíduo específico através de seu material identificador. A posse do nome-estilo “Maria” mais o marcador “é uma bela garota” não mune João com a habilidade prática de identificar Maria como alguém a quem outras pessoas se referem. Ele não sabe quem é Maria. Não satisfaz uma condição necessária para a referência; e não é um elo causal que o tornará capaz de fazer referência através deste nome.

No caso de Marcos, o problema não foi que alguma teoria específica contrariou nossas intuições. Ao contrário, o problema é que simplesmente não tínhamos em mãos qualquer intuição sobre qual seria o resultado do seu proferimento. Não sabíamos se ele havia ou não se referido a um indivíduo particular. Por sua vez, a teoria causal não nos forneceu elementos para qualquer previsão acerca do caso. Minha previsão é que Marcos não se refere a qualquer indivíduo. A razão disto já pode estar clara. Marcos não possui, ao acordar, qualquer material identificador que lhe permita identificar um indivíduo em particular. Ele lembra que foi apresentado a duas pessoas chamadas “Eliz” e que disseram-lhe que ambas eram legais. A partir disto, tudo que ele possui é o nome-estilo “Eliz” mais o marcador “é uma pessoa legal”. Ora, tal material

identificador, nem de longe, o permitirá diferenciar um objeto de todos os outros do mundo.

Mas então por que, antes de ir dormir, Marcos era capaz de se referir às duas mulheres? Primeiro, não desconsidero a hipótese de que Marcos tenha sucesso referencial caso apele a propriedades identificadoras. Como vimos na seção 2.10, ele tem recursos para se referir a um indivíduo específico caso apele a algo como “aquela, dentre as duas, que me foi apresentada primeiro”. Neste caso, usaria um modo diferente de identificação: o modo descritivo. A não ser que ele apele a algo deste tipo, simplesmente não irá se referir a algo. O mesmo pode ser o caso de Marcos no momento antes de ir dormir. Ele era capaz de usar o nome-estilo “Maria” como dois nomes-tipo diferentes porque era capaz de identificar as duas mulheres desta maneira. Ele poderia identificar uma delas como *a pessoa a quem seu amigo referiu da primeira vez*, e a outra como *a pessoa a quem seu amigo referiu da segunda vez*. A diferença é que no momento da conversa (e talvez um tempo depois), ele não precisou propriamente fazer uma estipulação. Isto era algo claramente indicado no contexto e ele, como um falante competente, sabia. Penso que é mais plausível acreditar que este caso envolva um modo descritivo de identificação. Descritivo ou não, trata-se de um caso legítimo no qual o falante é capaz de identificar o referente do nome como aquele a quem outros se referem (ver seção 3.10).

Repare que ambos os exemplos envolvem uma falha referencial do primeiro tipo mencionado em 3.8, aquele em que o falante é incapaz de indicar a qual prática de uso pertence. Isto significa que nem João nem Marcos (depois de acordar) são usuários competentes dos nomes em questão. Explica-se assim a intuição (principalmente quanto ao caso de João) de que alguma falha mais grave do que *mera falha em se referir a algo* ocorreu. Nossos falantes não apenas falham em se referir, eles sequer são usuários competentes dos nomes em questão. Como falantes comuns, temos pelo menos uma boa ideia de como nomes próprios funcionam. Em casos nos quais tão obviamente o material identificador é insuficiente para identificar qualquer indivíduo, é natural que nos pareça que o falante sequer tentaria usar o nome seriamente.

3.12 Resposta ao argumento semântico

Ainda temos de enfrentar o argumento semântico, mais especificamente exemplos como os de Kripke e Donnellan a favor de sua segunda premissa. A teoria defendida aqui aceita que uma condição necessária para o sucesso referencial de um falante através de um nome é que o primeiro seja capaz de identificar o referente do segundo em um dos quatro modos relevantes de identificação. Se isto está correto, então não pode ser o caso que (i) um falante S é capaz de usar um nome N para se referir a um objeto x , e (ii) S é incapaz de identificar x em qualquer dos quatro modos de identificação relevantes. O problema é que os exemplos típicos a favor do argumento semântico supostamente mostram que existem casos nos quais (i) e (ii) são simultaneamente verdadeiras. Resultado: identificação não é uma condição necessária para o sucesso referencial, e a teoria que estou defendendo deve ser rejeitada.

Atacarei este argumento em três frentes diferentes. (a) Primeiro, defendo que alguns possíveis exemplos a favor do argumento semântico não são realmente casos envolvendo falantes ignorantes. Ao contrário, estes exemplos envolvem falantes perfeitamente capazes de identificar o referente do nome em questão. Portanto, não representam qualquer problema para o princípio de Russell e a teoria da identificação aqui defendida. (b) Por outro lado, os exemplos que realmente envolvem falantes ignorantes não podem ser corretamente interpretados como *casos intuitivos contra a teoria da identificação*. Isto ocorre porque eles não são casos nos quais intuitivamente há sucesso referencial. Tanto quanto nossas intuições nos contam, nada podemos dizer sobre o sucesso ou insucesso referencial destes falantes. Isto pode soar um tanto surpreendente. Afinal, muitos filósofos consideram intuitivo que os falantes ignorantes em questão têm de fato sucesso em seus atos referenciais. Podemos chamar isto de “o mito dos falantes ignorantes”. Sustentarei que este mito é aceito devido a uma confusão entre o falante ter de fato sucesso em se referir a algo e o ouvinte ter razões para dizer que o falante foi bem-sucedido. Uma vez que esta confusão é desfeita, percebemos claramente que as intuições não estão do lado dos críticos da teoria da identificação. (c) Terminando explicando

como um nome próprio poderia ter uma utilidade para um falante mesmo quando este não é capaz de se referir a algo pelo mesmo. Especulo que a falha em reconhecer este ponto seja responsável por pelo menos parte da influência que o mito dos falantes ignorantes exerceu sobre os filósofos contemporâneos. Vejamos ponto por ponto.

(a) Para começo de conversa, imagine que Sofia acaba de entrar na sala e ouça seus amigos conversando sobre Aristóteles. Este é seu primeiro contato com o nome “Aristóteles”, e apesar de ter conseguido perceber que os amigos proferiram este nome, não ouviu o que exatamente foi dito sobre seu referente. Querendo participar da conversa, ela então pergunta o seguinte.

(23) Quem é Aristóteles?

Intuitivamente, Sofia teve sucesso em se referir a Aristóteles pelo seu proferimento de (23). O problema é que ela aparentemente não é capaz de identificá-lo. Afinal, não possui qualquer marcador associado a este nome, dado que não distinguiu o resto do conteúdo da conversa. Este é um possível caso de sucesso referencial de um falante ignorante; isto é, um caso de sucesso referencial envolvendo um falante que é incapaz de identificar o referente do nome.

Parece-me inegável que Sofia teve sucesso em se referir a algo pelo nome “Aristóteles”. Deste modo, se há algum problema com o exemplo acima, é com a alegação de que ela é ignorante. É precisamente esta alegação que pretendo rejeitar. Sofia pode identificar Aristóteles como *a pessoa a quem seus amigos se referiram quando proferiram “Aristóteles” (há alguns segundos atrás)*. Isto fica claro quando reparamos que, ao invés de (23), ela poderia muito bem ter feito a seguinte pergunta.

(24) Quem é este Aristóteles de quem falavam?

Certamente (24) é uma pergunta mais enfadonha do que (23). O importante, no entanto, é que Sofia está em perfeitas condições de expressar sua curiosidade através de (24), e isto mostra que ela é capaz de identificar

Aristóteles como aquele a quem seus amigos se referiram. Existe um sentido no qual ela é ignorante acerca de Aristóteles: ela não conhece qualquer informação histórica relevante sobre ele. Mas no sentido de “ignorância” que é relevante para a presente discussão – em que um usuário de um nome é ignorante quando é incapaz de identificar seu referente – Sofia não é ignorante. Portanto, o exemplo acima não envolve realmente um falante ignorante.

Agora considere o exemplo de Kripke. Naquele caso, o professor introduz o nome “Newton” aos alunos com uma única descrição falsa (“o mestre de Platão”). Supostamente, eles não possuem qualquer outra informação. Se isto é assim, então o único marcador que eles associam ao nome “Newton” sequer é uma informação difundida do mesmo. O restante da estória pode ser apresentado seguindo a mesma linha do exemplo de Sofia. Suponha que um dos alunos pergunte ao seu pai “Quem foi Newton?”. Não parece haver dúvidas de que o aluno em questão foi bem-sucedido em se referir a Newton. Uma vez mais, contudo, devemos rejeitar a alegação de que ele seja realmente ignorante com respeito a Newton. Ao contrário, o aluno é capaz de identificar Newton como *a pessoa a quem seu professor se referiu por ‘Newton’ (na última aula)*. Isto é evidenciado pelo fato de que ele poderia ter expressado sua curiosidade do seguinte modo: “Pai, meu professor me falou de Newton hoje, mas não ouvi o que foi dito. Poderia me dizer quem foi Newton?”. O fato de que tais artificios estão disponíveis aos alunos mostra que eles não são realmente ignorantes. Pelo menos não no sentido relevante de “ignorância”.

Os dois casos acima revelam um modo importante no qual os consumidores podem identificar o referente dos nomes no momento de sua aquisição. É um fato de nossa linguagem que falantes precisam de pouca coisa para adquirir um nome. O modo de identificação esboçado nos dois parágrafos acima está de acordo com este fato. A afirmação de que um falante, ao ouvir pela primeira vez o proferimento de um nome N, pode identificar o referente de N do modo acima não é algo extraordinário. Apesar disto, é importante notar que a identificação envolvida nestes exemplos possui sérias limitações. Em ambos os casos identifica-se o referente do nome como aquele a quem uma ou duas pessoas se referem. Isto é limitado porque o falante não conseguirá rastrear o referente do nome no mundo a não ser que recorra a estas pessoas. Via de

regra, de nada adiantará procurar no Google ou em uma enciclopédia apelando à informação “o objeto de quem tal e tal pessoa fala”. Do mesmo modo, o único modo de o falante adquirir novas informações sobre o objeto será recorrendo a estas pessoas.¹⁷ A despeito de suas limitações, este é um modo importante no qual ouvintes podem identificar alguém no momento em que o nome é introduzido a eles. Sem tal recurso, a aquisição de nomes seria algo muito mais difícil.

Esta discussão nos ensina uma lição importante: a avaliação de um exemplo a favor do argumento semântico deve levar em conta não apenas aquilo que é explicitamente dito pelo proferimento do falante. No primeiro caso acima, os falantes não disseram algo como “o referente de ‘Aristóteles’ é a pessoa chamada ‘Aristóteles’ acerca de quem falamos”, mas ainda assim esta informação foi tornada disponível a Sofia. De fato, estes são exemplos do que Goodman (2016) chama de “casos de testemunho puro”: contextos nos quais um falante faz um proferimento envolvendo N e o ouvinte não dispõe de qualquer modo anterior ou independente de identificar o referente de N.¹⁸ Nestes casos, a

¹⁷ É claro que existe um sentido em que o falante pode adquirir novas informações. Suponha que eu identifique João apenas como a pessoa a quem Fulano se refere. Suponha também que alguém me passe mais informações sobre João, mas eu não sei que este é o mesmo João que eu identifique. Embora eu tenha adquirido novas informações sobre João, não estou justificado em somá-las às antigas.

¹⁸ O interesse principal de Goodman é rejeitar a tese de que o mero contato com um proferimento envolvendo um nome próprio é suficiente para habilitar a um ouvinte ter pensamentos singulares envolvendo o nome. Seu foco, portanto, é a teoria do Pensamento e não da referência. Sua definição de *contextos de testemunho puro* está de acordo com este foco. Tais contextos são casos nos quais o proferimento de um falante envolvendo um nome N é o único recurso que um ouvinte dispõe para formar pensamentos singulares sobre o referente de N; de modo que o ouvinte não era anteriormente capaz de formar tais pensamentos e nem dispõe de um modo independente de fazê-lo (2016, sec. 2). Neste sentido, a definição dele é diferente da minha. Mas em outro momento ele diz que uma característica essencial de tais contextos é que “o ouvinte (...) não tem meios independentes de identificar o objeto sobre o qual se discute” (2016, sec. 6.1, tradução minha). Esta última afirmação vai na direção da

identificação do ouvinte terá de recorrer ao proferimento do falante. Mas um proferimento envolve mais do que aquilo que é explicitamente dito, e devemos ficar atentos a este *algo mais*. De acordo com Goodman, o tipo de conteúdo descritivo acima pode ser entendido como sendo *pragmaticamente transmitido* pelo proferimento (2016, sec. 6), e contrasta com o *conteúdo semântico* do mesmo. Para meus propósitos, não é necessário entrar em discussões sobre a obscura distinção entre conteúdo semântico e pragmático de um proferimento. Tudo que preciso notar é que o material identificador de ouvintes em contextos de testemunho puro não está restrito ao que é explicitamente dito pelos falantes relevantes. Aliás, em alguns casos o material disponível aos ouvintes pode ir muito além daquilo que é dito por um proferimento. Se um professor de filosofia diz “As próximas aulas serão sobre Sócrates”, os alunos podem justificadamente concluir não apenas que existe uma pessoa chamada “Sócrates” acerca de quem seu professor fala, mas também que esta pessoa é um filósofo ou talvez até mesmo um filósofo importante, já que será assunto de várias aulas. Podemos expressar o que há em comum entre estes casos dizendo que, em todos eles, o ouvinte está formando seu material identificador parcialmente com base em informações que estão contextualmente implícitas. Para avaliar um exemplo a favor do argumento semântico, devemos estar atentos também ao que está contextualmente implícito.

Em conclusão, alguns exemplos nos quais alegadamente há falantes ignorantes usando nomes com sucesso em se referir a algo não são realmente

definição que apresentei, de modo que penso estar justificado em atribuir a Goodman minha adaptação do conceito para o caso específico envolvendo referência e identificação. Vale observar ainda que Goodman apresenta uma interessante discussão sobre como a comunicação envolvendo nomes em contextos de testemunho puro é desenvolvida. De acordo com ele, em tais contextos o que um ouvinte compreende não é o conteúdo semântico do proferimento do falante – que seria um Pensamento singular – mas o conteúdo descritivo metalinguístico pragmaticamente expressado pelo proferimento do falante.

casos de falantes ignorantes. Assim fica estabelecida a primeira parte de minha resposta.

(b) Passemos agora aos casos que realmente envolvem falantes ignorantes. Para obter um caso desse tipo, basta fazer uma pequena modificação no exemplo de Kripke considerado acima. Imagine a mesma situação, mas suponha que os alunos tenham esquecido quem lhes introduziu o nome. Nesse contexto, todo o material identificador que eles possuem é o nome “Newton” mais o marcador “é o mestre de Platão”. Conforme sabemos, este marcador não é uma informação verdadeira de Newton, e sequer é uma informação difundida dele. Agora, suponha que um dos alunos, chame-lhe “Joãozinho”, diga o seguinte a seu pai:

(25) Newton foi o mestre de Platão.

São casos como este que favorecem o argumento semântico, pois intuitivamente Joãozinho teve sucesso em se referir a Newton, mas é incapaz de identificá-lo. Antes de responder ao desafio posto pelo exemplo, é preciso ressaltar dois pontos.

Primeiro, é comum que falantes e ouvintes façam pressuposições uns sobre os outros. Concentremo-nos nas pressuposições dos ouvintes. Ouvintes usualmente pressupõem que os falantes estão se referindo a algo. Se um amigo nos diz que N é F, supomos que ele está usando N como um nome, que é capaz de usar este nome, que ele tem sucesso em se referir a algo pelo nome, etc. Em contextos ordinários, não adentramos em dúvidas céticas sobre a pessoa que nos fala. Além disto, em alguns contextos pressupomos não apenas que o falante se refere a algo, mas que ele se refere a algo/alguém específico. Se um estudante pergunta a seu pai “Newton foi um físico importante?”, o pai pode pressupor que ele fala de Isaac Newton.

Em segundo lugar, repare que as pressuposições dos ouvintes não são infalíveis. Eles podem fazer pressuposições equivocadas sobre o falante. Mais especificamente, existem situações nas quais o ouvinte está justificado em fazer uma pressuposição sobre o falante, mas sua pressuposição é falsa. Suponha, por exemplo, que um grupo de fãs de futebol está conversando sobre Sócrates,

o grande jogador do Corinthians. Um deles diz que Sócrates foi um gênio e outro responde que ninguém era tão inteligente quanto Sócrates. Neste contexto, Roberto entra na conversa e diz, com a intenção de falar do Sócrates filósofo, “Sócrates foi um homem admirável”. Está claro que os outros, que agora ocupam a posição de ouvintes, estão justificados em pressupor que Roberto fala do jogador de futebol. No entanto, esta pressuposição é falsa.

Imagino que nenhum dos pontos acima seja controverso, mas eles nos ensinam outra lição importante: se queremos saber se alguém tem sucesso em se referir a algo, então devemos voltar nossa atenção ao falante. Do mero fato de que os ouvintes estão justificados em pressupor que o falante tem sucesso em se referir a algo não se segue que o falante de fato se referiu a qualquer coisa. No que segue, argumentarei que os exemplos mais plausíveis a favor do argumento semântico não respeitam esta lição. Os exemplos são apenas casos nos quais os ouvintes estão justificados em pressupor que o falante se referiu a algo, mas não revelam qualquer intuição interessante sobre os falantes.

Retornemos ao caso de Joãozinho. Seu pai está justificado em pressupor que ele está usando “Newton” como um nome e que se refere a alguém. Em verdade, se o pai conhecer um pouco de história da física e estiver ciente do contexto da pergunta, estará justificado até mesmo em pressupor que Joãozinho fala de Isaac Newton (não é o que você, no lugar dele, pressuporia?). Todavia, sabemos agora que nada disso implica que o garoto tenha de fato se referido a algo. Para saber se Joãozinho se referiu a algo, devemos investigar a situação dele, e não a de seu pai. O nosso problema, então, é o seguinte: o exemplo mostra algo de relevante sobre o sucesso de Joãozinho em se referir a algo?

Imagine o mesmo exemplo, mas agora mude o nome “Newton” por “Maria” e o marcador “foi o mestre de Platão” por “é legal”. Isto é, imagine que Joãozinho disse (26) ao invés de (25).

(26) Maria é Legal.

Uma vez mais, o pai estará justificado em fazer um conjunto de pressuposições acerca de Joãozinho. Agora, no entanto, ele não pressupõe que

Joãozinho se refere a alguém que ele conhece. Talvez o pai não se lembre de conhecer alguém chamada “Maria” ou talvez se lembre de muitas pessoas com este nome, mas o importante é que não assume que Joãozinho esteja falando de uma ou de outra. Neste contexto, é apropriado para o pai fazer perguntas como “Quem é Maria?” ou “De quem está falando?”. Pergunte-se: Qual poderia ser a resposta de Joãozinho? Por suposição, a resposta teria de ser algo como “Eu não sei”. O pai poderia perguntar “Como você conheceu Maria?” ou “Me conte mais sobre ela”, e a resposta teria de ser “Eu não sei”, “Não há mais a dizer”, etc. O pai poderia insistir “Conte-me qualquer coisa sobre ela!”. Novamente, a resposta teria de ser algo como “Já disse, não sei!”, e talvez o garoto completasse “Mas ela é legal”. Será este exemplo um caso muito intuitivo de sucesso na referência? Estaríamos justificados em pensar que é óbvio ou pelo menos intuitivo que Joãozinho se refere a algo? Tanto quanto posso ver, não há qualquer coisa óbvia aqui. Sequer é intuitivo que o garoto seja um usuário competente do nome “Maria”.

É fundamental manter em mente que estou tomando muito seriamente a tese de que o único material identificador de Joãozinho é “Maria” mais “é legal”. Repare que os casos desse tipo não são normais, mas estranhos e raros. Eles são estranhos porque o proferimento de Fa é geralmente despropositado quando F é o único marcador possuído pelo falante. Qual o ponto de proferir “Maria é legal” quando o *único* marcador associado a “Maria” é “é legal”? Joãozinho não é capaz de indicar de quem fala, de modo que não conseguirá explicar isto ao ouvinte em caso de necessidade. Ele também não é capaz de buscar por mais informações sobre o (suposto) referente de “Maria”. Suponha que Joãozinho decida usar seu material identificador (“Maria” + “é legal”) para buscar mais informações sobre o indivíduo a quem ele (supostamente) se refere. Se ele digitar no Google, encontrará muitas notícias diferentes, sobre muitas pessoas chamadas “Maria” das quais a informação “é legal” é difundida, mas não estará justificado em concluir que qualquer uma daquelas informações é sobre a Maria a quem ele (supostamente) se refere. Algo similar ocorreria se ele tentasse alguma outra fonte, como o testemunho de um amigo ou parente por exemplo. Se Joãozinho recorresse a seu pai e lhe perguntasse “Quem é Maria?”, seu pai poderia lhe contar de uma ou outra pessoa chamada “Maria” de quem o

marcador “é legal” é difundido. Mas Joãozinho não teria razão para concluir que se trata da pessoa (supostamente) referida por ele. Em resumo, com o material que possui, Joãozinho nem é capaz de explicar de quem (supostamente) fala nem é capaz de aprender sobre a pessoa de quem (supostamente) fala. Nestas circunstâncias, seria estranho que ele tentasse iniciar ou participar de uma conversação por meio do proferimento de (26). Porque isto é estranho, suponho que seja raro.

Alguém poderia objetar aqui que a *estranheza* não é importante. Do mero fato de que a situação é estranha não se segue que Joãozinho não esteja se referindo a algo através de seu proferimento de (26). Esta objeção, contudo, erra o alvo. O ponto que desejo mostrar não é que Joãozinho falha em se referir a algo (apesar de pensar que ele falha), mas que *não é intuitivo que ele tenha sucesso em se referir a algo*. Isto basta para mostrar que o exemplo não representa um caso intuitivo contra o Princípio de Russell ou a teoria da identificação defendida aqui.

Agora compare o exemplo do Newton (proferimento (25)) com o de Maria (proferimento (26)). Em ambos os casos, o pai está justificado em pressupor que seu filho está usando um nome de forma séria, que tem sucesso em se referir a alguém, etc. Todavia, no primeiro caso o pai está justificado a pressupor que Joãozinho fala de uma pessoa específica: Isaac Newton. Dado esta pressuposição, seria apropriado para o pai dizer coisas como “Newton não foi o mestre de Platão” ou “Você está errado. O mestre de Platão foi Sócrates”. No caso de Maria, esta última pressuposição não existe; o pai não assume que sabe de quem o filho está falando. Devido a isto, seria natural que ele perguntasse “Quem é Maria?” ou “De quem está falando?”. O que muda de um exemplo para outro são as pressuposições que o pai faz sobre o proferimento de seu filho e, com elas, o tipo de resposta que seria apropriado dar ao mesmo. Até agora, nada de interessante sobre o falante (o Joãozinho) foi revelado. O que podemos dizer sobre Joãozinho é que em ambos os casos ele se encontra em uma situação de extrema ignorância. Basta formular o exemplo de modo a realmente ressaltar esta situação de ignorância e percebemos que não há qualquer sucesso intuitivo da referência aqui. O veredicto sobre se Joãozinho se

refere não pode ser dado pelas intuições. O que vale para o caso de Maria vale para o de Newton.

Deixe-me insistir um pouco mais no exemplo de Newton. Suponha que Joãozinho decida usar seu material identificador para buscar por mais informações sobre o indivíduo a quem ele (supostamente) se refere. Ao fazer uma pesquisa, encontrará diferentes resultados sobre alguns indivíduos chamados “Newton”. Como poderia ele estar justificado em acreditar que algum desses resultados é sobre a pessoa a quem ele (supostamente) se refere? De fato, ele não estará justificado em fazer esse movimento. Isso tem a consequência de que Joãozinho, na situação de ignorância em que se encontra, não é capaz de *adquirir* e *acumular* informações sobre o alegado objeto referido. Por outras palavras, existe um sentido no qual ele é incapaz de *aprender* coisas novas sobre o (suposto) referente do nome. Não apenas isso, Joãozinho também é incapaz de indicar de quem ele fala. Ele não é capaz de indicar de qual pessoa chamada “Newton” ele fala, nem de qual prática de uso de nome participa. Se o pai lhe perguntasse de quem fala, rapidamente ficaria ciente de que o garoto é incapaz de explicar se fala de Isaac Newton, de seu vizinho chamado “Newton” ou de qualquer outro Newton do planeta. Existe por isso um sentido no qual o garoto é incapaz de *ensinar* ou *transmitir* qualquer informação ulterior sobre o referente do nome. Numa situação cognitiva assim, seria no mínimo estranho que ele iniciasse ou participasse de conversações envolvendo o nome. De modo geral, quando o material identificador de um falante não é rico o bastante, não é claro qual o ponto em iniciar ou participar de conversações por meio de proferimentos como (25) ou (26). A despeito disto, pode ser argumentado que Joãozinho de fato é capaz de se referir a algo por meio destes proferimentos. Entretanto, e isto é o mais importante, o exemplo não é um caso intuitivo de sucesso da referência. A tese de que falantes como Joãozinho se referem é controversa e não uma intuição comum.

Em resumo, o exemplo de Newton é um caso no qual os ouvintes estão justificados em pressupor que o falante teve sucesso no ato de se referir a algo. Se pensarmos da perspectiva do ouvinte, também pressuporemos que houve sucesso da referência. Argumentei, contudo, que devemos nos colocar na perspectiva do falante. Uma vez que fazemos isto, as intuições se dissipam.

O mesmo vale para o exemplo de Donnellan. A única razão que ele fornece para a tese de que a criança se referiu a Tom é que seus pais estariam justificados em pressupor que ela o fez. É verdade que seus pais estariam justificados em pressupor isto, mas daí não se segue que a criança de fato se referiu a algo. Os pais sabem que havia muitas pessoas chamadas “Tom” na festa e viram uma delas conversando com seu filho. Se nos colocarmos no lugar dos pais, teremos razões para fazer as mesmas pressuposições. Mas tão logo nos colocamos no lugar da criança e ficamos cientes de sua situação cognitiva, não mais há razão para tomar como intuitivo o sucesso da referência. De fato, dado a pobreza de seu material identificador, pode-se duvidar até mesmo que se trate de um usuário competente do nome.

Até aqui, argumentei que alguns exemplos a favor do argumento semântico são realmente casos intuitivos de sucesso na referência, mas não são casos de falantes ignorantes. Por outro lado, alguns exemplos são realmente casos de falantes ignorantes, mas não são casos nos quais intuitivamente há sucesso na referência. De fato, forneci uma receita de dois passos para qualquer um que pretenda avaliar um exemplo a favor do argumento semântico: (i) verifique se não há alguma informação relevante contextualmente implícita e (ii) se coloque na perspectiva do falante, e não na do ouvinte. Se seguirmos esses passos, evitamos a maior parte dos exemplos.

Por fim, penso que Evans (1982, sec. 3.3) cedeu mais do que precisava aos exemplos de Kripke e Donnellan. Ele acreditou que o argumento semântico de fato mostra que falantes ignorantes podem ser bem-sucedidos na referência por nomes. O que o argumento não mostraria é que estes falantes têm sucesso em pensar sobre os referentes. A ideia central é que as condições para um sujeito *pensar* sobre um objeto através de um nome são mais rigorosas do que as condições para um sujeito se *referir* e dizer coisas através do nome. Kripke e outros não teriam percebido o abismo que há entre dizer (ou referir-se) e pensar. Mesmo que Evans esteja certo sobre sua distinção entre dizer e pensar, acredito que esteja errado quanto ao argumento semântico. Os exemplos acima, nos quais falantes ignorantes usam nomes, não são casos intuitivos de sucesso da referência. A distinção importante para explicar a falha dos exemplos não é a

distinção entre dizer e pensar; mas entre a *perspectiva do falante* e a *perspectiva do ouvinte*.

(c) Os pontos (a) e (b) acima constituem o principal de minha resposta ao argumento semântico. Apesar disto, vale a pena insistir em um terceiro ponto. Desconfio que haja algo mais por trás do mito dos falantes ignorantes – a ideia de que é intuitivo que falantes ignorantes podem ser referencialmente bem-sucedidos. É possível pensar em casos nos quais, a despeito de um falante ser incapaz de se referir por meio de um nome N, seu proferimento de uma frase envolvendo N de fato serve como um meio para adquirir e acumular informações sobre um objeto particular. Minha suspeita é que a possibilidade destes casos, somada ao fato de que muitos filósofos os tomaram como exemplos de conversação cotidiana, explica em parte porque tantos filósofos acreditaram ser intuitivo que falantes ignorantes podem ter sucesso referencial.

Os casos que tenho em mente têm a seguinte estrutura. A informação que um sujeito S associa a N não é suficiente para identificar um indivíduo particular, mas S acredita erradamente que é capaz de fazer referência a alguém através deste nome. Ao ouvir S proferir o nome, um ouvinte assume (erradamente) que ele tem um indivíduo específico, I, em mente, e continua a conversação dizendo coisas novas sobre este indivíduo. Ao aprender as informações novas S se torna capaz de fazer referência a I através deste nome. Não apenas isto, ele pode aumentar seu conhecimento sobre I. Embora S não fosse, de início, capaz de se referir a I, ao longo da conversa adquiriu esta capacidade. Curiosamente, isto ocorre devido à pressuposição equivocada do ouvinte de que S tinha I em mente. É esta pressuposição que faz com que a incapacidade referencial de S passe despercebida, a conversa continue e S termine adquirindo uma capacidade que anteriormente não tinha.

Consideremos um exemplo. Suponha que o único marcador que um falante associe ao nome “Newton” seja “é um físico”. Com este material identificador nosso sujeito é incapaz de identificar qualquer objeto, e consequentemente incapaz de se referir a qualquer objeto. Imagine, contudo, que ele acredite falsamente ser capaz de se referir a algo através de “Newton”. Neste contexto, ele então tenta iniciar uma conversa dizendo “Newton é um físico”. Ao ouvir tal proferimento, o ouvinte pode erradamente pressupor que o

falante se refere a Isaac Newton. Partindo desta pressuposição, ele prossegue com a conversa apresentando informações relevantes sobre Isaac Newton: “Não apenas um físico! O maior e mais influente físico dos séculos XVII e XVIII”. Em seguida, o falante poderia perguntar o que Newton fez de tão importante, e o ouvinte poderia lhe dar explicações tão detalhadas quanto a mente do leitor desejar. O que nos importa é o seguinte. Embora o falante não fosse, de início, capaz de se referir a qualquer indivíduo através do nome “Newton”, o material identificador adquirido por ele ao longo da conversa lhe torna capaz de se referir ao famoso físico através deste nome. Na verdade, podemos facilmente imaginar que o falante termine a conversa tendo alargado significativamente seus conhecimentos sobre história da física. A pressuposição errada feita pelo ouvinte não apenas fez com que a falha referencial do falante passasse despercebida, mas também fez com que este acabasse adquirindo a habilidade de se referir ao famoso físico e alargasse o seu conhecimento sobre o mesmo.

É importante fazer uma observação sobre o exemplo acima. A situação que acabei de descrever é certamente possível. Ao contrário do que possa parecer, no entanto, ela é bastante improvável. O que temos ali está muito mais próximo de uma ficção filosófica do que de uma situação ordinária de conversação. Como já vimos, é geralmente despropositado proferir “Newton é um físico” quando “é um físico” é o único marcador que o falante associa a “Newton”. Por esta razão, é improvável que um sujeito que esteja na posição do falante do exemplo acima tente iniciar conversações sobre o (suposto) referente do nome. Apesar de parecer se tratar de um caso ordinário de conversação, o exemplo retrata uma situação no mínimo excêntrica. Talvez o problema resida no fato de o material identificador do falante, neste caso, ser demasiado pobre. O exemplo seria mais verossímil se o falante dispusesse de um material identificador que, apesar de não ser suficientemente rico para garantir seu sucesso referencial, fosse pelo menos rico o bastante para *induzir* o falante a acreditar que é capaz de se referir a algo, e que há algum sentido em iniciar conversações sobre o suposto referente do nome que usa.

Por mais estranhos e raros que sejam, o fato é que casos envolvendo usuários de nomes dotados de material identificador muito pobre foram frequentemente tomados na literatura filosófica, principalmente pelos defensores

das teorias causais da referência, como casos comuns de conversação. Minha hipótese é que o fato de exemplos do tipo acima serem possíveis, juntamente com o fato de filósofos frequentemente tomarem tais exemplos como se representassem casos comuns, explica pelo menos em parte a popularidade da crença (falsa) de que falantes ignorantes podem ter sucesso em se referir. Quando *olhamos* para tais exemplos notamos um falante iniciando uma conversação – geralmente sem pararmos para pensar em quão implausível é a suposição de que ele faria isto e por que isto é implausível – e saindo da mesma com conhecimento sobre um indivíduo particular. Em nosso exemplo, o falante iniciou uma conversa com o nome “Newton” a saiu com algum conhecimento sobre Isaac Newton. Por outras palavras, o proferimento inicial do falante de fato serviu como um meio para que ele alargasse seu conhecimento sobre um indivíduo particular, indivíduo este a quem ele podia perfeitamente se referir ao fim do diálogo. Neste contexto, parece natural supor que o falante ignorante era o tempo todo capaz de se referir a algo, que o nosso sujeito de fato se referiu ao proferir “Newton é um físico”. Se pensarmos que casos deste tipo são comuns em conversações ordinárias, então a crença no sucesso dos falantes ignorantes poderá parecer irresistível.

Tudo isto é mera especulação, e confesso estar hesitante sobre sua plausibilidade. Em todo caso, o mais importante, e o que espero já ter mostrado, é que não existe qualquer prerrogativa pré-teórica a favor da ideia de que falantes ignorantes são capazes de se referir. A habilidade referencial destes falantes não é algo estabelecido por nossas intuições, e isto basta para mostrar que os exemplos envolvendo falantes nesta situação cognitiva não são suficientes para refutar a teoria que estou defendendo aqui. No que depender do argumento semântico, a teoria da identificação permanece de pé.

3.13 A necessidade do elo causal

Até agora, defendi que (a) um elo causal não é suficiente para a referência através de nomes e (b) conhecimento discriminatório é necessário para a referência. Mas ainda não perguntei se um elo causal seria necessário

para um consumidor se referir a algo através de nomes. Não tenho qualquer argumento decisivo a favor de uma resposta afirmativa ou negativa. Ao contrário, penso que cada uma tem seus pontos fortes e fracos. Todavia, no que segue defendo que, pelo menos em um sentido, é mais plausível defender que não.

É interessante começar a discussão por um exemplo, de Brian Loar (1976, p. 509), que deixa claro a diferença entre assumir e não assumir que um elo causal seja necessário para o sucesso referencial. Imagine um sujeito que nunca tenha sido introduzido ao nome “Aristóteles”. Um dia ele sonha com uma pessoa chamada “Aristóteles”, que foi aluno de Platão (nosso sujeito sabe quem é Platão), fundou a lógica, etc. Ao acordar, ele se lembra de todas estas informações, mas acredita tê-las adquirido por vias normais, de modo que não lembra que foram adquiridas ao longo de um sonho. O resultado será uma pessoa que possui um nome e que associa marcadores suficientes para identificar um particular no mundo como aquele a quem outros se referem. Ele terá todas as habilidades práticas que exige para a referência através do nome. Sem maiores qualificações, a perspectiva que defendi implicaria que ele é capaz de se referir a Aristóteles. Por outro lado, a teoria causal, ou qualquer teoria que pelo menos aceite um elo causal como necessário, implicará que o sujeito acima falha em se referir ao que quer que seja. Deste modo, o exemplo pode nos ajudar a decidir se aceitamos ou não um elo causal como necessário.

A primeira coisa que podemos fazer é apelar às nossas intuições pré-teóricas. Mas não estou certo se existe alguma resposta a este exemplo que seja contraintuitiva. Alguém pode tentar alegar que as intuições são claras, o sonhador não se refere a algo. Mas duvido que isto seja assim. Do ponto de vista prático, a situação do sonhador é idêntica à de um consumidor normal do nome “Aristóteles”. Isto pode ser ilustrado com o seguinte exemplo. Imagine que convidemos um grupo de usuários de “Aristóteles”, incluindo o sonhador, a um laboratório. O que todos têm em comum é que possuem exatamente os mesmos marcadores associados ao nome. Por outras palavras, todos eles possuem o mesmo material identificador. Em seguida, convidamos um linguista para avaliar se algum deles é um usuário incompetente do nome, mas não informamos ao linguista como cada um deles adquiriu seu material identificador. Nestas circunstâncias, devemos esperar que o diagnóstico do linguista seja que todos

eles são consumidores competentes de “Aristóteles”, e que nenhum deles está em situação desprivilegiada com relação aos outros. Do ponto de vista do linguista, cada um deles será igualmente capaz de adquirir, acumular e transmitir informações sobre Aristóteles. Nosso sonhador não parecerá menos capaz de buscar por mais informações sobre Aristóteles no Google, de iniciar ou participar de conversações sobre Aristóteles, e assim por diante. Ele parecerá ter exatamente as mesmas habilidades que todos os outros participantes. Na prática, nosso sonhador é indistinguível de qualquer consumidor competente do nome. Não é óbvio que ele também não seja um consumidor competente.

Se há algo errado com o sonhador, tem de ser algo invisível aos olhos do linguista acima. Uma hipótese é que este é o mesmo tipo de fenômeno que descrevi no ponto (c) da seção anterior. O fato de o sonhador *parecer* ter as mesmas habilidades que os outros consumidores é explicado em termos das pressuposições equivocadas que os ouvintes seriam levados a fazer em situações normais de conversação. Por exemplo, se o sonhador tentasse iniciar uma conversa com o nome “Aristóteles” usando seus marcadores, os ouvintes erradamente pressuporiam que ele tem Aristóteles em mente. Partindo desta pressuposição, eles iriam dar seguimento à conversação, e mais cedo ou mais tarde ele iria acabar se tornando efetivamente capaz de fazer referência através do nome. Algo similar ocorreria se o sonhador decidisse fazer uma busca no Google. Uma vez que ele pensa ter adquirido seu material por vias normais, ele iria erradamente pressupor que as fontes encontradas falam do mesmo indivíduo que ele tem em mente (quando na verdade ele teria ninguém em mente). Partindo desta pressuposição, acabaria em contato com tais fontes e isto, mais cedo ou mais tarde, iria torná-lo um participante efetivo da prática real de uso de “Aristóteles”. Em virtude das pressuposições naturais e equivocadas dos ouvintes e do próprio sonhador, a tendência é que o último se tornasse mesmo um consumidor competente do nome. Isto nos dá a impressão de que ele era desde o início capaz de identificar e se referir a Aristóteles, quando na verdade não era. Na posição em que se encontra, o linguista não tem como saber que estas pressuposições são equivocadas, e por isto concluiria erradamente que o sonhador possuía, desde o início, as mesmas habilidades que os outros usuários do nome.

Até onde vejo, nada há de fundamentalmente errado com a explicação acima. Mas é importante notar que a analogia entre os casos discutidos no ponto (c) e o caso do sonhador tem suas limitações. Nos primeiros a suposição era que o material identificador do falante era pobre, no sentido em que não havia um e apenas um objeto com o nome relevante e de quem os marcadores possuídos pelo falante eram informações difundidas. Os falantes destes exemplos eram obviamente incapazes de identificar um referente para os nomes que usavam, mas esta incapacidade era camuflada pelas pressuposições equivocadas que os ouvintes faziam. No caso do sonhador, a suposição é que seu material identificador é rico. De fato existe uma prática de usar o nome “Aristóteles” para fazer referência a um indivíduo de quem os marcadores possuídos pelo sonhador são informações difundidas; e de fato existe apenas um indivíduo chamado “Aristóteles” acerca de quem estes marcadores são informações difundidas. Nestas circunstâncias, nem de longe é óbvio que o sonhador seja incapaz de identificar o referente do nome que usa. Em suma, a explicação do parágrafo anterior está disponível para aqueles que já estão convencidos de que o sonhador não possui as habilidades que lhe atribuo, mas ela não pode ser usada como um argumento a favor de que ele não as possui.

O defensor do elo causal pode então retrucar que o sonhador não se refere ao que quer que seja, tomando como indício o fato de que *se ele descobrisse que adquiriu suas informações em um sonho, ele mesmo diria que não é capaz de se referir a algo*. Em primeiro lugar, repare que a explicação da condicional acima nada tem a ver com o fato de o sujeito *descobrir* que seu material foi adquirido em um sonho. Por outras palavras, a explicação nada tem a ver com o fato de o sonhador ter uma crença *verdadeira* de que seu material foi adquirido desta forma. Ao contrário, basta que um sujeito acredite falsamente que seu material foi adquirido em um sonho para que ele se julgue incapaz de fazer referência através dele. Meu material identificador sobre Aristóteles não foi adquirido em um sonho. Mas suponha que minha psicoterapeuta me convença do contrário. Suponha que ela me convença que todo o material que penso ter sobre Aristóteles tenha de fato sido adquirido em um sonho como resposta a algum trauma bizarro originado em minha infância. Uma vez que estiver convencido disto, não mais me julgarei capaz de fazer referência pelo nome

“Aristóteles”. Mas daí não se segue que eu não era, antes de ter sido convencido por minha psicoterapeuta, bem-sucedido em usar este nome referencialmente. De forma similar, o mero fato de o sonhador acreditar que seu material foi adquirido em um sonho já bastaria para que ele não se julgasse capaz de fazer referência a algum indivíduo por meio dele. Mas daí não se segue que, antes de ter formado esta crença, ele era de fato incapaz de fazer referência a Aristóteles. A verdade da condicional acima é explicada não pelo fato de que o sonhador, na situação original do exemplo, falhava em se referir a algo. Ela é explicada pelo fato de que qualquer pessoa que acredite (seja esta crença verdadeira ou falsa) que adquiriu seu material identificador em um sonho pensará não ser capaz de fazer referência por meio dele. Uma vez mais, isto nada implica sobre a situação dos sujeitos no momento em que esta crença está ausente; isto é, no momento em que eles de fato acreditam que seu material foi obtido de forma normal.

Por que, então, acreditamos ser incapazes de fazer referência quando acreditamos que nosso material foi adquirido em um sonho? Isto é explicado pelo fato de que, neste caso, nos julgaríamos incapazes de rastrear o referente do nome. Se o sonhador acreditasse que seu material foi adquirido em um sonho, ele não cogitaria a hipótese improvável de que exista alguém chamado “Aristóteles” acerca de quem seus marcadores são informações difundidas. Ele pensaria que este material não pode ser usado para rastrear qualquer indivíduo real referido por falantes reais que são membros de uma prática real de usar nomes. Apesar de falsa, sua crença estaria perfeitamente justificada, dado que é mesmo improvável que um material adquirido em um sonho coincidisse tão perfeitamente com o material empregado pelos membros de uma prática real de uso de um nome. O mesmo vale para o caso no qual a psicoterapeuta me induz a acreditar falsamente que meu material sobre Aristóteles foi adquirido em um sonho. Uma consequência provável disto é que neste caso eu e o sonhador sequer tentaríamos usar o nome “Aristóteles” referencialmente. Seja como for, o importante é notar que os dois exemplos recebem uma explicação uniforme, que nada tem a ver com a suposição de que o falante, antes de formar a crença de que seu material foi adquirido em um sonho, era incapaz de fazer referência através do nome. Conclusão: a condicional acima não é um indício a favor da necessidade de um elo causal.

Por fim, alguém poderia recusar que o sonhador tenha sucesso referencial para tentar salvar uma concepção pública da linguagem. Assumir que ele se refere a Platão nos comprometeria com uma concepção que permite que falantes sem qualquer elo com outros falantes usem nomes de forma bem-sucedida. Em geral, não é isto que acontece. O uso que um consumidor faz de um nome pertence a uma cadeia de usos de outros usuários. Referência é um fenômeno social (ver seção 2.5)! Em contrapartida, eu poderia responder o seguinte: aceito que deve haver um elo, só recuso que seja causal. O sonhador se refere a um indivíduo particular porque é capaz de identificar o referente do nome como *aquela a quem os membros de uma prática se referem*. O uso que ele faz é dependente do uso de outros usuários. Os marcadores que ele possui são suficientes para indicar qual nome-tipo ele usa, a qual prática de uso pertence. Isto ainda é concepção pública de linguagem, e ainda é encarar a referência como um fenômeno social. “Público” não significa *causal*.

Parece que para toda defesa de que o sonhador não se refere a Platão, há uma resposta igualmente plausível a favor de que ele se refere. Se isto é assim, é preferível recusar que um elo causal seja necessário para a referência dos consumidores. Afinal, não precisamos colocar uma condição adicional sobre a referência a não ser que tenhamos necessidade de fazer isto. Tanto Evans como Sainsbury consideram que um elo causal é necessário para a referência de um consumidor, para que ele seja capaz de participar de uma prática de usar um nome. Portanto, difiro deles neste ponto.

Repare, no entanto, que não ignoro totalmente a necessidade de um elo causal. Só o que defendi foi que alguém pode se tornar um consumidor de uma prática mesmo sem estar causalmente conectado com outros usuários do nome. As condições necessárias e suficientes para o sucesso da referência de um consumidor são: (a) que exista pelo menos uma prática de usar aquele nome-estilo, e (b) que ele seja capaz de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem. Mas uma prática de usar um nome é formada por mais do que um ou outro consumidor. Geralmente, ela começa com um batismo, onde algumas pessoas percebem um objeto e lhe atribuem um nome; continua com produtores – que possuem acesso privilegiado ao referente, podendo adquirir novas informações, somar às antigas e difundir

para outros produtores e consumidores – e termina apenas com consumidores, que precisam identificar o referente do nome como aquele a quem outros se referem. É muito plausível supor que para que todo este processo comece, deva haver um elo causal entre os falantes. (Já dei uma sugestão de como isto poderia acontecer em relação ao batismo e aos produtores). Assim, um elo causal seria necessário para que exista uma prática de usar um nome, mas não seria necessário para que, após a prática estar formada, alguém possa se tornar um membro consumidor dela.

Isto tem uma consequência interessante. Uma prática de uso de um nome é formada por seus participantes. Um defensor da teoria causal tem um modo simples de explicar como isto ocorre. A prática tem início em um batismo. Seja o batismo por ostensão ou não, o nome será difundido de falante em falante por elos causais preservadores da referência. A prática será formada por todos os falantes que estão causalmente relacionados por este elo. Simples assim! No meu caso, a coisa é mais complicada. Aceito que a prática começa com a introdução de um nome-tipo e passa por falantes que estão causalmente relacionados. Mas se queremos incluir nosso sonhador, deve haver algo mais. Um esboço de sugestão é o seguinte. Introdução do nome, seguido de falantes causalmente relacionados e, ainda em seguida, todos aqueles que são capazes de identificar o referente do nome como aquele a quem os membros da prática se referem.

3.14 Referência e justificação (mais sobre a necessidade do elo causal)

Na seção anterior argumentei que um indivíduo pode se tornar um consumidor de um nome mesmo que não esteja causalmente conectado de modo apropriado com os outros membros da prática de uso do nome. Sustentei que o exemplo dos sonhos é uma razão para isto. Entretanto, há um pressuposto em minha argumentação que pode plausivelmente ser rejeitado. Nomeadamente, pressupus que um consumidor pode ter a habilidade prática de identificar o referente de um nome independentemente de como seu material

identificador é obtido. Nesta seção argumento que, mesmo se rejeitarmos este pressuposto, não teremos razões para apelar à necessidade do elo causal.

Lembre-se de que o material identificador do sonhador do exemplo anterior era, por suposição, suficientemente rico para situar seu uso do nome em uma prática específica de uso. De fato havia uma prática de usar o nome “Aristóteles” para fazer referência a um indivíduo de quem seus marcadores eram informações difundidas. Tão logo o sonhador pensasse ter adquirido seu material em circunstâncias normais, e portanto não pensasse tê-lo adquirido em um sonho, ele usaria seu material da mesma forma que qualquer consumidor normal do nome. Ao fazê-lo, aparentemente teria as mesmas habilidades que estes consumidores. Nosso sonhador não teria problemas ao usar seu material para buscar por informações no Google, e estas informações o permitiriam adquirir e acumular informações sobre o Aristóteles histórico. Ele não teria problemas em indicar que fala do Aristóteles filósofo da Grécia antiga, e não de qualquer outro indivíduo que por acaso tenha o mesmo nome. Não teria problemas em entrar em conversações sobre Aristóteles, e em permitir que novos usuários do nome se tornassem capazes de fazer o mesmo. E assim por diante. Se não formos demasiados escrupulosos em requerer a necessidade de um elo causal, não parece haver empecilhos em assumir que o sonhador de fato tem sucesso em identificar Aristóteles, e em se referir a ele.

Entretanto, existe uma boa razão a favor de que o sonhador não possui realmente estas habilidades. O ponto é que para que um consumidor seja capaz de identificar um objeto qualquer com seu material identificador (“nome” + marcadores) não basta que exista um e apenas um indivíduo com aquele nome de quem os marcadores sejam informações difundidas; é também preciso que o material identificador do falante tenha sido obtido de forma adequada. A menos que um falante tenha obtido seu material de forma adequada, ele não estará justificado em usá-lo para identificar algum objeto, e conseqüentemente não será capaz de se referir ao que quer que seja. Se isto estiver correto, então nosso sonhador não é capaz de identificar e se referir a Aristóteles. Recorde que seu material identificador foi adquirido em um sonho, e esta não é uma forma adequada de adquiri-lo. Afinal, sonhos não são fontes confiáveis de informação. É verdade que o sonhador usa o nome seriamente e encara seus marcadores

como informações difundidas de um suposto referente. Por outro lado, também é verdade que ele não está justificado em fazer isto. Uma vez que aceitamos este *requisito de justificação*, temos um modo fácil de explicar a falha do sonhador.

Tudo que o requisito da justificação diz é que uma condição necessária para que um consumidor seja capaz de identificar o referente de um nome é que tenha adquirido seu material identificador de uma forma adequada. Mas o que conta como forma adequada? Um apelo a um elo causal nos fornece uma resposta direta: um consumidor de um nome N adquire seu material de forma adequada somente se sua aquisição ocorre em virtude de uma relação causal apropriada com outros membros da prática de uso de N. Um consumidor de “Aristóteles”, por exemplo, está em uma relação causal deste tipo quando adquire seu material por *ouvir* o que outros usuários tem a dizer, ou *ler* o que eles escreveram. Consumidores normais do nome “Aristóteles” satisfazem esta condição, nosso sonhador não. De acordo com esta interpretação causal do requisito de justificação, um consumidor de um nome é capaz de identificar seu referente apenas se seu material identificador tiver sido adquirido por uma relação causal apropriada com outros usuários do nome. Um falante que não tenha adquirido seu material deste modo não estará justificado a utilizá-lo para fins de identificação.

Não tenho qualquer objeção ao requisito da justificação. Aqueles que estão convencidos de que tal princípio se sustenta devem rejeitar que o sonhador do exemplo da seção anterior tenha sucesso referencial. Minha própria posição aqui é hesitante, e não vou insistir muito nisto. O que pretendo discutir não é a correção deste requisito em si mesmo, mas a correção de sua interpretação causal. Defenderei que o requisito da justificação não deve ser interpretado em termos causais. No que segue, apresento dois exemplos tentando defender isto. Minha sugestão é que cada um dos exemplos tem as seguintes propriedades: (a) são casos nos quais um falante é de fato capaz de identificar e se referir a um objeto através de um nome, (b) o requisito de justificação é satisfeito, e (c) não há um elo causal apropriado entre o falante e outros membros da prática de uso do nome. Vamos a eles.

Estipulando o empréstimo da referência Imagine que Carlos leia este livro até a seção anterior e chegue à talvez não muito sensata conclusão de que

estou certo. Ele então decide fazer a seguinte brincadeira. Por “Cleosvaldo” me referirei a quem quer que seja chamado por este nome em uma prática específica de uso de nomes, e de quem os marcadores “é um famoso gênio da física que vive no Brasil, etc.” sejam informações difundidas. Carlos entendeu a tese proposta neste livro, e por isto não exige que seus marcadores sejam informações verdadeiras, mas apenas difundidas. Obviamente, estou supondo que Carlos não era, antes disto, um usuário competente do nome “Cleosvaldo”, ele nunca foi apresentado a alguém com este nome. Em seguida, Carlos começa a usar o nome, com a intenção de estar de acordo com os membros desta prática e falar do mesmo indivíduo que eles. Por fim, suponha que realmente exista uma prática específica de usar este nome, e que os seus marcadores realmente sejam informações difundidas nesta prática. Ou seja, as condições que proponho para a referência realmente se sustentem para o caso dele. Penso que o resultado será o seguinte: Carlos é um consumidor perfeitamente competente do nome, capaz de identificar e se referir a Cleosvaldo, e satisfaz o requisito da justificação a despeito de não haver qualquer elo causal apropriado entre ele e os outros membros da prática relevante.

Se rejeitarmos o requisito de justificação, então Carlos é de fato capaz de identificar e se referir a Cleosvaldo. O problema surge quando aceitamos este requisito, pois não é claro se Carlos o satisfaz ou não. Assim como ocorre com o sonhador, o material identificador de Carlos é rico o bastante para situar seu uso de “Cleosvaldo” em uma prática específica de uso deste nome. A diferença é que, ao invés de ter adquirido seu material em um sonho, Carlos o adquiriu através de uma estipulação. A pergunta fundamental aqui é esta: Estará Carlos intitulado a fazer o tipo de estipulação que fez?

Assuma o requisito de justificação, e que o sonhador falha em satisfazê-lo. Mesmo que assumamos isto, há espaço para sustentar que a situação de Carlos é diferente. Isto porque a explicação da falha do sonhador pode apelar a um elemento que não está presente no caso de Carlos. Repare que Carlos não está na mesma situação epistêmica do sonhador. O último encarava seus marcadores como informações difundidas acerca de um indivíduo chamado “Aristóteles” porque tinha a crença falsa de que havia adquirido aquele material em circunstâncias normais. Isto abre espaço para a objeção de que sua suposta

habilidade de usar o nome era fundada em uma crença falsa. Em virtude disto, ele não estaria justificado em usar seu material identificador da forma que usava, e conseqüentemente não possuiria a habilidade que atribuí a ele. Esta objeção não se aplica ao caso de Carlos, pois ele não tem a crença falsa de que seus marcadores são informações difundidas acerca alguém chamado “Cleosvaldo”. Ao contrário, Carlos está perfeitamente ciente do fato de ser bastante improvável que exista uma prática de usar “Cleosvaldo” na qual seus marcadores sejam informações difundidas. Carlos sabe que adquiriu seu material identificador através de uma estipulação e que a probabilidade de que tal material corresponda à realidade é baixa. Portanto, a suposta habilidade de Carlos não é fundada em uma crença falsa.

Difícilmente isto convencerá àqueles que aceitam que o requisito de justificação deve ser interpretado em termos causais. Quem está convencido disto adotará uma explicação uniforme para os dois casos. Tanto o sonhador como Carlos falham em identificar qualquer objeto porque nenhum deles adquiriu seu material identificador a partir de uma relação causal apropriada com outros usuários dos nomes. Carlos adquiriu seu material por uma estipulação arbitrária, e não por meio de qualquer contato com usuários competentes do nome. Em virtude disto, deveríamos rejeitar que ele tenha as habilidades que lhe atribuo. Se queremos rejeitar a hipótese causal, precisamos de um argumento mais forte. Antes de mais nada, note que a estipulação de Carlos não é claramente arbitrária, pelo menos não se “arbitrária” significar *despropositada*. A estipulação feita por ele é perfeitamente condizente com os propósitos que ele tem em usar seu material identificador. (Lembre-se que seu propósito era fazer uma brincadeira e testar a teoria apresentada até a seção anterior). É verdade que este tipo de estipulação teria pouca utilidade para propósitos ordinários, mas ele serve bem aos propósitos de Carlos no exemplo. Em todo caso, a principal resposta à hipótese causal reside em outro lugar.

O principal indício a favor de que o procedimento de Carlos é legítimo é que nós já aceitamos este tipo de procedimento em outros contextos. Suponho que ninguém duvide que um indivíduo possa introduzir o nome “Julios” com a estipulação de que seu referente será quem quer que seja que inventou o zíper (seção 2.2). Se existir uma única pessoa que satisfaz a condição imposta por

esta estipulação, então um usuário do nome “Julios” será perfeitamente capaz de identificar e se referir a ela. Não apenas isto, sua capacidade de identificar Julios será fundada em uma estipulação, e não pensaremos que isto envolve qualquer violação do requisito de justificação. Ora, se não há problemas com este tipo de estipulação, também não há com aquela feita por Carlos. Carlos apenas estipulou uma condição que um objeto tem de satisfazer para ser o referente de seu uso de “Cleosvaldo”. Se existir um único objeto que satisfaz esta condição, então será o referente do nome usado por ele. Sem dúvida, há algo específico neste caso. Embora sua referência seja por estipulação, também é um caso de referência por empréstimo. O sucesso de Carlos em se referir a um indivíduo particular depende do sucesso dos usuários de uma prática específica de usar o nome em questão. Afinal, Carlos estipulou que se referirá a quem que eles se refiram através deste nome. Mas isto, por si só, não nos compromete com qualquer restrição causal adicional ao seu procedimento.

Tomemos o cuidado de não confundir uma concepção social da referência com a ideia de que um elo causal é necessário para que alguém se torne um consumidor de uma prática. Como antes, alguém pode estar tentado a sugerir que deveríamos aceitar a necessidade de um elo causal porque, sem isto, não conseguiremos salvar uma perspectiva social da referência. Se permitirmos o tipo de estipulação feita por Carlos, aceitaremos que um falante pode se tornar um consumidor de uma prática de uso de um nome a despeito de não estar conectado com outros usuários do nome. Esta objeção é um erro porque confunde *estar conectado* com *estar causalmente conectado*. Carlos está conectado com outros usuários do nome “Cleosvaldo”. Sua intenção explícita é se referir ao mesmo indivíduo a quem estes usuários se referem, e usar o nome da mesma forma que eles. O que Carlos faz é referência por empréstimo, e este tipo de referência é impossível sem que haja conexão entre os falantes. Apenas ocorre de esta conexão não ser causal. “Social” não significa *causal*.

Em conclusão, Carlos é capaz de identificar e se referir a Cleosvaldo, satisfaz o requisito de justificação, mas não está causalmente conectado com outros usuários do nome. A interpretação causal do requisito de justificação é falsa.

Antes de encerrar a discussão deste caso, considero brevemente uma última estratégia para o defensor da hipótese causal. Esta estratégia relaciona uma teoria da referência com uma teoria do Pensamento (seção 2.3). A ideia é que um elo causal é uma condição necessária não para todo e qualquer ato bem-sucedido de referência por nomes próprios, mas apenas para aqueles que expressam Pensamentos singulares. A partir daí, pode-se aceitar que Carlos de fato tenha sucesso referencial, mas rejeitar que ele seja capaz de expressar um Pensamento singular sobre Cleosvaldo. Aqui a analogia com “Julios” soa bem. Intuitivamente, um falante pode ter sucesso em se referir a um e apenas um indivíduo através do nome “Julios”. Também intuitivamente, no entanto, tal falante não é capaz de expressar um Pensamento singular através de um proferimento deste nome. Ao contrário, quando um falante diz algo como “Julios é F”, ele comunica o seguinte Pensamento geral: *existe um e apenas um indivíduo que inventou o Ziper, e seja quem for este indivíduo, é F*. De forma similar, quando Carlos diz que “Cleosvaldo é F”, o que ele comunica é que *existe um e apenas um indivíduo chamado “Cleosvaldo” de quem tais e tais marcadores são informações difundidas, e seja quem for este indivíduo, é F*. Em suma, assim como no caso de “Julios”, o nome “Cleosvaldo”, usado por Carlos, contribui para o significado da frase com as condições que um objeto tem de satisfazer para ser seu referente. Uma diferença fundamental entre Carlos e um consumidor normal do nome “Cleosvaldo” é que o último, mas não o primeiro, é capaz de expressar Pensamentos singulares através deste nome. Isto ocorre precisamente porque o último, mas não o primeiro, está causalmente conectado com outros usuários da prática de uso deste nome.

Para fins de argumentação, vou conceder o seguinte ao defensor desta estratégia: (a) os usuários do nome “Julios” não são capazes de expressar Pensamentos singulares sobre Julios, e (b) os consumidores normais do nome “Cleosvaldo” são de fato capazes de expressar Pensamentos singulares sobre Cleosvaldo. O que queremos saber é se Carlos está mais próximo de um usuário de “Julios” ou de um consumidor normal de “Cleosvaldo”. Se queremos defender a segunda hipótese, então temos de apontar alguma diferença fundamental entre Carlos e os usuários de “Julios”. Felizmente, isto não é algo difícil de ser feito. Quando alguém introduz o nome “Julios”, sua intenção é introduzir um nome-tipo

inteiramente novo, e talvez criar uma nova prática de uso ao redor do mesmo. Isto não é o que ocorre no exemplo de Carlos. Afinal, quando Carlos introduziu o nome “Cleosvaldo”, sua intenção explícita era que este fosse um nome-tipo já existente, um nome-estilo já empregado em uma prática específica de uso, e na qual seus marcadores fossem já informações difundidas. Além disto, quando ele usa este nome posteriormente, sua intenção é usá-lo em conformidade com os alegados consumidores desta prática. Por outras palavras, Carlos pretende participar de uma prática já existente de uso do nome “Cleosvaldo”, e pretende com isto ter os mesmos poderes que qualquer consumidor normal desta prática. Dentre estes poderes, é claro, está o poder de expressar o mesmo tipo de Pensamento expressado por qualquer consumidor padrão do nome. Esta é uma característica crucial do exemplo de Carlos que não está presente no de “Julios”. A existência desta diferença não mostra que Carlos tenha de fato sucesso em obter os poderes que deseja, mas mostra que a posição contrária não pode ser defendida com base na mera analogia com “Julios”. Até aqui, temos uma conclusão bastante modesta: é um problema em aberto se Carlos é ou não capaz de expressar Pensamentos singulares por meio de proferimentos envolvendo “Cleosvaldo”.

Conforme disse antes, não é meu interesse discutir teorias do Pensamento, de modo que não vou me estender sobre este assunto. Me limitarei a apontar que as intuições favorecem a tese de que Carlos é realmente capaz de expressar o mesmo tipo de Pensamento que qualquer usuário normal do nome. Assumindo que os últimos de fato expressam Pensamentos singulares, as intuições favorecem a tese de que Carlos também o faz. Imagine que Carlos comece a usar o nome “Cleosvaldo” e, ao fazê-lo, se depara com um usuário normal de uma prática na qual os marcadores possuídos por ele são de fato informações difundidas acerca de alguém com este nome. Após uma breve conversa com este consumidor – algo que não precisaria durar mais do que alguns segundos – Carlos logo percebe que a condição que estipulou para o referente de “Cleosvaldo” é satisfeita. Agora, suponha que Carlos profira (27) logo após esta conversa.

(27) Cleosvaldo é um físico.

Nesta circunstância, mesmo um defensor da necessidade do elo causal deveria assumir que (27) expressa um Pensamento singular. Afinal, neste momento Carlos já estaria causalmente conectado aos outros usuários do nome. Mas então imagine que ele profira (27) segundos antes deste primeiro contato acontecer. Não parece que, no segundo caso, ele expressou um Pensamento diferente do primeiro. Se mantivermos que no primeiro ele expressou um Pensamento singular, então devemos aceitar o mesmo para o segundo. A intuição relevante aqui é que Carlos expressou o mesmo tipo de Pensamento em ambas as circunstâncias. Uma vez que a estratégia acima implica em uma diferença entre os dois proferimentos, o ônus da prova recai sobre ela. Minha própria sugestão é que o nome, na boca de Carlos, se referirá a quem quer que os membros da prática relevante se referem, e terá as mesmas propriedades semânticas do nome usado por eles.¹⁹

Moral da história, mesmo que aceitemos o requisito de justificação – caso em que provavelmente defenderemos que o sonhador não é capaz de identificar Aristóteles – não temos razão para aceitar uma interpretação causal do mesmo. Por outras palavras, não temos razão para aceitar que um elo causal seja condição necessária para que um falante participe como consumidor de uma prática de uso de um nome.

Referência por empréstimo indireto Até onde sei, o interessante fenômeno do empréstimo indireto da referência foi descoberto por Frederick W. Kroon (1983, 1987). Considere um dos exemplos de Kroon. Seu amigo tem o costume de batizar os bichinhos de estimação com nomes de pessoas famosas, e você sabe disto. Imagine que, em homenagem ao famoso filósofo grego, ele batize o cachorrinho dele de “Sócrates”. Neste contexto, ele profere (28) com a intenção de se referir ao cachorro.

¹⁹ Mas reconheço que uma justificação apropriada disto envolveria uma discussão bem mais detalhada em teoria do Pensamento. Meu ponto foi apenas apelar à intuição pré-teórica de que Carlos estaria expressando Pensamentos do mesmo tipo em ambas as situações narradas neste parágrafo.

(28) Sócrates é muito esperto

Então você lhe pergunta:

(29) Quem é Sócrates?

A quem você se refere ao proferir (29)? A resposta imediata é que se refere ao cachorro de seu amigo. Até aí, nenhum problema. Mas então imagine que sua intenção seja outra. O que deseja saber não é de quem seu amigo está falando, mas quem é o Sócrates que inspirou o batismo do cachorro. Dado que conhece o hábito de seu amigo de reutilizar nomes de famosos em seus animais, esta não seria uma pergunta incomum. Além disto, sua intenção poderia facilmente ser reconhecida, por exemplo, em um contexto no qual está suficientemente óbvio que você não fala do cachorro. Se seu amigo proferiu (28) apontando para o cachorro, e não há dúvidas de que você reconheceu o objeto referido, então (29) obviamente não seria tomada como uma pergunta sobre o animal de estimação. Supondo que seu amigo já conheça sua habitual curiosidade sobre quem inspirou o nome de quem, poderia entender perfeitamente a sua intenção ao proferir (29). Dado este contexto, a quem você se refere em (29)? A resposta imediata é que se refere ao filósofo Sócrates. Uma vez que isto é evidente, não é necessário perder tempo com discussões sobre o requisito de justificação. Podemos assumir que você satisfaz este requisito. Por fim, repare que não há qualquer elo causal do tipo de Devitt ou Kripke em jogo aqui. Por suposição, você não ouviu alguém proferir o nome “Sócrates” para fazer referência ao filósofo. Nem mesmo usa o nome com a intenção de se referir ao mesmo objeto referido em (28). Ao contrário, ao proferir (29), você intencionalmente usa um nome-tipo diferente daquele ocorrendo em (28). Ainda assim, você é capaz de se referir ao Sócrates filósofo. Não apenas isto, sua referência é tomada de empréstimo dos outros usuários deste nome. Você é um consumidor do nome! Disto temos que um elo causal não é condição necessária para que um falante se torne um consumidor de uma prática de usar um nome.

Um modo de acomodar o fenômeno do empréstimo indireto à hipótese causal é apelar à ideia de um *elo causal indireto* (Kroon (1987, sec. 2) apresenta

uma discussão detalhada sobre esta alternativa). A ideia central é que, ao ouvir o proferimento de (28), você ganha acesso causal direto à cadeia de uso do nome “Sócrates” para fazer referência ao cachorro, mas também ganha acesso indireto à cadeia de uso do nome “Sócrates” para fazer referência ao filósofo. Por outras palavras, você está causalmente conectado com duas práticas de uso distintas, sendo que seu elo com uma delas é apenas indireto. O principal problema desta saída é que não está claro onde está o elemento causal do *elo causal indireto*. Não basta chamarmos seja lá o que for que acontece neste caso de “elo causal indireto”. O problema não pode ser resolvido pela mera adição da palavra “causal” a um fenômeno que em si mesmo não parece poder ser adequadamente descrito assim. Ora, como o contato com um proferimento como (28) pode lhe colocar em relação causal apropriada com o filósofo Sócrates? O nome-tipo usado em (28) é o nome de um cachorro, enquanto o nome-tipo usado em (29) é o nome de um filósofo. (28) não contém o nome-tipo presente em (29) e não lhe fornece qualquer contato com ele. Sabemos que, ao ouvir (28), você de alguma forma se tornou capaz de usar um nome-tipo que não estava presente ali. Mais especificamente, você se tornou um consumidor da prática de usar “Sócrates” para fazer referência ao filósofo. O problema é como explicar este fenômeno apelando a algum elo causal. De forma mais precisa, para que a hipótese causal se torne plausível, duas perguntas têm de ser respondidas: (a) Qual a relação causal entre você e aqueles que usam o nome “Sócrates” para fazer referência ao filósofo? (b) Como esta relação causal é apropriada para a referência?

Minha própria sugestão é que a explicação do fenômeno do empréstimo indireto não requer apelo a um elo causal indireto, ou mesmo a qualquer elemento novo. Casos de empréstimo indireto, assim como quaisquer outros casos de empréstimo, podem ser explicados em termos do material identificador empregado pelos consumidores. Retorne à primeira situação descrita acima, na qual seu proferimento de (29) se refere ao cachorro. Qual a diferença entre esta situação e aquela em que seu proferimento de (29) se refere ao filósofo? Resposta: o material que você emprega em cada caso para identificar o referente do nome. Na primeira situação, você identifica o referente de “Sócrates” como *a coisa à qual seu amigo se referiu em (28)*, ou algo em torno

disto. Uma vez que seu amigo se referiu ao cachorro em (28), você também se referirá ao cachorro em (29). Na segunda situação, você explora suas crenças de que alguém chamado “Sócrates” inspirou o batismo do cachorro, que este indivíduo é famoso, que seu amigo é capaz de se referir a ele, etc. Assim, usa um material identificador diferente e, como resultado, identifica e se refere ao Sócrates filósofo. O que está em jogo em cada caso é a mesma coisa: o emprego do material identificador para identificar um indivíduo, e é o material empregado que determina quem será identificado e referido pelo proferimento. Portanto, o fenômeno do empréstimo indireto pode ser facilmente acomodado pelo tipo de teoria da identificação defendida aqui.

É importante notar que o empréstimo indireto da referência não é um caso tão raro. Para se ter uma ideia disto, cito abaixo alguns exemplos de Kroon (1987, p. 12-13) de diálogos envolvendo empréstimo indireto.

(i)

A: Ele adora socratizar.

B: Quem foi Sócrates?

(ii)

A: O nome “Sócrates” tornou-se mais popular com a série de TV.

B: Quem é Sócrates?

(iii)

A: Aquela foi uma guerra napoleônica!

B: Quem foi Napoleão?

Nenhum destes casos é extraordinário, e todos envolvem empréstimo indireto. Neste contexto, seria implausível rejeitar o empréstimo indireto como envolvendo algum tipo de falha na referência. Ademais, também seria implausível apelar a uma teoria do Pensamento para acomodar estes casos à hipótese causal. Primeiro, não parece que o empréstimo indireto é um mecanismo para expressar Pensamentos de um tipo diferente (daqueles expressados no empréstimo direto). Segundo, porque, como vimos acima, o

empréstimo indireto não é algo tão raro. Precisariamos de uma boa razão para alegar que, nestes casos, os falantes falham em expressar o tipo de Pensamentos que normalmente expressam por nomes. Conclusão: mesmo que aceitemos o requisito de justificação, continuamos sem ter razões para aceitar que um elo causal apropriado é uma condição necessária para que um falante se torne um consumidor de uma prática de usar um nome.

Como dito na seção anterior, daí não se segue que um elo causal não seja uma condição necessária para a existência de uma prática de usar um nome. Se desejarmos, podemos manter a crença de que elos causais são necessários neste sentido. Mas tão logo exista uma prática de usar um nome envolvendo falantes que estão causalmente conectados entre si, um falante pode se tornar um consumidor dela mesmo que não esteja causalmente conectado com estes falantes.

Antes de encerrarmos, permita-me fazer uma última observação. Na seção 2.5 vimos que Bianchi e Bonanini (2014) apresentam uma definição teoricamente carregada do fenômeno do empréstimo da referência, e que alguém poderia usá-la para argumentar que as teorias da identificação – e talvez qualquer teoria que não versões muito específicas da teoria casual, como a teoria da cópia defendida pelo próprio Bianchi (2015) – não reconhecem a existência deste fenômeno e do aspecto social da referência por nomes próprios. Sustentei que este argumento tem uma série de problemas. Um destes problemas é metodológico: o argumento parte de uma definição teoricamente carregada do fenômeno do empréstimo para a conclusão de que quase nenhuma teoria da referência é capaz de acomodá-lo. Ao fazer isto, estamos tentando fazer com que o mundo se adeque às nossas teorias, quando o correto seria precisamente o oposto. Agora, partindo da definição de Bianchi e Bonanini, alguém poderia sustentar que os exemplos de Kroon simplesmente não são casos de referência por empréstimo. Afinal, eles não satisfazem aquela definição, na medida em que envolvem intenções, crenças ou conhecimento por parte dos falantes relevantes. Temos aqui o mesmo tipo de erro metodológico apontado acima. Ao pressupor uma definição teoricamente carregada do fenômeno para determinar o que conta ou não como empréstimo, estamos fazendo com que o mundo se adeque à nossa definição, quando o correto seria

o oposto. O empréstimo indireto é um fenômeno real, que aparentemente envolve empréstimo da referência. Não podemos simplesmente rejeitar os casos de Kroon com base no fato de que não satisfazem a definição que estipulamos para o fenômeno. Muito pelo contrário, os casos de Kroon fornecem um indício empírico a favor de que a definição de Bianchi e Bonanini é simplesmente falsa. Além disto, na medida em que os casos de empréstimo indireto aparentemente não envolvem qualquer tipo relevante de elo causal, eles também fornecem um indício empírico contra a teoria causal da referência. Eles colocam em xeque a capacidade desta teoria de explicar precisamente aquilo que ela foi desenvolvida para explicar: a difusão social dos nomes.

3.15 A Terra Gêmea

Até agora, não apenas rejeitei a teoria causal da referência, mas também defendi que existe um sentido em que um elo causal apropriado sequer é condição necessária para o sucesso referencial de um consumidor. Estas posições parecem colocar minha perspectiva em dificuldade com exemplos do tipo da Terra Gêmea. Falo em um *tipo* de exemplo porque ele admite diferentes versões, e nossas intuições podem variar de acordo com qual versão está em jogo.²⁰ O exemplo surgiu com Putnam (1975) como um desafio ao descritivismo aplicado aos termos de tipos naturais, mas pode ser facilmente adaptado ao caso dos nomes próprios.

Imagine que em algum lugar muito distante exista um planeta, a Terra Gêmea, com as seguintes propriedades. Ele é uma duplicata exata do nosso. Cada indivíduo, e cada evento envolvendo um indivíduo daqui, tem uma duplicata lá. Por exemplo, não apenas existe uma duplicata de Sócrates na Terra Gêmea, mas ele também foi um filósofo polêmico em uma duplicata de nossa

²⁰ Unger (1983) apresenta vários modos em que a variação do exemplo pode gerar mudanças em nossas intuições.

Grécia antiga, orientou um indivíduo genial chamado “Platão” e foi condenado à morte em um julgamento injusto. Os indivíduos e eventos da Terra Gêmea são como uma cópia precisa dos indivíduos e eventos da Terra. O mesmo vale para a linguagem. A linguagem usada lá é fonologicamente e sintaticamente idêntica à nossa; para cada língua usada por um povo daqui existe uma língua fonologicamente e sintaticamente idêntica usada pela duplicata deste povo na Terra Gêmea.

Da descrição acima podemos assumir que existe uma prática de usar o nome “Sócrates” na Terra Gêmea que é uma duplicata de nossa prática de usar este nome para fazer referência ao filósofo grego. Como resultado, cada marcador que é uma informação difundida do Sócrates terráqueo, é uma informação difundida do Sócrates gêmeo. Neste contexto, imagine que Chico seja um consumidor terráqueo do nome “Sócrates”. Suponha que se não existisse a Terra Gêmea, Chico seria perfeitamente capaz de se referir a Sócrates através deste nome. Seu material identificador lhe daria a capacidade de identificar Sócrates como aqueles a quem os membros de uma prática específica se referem. Mas dado que a Terra Gêmea existe, será Chico capaz de se referir a nosso Sócrates?

O problema surge porque todo o material identificador que Chico pudesse usar para identificar Sócrates também serviria para identificar o Sócrates Gêmeo. Ambos possuem o mesmo nome-estilo, e todos os marcadores que são informações difundidas sobre um também são informações difundidas sobre o outro. Não existe apenas um indivíduo chamado “Sócrates” de quem aqueles marcadores são informações difundidas, existem dois. Dado que Chico não sabe da existência da Terra Gêmea, ele não será capaz de diferenciar um do outro usando seu material identificador. Assim, minha perspectiva parece implicar que Chico falha em identificar um indivíduo particular e, conseqüentemente, falha em se referir a quem quer que seja. O problema é que não parece que a existência desconhecida da Terra Gêmea afetaria em algo a capacidade de Chico usar o nome “Sócrates”. Há qualquer coisa errada com a teoria da identificação.

Felizmente a resposta a isto é bastante direta. É verdade que o material identificador de Chico serviria bem para identificar um indivíduo na Terra Gêmea.

Mas Chico não falha em se referir ao nosso Sócrates, pois não falha realmente em identificá-lo. A razão disto é simples: ele não usa o nome com a intenção de participar de qualquer prática específica na Terra Gêmea, nenhum falante faz isto. O emprego que fazemos de nosso material identificador para identificar o objeto é guiado por nossa intenção de usar nomes em conformidade com a *nossa comunidade linguística*. Por mais vago que “comunidade” possa ser, no sentido de determinar o que ela abrange, ela não inclui a Terra Gêmea.

Para que isto fique mais claro, voltemos ao exemplo de Chico. Quando Chico usa o nome “Sócrates”, ele tem a intenção de se referir ao mesmo indivíduo a quem certas pessoas de *sua comunidade* se referem. Isto não será suficiente para que ele tenha sucesso em se referir a um indivíduo específico, já que existem vários indivíduos em sua comunidade que possuem este mesmo nome-estilo. Mas Chico pode indicar a qual prática específica pertence, de qual dentre as muitas pessoas chamadas “Sócrates” ele fala apelando a seu material identificador. O que o material identificador faz por Chico é permitir que ele participe de uma prática específica, dentro de sua comunidade, de usar o nome “Sócrates”. Ele nunca teve a intenção de ir além disto. Se estou correto, então todo processo começa com a intenção de Chico de participar de uma comunidade específica. Esta comunidade, é claro, não inclui a Terra Gêmea.

Isto significa que a identificação que os consumidores fazem dos referentes dos nomes é restrita a certa comunidade. Imagine que cada comunidade linguística é um balde. A comunidade formada pelos falantes da Terra Gêmea é um balde azul e a comunidade formada pelos falantes da Terra é um balde vermelho. Chico tem a intenção de usar o nome “Sócrates” em conformidade com o balde vermelho. Mas existem várias pessoas chamadas “Sócrates” neste balde e, conseqüentemente, várias práticas de uso envolvendo este nome-estilo. Então Chico usa seu material identificador para indicar de qual, dentre as práticas dentro deste balde, ele participa. Ele se referirá a seja quem for que os membros de uma prática específica, dentro deste balde, se refiram. Assim, Chico tem a habilidade prática de identificar Sócrates como aquele – dentro do balde vermelho – chamado “Sócrates” de quem seus marcadores são informações difundidas.

O mesmo funciona para o sonhador da seção 3.13. Dado que sua intenção é usar o nome em conformidade com sua comunidade (e que isto não inclui a Terra Gêmea), não há risco de que ele se refira – supondo, é claro, que ele de fato se refira a alguém – ao Aristóteles gêmeo ao invés do nosso Aristóteles. Isto é assim mesmo que complicemos um pouco o exemplo. Suponha que nosso sonhador seja transferido para a Terra Gêmea enquanto dorme. Logo após o sonho com o indivíduo chamado “Aristóteles”, etc. ele acorda, já na Terra Gêmea e na mesma situação cognitiva de antes, pensando ter adquirido seu material identificador por vias normais. Nesta nova situação, nada muda. Se ele é de fato capaz de se referir a alguém, ele é capaz de se referir ao nosso Aristóteles, e não ao Aristóteles da Terra Gêmea. Afinal, ainda é o caso que ele tem a intenção de usar o nome “Aristóteles” de acordo com a *sua* comunidade linguística. Mas os terráqueos gêmeos continuam não fazendo parte desta comunidade.

A conversa sobre *comunidades linguísticas* pode parecer suspeita. A suspeita reside no fato de que a expressão “comunidade linguística” é vaga, no sentido em que não há uma fronteira nítida entre o que conta e o que não conta como a comunidade linguística de um falante. Embora esta expressão seja de fato vaga, isto em nada afeta a resposta acima. Uma expressão vaga pode admitir casos aos quais sua aplicação é clara. Haja ou não uma fronteira nítida entre o que conta ou não como a comunidade linguística de um falante, o fato é que a Terra Gêmea claramente não faz parte de nossa comunidade. Isto basta para que minha proposta se sustente. Obviamente, o exemplo poderia ser modificado de forma que a Terra Gêmea passasse a fazer parte de nossa comunidade. Basta imaginar que tenhamos descoberto a sua existência, e que a interação linguística entre terráqueos e terráqueos gêmeos tenha se tornado comum. Neste caso, a previsão de minha perspectiva será que um consumidor do nome “Sócrates” cujos marcadores são informações difundidas tanto na prática de uso da Terra quando na da Terra Gêmea não será capaz de identificar Sócrates, e conseqüentemente não será capaz de se referir a ele. Dado tudo que foi dito até aqui, contudo, esta conclusão já não deverá mais ser vista como absurda. Este seria um caso do mesmo tipo daquele em que o material de um consumidor contém apenas marcadores que são difundidos tanto na prática de

uso de “Sócrates” para fazer referência ao filósofo quanto naquela para fazer referência ao jogador do Corinthians. Ademais, não deveria ser uma surpresa que a inclusão da Terra Gêmea em nossa comunidade linguística teria consequências para nossos usos de nomes próprios. Estranho seria se a inclusão de duplicatas por toda parte para os referentes de nossos nomes não tivesse qualquer consequência significativa para nossos usos dos mesmos.

Difícilmente alguém negará que falantes usam nomes com a intenção de estar em conformidade com sua comunidade. Uma vez que a resposta acima ao exemplo da Terra Gêmea só depende disto, penso que ela é plausível. Mas o exemplo da Terra Gêmea admite muitas variações e nem todas podem ser respondidas do mesmo modo. Algumas delas podem envolver outros fatores que influenciam diferentemente nossa resposta. Suponha que um terráqueo gêmeo seja transferido para a Terra. Não importa se ele sabe ou não que trocou de lugar. Agora imagine que o gêmeo esteja conversando com alguém sobre um certo João. João é um indivíduo da Terra Gêmea que, como qualquer outro, tem uma duplicata aqui. Ao ouvir a conversa, você lhe pergunta “quem é João?”. Você não sabe que seu interlocutor é da Terra Gêmea e sequer que existe este lugar. Aparentemente, com o seu proferimento do nome “João” você se refere ao João gêmeo, e não ao terráqueo. Penso que esta intuição está correta, mas ela não refuta o princípio de Russell. O que ocorre neste caso é que a sua intenção mais forte, no momento que profere o nome, é falar da mesma pessoa que o indivíduo a quem você fez a pergunta. Sua intenção é se referir a *quem quer que ele tenha se referido*. Uma vez que ele se referiu ao gêmeo, você também o faz. Vimos algo sobre como estes casos funcionam nas seções 3.10 e 3.12.

Podemos seguir complicando cada vez mais as coisas, e nem sempre teremos intuições razoavelmente claras. Pense que desde os seus nascimentos um terráqueo e sua duplicata são trocados de lugar todas as noites, no momento em que dormem. Eles não sabem que são trocados ou que existe um planeta gêmeo ao deles. Seria, no mínimo, um exagero dizer que temos intuições bem definidas sobre como as coisas correriam neste caso. De todo modo, o fato de eu recusar que um elo causal seja necessário para o sucesso referencial de um falante individual não torna o exemplo da Terra Gêmea um problema especial.

Por fim, se a Terra Gêmea não é um problema para a teoria da identificação, o mesmo não pode ser dito para a teoria causal. Suponha que Maria seja informada da existência de um planeta gêmeo, e que seja levada até lá. Após alguns anos vivendo lá e cá, e percebendo que cada evento que ela encontra aqui tem uma duplicata lá, ela conclui por indução que todos os eventos de lá são duplicatas dos daqui, e vice-versa. Enquanto isto, a Maria gêmea está vivendo eventos que são duplicatas daqueles vividos por Maria, mas esta é uma complicação que podemos ignorar... Maria não conhece qualquer pessoa chamada Sócrates, mas seu irmão acaba de entrar no curso de filosofia. Certo dia, ao chegar em casa, seu irmão (que não sabe da existência da Terra Gêmea), lhe conta sobre o fabuloso Sócrates e sua história. Como sabemos, o irmão está se referindo ao nosso Sócrates e não ao gêmeo. Por esta razão, Maria aprendeu o nome-tipo do nosso Sócrates. No dia seguinte, Maria vai à Terra Gêmea e lá se encontra com o gêmeo de seu irmão. Para puxar assunto, ela pergunta: Como estão seus estudos sobre Sócrates? Podemos perfeitamente supor que Maria se referiu ao Sócrates gêmeo através de seu proferimento. Não apenas isto, ela é uma consumidora deste nome, e sua referência é por empréstimo. Só há um problema: não há qualquer elo causal apropriado entre ela e este Sócrates. Uma vez mais, um elo causal não é condição necessária para que um falante se torne consumidor em uma prática de uso. Antes de ser um problema para a teoria da identificação, o exemplo da Terra Gêmea é um problema para a teoria causal da referência. Isto pode ser um tanto surpreendente, dado que este exemplo é geralmente tomado como um indício a favor da última.

3.16 Saber que e saber como...

Sustentei anteriormente que consumidores têm a habilidade prática de usar seu material identificador para identificar o referente do nome. O que venho chamando de “habilidade” ou “habilidade prática” de identificar o referente de um nome é melhor entendido como uma espécie de *saber como*. Assim como um

sujeito sabe como andar de bicicleta, ele pode saber como usar seu material identificador para identificar o referente de um nome.

É possível sustentar que *saber como* é redutível ao conhecimento proposicional. *Intelectualistas*, por exemplo, sustentam que ele é redutível ao conhecimento de um conjunto de proposições. Assim, saber como andar de bicicleta seria redutível a *saber que* deve-se pedalar, montar nela em determinada posição, etc. Do mesmo modo, um intelectualista pensará que saber como usar um material identificador é redutível ao conhecimento de um conjunto de proposições. Em seguida pode-se sustentar que é o conhecimento destas proposições que nos permite identificar o referente do nome. Neste contexto, a conclusão mais natural seria alegar que a referência envolve conhecimento proposicional de propriedades identificadoras do referente. O que é exatamente o que descritivistas querem.

Também existem estratégias menos gerais para defender a mesma linha de raciocínio. Pode-se defender, por exemplo, que mesmo que o intelectualismo seja falso, ainda é verdade que saber como usar seu material identificador é redutível ao conhecimento proposicional. Esta estratégia não se compromete com a redução de todo o tipo de *saber como* a um tipo de *saber que*. Apenas alega que a redução funciona para o tipo de habilidade ao qual apelo. Em seguida, conclui-se novamente em favor do descritivismo.

Por fim, existe ainda uma última alternativa. Pode-se sustentar que algumas vezes (ou todas) *saber como* envolve crenças verdadeiras ou crenças verdadeiras e justificadas. Em seguida, defender que isto é o caso da habilidade que está em jogo na identificação dos consumidores. Esta estratégia é diferente das outras duas porque não tenta reduzir uma espécie de *saber como* a uma espécie de *saber que*. Ela apenas afirma que o *saber como* em questão envolve alguma relação com proposições (por exemplo, crença). Por fim, alegaríamos que as crenças envolvidas nesta habilidade são crenças identificadoras. A conclusão seria que a referência por nomes envolve crenças identificadoras. Portanto, novamente uma conclusão favorável ao descritivismo. Duas fontes interessantes contendo um panorama geral da discussão recente sobre a redução de *saber como* a *saber que* são Williams (2007) e Fantl (2012).

Não forneci argumentos contra a tese de que o tipo de habilidade ao qual apelo seja redutível ao conhecimento proposicional ou, pelo menos, envolva alguma relação com proposições. Só o que defendi foi que consumidores competentes têm este tipo de habilidade, seja ou não ela redutível em algum destes modos. Por outro lado, penso que a habilidade de identificar o referente de um nome não precisa envolver a capacidade de fornecer uma descrição que especifique como isto é feito. Consumidores podem identificar o referente de um nome mesmo que não sejam capazes de especificar que ele é *o objeto acerca de quem seus marcadores são informações difundidas em uma prática de uso do nome, etc.* Além disto, vimos que um elo causal pode ser uma condição necessária para que exista uma prática de uso de um nome, mesmo que não seja uma condição necessária para um falante individual se tornar um consumidor nesta prática.

Com isto quero chamar a atenção para dois pontos. Primeiro, minha perspectiva não é inconsistente com todas as versões de descritivismo. Pois é possível usar uma das três estratégias acima para defender que ela implica alguma versão do descritivismo. O segundo é que, mesmo que isto seja feito, deve-se respeitar as duas restrições mencionadas no parágrafo anterior. Ou seja, o descritivismo em questão deve acomodar-se ao fato de que falantes são frequentemente incapazes de fazer especificações do tipo acima, e ao sentido no qual um elo causal é uma condição necessária para a referência. Na próxima seção, veremos que Frank Jackson tenta usar a terceira estratégia para defender uma perspectiva descritivista que respeita as duas restrições.

3.17 O argumento de Frank Jackson

Nesta seção, apresento um argumento de Frank Jackson a favor de que o tipo de habilidade prática que atribuí aos consumidores de nomes acarreta no modo descritivo de identificação e, deste modo, implica que o descritivismo está correto pelo menos quanto aos consumidores. Se este for o caso, teremos dado um passo grande em direção ao descritivismo, pois o caso dos consumidores é precisamente aquele que parece mais problemático para a teoria. Meu

diagnóstico será que o argumento tem certa plausibilidade, mas não é decisivo, de modo que continuo preferindo não me comprometer com esta perspectiva.

Antes, uma observação. Jackson é um descritivista causal. Isto significa que as crenças identificadoras envolvidas na referência remetem a uma cadeia causal de uso do nome. Assim, algum elo causal apropriado será uma condição necessária (mas não suficiente) para a referência por nomes. Como vimos na seção 3.13, existem dois sentidos em que um elo causal pode ser uma condição necessária para a referência. No primeiro sentido, que recusei, o elo é uma condição necessária para um falante se tornar membro de uma prática. No segundo, o elo é uma condição necessária para a existência de uma prática de usar o nome. Descritivistas causais não precisam se comprometer com a necessidade do elo causal no primeiro sentido. Kroon é um exemplo disto. Ele é um descritivista causal, mas vimos que ele recusa que um falante só possa entrar em uma prática de uso de um nome se estiver causalmente conectado com outros usuários (lembre-se do fenômeno do empréstimo indireto).

Passemos ao argumento de Jackson. Vimos que os consumidores usam frequentemente seu material identificador como um meio para realizar certas tarefas. Eles podem usá-lo para buscar mais informação sobre um indivíduo específico, descobrir se falam da mesma pessoa que seu interlocutor, indicar de quem falam, etc. Jackson (2010, p. 7) pensa que estas práticas cotidianas são um indício a favor de que consumidores competentes conhecem a propriedade determinante da referência. Um exemplo no qual isto fica claro é o seguinte. Imagine que alguém comece a duvidar que Sócrates (o filósofo) realmente tenha existido, e queira verificar isto. O que ele faz? A atitude mais natural seria procurar por novas fontes sobre Sócrates. Não apenas isto, ele recuará na cadeia de usos deste nome até o mais longe que conseguir, a fim de descobrir se realmente existe um indivíduo em sua origem. Repare que, ao fazer isto, o sujeito está literalmente procurando por um indivíduo que satisfaça certas condições, que serão necessárias e suficientes, ou pelo menos suficientes, para algo ser o referente de “Sócrates”. Neste caso específico, ele está procurando por um indivíduo que satisfaça a condição de *ser aquele que está na origem da cadeia de usos do nome “Sócrates”*. Aparentemente, ele conhece as condições que um indivíduo tem de satisfazer para ser o referente do nome-tipo “Sócrates”.

Se não conhecesse estas condições, não procuraria justamente por este indivíduo. Mas conhecer as condições que algo tem de satisfazer para ser o referente de “Sócrates” é justamente conhecer a propriedade determinante do referente deste nome.

Seja ou não este conhecimento uma instância de *saber como*, o fato, pensa Jackson, é que ele envolve crenças. Mais especificamente, envolve crenças causais, que remetem a um elo causal apropriado entre falantes ou entre falantes e o referente. Quando usamos nosso material identificador para identificar um indivíduo no mundo, exploramos estas crenças. No caso acima, o sujeito explorou (a) a crença de que algum objeto recebeu aquele nome no passado, (b) de que o nome foi difundido de falante para falante em uma cadeia, (c) que o nome é utilizado como meio para fazer referência a um particular, (d) que ele é um mecanismo para transmissão, troca e acúmulo de informação sobre este particular, etc. A investigação de nosso sujeito sobre a existência de Sócrates provavelmente envolve todas estas crenças. O apelo a este tipo de crenças não é um mero detalhe. Descritivistas causais não pensam que um elo causal apropriado é uma condição suficiente para o sucesso da referência por nomes. É também necessário que os falantes tenham crenças causais identificadoras do referente. Crenças que permitam o sujeito identificar o referente do nome como aquele na origem da cadeia causal. São estas crenças que determinam o referente do nome.

A primeira objeção que alguém pode fazer a Jackson é que falantes comuns frequentemente são incapazes de especificar quaisquer crenças identificadoras do referente do nome. Mas ainda assim têm sucesso referencial. Entende-se *especificar* como dar expressão verbal à crença em questão. Em resposta, Jackson (2010, p. 16-17) alega que é um erro pressupor que *acreditar que p* implica *ser capaz de especificar p*. Não é muito difícil imaginar situações em que um sujeito acredita que *p*, mas é incapaz de especificar sua crença. Por exemplo, uma criança muito nova pode acreditar que está quase na hora de sua mãe chegar, mas ser incapaz de especificar isto verbalmente (talvez por falta de vocabulário adequado). Além disto, se aceitamos que cachorros e gorilas têm crenças, então não há razões para pressupor que uma coisa implique a outra. Afinal, eles não são capazes de dar expressão verbal às suas crenças. Se

exemplos deste tipo têm algum apelo, então o ônus da prova é de quem defende a implicação. Seja como for, a ideia tem certa plausibilidade.

A segunda dúvida que pode surgir é se crenças como aquelas acima, mesmo que tomadas em conjunto, são suficientes para um falante determinar o referente do nome. Não é óbvio que seja assim. Um falante pode muito bem acreditar que o nome “Sócrates” foi atribuído a alguém no passado, que foi difundido em uma prática para transmitir informações sobre um indivíduo particular, etc. Mas isto pode não ser suficiente para identificar qualquer indivíduo. Não é totalmente claro como as crenças em questão são identificadoras. Por outro lado, quanto mais específicas forem as crenças às quais apelamos, mais controversa fica a posição. Enquanto é plausível que consumidores competentes tenham crenças como aquelas acima, é implausível que (todos) eles tenham crenças como: *o referente de “Sócrates” é quem quer que seja a origem causal do meu proferimento deste nome*, ou *o referente de “Sócrates” é a pessoa chamada “Sócrates” de quem tais e tais marcadores são informações difundidas*, etc.

Por fim, pense em todas as pessoas que discordam da teoria causal e/ou do descritivismo causal. Alguém que esteja nesta posição pode acreditar especificamente que é falso que o referente de “Sócrates” é quem quer que seja o objeto na origem de uma cadeia causal de usos deste nome. Mas ao mesmo tempo, na perspectiva de Jackson, o que determina o referente do nome usado por ele é a sua crença identificadora de que Sócrates é quem quer que seja que está na origem desta cadeia. Isto seria, no mínimo, estranho. Primeiro porque significaria que o falante acredita, ao mesmo tempo, que o referente de “Sócrates” é o indivíduo na origem da cadeia e que o referente de “Sócrates” não é o indivíduo na origem da cadeia. Segundo, porque, apesar disto, a primeira crença continuaria determinando o referente do nome.

Minha sugestão não é que estes sejam problemas insuperáveis. Mas apenas que, se queremos explicar a habilidade dos consumidores de identificar o referente do nome apelando a crenças identificadoras, então precisamos enfrentar dificuldades adicionais deste tipo. Uma lição importante é que o descritivismo causal não é inconsistente com a perspectiva que defendi sobre os

consumidores. Seja como for, qualquer estratégia deste tipo requer argumentos positivos a seu favor.

3.18 Duas práticas, um referente: dois contraexemplos à teoria

Resumi o processo de identificação dos consumidores alegando que eles identificam o referente do nome como aquele a quem os membros de uma *prática específica* se referem. Com isto, tentei desenvolver a intuição evansiana de que consumidores têm de ser capazes de indicar qual nome-tipo usam. Entretanto, este modo de descrever as coisas – que apela a uma prática específica – pode gerar insatisfação em relação a exemplos de certo tipo. Nomeadamente, casos nos quais existem duas práticas específicas de usar um mesmo nome-estilo para fazer referência a um mesmo objeto. Existem dois tipos interessantes de exemplos envolvendo esta possibilidade, que serão apresentados aqui e discutidos nas próximas duas seções. Em ambos os casos o problema está no apelo ao conceito de *prática específica*. Na próxima seção, defendo que a objeção não é decisiva, e que a teoria aqui apresentada tem recursos para se adequar às intuições daqueles que não estiverem satisfeitos com o diagnóstico inicial dos exemplos. Isto sem que seja necessário abandonar o apelo ao conceito de *prática específica*. Ciente dos aspectos controversos de minha resposta, na seção 3.20 defendo que o apelo a este conceito pode ser excluído sem gerar grandes mudanças no essencial do que foi dito até aqui. Mais especificamente, proponho uma pequena reformulação da teoria que venho defendendo, e sustento que esta reformulação se adequa às intuições relevantes sem se distanciar muito da perspectiva original.

Exemplo 1 O primeiro caso tem a seguinte estrutura: (a) o mesmo nome-estilo é usado em duas práticas distintas de uso do nome, (b) as duas práticas levam ao mesmo referente, e (c) as pessoas não sabem que o mesmo objeto está na origem de ambas, e existe a crença difundida de que elas levam a objetos diferentes. O próprio Evans (1982, p. 381) reconheceu a possibilidade de casos deste tipo, mas infelizmente não deu a devida atenção a eles.

Não é difícil formular um exemplo que tenha a estrutura acima. Imagine um sujeito que sofre gravemente de dupla personalidade, e que leva duas vidas distintas baseadas em cada uma das personalidades que desenvolveu. Alguns falantes o conhecem como um indivíduo exemplar, calmo, gentil e engajado em projetos de caridade. Nesta vida, ele adquiriu tanta proeminência e respeito que foi batizado de “Salvador” pelas pessoas que o admiram, pessoas estas que costumavam difundir a informação de que ele era um grande revolucionário. Como dito, no entanto, Salvador tem uma vida alternativa, baseada em sua outra personalidade. Nesta outra vida, ele é conhecido por ser um indivíduo perverso, engajado em movimentos neonazistas e defensor de bizarrices morais de todo tipo. Também aqui ele ganhou proeminência e admiradores, que coincidentemente também o batizaram de “Salvador”, e difundiram que se tratava de um grande revolucionário. Ocorre que as pessoas não sabem que o Salvador santo e o Salvador vilão são a mesma pessoa. Afinal, ele sempre foi cuidadoso em não permitir que suas vidas distintas se misturassem. Muitos anos se passaram e só restaram consumidores do nome, seja para fazer referência ao santo ou ao vilão. Imagine que um consumidor atual deste nome possua um material identificador formado apenas pelo nome-estilo “Salvador” mais o marcador “é um grande revolucionário”. Pergunte-se: será o consumidor capaz de se referir a Salvador?

De acordo com a perspectiva apresentada até agora, o consumidor só terá sucesso em se referir se souber como usar seu material identificador para identificar o referente do nome como aquele a quem os membros de uma prática específica se referem. Dado que existem duas práticas de usar o nome “Salvador” nas quais o marcador “grande revolucionário” é uma informação difundida, ele não será capaz de se referir por este nome. A previsão da teoria é que o consumidor falha em se referir a algo. Este resultado não chega a ser intuitivo, mas também não o considero absurdo. Não é o tipo de resultado que pode ser usado como indício conclusivo contra uma ou outra teoria. A situação é bem diferente com o próximo exemplo.

Exemplo 2 O segundo caso tem as seguintes características: (a) o mesmo nome-estilo é usado em duas práticas distintas de uso do nome, (b) as duas práticas levam ao mesmo referente, e (c) não existe a crença difundida de

que elas levam a objetos diferentes. Portanto, a diferença deste caso para o anterior é a cláusula (c).

Podemos pensar em um exemplo dramático em que isto ocorra. Suponha que a namorada de João se chame “Maria”. Agora, imagine que João decida fazer a seguinte brincadeira. Ele reúne um grupo de produtores deste nome, aponta para ela, e diz “esta garota se chamará ‘Maria’”. Todos estão cientes de sua intenção: rebatizar Maria. Mas não apenas isto, o desejo é rebatizá-la usando o mesmo nome-estilo. A partir daí, João e seu grupo começarão a usar este nome com a intenção de usar o nome-tipo que foi criado neste batismo, e não no original. Aparentemente, João criou uma nova prática de uso do nome “Maria” para fazer referência a Maria. Como resultado, existem duas práticas de usar este nome-estilo para fazer referência à mesma mulher. Diferentemente do que ocorreu no exemplo anterior, neste caso não há a crença difundida de que as pessoas na origem da cada prática são indivíduos distintos. Por um lado, João e seu grupo sabiam perfeitamente que as duas práticas levavam ao mesmo referente. Por outro, podemos supor que os outros falantes sequer tomaram conhecimento da brincadeira de João, de modo que a questão de se as duas práticas têm ou não o mesmo referente sequer se coloca para eles. Agora, imagine que muitos anos se passaram e só restaram consumidores do nome. O único material identificador que um consumidor possui é o nome “Maria” e os marcadores “é F” e “é G”. Suponha ainda que estes marcadores sejam informações difundidas em ambas as práticas de uso do nome “Maria”. Sem maiores modificações, a teoria que defendi até agora prevê que este consumidor falhará em se referir a Maria. Afinal, ele não será capaz de identificá-la como aquela a quem os membros de uma prática específica se referem. No fim das contas, a brincadeira gera a falha na referência de todo consumidor que estiver na situação acima. Este resultado é trágico.

Para vislumbrar o tamanho da tragédia, repare que o diagnóstico acima implica que um grupo pequeno de falantes poderia facilmente gerar falhas generalizadas de referência de toda uma comunidade. Para isto, bastaria repetir a brincadeira de João. Por exemplo, eu e meus irmãos poderíamos agora rebatizar nossa mãe com seu nome original: “Carmensiva”. Em seguida, tomaríamos o cuidado de garantir que o máximo dos marcadores mais

comumente difundidos sobre ela fossem difundidos também em nossa nova e secreta prática de uso. Como resultado, gerariamos a falha na referência de qualquer consumidor cujo material fosse formado apenas pelo nome “Carmensiva” e um ou mais destes marcadores. Exemplos do tipo podem ser multiplicados. Com uma brincadeira destas, um grupo pequeno de falantes poderia, de dentro do quarto de um deles, gerar a falha referencial de dezenas, centenas, milhares ou até milhões de consumidores de um nome. Certamente este é um resultado absurdo.

Uma estratégia de resposta aos exemplos acima seria manter a tese de que os consumidores relevantes falham em se referir a algo, mas explicar o porquê de termos a intuição oposta. A ideia é que a falha referencial provavelmente não teria efeitos práticos mais sérios nestes casos. Devido à ausência destes efeitos, acabamos intuindo que não houve falha. Mas será possível haver falha referencial sem maiores efeitos práticos? Ao que tudo indica, sim. Já vimos como isto poderia ocorrer (seção 3.12). Além disto, mesmo um defensor da teoria causal deveria aceitar esta possibilidade. Lembre-se do caso do sonhador. Segundo a teoria causal, ele falha em se referir a algo. Mas uma vez que pensa ter adquirido seu material identificador por vias normais, nenhum efeito prático será gerado. Talvez algo similar ocorra nos exemplos acima.

Esta resposta me parece limitada por duas razões. Primeiro, não é claro que a falha no exemplo 2 seja destituída de efeitos práticos. Os exemplos que considerei de falha referencial sem maiores efeitos práticos tinham a seguinte configuração. Um falante falhava em se referir por ter um material identificador muito pobre, mas um ouvinte erradamente pressupunha que ele se referiu a algo. Devido a esta pressuposição, o ouvinte dava continuidade à conversa, falando sobre o objeto que ele pressupôs que o falante tinha em mente. Nesta situação de conversação, o falante acabaria adquirindo a capacidade de identificar e se referir a um objeto, podendo adquirir e acumular informação sobre o mesmo. Obviamente, este processo pressupõe que o ouvinte era o tempo todo capaz de identificar e se referir ao objeto relevante. Supondo que o ouvinte fosse um consumidor, ele deveria ser um consumidor competente e tudo deveria correr bem com a prática de uso do nome relevante. Por outras palavras, a falha do

falante não tem efeitos práticos sérios precisamente porque tudo corre bem com a prática de uso da qual o ouvinte participa. O problema é que exemplos como o de Maria podem ser vistos como casos nos quais a própria integridade de uma prática de uso é colocada em jogo. Como vimos, casos deste tipo permitem que um conjunto pequeno de falantes acarrete, por meio de um simples artifício, a falha referencial de um grande número de consumidores. Estes consumidores perderão a sua capacidade de fazer referência pelo nome relevante, e por não saberem disto, continuarão a usá-lo normalmente, como se tudo corresse bem. Não é claro que, numa situação destas, a integridade da prática se manteria intacta. Em resumo, para que esta estratégia seja plausível, precisaríamos de uma explicação mais detalhada de como a falha referencial generalizada poderia não ter efeitos práticos mais sérios. Em segundo lugar, é argumentável que a consequência de falha referencial generalizada entre os consumidores é por si só implausível, independentemente de quaisquer efeitos práticos que isto possa gerar. Não parece que alguém poderia acarretar falha referencial generalizada por meio de artifícios como aquele empregado por mim e meus irmãos.

Insistir no diagnóstico de que os consumidores acima falham em se referir a algo não é uma estratégia muito promissora.

3.19 Discussão dos exemplos

Se não podemos aceitar que os consumidores dos exemplos 1 e 2 falham em se referir, o que nos resta é defender que eles são bem-sucedidos referencialmente. A única forma de fazer isto sem abandonar o apelo ao conceito de *prática específica* é sustentar que os exemplos não são realmente casos envolvendo duas práticas distintas de usar um nome. Por outras palavras, precisamos de um meio de sustentar que o primeiro exemplo envolve apenas uma prática de usar o nome-estilo “Salvador”, enquanto o segundo envolve apenas uma prática de usar o nome-estilo “Maria”. Esta é uma tarefa complicada por pelo menos duas razões. Por um lado, cada um dos exemplos parece envolver dois atos de batismo. Por outro, cada um deles – e principalmente o exemplo 1 – parece envolver duas cadeias diferentes de uso do nome; cadeias

que podem ser distinguidas tanto pelo seu início quanto pelos seus membros. Como poderia alguém defender que em cada caso há apenas uma prática de uso envolvida?

Alguns podem ser jogados sobre o problema se pensarmos um pouco sobre como *não* individuar práticas de usar de nomes. Em primeiro lugar, é evidente que práticas não podem ser individuadas por seus referentes, pois existem práticas de usar nomes vazios. Além disso, um mesmo nome-estilo pode estar envolvido em duas ou mais práticas distintas, mesmo quando nenhuma delas tem qualquer objeto em sua origem. Por exemplo, a prática de usar “Vulcano” para fazer referência ao planeta que causava anomalias na órbita de Mercúrio é diferente da prática de usar “Vulcano” para fazer referência ao planeta do universo ficcional de Star Trek. Apesar de nenhuma delas ter um objeto em sua origem, elas são práticas diferentes de usar o nome “Vulcano”.

Sainsbury sugere que práticas deveriam ser individuadas por batismos. Batismos, declara ele, “individuem práticas metafisicamente” (SAINSBURY, 2005, p. 106). Esta ideia tem certo apelo intuitivo. Parece mesmo que cada prática começa com um batismo, e que duas práticas distintas não podem começar com um mesmo batismo. Infelizmente, contudo, ambas as intuições estão erradas. Apesar de ser verdade que toda prática é iniciada pela introdução de um nome-tipo, nem toda prática é iniciada por um batismo. Isto porque nomes-tipo podem ser introduzidos sem a presença de um batismo. Além disso, diferentes práticas podem ter origem em um mesmo ato de batismo, como ocorre com batismos coletivos. Já vimos estes pontos na seção 3.2, onde apresentei os exemplos de Textor (2010) a favor de cada um deles. Textor (2010, p. 111) ainda apresenta outras objeções à tese de que práticas são individuadas por batismos. Como sabemos, existe uma prática de usar o nome “Frege” para fazer referência ao filósofo e lógico alemão. Chamemos esta prática de “P-Frege”. Esta prática foi iniciada por um batismo, que chamaremos de “B-Frege”, que ocorreu em certo momento da história. Intuitivamente, P-Frege poderia ter sido iniciada em outro momento, mas B-Frege não poderia ter ocorrido em outro momento. Batismos ocorrendo em momentos diferentes são batismos diferentes. Isto implica que B-Frege não pode ser usado para individuar P-Frege. Afinal, a última poderia existir mesmo que o primeiro não existisse. Portanto, batismos não individuem práticas.

Uma sugestão alternativa é que práticas de usar nomes são individuadas por cadeias de transmissão de informação. Se duas práticas são ou não a mesma depende de se são ou não a mesma cadeia de transmissão de informação. É muito plausível que toda prática de usar um nome seja uma cadeia de transmissão de informação, e a ideia de individuar práticas por cadeias pode ser tentadora. Mas esta estratégia também não vai muito longe. Obviamente, uma mesma prática poderia ser formada por diferentes cadeias de uso do nome relevante. Existe uma cadeia de usos do nome “Frege”, C-Frege, para fazer referência ao filósofo e lógico alemão. Como sabemos, esta cadeia é formada por um conjunto determinado de usuários do nome, que coincide exatamente com os membros de P-Frege. Todavia, P-Frege poderia ser formada por usuários diferentes (isto ocorreria, por exemplo, se eu jamais tivesse usado o nome “Frege”), enquanto C-Frege não. Duas cadeias envolvendo membros diferentes são cadeias diferentes. Por outras palavras, P-Frege poderia existir sem que C-Frege existisse. Portanto, cadeias de transmissão de informação não individualizam práticas.

As três formas intuitivas de individuação de práticas são por meio do referente, batismo ou da cadeia formada pela prática. Como vimos, nenhuma das três é satisfatória. Com isto em mente, podemos retornar à discussão dos contraexemplos. Em cada caso, o problema só surgiu porque assumimos que havia duas práticas diferentes de usar o nome relevante. Mas o que justifica esta suposição? Chamemos de P1 à prática de usar “Salvador” para fazer referência ao santo, e P2 à prática de usar este mesmo nome-estilo para fazer referência ao vilão. O que justifica a alegação de que P1 e P2 são duas práticas distintas? Não pode ser o fato de que elas envolvem referentes diferentes, pois P1 e P2 têm o mesmo objeto em suas origens. Restam as opções do batismo e da cadeia. No primeiro caso, pode-se alegar que P1 e P2 são práticas distintas porque envolvem batismos distintos. Se assim for, estamos assumindo que ter diferentes batismos é uma condição suficiente para duas práticas serem distintas. Já vimos que este não é o caso. No segundo, pode-se alegar que P1 e P2 são diferentes porque envolvem cadeias diferentes. Neste caso, estamos assumindo que envolver cadeias diferentes é uma condição suficiente para que duas práticas sejam distintas. Como vimos, este também não é o caso. Em

conclusão, nenhum dos três argumentos mais imediatos a favor de que P1 e P2 são duas práticas distintas se sustenta. O mesmo se aplica ao exemplo 2. Isto coloca em dúvida a suposição central dos dois contraexemplos: a ideia de que cada um deles envolve duas práticas distintas de usar o nome relevante.

Talvez o leitor já tenha percebido um ponto fraco de minha resposta. A tese de que cada exemplo envolve duas práticas pode ser defendida com um argumento mais fraco, que não requer a tese de que práticas são metafisicamente individuadas por batismos ou cadeias. Basta a alegação mais modesta de que uma prática P não pode ser *simultaneamente* constituída por dois batismos ou duas cadeias diferentes. Enquanto é verdade que uma prática poderia ter sido formada por diferentes batismos ou cadeias, é falso que uma prática pode ser formada, ao mesmo tempo, por diferentes batismos e cadeias. Sendo assim, minha resposta falha.

Consideremos independentemente cada alegação da objeção acima, começando pela ideia de que uma mesma prática não pode envolver dois batismos diferentes ao mesmo tempo. A tese de que uma prática pode incluir dois batismos não envolve qualquer contradição lógica ou impossibilidade física. Além disto, o ponto relevante não é se uma prática pode ou não simultaneamente envolver dois batismos, mas se pode envolver dois batismos bem-sucedidos. Afinal, quem defende que cada exemplo envolve duas práticas devido à presença de dois batismos está defendendo que em cada caso houve dois batismos bem-sucedidos. O ponto de um batismo é introduzir um novo nome-tipo, o que geralmente é feito a partir de um nome-estilo. Batismos são apenas um meio – e, como vimos, sequer são o único meio – de introduzir nomes-tipo. Neste contexto, um batismo é bem-sucedido apenas se de fato introduz um novo nome-tipo. O que queremos saber é o seguinte: Cada um dos contraexemplos envolve dois batismos bem-sucedidos? Cada um deles envolve dois nomes-tipo diferentes? A resposta está longe de ser óbvia. Embora cada um dos exemplos envolva duas tentativas de introduzir um novo nome-tipo por meio de um batismo, não está claro que cada tentativa é bem-sucedida. Nada há de óbvio na alegação de que, por exemplo, o namorado de Maria teve sucesso em introduzir um novo nome-tipo.

Considere, então, a alegação de que uma mesma prática não pode simultaneamente envolver duas cadeias distintas de usar um dado nome-estilo. Já vimos que um consumidor pode se tornar membro de uma prática de usar um nome N mesmo que não esteja causalmente conectado com os membros da prática. Imagine que um sujeito saiba que sua esposa tem o costume de batizar seus bichinhos com o nome de pessoas queridas. Ao descobrir que ela chama seu cãozinho de “Gustavo”, ele então começa a se preocupar se Gustavo é algum ex-namorado ou amante. Enciumado e com vergonha de perguntar quem é Gustavo, ele começa uma investigação com seus amigos. Eles se perguntam sobre quem é Gustavo, investigam se há alguém com este nome que seja próximo dela, discutem sobre qual é a importância que Gustavo teria na vida dela, etc. Em suma, eles formam uma cadeia de uso do nome “Gustavo” para fazer referência ao indivíduo que inspirou o batismo do cachorro. Nenhum deles está causalmente conectado à cadeia de uso original deste nome (veja seção 3.14). Existem duas cadeias causais de uso deste nome, mas elas constituem apenas uma prática. Moral da história, uma mesma prática pode, sim, ser formada por duas cadeias causais distintas de usar um nome-estilo. Pelo menos se por *cadeia* entendemos *cadeia causal*.

Alguém poderia protestar que é implausível que no caso de Salvador, por exemplo, as duas cadeias formem uma única prática. Afinal, o argumento continua, não há qualquer conexão relevante entre elas. Em resposta, eu perguntaria o que se entende por *conexão*. Se o que se tem em mente é conexão causal, então o argumento não procede, pelas razões já apresentadas ao longo deste livro. Mas um problema geral permanece: O que faz com que as duas cadeias de usar o nome “Salvador” sejam parte de uma só prática? Tem de haver alguma ligação entre elas, algo que as *cole* em um única prática de uso. No exemplo do sujeito ciumento a cola é entendida em termos da explicação do fenômeno da referência indireta, mas o exemplo de Salvador não é um caso de empréstimo indireto da referência. Até onde vejo, só há uma resposta para esta pergunta: o nome-tipo. Chamemos de C1 à cadeia de usar “Salvador” para fazer referência ao santo, e C2 à cadeia de usar este nome-estilo para fazer referência ao vilão. Suponha que C1 tenha começado antes de C2. Neste caso, quando aqueles que dariam início a C2 batizaram o indivíduo de “Salvador”, não tiveram

realmente sucesso em introduzir um novo nome-tipo. Ao contrário, introduziram um nome-tipo já existente e usado em C1. Uma condição necessária para que C1 e C2 sejam duas práticas distintas de usar o nome “Salvador” é que elas envolvam nomes-tipos distintos. C1 e C2 não envolvem nomes-tipos distintos. Portanto, não são duas práticas distintas. Na verdade, C1 e C2 formam uma única prática de usar “Salvador”. Novamente, a conclusão é que uma única prática de usar um nome pode ser formada por diferentes cadeias coexistentes. Isto implica que Evans está errado ao afirmar que duas práticas de usar um nome N são distintas se podem ser associadas a “duas redes distintas de comunicação na comunidade, tal que a informação circula por cada rede, mas não passa entre as redes” (1982, p. 381). Aliás, é curioso que ele tenha defendido este ponto de vista, dado que o mesmo levanta problemas com relação aos exemplos 1 e 2.

Resta-nos investigar a plausibilidade da afirmação de que C1 e C2 envolvam o mesmo nome-tipo. Penso que esta afirmação é não apenas plausível, mas também mais plausível do que a afirmação de que há dois nomes-tipos envolvidos ali. Isto talvez seja mais claro com respeito a casos do tipo do exemplo 2. Posso batizar minha mãe de “Carmensiva” novamente todos os dias, mas seria implausível que, a cada dia, esteja a usar um nome-tipo diferente ao proferir “Carmensiva”. Como vimos, do mero fato de que realizo, a cada dia, um ato de fala declarativo diferente da forma “Esta pessoa se chamará ‘Carmensiva’” não se segue que sou bem-sucedido em introduzir um novo nome-tipo, e neste caso a intuição é que de fato não fui. A situação do exemplo 1 é mais difícil. Imagine que Roberto seja um jovem historiador, interessado em investigar os feitos de Salvador (o santo). Em suas investigações, Roberto faz uma importante descoberta: Salvador levava uma vida dupla, de modo que o santo é o mesmo indivíduo que o vilão. Percebendo que esta descoberta vai alavancar a sua carreira, Roberto a mantém em segredo, até que termine de escrever seu futuro e polêmico artigo. Enquanto pensa sobre seu artigo, Roberto diz a si mesmo “Salvador vai alavancar a minha carreira!”. Qual nome-tipo Roberto usa? Há três hipóteses minimamente plausíveis disponíveis àqueles que acreditam que C1 e C2 envolvem nomes-tipos diferentes: (a) Roberto usa o nome-tipo usado em C1 (“Salvador1”), (b) o nome-tipo usado em C2

(“Salvador2”) e (c) Roberto usa um novo nome-tipo (“Salvador3”). Se Roberto usa “Salvador1” ou “Salvador2”, então algo tem de determinar que este é o caso. Ele está causalmente conectado com as duas supostas práticas, é capaz de tomar sua referência de empréstimo das duas, e não precisa estipular, no momento de seu proferimento, qual destes supostos nomes usa. O que, então, determina que ele usa um ou outro? Não consigo ver uma resposta plausível a isto. Resta a opção de que ele use “Salvador3”. Neste caso, se Maurício, outro jovem historiador, simultaneamente fizer a mesma descoberta que Roberto e disser a si mesmo “Salvador enganou a todos”, ele estará usando ainda outro nome-tipo: “Salvador4”, e assim sucessivamente. Isto me soa como uma multiplicação desnecessária de nomes-tipo. Além disto, se Roberto está usando “Salvador3”, então o que faz com que ele esteja usando este nome-tipo e não algum dos outros dois? Ele não tinha a intenção de introduzir um novo nome-tipo, de modo que, se o fez, foi não intencionalmente. Ele proferiu o nome e um novo-nome tipo foi introduzido. Por que razão isto ocorreu? Por fim, Roberto agora terá três nomes-tipos em seu repertório. O que determina quando ele está usando um ou outro? Todos estes problemas são evitados se aceitarmos que há apenas um nome-tipo envolvido na história.²¹

²¹ Uma alternativa seria alegar que “Salvador1” e “Salvador2” são nomes-tipo diferentes porque eles podem dar origem a uma forma adaptada do quebra-cabeças de Frege (1892). Sem entrar em detalhes sobre a formulação original, a forma adaptada seria a seguinte. A frase “Salvador1 = Salvador1” é uma identidade trivial, enquanto a frase “Salvador1 = Salvador2” não é trivial. A última é de fato uma descoberta empírica importante de Roberto. Isto significa que elas têm valores cognitivos diferentes, de modo que alguém poderia, por exemplo, acreditar na primeira mas não na segunda. O que explica esta diferença? A resposta, alguém poderia sustentar, é que “Salvador1” e “Salvador2” são nomes-tipo diferentes. O problema deste argumento é que o quebra-cabeças acima também surge para casos que claramente envolvem o mesmo nome-tipo. Deste modo, dificilmente sua solução pode ser dada apelando à diferença entre os nomes-tipo envolvidos. Bertrand Russell fez contribuições significativas para a lógica, matemática e filosofia. Não bastasse isto, ele também ganhou o prêmio Nobel de literatura. Agora, imagine que alguém conte a João que Russell foi um proeminente lógico que descobriu o paradoxo do conjunto de todos os conjuntos que não pertencem a

Finalmente, alguém pode objetar que, por um lado, minha estratégia repousa no conceito de *nome-tipo*, e por outro, este conceito é deixado totalmente misterioso. Esta é uma objeção justa. Existe de fato uma distinção entre nomes-estilo e nomes-tipo. Se não existisse esta distinção, não poderíamos dizer que o nome “Sócrates”, usado para fazer referência ao filósofo, é diferente do nome “Sócrates”, usado para fazer referência ao jogador de futebol. Mas é difícil dizer o que exatamente são nomes-tipo ou como individuá-los. Uma coisa parece certa: nomes-tipo não podem ser definidos ou individuados por referentes, batismos ou cadeias. A existência de nomes-tipo vazios é suficiente para mostrar que eles não podem ser individuados por seus referentes. Além disto, um nome-tipo pode ser introduzido sem a presença de um batismo, e vários nomes-tipo podem ser introduzidos por meio de um único batismo. Por fim, um nome-tipo pode vir a existir mesmo antes de haver qualquer cadeia de uso do mesmo, e diferentes cadeias de uso poderiam se desenvolver ao seu redor; sem contar que o exemplo de Gustavo acima mostra que um mesmo nome-tipo pode estar envolvido em duas cadeias diferentes de uso. (Penso que estas observações refutam a tentativa de Sainsbury (2014) de definir nomes-tipo em termos dos conceitos de *uso originário* e *cópia* – sendo o primeiro conceito entendido como o primeiro uso do nome, e o segundo entendido na

si mesmos. Para facilitar, vou representar o nome-tipo adquirido por João nesta situação de “Russell1”. Dias depois, ao conversar com outro amigo, alguém de viés mais literário, João ouve que Russell ganhou o prêmio Nobel de literatura. O nome adquirido será representado como “Russell2”. Suponha que, acreditando ser improvável que um mesmo indivíduo pudesse realizar os dois feitos, João conclui que são indivíduos distintos. Por outras palavras, ele forma a crença de que Russell1 \neq Russell2. É com grande surpresa que mais tarde ele descobre que Russell1 = Russell2. É evidente que o exemplo envolve um único nome-tipo, mas ele dá origem ao mesmo quebra-cabeças. Ora, “Russell1 = Russell1” é uma identidade trivial, mas “Russell1 = Russell2” não... Como explicar esta diferença? Certamente não postulando dois nomes-tipo diferentes... Para uma introdução ao quebra-cabeças original de Frege, veja Juliana Faccio Lima (2016).

mesma linha de Bianchi, discutido no capítulo 2. Mas podemos deixar esta discussão para outra ocasião).

Para além destas observações negativas, nada mais posso dizer sobre a natureza ou individuação dos nomes-tipo. Este é um problema metafísico para o qual não tenho uma resposta. Por sua vez, esta é uma limitação de minha estratégia. A despeito disto, os argumentos desta seção são pelo menos suficientes para mostrar que os contraexemplos à teoria da identificação dependem de suposições controversas, e que há espaço para a rejeição das mesmas. Se isto não chega a ser decisivo, pelo menos serve para colocá-los em dúvida. Melhor seria se pudéssemos simplesmente abandonar o apelo ao conceito de *prática específica*...

3.20 Uma pequena reformulação

Vimos que a explicação original da referência dos consumidores tem recursos para lidar com os dois exemplos problemáticos. Por outro lado, também vimos que estes recursos envolvem teses controversas sobre a individuação de práticas e de nomes-tipo. Mais precisamente, foi necessário defender que cada exemplo envolvia apenas uma prática de uso do nome relevante porque envolvia apenas um nome-tipo. Este foi o caminho que tivemos de tomar para manter a formulação original, e mais especificamente o apelo ao conceito de *prática específica*. O que vai mal na perspectiva anterior é que estamos descrevendo o processo de identificação dos consumidores – o modo como eles usam seu material para identificar o referente do nome – apelando à ideia de identificar o referente como aquele a quem os membros de uma *prática específica* se referem. Mas isto é dispensável. Sem maiores rodeios, sugiro a seguinte imagem geral sobre como um consumidor S pode identificar o referente de um nome N.

- S deve dispor de um material identificador, formado pelo nome N + um marcador – ou um conjunto de marcadores – \mathcal{E} . S pode usar N para procurar alguém chamado N. Mas dado que (provavelmente) há vários indivíduos chamados N, isto não será suficiente. Assim, S pode usar

seu marcador £ para distinguir um indivíduo específico dentre aqueles chamados N: aquele acerca de quem £ é uma informação difundida. Para que a identificação de S tenha sucesso, é necessário que exista *peelo menos uma* prática de usar o nome N para fazer referência a um objeto *x*, na qual £ seja uma informação difundida acerca de *x*. No caso de haver mais de uma prática que satisfaça esta condição, todas elas têm de ter o mesmo objeto em sua origem. Resumo este processo dizendo que S tem a habilidade de identificar *x* como aquele a quem os membros *desta(s) prática(s)* se referem.

Repare que esta formulação mantém o essencial da descrição original. Consumidores continuam fazendo uso de seu material identificador exatamente como antes. Alguém pode usar o nome “Sócrates” para buscar por um indivíduo chamado “Sócrates”, e seus marcadores para distinguir um indivíduo específico dentre aqueles com este nome. O que importa neste processo não é que seus marcadores sejam informações verdadeiras, mas que sejam difundidos. Para que sua identificação tenha sucesso, é necessário que haja um e apenas um objeto chamado “Sócrates” de quem seus marcadores sejam informações difundidas. Por sua vez, isto pressupõe a preexistência de uma prática de usar o nome “Sócrates” na qual os marcadores em questão são difundidos. Até aqui, a história é exatamente a mesma. A diferença é que não estamos mais nos comprometendo com a ideia de que tem de haver *apenas uma* prática de usar o nome na qual os marcadores são difundidos. Pode haver várias, desde que elas levem ao mesmo referente. Ao identificar o referente do nome desta maneira, o sujeito toma de empréstimo a referência feita pelos membros *destas práticas*.

Antes de mais nada, vejamos como a reformulação acima lida com os dois contraexemplos da seção 3.18. A previsão quanto ao exemplo 1 é que o consumidor tem sucesso em se referir a Salvador. É verdade que existem duas práticas de usar este nome nas quais seus marcadores são difundidos. Mas isto não fará qualquer diferença, dado que as duas levam ao mesmo referente. O mesmo diagnóstico se aplica ao exemplo 2. Dado que as duas práticas de usar o nome “Maria” têm o mesmo objeto em sua origem, nada há que atrapalhe a

identificação e habilidade referencial do consumidor. Ele de fato se refere a Maria. Escapa-se assim dos dois exemplos problemáticos.

A reformulação acima tem uma interessante vantagem sobre a perspectiva original. É evidente que a tendência é que, em casos como aquele descrito pelo exemplo 2, as duas práticas acabem se fundindo e se transformando em uma única prática. A perspectiva reformulada explica porque isto ocorre. Tão logo os consumidores comecem a indiscriminadamente tomar a sua referência de empréstimo tanto de uma como da outra, a prática ganhará um conjunto de consumidores que é capaz de *navegar* por ambas sem distinção. O resultado é que as duas acabariam fundidas em uma só prática maior. A ideia de que consumidores podem tomar sua referência de empréstimo de diferentes práticas ao mesmo tempo fornece uma explicação simples de como duas (ou mais) práticas podem se tornar uma. A situação do exemplo 1 é mais complicada. Dado a crença difundida de que os indivíduos na origem de cada prática de usar “Salvador” são diferentes, os membros de cada uma se esforçarão para mantê-las separadas. Consumidores não navegarão indiscriminadamente por elas por longos períodos de tempo. Considere o caso do consumidor de nosso exemplo. Ao tentar usar o nome “Salvador” com seu material identificador, será mais cedo ou mais tarde informado de que há dois indivíduos com este nome acerca de quem seus marcadores são difundidos. Tão logo adquira a crença falsa de que este é mesmo o caso, ele próprio passará a ter o cuidado de não misturar as duas práticas. Em casos como este, as coisas funcionam de modo a manter as práticas separadas, assim como ocorre no caso do nome “Sócrates” usado para fazer referência ao filósofo e para fazer referência ao jogador do Corinthians.

O principal problema desta reformulação diz respeito ao conceito de *usuário competente* de um nome próprio. Anteriormente, defini um consumidor competente da seguinte forma: um consumidor é competente se, e somente se, seu material identificador é suficiente para indicar a qual prática de uso ele pertence. Vimos que uma das vantagens desta definição é que ela nos permitia acomodar a intuição de que há usuários competentes de nomes vazios. Recorde que existem dois modos nos quais um consumidor pode falhar em se referir a algo. Ele pode falhar devido à pobreza de seu material identificador ou devido ao

fato de a prática de uso do nome não levar a objeto algum. A definição acima implica que consumidores que falham no primeiro sentido não são competentes, mas aqueles que falham no segundo sentido são de fato competentes. Este resultado é precisamente o que queremos do conceito de *consumidor competente* de um nome. A teoria reformulada, no entanto, implica a rejeição da definição acima. Afinal, de acordo com ela um consumidor de um nome pode ser referencialmente bem-sucedido – e portanto um usuário competente do mesmo – ainda que seu material identificador seja insuficiente para situá-lo em uma prática específica. Em resumo, precisamos de uma nova definição de consumidor competente.

Uma primeira estratégia seria a seguinte: um consumidor é um usuário competente de um nome se, e somente se, seu material identificador é suficiente para indicar de quais práticas ele participa. O problema desta proposta é que ela banaliza o conceito de *usuário competente*. Falantes com um material identificador absurdamente pobre ainda seriam competentes. Existem várias práticas de usar “João” nas quais “é legal” é uma informação difundida. Um falante cujo material identificador fosse formado apenas por “João” + “é legal” deveria ser tomado como um usuário competente do nome, dado que este material lhe permite indicar que está participando de todas as práticas mencionadas acima. Isto parece-me absurdo. Um falante que dispusesse apenas deste material não apenas falharia em identificar e se referir a algo pelo nome “João”, ele sequer seria um usuário competente deste nome. Em suma, esta primeira estratégia é demasiado ampla.

Precisamos de uma noção mais restrita de usuário competente, mas não tão restrita a ponto de excluir a possibilidade de usuários competentes de nomes vazios. De acordo com a perspectiva reformulada, um consumidor falha em se referir a algo quando seu material identificador não é rico o bastante para situar seu uso do nome em um conjunto de práticas que levam a um e apenas um referente. Entretanto, as observações do parágrafo anterior mostram que nem todo consumidor que falha em se referir a algo neste sentido será competente. Precisamos distinguir entre aqueles que falham *em virtude de* sua incompetência e aqueles que falham *a despeito de* sua competência em usar o nome. Para isto, podemos uma vez mais recorrer à ideia de pobreza ou riqueza

do material identificador possuído pelo consumidor. Consumidores que falham em se referir a algo devido à pobreza de seu material identificador são incompetentes, mas aqueles que falham a despeito de possuírem um material identificador suficientemente rico são competentes. Um consumidor falha no segundo sentido quando seu material identificador é rico o bastante para situar seu uso em pelo menos uma prática de uso do nome, e no caso de haver mais de uma, a seguinte condição tem de ser satisfeita: se alguma delas tivesse um referente, todas teriam o mesmo referente. Um consumidor que falha neste sentido não está falhando devido à pobreza de seu material. Ao contrário, seu material lhe permite situar seu uso do nome em um conjunto de práticas que de fato levariam a um e apenas um indivíduo, caso uma delas o fizesse. Se houvesse um objeto na origem de uma destas práticas, ele seria perfeitamente capaz de identificar e se referir a este objeto; isto é, se houvesse tal objeto, ele satisfaria a condição imposta para o sucesso referencial. Se ele falha, é apenas porque não há tal objeto.

Isto nos permite acomodar a intuição de que há usuários competentes de nomes vazios. Imagine que todo material identificador que um consumidor possua seja o nome “Vulcano” mais o marcador “é um planeta”. Como sabemos, existem pelo menos duas práticas de usar “Vulcano” nas quais este marcador é uma informação difundida. Chamemos de P1 à prática de usar este nome para fazer referência ao planeta que causava anomalias na órbita de Mercúrio, e P2 à prática de usar este nome para fazer referência ao planeta de Star Trek. O marcador “é um planeta” é difundido em ambas as práticas, de modo que nosso consumidor não será capaz de situar seu uso do nome em uma ou outra. Para saber se nosso consumidor é competente, precisamos saber se estas práticas satisfazem a seguinte condição: se P1 ou P2 tivessem um objeto em sua origem, P1 e P2 teriam o mesmo objeto em sua origem? É fácil ver que este não é o caso. Se tivesse existido um planeta causando as anomalias na órbita de Mercúrio, P1 levaria a este planeta, mas P2 não. Conclusão: o consumidor acima não é um usuário competente de “Vulcano”. A situação seria diferente se ele possuísse um material identificador mais rico, talvez algo como “Vulcano” + “o planeta que causava as anomalias na órbita de Mercúrio”. Neste caso, ele seria

capaz de situar seu uso do nome em uma prática específica e, conseqüentemente, seria um usuário competente.

Mas então compliquemos um pouco o exemplo. Imagine que o nosso consumidor possua o material mais rico acima, mas que o seguinte tenha ocorrido. Astrônomos de países diferentes, ao perceberem as anomalias de Mercúrio, postularam, de forma independente, a existência de um novo planeta. Coincidentemente, este suposto planeta foi batizado por cada grupo de “Vulcano”. Neste caso, há duas práticas de usar “Vulcano” nas quais “é um planeta causando anomalias na órbita de Mercúrio” é uma informação difundida. Nosso consumidor não é capaz de situar seu uso em uma delas em específico. Será ele competente? Novamente, a pergunta relevante é esta: se alguma destas práticas tivesse um objeto em sua origem, as duas teriam o mesmo objeto em sua origem? Agora a resposta é “sim”. A única forma de uma destas práticas ter um objeto em sua origem é se tivesse de fato existido um planeta causando as anomalias relevantes. Mas neste caso as duas práticas teriam este mesmo planeta em sua origem. Conclusão: nosso consumidor é competente.

Obviamente, todo consumidor referencialmente bem-sucedido de um nome é um usuário competente do nome. Com isto em mente, podemos finalmente formular uma definição de consumidor competente: S é um consumidor competente de N se, e somente se (i) S é referencialmente bem-sucedido, ou (ii) S não é referencialmente bem-sucedido, mas seu material identificador é suficientemente rico para indicar que participa de um conjunto específico de práticas que satisfazem a seguinte condição: se alguma delas tivesse um referente, todas teriam o mesmo referente. Esta definição não é tão elegante quanto a anterior, mas funciona na mesma.

Com esta seção, espero ter alcançado a seguinte conclusão. O apelo ao conceito de *prática específica* não é essencial ao tipo de explicação que propus para a referência dos nomes. Podemos excluir este conceito e manter o mesmo tipo de explicação. Assim, nenhuma objeção que apele a problemas com esta noção será fundamental. O processo de identificação dos consumidores é basicamente o mesmo nesta reformulação. Mas ela assume que é errado resumir este processo apelando à identificação de um objeto como aquele referido pelos membros de uma prática específica. Para aqueles que estão

insatisfeitos com as previsões da formulação original quanto aos exemplos 1 e 2, esta reformulação será preferível.

3.21 Resumo

- Devitt está correto em distinguir entre o fenômeno da fixação do referente e o fenômeno do empréstimo da referência. Dado a existência de nomes vazios, contudo, seria mais adequado falar em *introdução de um nome-tipo* ao invés de *fixação do referente*. Uma prática de usar um nome começa com a introdução de um nome-tipo. Quase sempre o nome-tipo é gerado a partir de um nome-estilo, e nem sempre isto ocorre por meio de um batismo. (Seção 3.2).
- Práticas de uso frequentemente envolvem um conjunto de produtores. Um produtor de N é um usuário de N que (i) se refere por direito próprio, e (ii) tem acesso privilegiado ao referente de N. Este acesso privilegiado envolve algum tipo de contato causal do produtor com o referente do nome. Indo na mesma direção de Evans, aceito que geralmente a capacidade referencial dos produtores é explicada em termos da capacidade de reconhecer o referente do nome com base em sua aparência. Mas, diferentemente de Evans, acredito que em alguns casos a capacidade referencial dos produtores deva ser explicada em termos do modo descritivo de identificação. Além de produtores, práticas de usar nomes geralmente envolvem consumidores: pessoas cuja habilidade de fazer referência através do nome deve ser explicada em termos da habilidade de outros usuários do mesmo. É com os consumidores que a referência por empréstimo ganha importância. Os exemplos a favor do argumento semântico são, em sua maior parte, casos nos quais consumidores aparentemente ignorantes (sem conhecimento discriminatório) conseguem se referir a algo através do nome. (Seções 3.3 e 3.4).

- Uma explicação completa da referência dos consumidores requer o reconhecimento de um quarto modo de identificação. Este quarto modo consiste em uma habilidade prática de usar um material identificador para rastrear o referente do nome. O material identificador é formado por um nome-estilo mais um marcador ou conjunto de marcadores. Um usuário S é capaz de identificar o referente do nome desta forma quando *sabe como* usar seu material para rastrear o objeto chamado N acerca de quem seus marcadores são informações difundidas. Para que o processo seja bem-sucedido é necessário que exista uma prática de usar N na qual os marcadores relevantes são difundidos do referente (não importa se os marcadores são verdadeiros ou não). De fato, o objeto que S identifica é precisamente aquele a quem os membros *desta prática* se referem. O processo pode ser resumido dizendo que S tem a habilidade prática de identificar o referente de N como aquele a quem os membros de uma *prática específica* se referem. O resultado mais geral é que o princípio de Russell deve agora incluir quatro modos de identificação, e a teoria da identificação defendida afirma que uma condição necessária para um sujeito S se referir a x através de N é que S identifique x em algum dos quatro modos disponíveis. (Seções 3.5-3.7).
- Há duas maneiras nas quais o quarto modo de identificação apontado acima pode falhar. (a) Ele pode falhar por não ser suficientemente rico para situar o consumidor em qualquer prática específica de uso do nome, e (b) pode falhar porque, apesar de permitir ao consumidor situar seu uso em uma prática específica, não há qualquer objeto particular na origem da mesma. Consumidores que falham no primeiro sentido não são usuários competentes do nome, mas aqueles que falham no segundo são. Isto nos permite acomodar a ideia de que existem usuários competentes de nomes vazios. (Seções 3.8 e 3.9).
- Acredito que existe uma classe de marcadores especiais, no sentido de poderem ser usados para fornecer aos consumidores modos mais

diretos de indicar de qual prática de uso de nomes participam. Entretanto, tal uso destes marcadores envolve o modo descritivo de identificação. (Seção 3.10).

- A teoria apresentada consegue explicar o que há de errado com João e Marcos dos exemplos apresentados nas seções 2.7 e 2.9. Ambos falham em se referir, pois não são usuários competentes dos nomes relevantes. (Seção 3.11).
- Os dois desafios centrais para uma teoria da identificação são o argumento semântico e o exemplo da Terra Gêmea. Furneci uma receita de dois passos para a avaliação de um exemplo a favor do argumento semântico: (i) verifique se não há alguma informação relevante contextualmente implícita e (ii) se coloque na perspectiva do falante, e não na do ouvinte. Se seguirmos estes passos, poderemos perceber que (a) alguns exemplos a favor do argumento semântico não são realmente casos envolvendo falantes ignorantes, e (b) os casos que envolvem falantes ignorantes não são casos em que é intuitivo que o falante tem sucesso referencial. De fato, a ideia de que é intuitivo que falantes ignorantes podem ser referencialmente bem-sucedidos por meio de um nome próprio não passa de um mito, que chamei de o “mito dos falantes ignorantes”. (Seção 3.12). O exemplo da Terra Gêmea, por sua vez, falha por não reconhecer que falantes comuns restringem sua identificação à comunidade linguística relevante; e, independentemente de qualquer vagueza no conceito de *comunidade linguística*, é fato que a Terra Gêmea não faz parte dela. (Seção 3.15).
- Mesmo que um elo causal (do tipo C2) seja necessário para a existência de uma prática de usar um nome, não é necessário para que um consumidor se torne membro de uma prática já existente. Portanto, C2 não é necessário para o empréstimo bem-sucedido da referência. (Seções 3.13 e 3.14).

- Pode-se sustentar que o tipo de teoria evansiana defendida por mim implica uma versão do descritivismo, na medida em que a posse da habilidade prática relevante acarreta na posse de crenças identificadoras causais. Isto é o que Frank Jackson defende. Apesar de seu argumento ser inicialmente plausível, penso que seria melhor não nos comprometermos com esta estratégia. (Seções 3.16 e 3.17).
- Há pelo menos dois contraexemplos problemáticos à teoria da identificação defendida aqui, ambos envolvendo a existência de duas práticas de usar um mesmo nome-estilo para fazer referência a um mesmo objeto. Em ambos os casos o problema reside no apelo ao conceito de *prática específica*. Apesar de a teoria apresentada ter recursos para lidar com o problema, isto envolveria teses controversas sobre a individuação de práticas e nomes-tipo. Uma saída alternativa seria reformular a teoria de forma que não mais dependa do apelo ao conceito de *prática específica*. Felizmente, isto pode ser feito sem grandes consequências para o essencial da perspectiva original. (Seções 3.19 e 3.20).

CONCLUSÃO

As duas teorias clássicas da referência dos nomes próprios são o descritivismo e a teoria causal. Ao longo deste livro considereirei algumas versões de cada uma delas, e ressaltarei algumas de suas limitações. Do lado do descritivismo, acredito que o argumento semântico de Kripke e Donnellan tem de fato sucesso em mostrar que satisfazer o modo descritivo de identificação não é uma condição necessária para a referência por nomes. Mas também vimos, ao discutir o descritivismo causal de Frank Jackson, que existe uma versão desta teoria da referência dos nomes que é consistente com a teoria positiva defendida aqui. Se Jackson conseguir mostrar que o tipo de habilidade prática ao qual apelo acarreta no tipo de conhecimento por descrição defendido por ele, então o descritivismo pode se manter de pé em relação ao argumento semântico. Seja como for, preferi não me comprometer com esta versão de descritivismo, em parte porque ainda não estou plenamente convencido de que a habilidade mencionada acima acarrete em algum tipo de conhecimento por descrição do referente do nome.

A despeito dos esforços dos descritivistas em sofisticar sua posição, é a teoria causal que angariou o cargo de nova ortodoxia sobre a referência dos nomes. Como já dito, tenho dúvidas sobre se tal cargo é merecido. Mas é precisamente por ela ter alcançado este *status* que decidi gastar mais tinta tentando mostrar suas limitações do que as limitações de sua concorrente mais famosa. No capítulo 2 considereirei duas formas de transformar a imagem de Kripke em uma teoria propriamente dita. Argumentei que a teoria da cópia, proposta por Bianchi, precisa ser sofisticada para ser considerada uma explicação viável de nossos usos dos nomes próprios. Por esta razão, tomei a explicação de Devitt como modelo. Mas argumentei, a partir de dois contraexemplos, que mesmo esta explicação é incompleta. No capítulo 3, sustentei que um elo causal apropriado sequer é necessário para que um falante possa se tornar um consumidor competente de um nome. De fato, vimos que a teoria causal tem dificuldades em explicar precisamente aquilo que ela foi cunhada para explicar: a difusão social dos nomes próprios. No fim das contas, o empréstimo da referência não parece ser garantido por elos causais apropriados de qualquer tipo. Também vimos que, ao contrário do que comumente se pensa,

esta teoria não está livre de problemas com o famoso exemplo da Terra Gêmea. De modo direto: a teoria causal é falsa.

É importante observar, no entanto, que tanto o descritivismo como a teoria causal têm muito a nos ensinar sobre a referência dos nomes. Como vimos, o descritivismo está certo em assumir que a identificação é uma condição necessária para o uso bem-sucedido de um nome, e a teoria causal tem razão em chamar a atenção para a relevância dos elos causais e do aspecto social da referência. A teoria da identificação defendida no terceiro capítulo reconhece estas lições.

O foco do terceiro capítulo foi desenvolver uma versão de teoria da identificação que remonta a Strawson e, principalmente, Evans. De acordo com esta teoria, a identificação é uma condição necessária para a referência bem-sucedida por nomes. Entretanto, sustentei que uma explicação adequada de como os consumidores se referem ao que se referem deve alargar o princípio de Russell de forma a incluir pelo menos mais uma cláusula. Consumidores se referem em virtude de possuírem a habilidade prática de identificar o referente do nome como aquele referido por outros falantes. Em alguns casos especiais, como aqueles em que o consumidor identifica o referente como *a pessoa referida por Fulano*, esta habilidade pode envolver conhecimento de propriedades identificadoras do objeto nomeado. Mas não temos razões para pensar que isto seja geralmente assim. Por si só, a posse desta habilidade não requer o modo descritivo de identificação. Portanto, temos aqui um modo diferente de identificação. Sustentei que a inclusão deste modo de identificação no princípio de Russell nos permite resolver os exemplos problemáticos para a teoria causal, assim como responder ao argumento semântico. De fato, a ideia de que é intuitivo que falantes ignorantes podem ser referencialmente bem-sucedidos não passa de um mito, que chamei de o “mito dos falantes ignorantes”. Não há qualquer intuição pré-teórica a favor do sucesso referencial aqui. Uma vez que o exemplo da Terra Gêmea também não representa qualquer problema especial para a teoria da identificação, esta teoria se mantém de pé com relação às principais objeções.

Por outro lado, vimos que existem dois exemplos problemáticos para a teoria evansiana que propus. O principal problema reside no fato de que a teoria,

em sua formulação original, requer que consumidores sejam capazes de identificar o referente de um nome como aquele a quem os membros de uma *prática específica* se referem. Vimos que os exemplos não constituem uma objeção decisiva, e que a teoria tem recursos para lidar com eles. Mas também vimos que estes recursos envolvem teses controversas sobre a individuação de práticas e nomes-tipo. Para evitar a controversa, propus, na penúltima seção do livro, um modo de reformular a teoria que não apela ao conceito de *prática específica*. Esta reformulação mantém a essência do tratamento evansiano dos nomes sem dar margem aos contraexemplos discutidos.

Antes de encerrarmos, vale a pena ressaltar três pontos. O primeiro é sobre *internalismo* e *externalismo* em referência. Grosso modo, um internalista é alguém que defende que a referência é um fenômeno primordialmente dependente de aspectos internos ao falante, enquanto um externalista defende que é primordialmente dependente de aspectos externos. O descritivismo clássico é um exemplo de internalismo, a teoria causal é um exemplo de externalismo. Em um sentido, minha perspectiva é internalista: referência depende da capacidade de identificação. Em outro, é externalista: referência também depende de elos causais. Assim, penso que o melhor seria interpretá-la como uma teoria mista, nem internalista nem externalista. Menciono isto para evitar confusões. Deve-se sempre manter em mente que não defendi que elos causais são irrelevantes para a referência. Só o que defendi é que eles não têm a relevância que o teórico causal quer.

Em segundo lugar, não apresentei um tratamento completo da referência dos nomes, sequer tive a intenção de fazê-lo. Existem problemas importantes que não foram abordados. Um exemplo é o problema da troca do referente de um nome. Desde Evans (1973) é comumente pensado que um nome pode mudar seu referente ao longo do tempo. Será que isto significa que uma *mesma* prática de usar um *mesmo* nome pode envolver dois referentes em dois momentos diferentes? Ou será que significa que uma *mesma* prática pode envolver dois nomes diferentes em dois momentos diferentes? Não seria melhor interpretar tais casos como casos em que uma dada prática envolvendo um dado nome dá origem a uma nova prática envolvendo um nome diferente? A discussão sobre a mudança de referente está intimamente conectada com a

discussão sobre a individuação de práticas e nomes-tipo. Para evitar problemas metafísicos deste tipo, acabei evitando o problema da mudança de referente. Outro exemplo é o caso dos nomes vazios. Embora tenha dito algo sobre isto, seria necessário muito mais para um tratamento completo. Nomes vazios têm se mostrado um problema persistente da filosofia da linguagem, não apenas porque não sabemos qual é a semântica apropriada para eles, mas também porque seu comportamento não parece ser muito uniforme (SAVAGE, s/d). Para evitar problemas que dizem respeito ao significado ou conteúdo dos nomes vazios, acabei limitando o que tinha a dizer sobre eles.

Terceiro, deixei explícito que o objetivo era discutir apenas o problema da referência singular dos nomes. Mantive este debate separado de outros que lhe são íntimos, como o problema do significado dos nomes. É importante notar que o fato de aceitar uma perspectiva evansiana para a referência não significa que devemos aceitar o mesmo para o significado dos nomes. Não foi minha intenção defender que os modos de identificação envolvidos na referência desempenham qualquer papel fundamental no significado dos nomes. Me mantive alheio a esta discussão. Apenas espero que a teoria defendida seja consistente com nossas teorias mais plausíveis do significado.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, Andrea (2015). Reference and Repetition. In: BIANCHI, Andrea (org.). **On Reference**. Oxford: Oxford University Press, p. 93-107.

BIANCHI, Andrea; BONANINI, Alessandro (2014). Is there room for reference borrowing in Donnellan's historical explanation theory? **Linguistics and philosophy**, v. 37, n. 3, p. 175–203

BRANQUINHO, João (2001). Sobrevive o Descritivismo Atualizado aos Argumentos Modais?

BURGE, Tyler (1973). Reference and Proper Names. **The Journal of Philosophy**, v. 70, n. 14, p. 425-439.

BROCK, Stuart (2004). The Ubiquitous Problem of Empty Names. **The Journal of Philosophy**, v. 101, n. 6, pp. 277-298.

CAMPBELL, Richard (1968). Proper Names. **Mind**, v. 77, n. 307, p. 326-350.

CAMPBELL, John (2002). **Reference and Consciousness**. Oxford: Oxford University Press, 2003

CASTAÑEDA, Hector-Neri (1985). The Semantics and the causal Roles of Proper Names. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 46, n. 1, p. 91-113.

COSTA, Cláudio F. (2009). Teorias Descritivistas dos Nomes Próprios. **Dissertatio**, v. 30, p. 185-195.

COSTA, Cláudio F. (2011). A Meta-Descriptivist Theory of Proper Names. **Ratio**, v. 24, n. 3, p. 259-281.

COSTA, Cláudio F. (2013). Como os nomes próprios realmente referem. **Investigação Filosófica**, v. 4, n. 1, p. 1-27.

DEVITT, Michael (1981). **Designation**. Columbia University Press.

DEVITT, Michael; STERELNY, Kim (1999). **Language and Reality: an introduction to the philosophy of language**. Oxford: Blackwell.

DONNELLAN, Keith (1972). Proper Names and identifying descriptions. In: DAVIDSON, Matthew (org.). **On sense and direct reference**. The McGraw-Hill Companies, 2007, p. 107-124.

DONNELLAN, Keith (1974). Speaking of Nothing. **The Philosophical Review**, v. 83, n. 1, p. 3-31.

EVANS, Gareth (1973). The causal Theory of Names. In: DAVIDSON, Matthew (org.). **On Sense and Direct Reference**. The McGraw-Hill Companies, 2007, p. 528-543.

EVANS, Gareth (1982). **The Varieties of Reference**. Oxford: Oxford University Press

FANTL, Jeremy (2012). Knowledge How. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Fall 2017 Edition). Disponível em <https://plato.stanford.edu/entries/knowledge-how/>

FITCH, Greg; NELSON, Michael (2013). Singular Propositions. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy** (Spring 2018 Edition). Disponível em <https://plato.stanford.edu/entries/propositions-singular/>

FREGE, Gottlob (1892). Sobre o Sentido e a referência. In: **Lógica e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Cultrix, 1978. Tradução de Paulo Alcoforado.

GEACH, Peter T. (1969). The Perils of Pauline. **The Review of Metaphysics**, v. 23, n. 2, p. 287-300.

GOODMAN, Rachel (2016). On the Supposed Connection between Proper Names and Singular Thought. **Synthese**, v. 195, n. 1, p. 197-223.

HAACK, Susan (1978). **Filosofia das Lógicas**. São Paulo: Unesp, 2002.
Tradução: Cezar Augusto Mortari & Luiz Henrique de Araújo.

HAWTHORNE, John; MANLEY, David (2012). **The Reference Book**. Oxford: Oxford University Press.

IMAGUIRE, Guido (2007). A Negação e as Árvores Conceituais. **O que nos Faz Pensar**, n. 23.

JACKSON, Frank (2010). **Language, Names, and Information**. Chichester: Wiley-Blackwell.

KAPLAN, David (1977). Demonstratives. In: ALMOG, Joseph; PERRY, John; Howard WETTSTEIN, Howard (orgs.). **Themes from Kaplan**. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 481-563.

KAPLAN, David (1989). Afterthoughts. In: ALMOG, Joseph; PERRY, John; WETTSTEIN, Howard (orgs.). **Themes from Kaplan**. Oxford: Oxford University Press, 1989, p. 565-614.

KEMP, Gary (2013). **What is this Thing Called Philosophy of Language?** London: Routledge.

KRIPKE, Saul A. (1977) "Speaker's reference and semantic reference". In: Ludlow, Peter, org. (1997) *Readings in the philosophy of language*. The Massachusetts Institute of Technology Press (MIT). pp.383-414.

KRIPKE, Saul A. (1972/1980). **Naming and Necessity**. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

KRIPKE, Saul A. (1973/2011). Vacuous Names and Fictional Entities. In: **Philosophical Troubles (vol. 1)**. Oxford: Oxford University Press, p. 52-74.

KROON, Frederick W. (1987). Causal Descriptivism. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 65, n. 1, p. 1-17.

KROON, Frederick W. (1983). The Problem of 'Jonah': how not to argue for the causal theory of reference. **Philosophical Studies**, v. 43, n. 2, p. 281-299.

KRONFELD, Amichai (1990). **Reference and Computation: an essay in applied philosophy of language**. Cambridge: Cambridge University Press.

LEVENSON, Thomas (2015). **The Hunt for Vulcan**. New York: Random House.

LEWIS, David (1984). Putnam's Paradox. **Australasian Journal of Philosophy**, v. 62, n. 3.

LIMA, Juliana F. (2016). O Enigma de Frege. **Fundamento**, n. 12.

LOAR, Brian (1976). The Semantics of Singular terms. In: DAVIDSON, Matthew (org.). **On sense and direct reference**. The McGraw-Hill Companies, 2007, p. 496-516.

LOCKWOOD, Michael (1975). On Predicating Proper Names. **The Philosophical Review**, v. 84, n. 4, p. 471-498.

LYCAN, William G. (2000). **Philosophy of Language: a Contemporary Introduction**. New York: Routledge.

MCCULLOCK, Gregory (1989). **The Game of the Name: Introducing Logic, Language and Mind**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

NEALE, Stephen (1990). **Descriptions**. The Massachusetts Institute of Technology Press (MIT).

NELSON, Michael (2002). Descriptivism Defended. **Noûs**, v. 36, n. 3, p. 408-435.

NELSON, R. J. (1992). **Naming and Reference**. London: Routledge.

PEPP, Jessica (2018). What Determines the Reference of Names? What Determines the Objects of Thought. **Erkenntnis**, v. 84, n. 4, p. 741-759.

PERRY, John (1980). A Problem About Continued Belief. In: **The Problem of Essential Indexical and Other Essays**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

PUTNAM, Hilary (1975). The Meaning of "Meaning". In: DAVIDSON, Matthew (org.). **On sense and direct reference**. The McGraw-Hill Companies, 2007, p.126-179.

RUSSELL, Bertrand (1905). On Denoting. **Mind**, v. 14, n. 56, p. 479-493

RUSSELL, Bertrand (1912). **The Problems of Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 2001

RUSSELL, Bertrand (1972). **The Philosophy of Logical Atomism**. Routledge.

SAINSBURY, Mark. (2005). **Reference Without Referents**. Oxford: Oxford University Press.

SAINSBURY, Mark. (2006). The essence of Reference. In: LEPORE, Ernest. and SMITH, Barry C. (orgs.). **Oxford Handbook of Philosophy of Language**. Oxford: Oxford University Press, p. 393-422.

SAINSBURY, Mark. (2014). The Same Name. **Erkenntnis**, v. 80, n. 2, p. 195-214.

SALLES, Sagid (2010). Introdução à Teoria das Descrições de Russell. **Criticanarede**. Disponível em: <https://criticanarede.com/descricoes.html>

SALLES, Sagid (2016). Nomes Próprios: Por que a Teoria Causal de Perry não dá Conta da Retenção de Crenças? **Investigação Filosófica**, v. E4.

SALLES, Sagid (2020). Nomes Próprios, o Princípio de Russell e o Argumento Semântico. **Prometeus**, n. 33. Dossiê Linguagem e Cognição.

SAVAGE, Heidi (s/d). Four Problems with Empty Names. Manuscrito disponível em <https://philpapers.org/archive/SAVFPW.pdf>. Acessado em 02 de fevereiro de 2019.

SEARLE, John (1958). Proper Names. **Mind**, v. 67, n. 266, p. 166-173.

SEARLE, John (1983). **Intencionalidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. Tradução de Júlio Fischer e Tomás Rosa Bueno.

SEARLE, John (1996). Contemporary Philosophy in the United States. In: BUNNIN, Nicholas, TSUI-JAMES, E. P. (Orgs.). **The Blackwell Companion to Philosophy**. 2003, p.1-21.

SOAMES, Scott (1998). The Modal Argument: Wide Scope and Rigidified Descriptions. **Noûs**, v. 32, n. 1, p. 1–22

SOAMES, Scott (2005). **Reference and Description**. Princeton: Princeton University Press.

SOSA, David (2001). Rigidity in the Scope of Russell's Theory. **Noûs**, v. 35, n. 1, p. 1-38.

STRAWSON, Peter F. (1952). **Introduction to Logical Theory**. London: Methuen & Co Ltd.

STRAWSON, Peter F. (1959). **Individuals**. London: Routledge.

STRAWSON, Peter F. (1974). **Subject and predicate in logic and grammar**. London: Routledge, 2016.

TEIXEIRA, Célia (2003). Estão os Significados na Cabeça? Putnam versus Searle". **Criticanarede**. Disponível em https://criticanarede.com/fil_putnamsearle.html

TEXTOR, Mark (2010). Proper Names and Practices: On Reference without Referents. **Philosophy and Phenomenological Research**, v. 81, n. 1, p. 105-118.

UNGER, Peter (1983). The causal Theory of Reference. In: **Philosophical Papers (vol. 1)**. Oxford: Oxford University Press, 2006, p. 117-160.

WALTON, Kendall L. (1990). **Mimesis as Make-Believe**. Cambridge: Harvard University Press.

WILLIAMS, John N. (2007). Propositional Knowledge and Know How. **Synthese**, v. 165, n. 1, p. 107-125.

ZIFF, Paul (1977). About Proper Names. **Mind**, v. 86, n. 343, p. 319-332.



Editora
UFPel

DISSERTATIO
FILOSOFIA